



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista:
Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro
(dos anos 1930 aos anos 1960)**

Flávia Alessandra de Souza Pereira
Setembro/2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista:
Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro
(dos anos 1930 aos anos 1960)**

Flávia Alessandra de Souza Pereira

Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em
Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos -
UFSCar, como requisito para a
obtenção do título de Doutora
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Prof. Dr. George Reid Andrews

Profa. Dra. Joselina da Silva

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Setembro de 2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P436oe

Pereira, Flávia Alessandra de Souza.

Organizações e espaços da raça no oeste paulista :
movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930
aos anos 1960) / Flávia Alessandra de Souza Pereira. -- São
Carlos : UFSCar, 2009.
228 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2008.

1. Negros. 2. Movimento Negro. 3. Relações raciais. 4.
Poder local. 5. Rio Claro (SP). I. Título.

CDD: 305.8 (20^a)



**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
Fone/Fax: (16) 3351.8673 Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

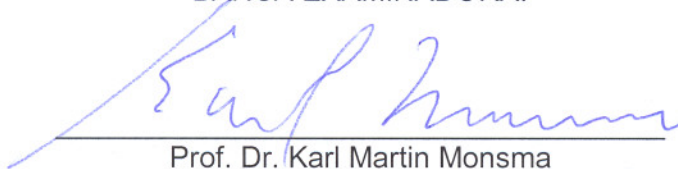
Flávia Alessandra de Souza Pereira

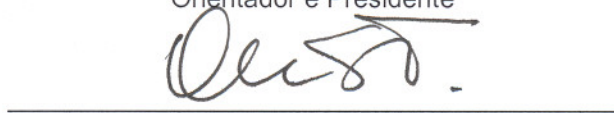
Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

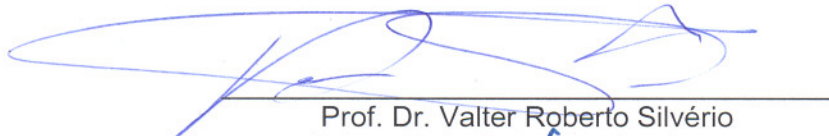
Aprovado em 26 de setembro de 2008

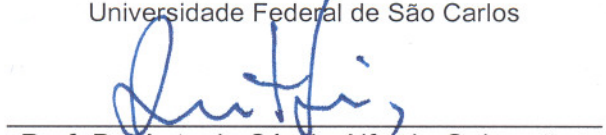
BANCA EXAMINADORA:




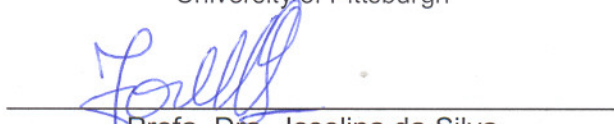

Prof. Dr. Karl Martin Monsma
Orientador e Presidente


Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi
Universidade Federal de São Carlos


Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos


Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
Universidade de São Paulo


Prof. Dr. George Reid Andrews
University of Pittsburgh


Profa. Dra. Joselina da Silva
Universidade Federal do Ceará

Homologado ____ a. Reunião da CPG-PPGS,
realizada em ____/____/____

Assinatura
Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Bonelli

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai Criador, que me concedeu vida em abundância, paixão pela diversidade e pelo objeto de estudos dessa pesquisa. Por me cumular de força e coragem para que eu pudesse “parir” esse trabalho. Serei grata ao Pai, a Cristo, ao Espírito Santo e à Maria, por toda minha vida.

À toda minha ascendência – bisa Genoveva, tia Ia, tio Liseu, vô Olívio, vô Ibraina (todos em memória), vô Severina ... – e a todos e todas que escreveram, muito antes do meu existir, a história que apresento neste trabalho. À todas e a todos que, gentilmente, me concederam entrevistas para a pesquisa. Dinheiro nenhum no mundo pode compensar a satisfação e a felicidade que sinto ao aprender com vocês.

À minha mãe Sonia, e ao pai Ademir, que me criaram com firmeza e me ofereceram, como dádiva de valor incalculável, um lar repleto de ferramentas para a construção da minha alta auto-estima. Por me transmitirem identidade. Mãe: pelo seu SIM, pela sua RESISTÊNCIA e pelo seu amor sem medida, hoje aqui estou. Pai: considerando o seu lema “pra tudo na vida se dá um jeito”, eis-me aqui. Por todas as vezes em que ambos se prontificaram a me apoiar, nas horas fáceis e difíceis da minha vida. Por todo o amor, carinho e dedicação com as netas, sobretudo quando o trabalho me fez ausente. Amo vocês.

Aos irmãos Anai, Júnior e Adriana, com os quais vivi e vivo momentos espetaculares, de muitas risadas e discussões (em alto e bom tom, diga-se). Toda essa efervescência serviu para eu repensar constantemente a orientação da minha pesquisa. Aos cunhados, Antonio Carlos, Linda e Rik, para sempre irmãos. Eu os amo.

Às filhas Iraiza e Dara, razão do meu viver, motivação mais profunda do meu existir. Por todos os sorrisos. Por todos os abraços. Por todas as palavras. Por todas as preocupações com a mãe. Por todas as brincadeiras. Por todos os convites que me desviavam a atenção da tese para vocês. Por todos os resfriados, tosses e febres que me fizeram experienciar ainda mais o amor e o afeto singular que sinto por vocês. Por todas as lições de casa. Pelos ótimos resultados apresentados na escola. Pelas vezes que “aprontaram” alguma. Perdão pelas palavras suas que eu interrompi, pelas vezes em que não correspondi, e por todas as irritações que senti quando demandavam minha atenção, e eu, lá, com a tal da tese. O amor que eu

sinto por vocês é um prazer supremo, o mais elevado que a vida poderia me oferecer.

Ao companheiro Ricardo, por se mostrar satisfeito com a minha satisfação, ainda que simultaneamente triste e receoso diante das minhas idas, dos meus projetos, das minhas idéias e ideais, dos meus dilemas. Pra você, reservo um amor construído com base no reconhecimento dos seus feitos. Por todas as vezes em que lutou mais pela minha causa do que pela sua, e por sempre fazer de tudo para me ver crescer, e então feliz.

À dona Lourdes, também minha mãe muito amada, demonstração sem igual de garra e resistência, docilidade e atenção. Por todo o amor e preocupação para comigo. Por todas as marmitas com sobremesa que me mandou quando eu ficava só, estudando em casa. Por tratar as netas com amor inabalável. Por esse jeito cativante de ser, que é só seu.

À família, como um todo, por toda a energia transmitida.

Ao orientador, Prof. Dr. Karl Martin Monsma, primeiramente por ter-me aceitado como orientanda desde o mestrado (iniciado em 2001). Pelo conhecimento compartilhado, pelas críticas e correções perspicazes. Por todos os e-mails respondidos e retornos a mim dirigidos, via de regra sem demora. Por toda interlocução e por todos os compromissos que assumiu para que eu pudesse apresentar meu trabalho e estudar nos Estados Unidos. Enfim, considero-te, mais que um orientador, um pai em minha formação global. De minha parte, serei para sempre sua orientanda.

Ao “co-orientador”, Prof. Dr. Valter Roberto Silvério, por acompanhar meus projetos acadêmicos desde o meu ingresso na pós-graduação. Por suas observações teóricas extremamente avançadas e oportunas. Pela atuação fundamental no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar (NEAB-UFSCar), espaço assaz importante para a elaboração desta tese. Também pelos projetos afirmativos que desenvolve, os quais forçam a construção de espaços racialmente mais democráticos no contexto brasileiro.

Ao conjunto de docentes da pós, que passou por minha vida, e também à dupla “Ana & Ana”, por toda a dedicação e cuidado com a burocracia que um programa requer.

Ao co-orientador nos Estados Unidos, Prof. Dr. George Reid Andrews, que me deslumbrou ao abrir-me os olhos para a história da América Afro-Latina. Você me fez enxergar, comparativamente, quão semelhantes são os povos negros do Brasil, de Cuba, do Urugurái, etc., e o quanto eu ignorava completamente tal realidade. Por toda a atenção que me dispensou no nosso primeiro encontro, na Universidade de Vanderbilt (Nashville-TN, EUA, 2006), e pela brilhante orientação que me concedeu no Departamento de História da Universidade de Pittsburgh (Pittsburgh-PA, EUA, 2007). Por toda a preocupação e apoio regados de amizade, e por tudo o que você me possibilitou na UPITT. Por ter abdicado do lazer durante todo o verão de 2007, para me orientar. Por todos os livros indicados, discutidos, doados... Por ter papel fundamental na minha formação comparativa, e por alimentar o meu desenvolvimento enquanto cidadã do mundo. Por amar, conhecer e sistematizar, como ninguém, a história dos povos da América Afro Latina. Por todas as modificações que provocou em minha vida.

À Grace, Molly e Patty, do staff do Departamento de História da Universidade de Pittsburgh, por todo help diante dos meus apuros e, igualmente, por todo o trabalho do pessoal do Office of International Service da UPITT.

À minha mãe no exterior, Lana Junqueira, por adotar toda a minha família em Pittsburgh e, especialmente, por amar e cuidar tão bem das netas afro-brasileiras enquanto eu estudava. Por todos os almoços e jantares preparados, por todos os tours pela cidade de Pittsburgh, por todas as dicas e orientações, e por todas as vezes em que, literalmente, abandonou os afazeres da empresa e do lar para nos servir. Por assumir a nossa causa. Por entender e apoiar a nossa luta no exterior e, posteriormente, também no Brasil. “Vovó Lana” esteve, e sempre estará, no mais íntimo dos nossos corações.

À Lili, Carla, Antonio e Rosa, Soraia e Idário, Nazaré, Regina, Ana Paula, Leila, Gisele, e por aí afora. Essa brasileira radicada em Pittsburgh nos fez compreender o que a estrutura de uma rede de solidariedade brasileira é capaz de oferecer aos seus no exterior.

À Mount Ararat Baptist Church de Pittsburgh, pela acolhida e pelas orações. Ao Trini, por me aceitar como integrante do Young Adult Choir da Mount Ararat e me fazer saborear de perto a música Gospel. Por me permitir: (a) sentir na pele a existência de uma identidade negra transnacional; (b) entender, sociologicamente, o que DuBois identificou

como a primeira instituição negra norte-americana: a igreja; (c) identificar várias semelhanças entre a igreja negra norte-americana e os clubes negros brasileiros (sobre o que planejo escrever um artigo logo que possível).

À Dayane, auxiliar de importância decisiva para essa pesquisa. Jovem de inteligência e competência acima do comum, menina de futuro e presente brilhantes. À Dani, também auxiliar, e aos companheiros de Arquivo Municipal, Fernando e Nelci. Às auxiliares, Dri (mana) e Sonia (mãe), por terem abraçado a minha causa e desempenhado um trabalho extraordinário neste projeto.

À Gi, por toda a dedicação e afeto dispensados a mim e a minha família. Você foi e é muito especial em nossas vidas. Também à Rosi e à Maria que, depois da Gi, aceitaram o desafio de botar ordem na casa da estudante!

À banca examinadora do trabalho, composta por: Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (co-orientador durante o mestrado, via FAPESP); Prof. Dr. George Reid Andrews (co-orientador nos Estados Unidos, via CAPES-PDEE); Profa. Dra. Joselina da Silva (“consultora intelectual” desde o IV Fábrica de Idéias – Curso Avançado sobre Relações Raciais, 2001); Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (coordenador do Projeto Temático Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo [FAPESP], no qual trabalhei como bolsista durante a graduação) e Prof. Dr. Valter Roberto Silvério (“co-orientador” do mestrado ao doutorado, do PPGCSO ao PPGSo, UFSCar). É realmente um presente Divino, um privilégio singular – mas, também, um enorme desafio! – contar com uma junta examinadora tão renomada assim.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por todo o apoio concedido da graduação ao doutorado (bolsas IC, MS e DR).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério de Educação – CAPES, por tornar possível a realização do estágio no exterior (pelo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior – PDEE).

*Às filhas, Iraiza e Dara, para que trilhem
os caminhos da liberdade*

Resumo

Em *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)* buscamos compreender o perfil e o formato do movimento negro rioclarense, e como esse movimento se relacionou com o poder local em suas reivindicações específicas de raça. Focalizamos os espaços de sociabilidade negra de Rio Claro, dirigindo especial atenção aos processos identitários que moldaram tal sociabilidade, e às demandas que os atores negros endereçaram ao poder local na busca por espaços próprios da raça – resalte-se, num contexto de ampla maioria branca, profundamente marcado tanto pelo racismo anti-negro a céu aberto, quanto pela impermeabilidade do sistema político local a negros em geral. Foi nesse contexto que o movimento negro local construiu, durante décadas, as bases de sua mobilização coletiva pela tão sonhada “casa própria” – casa esta personificada por suas sedes sociais, finalmente erguidas em fins dos anos 1960. Essa pesquisa foi desenvolvida com apoio das agências FAPESP (para bolsa regular de doutorado) e CAPES (para estágio doutoral no exterior).

Palavras-chave: Negros. Movimento Negro. Relações Raciais. Poder Local. Rio Claro-SP.

Abstract

In *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)* (Organizations and Spaces of Race in Western São Paulo State, Brazil: The Black Movement and Local Government in Rio Claro [from the 1930s to the 1960s]) we try to comprehend the profile and shape of the black movement of the city of Rio Claro, and relations between this movement and the local government with regard to specifically racial demands. We focus on black spaces of sociability of Rio Claro, giving special attention to the identity processes that shaped this sociability, and also to the demands that black actors addressed to the local government as part of the struggle for their own spaces of race – in a white majority context, we emphasize, deeply marked both by open racism against blacks and by the impermeability of the local political system to blacks in general. It was in this context that the local black movement developed, over the course of decades, the basis for its collective mobilization for the long-desired “house of its own” – a house that was materialized in its two social headquarters, finally built at the end of the 1960s. This research was supported by FAPESP (São Paulo State Research Foundation, Brazil, regular doctoral scholarship) and by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Brazil, for foreign doctoral studies).

Keywords: Blacks. Black Movement. Race Relations. Local Government. Rio Claro City (São Paulo State, Brazil).

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Documento 1	EMPREGADA.....	37
Documento 2	AMA DE LEITE	37
Documento 3	DR. CLARO BRANCO DAS NEVES - MÉDICO.....	38
Documento 4	FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM RIO CLARO.....	40
Documento 5	APPELO ÀS DISTINCTAS FAMILIAS RIO-CLARENSES	43
Documento 6	PRECISA-SE	48
Documento 7	AOS NEGROS EM GERAL.....	55
Documento 8	FESTEJOS DE 13 DE MAIO e EMPREGADA BRANCA	59
Documento 9	BATALHÃO DA FRENTE NEGRA.....	67
Documento 10	O COMICIO DE HOJE.....	67
Documento 11	O BATALHÃO DOS HOMENS DE CÔR.....	68
Documento 12	OUVIMOS DIZER	70
Documento 13	28 DE SETEMBRO.....	79
Documento 14	S.D.D. UMA NOITE DE ALEGRIA	80
Documento 15	S.D.D. PROGRESSO DA MOCIDADE	81
Documento 16	AS TAÇAS.....	82
Documento 17	EMPREGADA.....	82
Documento 18	JAZZ BAND BATUTAS RIOCLARENSES.....	86
Documento 19	OS OITO BATUTAS.....	88
Documento 20	JAZZ-BAND DE PRETO E JAZZ-BAND DE BRANCO	89
Documento 21	SAMBAS NO PATEO DE SÃO BENEDICTO	101
Documento 22	A INAUGURAÇÃO DO CENTRO C. B. LUIZ GAMA	103
Documento 23	CADÊ CAMPO PRA SAMBAR.....	108
Documento 24	CENTRO CÍVICO E BENEFICIENTE LUIZ GAMA.....	112
Documento 25	GRANDIOSO BAILE DOS BATUTAS RIOCLARENSES.....	122
Documento 26	FAVELA.....	126
Documento 27	EMPREGADA BRANCA	127
Documento 28	PAGEM BRANCA.....	127
Documento 29	CONCENTRAÇÃO MONSTRO DA RAÇA NEGRA EM SÃO PAULO	142
Documento 30	EMPREGADA INFIEL.....	144
Documento 31	GOLPE ESMAGADOR NO MERCADO NEGRO	144
Documento 32	A CANDIDATURA DE WANDICO NORBERTO	149
Documento 33	A CANDIDATURA DE ARISTIDES SOUZA SANTOS	151
Documento 34	A BARBEARIA DOS NEGROS DE RIO CLARO.....	153
Documento 35	OS INSTRUMENTOS DO TAMBU	156
Documento 36	A DANÇA TAMBU ou UMBIGADA	157
Documento 37	O SAMBA-LENÇO.....	158
Documento 38	A RESPOSTA DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO CLARO A ARISTIDES SOUZA SANTOS.....	164
Documento 39	A DECISÃO DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO CLARO.....	165
Documento 40	CORDÃO CARNAVALESCO DA SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO, 1953	170
Documento 41	PRIMEIRA RAINHA NEGRA DE RIO CLARO	172
Documento 42	TAMOIO FUTEBOL CLUBE.....	174
Documento 43	A CANDIDATA DO TAMOIO F. C. AO TÍTULO DE RAINHA DOS ESPORTES DE RIO CLARO	175
Documento 44	A MOBILIZAÇÃO NEGRA PELOS ESPAÇOS	

Documento 44	DA RAÇA EM RIO CLARO (parte 1).....	178
	A MOBILIZAÇÃO NEGRA PELOS ESPAÇOS	
	DA RAÇA EM RIO CLARO (parte 2).....	179
Documento 45	A ESCOLA DE SAMBA DO TAMOIO, 1957.....	188
Documento 46	AMEAÇA DE PERDA DE TERRENOS DAS	
	ORGANIZAÇÕES JOSÉ DO PATROCÍNIO E TAMOIO.....	195
Documento 47	LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL	
	DO TAMOIO F. C.....	195
Documento 48	LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL	
	DA SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO	196
Documento 49	SAUDAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA	
	JOSÉ DO PATROCÍNIO À COLETIVIDADE NEGRA DE RIO	
	CLARO.....	200
Documento 50	BAILE DO TAMOIO DE RIO CLARO	210
Documento 51	SEDE DA SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO	
	DE RIO CLARO	211

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1940.....	116
Tabela 2	População, por nacionalidade e sexo em Rio Claro-SP, 1940.....	117
Tabela 3	População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1950.....	147

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I	
Considerações teóricas: raça, movimentos sociais e poder local	16
Ia. O emprego do conceito raça	17
Ib. Movimento social em teoria	22
Ic. Os estudos de poder local	27
Capítulo II	
Dos anos 1930 a 1945: o ciclo do “novo” Movimento Negro em Rio Claro	35
Capítulo III	
De 1945 aos anos 1960: o ciclo da mobilização negra pela fixação dos espaços da raça em Rio Claro	140
Considerações finais:	213
Bibliografia	222

INTRODUÇÃO

Por meio da pesquisa **Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)** buscou-se compreender o formato do movimento negro rioclareense, e como esse movimento se relacionou com o poder local em suas reivindicações de raça. Focalizamos os espaços de sociabilidade negra de Rio Claro, dirigindo especial atenção aos processos identitários que moldaram tal sociabilidade e às demandas que os atores negros endereçaram ao poder local, na busca por espaços próprios da raça na cidade. Este projeto é uma extensão da pesquisa de mestrado **Poder Local e Representação Política: Negros e Imigrantes no Interior Paulista (Um Estudo sobre o Município de Rio Claro-SP, 1947-1996)**, que desenvolvi sob orientação do Prof. Dr. Karl Martin Monsma, como bolsista FAPESP.

Ainda subsiste, nas ciências sociais, uma lacuna com relação ao estudo da mobilização negra brasileira após a extinção da escravidão. Dessa maneira, há muito mais literatura sobre o negro escravizado do que sobre o negro do pós-abolição. No caso de São Paulo, tal desequilíbrio pode sugerir a idéia de que, depois da imigração européia em massa para o Estado, o negro literalmente desapareceu do mapa.

Entretanto, esse desaparecimento não ocorreu. As manifestações negras resistiram e continuaram a se desenvolver no século XX, quer sob a forma de clubes sociais, quer sob a forma de entidades carnavalescas, irmandades religiosas, etc.. Como observa George Reid Andrews, esse conjunto de atividades negras constitui um fenômeno que caracteriza não só São Paulo e o Brasil, como toda a América Afro-Latina (Andrews, 2004).

Destaque-se que, em Rio Claro, a falta de espaço físico próprio que acometeu particularmente as organizações negras é uma importante chave para a compreensão da relação entre movimento negro e poder local. Num contexto de maioria esmagadora branca, sob o peso do racismo e da discriminação a céu aberto, as organizações negras tiveram de empreender uma série de estratégias coletivas específicas para abandonar o que chamamos de espaços intermitentes da raça, e assim ocupar os espaços próprios da raça - o que viria a ocorrer somente ao final dos anos 1960.

Em Rio Claro, nem mesmo nos acervos da cidade pudemos encontrar alguma bibliografia referente à coletividade negra local, ao contrário do ocorrido com relação a imigrantes e descendentes, sobretudo de origem italiana e alemã. Portanto, no desenvolvimento desta pesquisa, não pudemos contar com trabalhos anteriores que nos informassem sobre a mobilização negra no plano local. Assim, este trabalho demandou um longo caminho de pesquisa (na realidade vimos lidando com relações raciais em Rio Claro desde 2001, sistematicamente, quando teve início nosso projeto de mestrado), sem o qual a apresentação dos resultados aqui disponibilizados não seria possível.

Para a realização deste projeto, estabelecemos uma metodologia de pesquisa estruturada basicamente:

- (a) nas entrevistas com atores das organizações negras de Rio Claro - ou seja, na interrogação sistemática do que designamos por vozes subterraneizadas;
- (b) nos acervos pessoais desses atores (reliquias de valor que não se pode calcular);

(c) na pesquisa exaustiva de dois jornais locais, o *Cidade de Rio Claro* (fundado em 1934) e o *Diário do Rio Claro* (fundado em 1886), de posse do acervo do Arquivo Histórico Municipal Oscar de Arruda Penteado. Nesses dois veículos, consultamos (nada mais, nada menos que) quatro décadas de imprensa escrita, ou seja, todos os exemplares disponíveis entre 1930 e 1970.

Todo esse material foi sistematicamente catalogado e digitalizado no transcorrer da pesquisa, o que nos permitiu a montagem de um acervo extremamente rico, e único, sobre a trajetória da luta negra rioclarense entre os anos 1930 e os anos 1960.

Não foi tarefa fácil analisar teoricamente todo esse acervo, mesmo porque não pudemos contar com um modelo teórico previamente adequado para focalizá-lo em sua totalidade. Desde o início da pesquisa, sabíamos que seria necessário considerar, de maneira integrada, ferramentas teóricas advindas de três áreas de estudo, qual sejam, relações raciais, movimento social e poder local. Ressalte-se que esses campos de estudo pouco têm dialogado entre si nas ciências sociais brasileiras, apesar da necessidade de se compreender, teoricamente, como raça, mobilização coletiva e poder político estabelecido têm se articulado no contexto brasileiro. Portanto, no primeiro capítulo do trabalho buscamos estabelecer, de modo direto, o sentido que raça, movimento social e poder local assumem nesta pesquisa.

No segundo capítulo trabalhamos a mobilização negra rioclarense na sua relação com o poder local, entre 1930 e 1945, focalizando o que designamos por “novo” movimento negro, que floresceu a partir da revolução de 1930 e

feneceu gradativamente do fim dos anos 1930 a meados dos anos 1940, pelas razões que apresentamos no capítulo. O estudo desse período teve como base a imprensa analisada, uma vez que, por uma questão geracional, quase não encontramos depoentes aptos a falar sobre a mobilização negra da época.

No terceiro e último capítulo, enfocamos o ressurgimento da mobilização negra local ocorrido a partir de 1945. Essa fase do movimento, caracterizada por uma série de conquistas da raça em Rio Claro, vai de meados dos anos 1940 até final dos anos 1960, quando os negros finalmente conseguiram construir os espaços fixos e próprios da raça, depois de longa trajetória reivindicativa perante o poder local.

Ao término do trabalho, nas considerações finais, levantamos questões de ordem teórica a partir do diálogo com autores que se ocuparam e/ou se ocupam das relações raciais no contexto brasileiro.

Em síntese, por meio desta pesquisa, objetivamos mostrar como as organizações negras forçaram a construção de seus espaços exclusivos em Rio Claro, num contexto no qual os negros sempre constituíram minoria quantitativa e política. Reiteramos que nosso estudo está centrado no negro local, e não no poder local, não nos restando dúvidas de que as organizações cívicas, carnavalescas, dançantes... do negro rioclareense (em geral, consideradas manifestações culturais esvaziadas de luta política) compuseram um movimento social exatamente ao buscar ocupar espaços numa estrutura social estabelecida para privilegiar, em todos os aspectos, os brancos. Nesse sentido, buscou-se compreender como um setor específico de reivindicantes da

sociedade local, ao qual denominamos movimento negro, negociou seu espaço com um poder local que só em raras situações correspondeu positivamente às demandas negras em Rio Claro.

CAPÍTULO I
Considerações teóricas:
raça, movimentos sociais e poder local

No presente capítulo mostraremos, de maneira objetiva, o caminho teórico geral escolhido para a análise do movimento negro rioclarense na sua relação com o poder local, entre os anos 1930 e 1960. A proposta nesta seção é comunicar, de modo direto, o sentido que raça, movimento social e poder local assumem na nossa análise – evitando que revisões teóricas intermináveis nos afastem de nosso objetivo e nos levem à elaboração de uma tese “saia e blusa” (na qual capítulo teórico e capítulos posteriores formam partes estanques e desconectas no trabalho). Para seguir adiante com o desafio de sintetizar conceitos que têm sido trabalhados de maneira tão separada nas ciências sociais (a saber, raça, na sociologia das relações raciais; movimento social, na sociologia política; poder local, na ciência política), faz-se necessário primeiramente mostrar o significado preciso que assumem nesta pesquisa.

Ia. O emprego do conceito raça

É consenso que, do ponto de vista da genética, a idéia de raça – que está atrelada a fatores como continuidade de descendências, parentesco por relação de sangue, hereditariedade física, psicológica e (até mesmo) social – não apresenta valor científico. Deste modo, na área de estudos da genética, raça não é um conceito operacional dada a impossibilidade de se estabelecer sistemas de classificações raciais universais (Adesky, 1996, p.39).

No período pós-Segunda Guerra, observou-se um esforço de biólogos, sociólogos e antropólogos no sentido de sepultar a idéia de raça. Pensava-se que o primeiro passo contra o racismo consistia na eliminação do conceito raça – tal concepção era defendida, inclusive, por parte de determinados cientistas naturais, traumatizados com o mau uso do termo. Mas a questão é que, mesmo sendo possível demonstrar por meio de estatísticas que a população humana, em termos genéticos, não se pode dividir em raças, para alguns biólogos seria crucial a manutenção do conceito, haja vista a existência de agrupamentos humanos geneticamente mais uniformes que outros (Guimarães, 2003, p.96).

Assim, se o modelo da taxinomia clássica que classifica racialmente os grupos em branco, negro, amarelo... é geneticamente insustentável, não seria satisfatório abandonar o conceito raça? (Adesky, 1996, p.40).

Para Jacques d'Adesky – que ressalta constantemente a importância do emprego do conceito de etnia, enquanto instrumento complexo de análise que permite apreender as relações de poder e a realidade do Estado-nação –, “a raça se apresenta fechada, exclusiva e extremamente ambígua” (Adesky, 1996, p.45).

Para autores como Yvonne Maggie e Peter Fry, raça é termo que não se aplica ao contexto brasileiro. De acordo com tais autores e com boa parte dos antropólogos, não cabe ao cientista social elaborar categorias analíticas para explicar como os atores sociais constroem seu mundo de significados (Guimarães, 2002, pp.47 e 54).

Há, assim, uma diferença ontológica fundamental entre os antropólogos informados por esta orientação, de um lado, e sociólogos como Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, de outro. Para este último, em consonância com a tradição sociológica, cabe ao analista social buscar o que existe de comum entre as diversas sociedades, para então construir categorias de análise gerais que levem – ao contrário do que se pode interpretar – à compreensão das particularidades e contingências históricas (Guimarães, 2002, pp.54-55).

A postura de retomada do conceito de raça, tanto por parte do movimento negro quanto por parte de sociólogos, tem provocado críticas de cientistas sociais tais como Kwame Appiah e Fry, descontentes com a reintrodução de raça nas ciências sociais e na política brasileiras. São poucas, até aqui, as tentativas teóricas mais consistentes destinadas a retirar a fundamentação biológica do conceito raça, para dotá-lo de um significado sociológico atrelado à identidade social (Guimarães, 1999, p.68).

Extirpar a palavra raça do vocabulário, como medida anti-racista, seria uma eugenia lexical negativa na perspectiva de Pierre-André Taguieffe, visto que não se pode matar o racismo por meio da supressão da palavra raça. Cabe observar que, para Adesky, os argumentos de Taguieffe sobre a importância da manutenção do termo raça são persuasivos: ainda que este último reconheça

que a noção de raça é uma forma descabida de designar populações sobrepostas, cuja infinita diversidade não se presta à classificação cientificamente aceitável, ele chama a atenção para o fato de que o homem comum apresenta formas de percepção que escapam aos complexos modelos teóricos da genética contemporânea (Taguieff, 1995; apud Adesky, 1996, pp.40-41).

Ademais, raça é, para além de uma categoria política necessária à organização e à resistência negras no Brasil, uma categoria analítica indispensável, que leva ao entendimento científico de que as discriminações e desigualdades ditas de cor são, efetivamente, raciais, e não apenas de classe. Ainda que não existam raças, em termos biológicos, a categoria raça tem existência nominal e efetiva no mundo social real (Guimarães, 2002, p.50) – o que é completamente corroborado pelo caso de Rio Claro-SP, como mostraremos ao longo do trabalho.

Para a sociologia em específico, raças são construções sociais alicerçadas em discursos que remetem à origem e à transmissão, pelo sangue, de essências entre gerações. Este é, portanto, o terreno das identidades sociais (Guimarães, 2003, p.96). As raças são identidades construídas por meio de uma idéia biológica errônea, mas que se mostra socialmente eficaz na manutenção das diferenças e privilégios. São também produtos advindos de formas de classificar e de identificar, e formas orientadoras da ação humana (Guimarães, 1999, p.64).

Importa ressaltar o fato de que as raças, enquanto formas de classificar e de identificar, são produtoras de “comunidades, associações ou apenas [de] modos de agir e [de] pensar individuais”. Em termos sociológicos, devem constituir um instrumento por meio do qual seja possível revelar condutas político-institucionais que provocam a discriminação sistemática e a desigualdade de oportunidades com relação à raça (Guimarães, 1999, p.65).

Não se pode perder de vista que o discurso cientificamente legitimado dos cientistas da genética anti-racista, aos olhos do homem comum, é algo por demais abstrato e desligado do conhecimento cotidiano vivido, no qual várias raças são socialmente percebidas. Este homem tipifica os indivíduos de acordo com características perceptíveis e visíveis, o que leva a concluir que a

desconstrução científica da raça biológica não implicou na eliminação da raça simbólica, que ainda se faz percebida e interpretada no cotidiano social (Adesky, 1996, p.40).

O imaginário racista é alimentado por uma série de semelhanças e diferenças que envolvem características que vão da cor da pele à morfologia do indivíduo. Se, pois, para a biologia, raça é sinônimo de problemas de definição insolúveis, no dia-a-dia, raça é uma realidade social que classifica hierarquicamente os indivíduos por meio de características físicas (Adesky, 1996, p.40). Não obstante, como observa Valter Roberto Silvério, “no Brasil (...) existiu e existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes” (Silvério, 2002, p.223).

Em direção contrária, Fry entende que

o Brasil vive “surto” de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido (...) Mas nem por isso precisamos descartar a “democracia racial”, como ideologia falsa. Como mito, no sentido em que os antropólogos empregam o termo, é um conjunto de idéias e valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o “Brasil”, para aproveitar a expressão de Roberto da Matta. Como tal, é seguramente nada desinteressante, num mundo assolado pelos particularismos “raciais”, “étnicos” e “sexuais” que alhures produzem sofrimento e morte no pretensível caminho da igualdade (Fry, 1995/96, p.134).

Reafirmando sua argumentação, Fry critica o cientista político Michael Hanchard, acusando-o de se utilizar de instrumentos teórico-metodológicos “americanos”, inadequados, portanto, para a análise da questão racial no Brasil. Hanchard (Hanchard, 1996), na visão de Fry, estaria universalizando o particularismo racial norte-americano (Fry, 1995/96, p.134)¹. Compartilhando da mesma lógica estão Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, como se observa na crítica que dirigem a Hanchard:

ao aplicar as categorias raciais norte-americanas à situação brasileira, o autor [Hanchard] erige a história particular do Movimento em favor dos Direitos Civis como padrão universal

¹ Ver também Fry, 2005.

da luta dos grupos de cor oprimidos. Em vez de considerar a constituição da ordem etnorracial brasileira em sua lógica própria, essas pesquisas contentam-se, na maioria das vezes, em substituir na sua totalidade o mito nacional da “democracia racial” (tal como é mencionada, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre), pelo mito segundo o qual todas as sociedades são “racistas”, inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações “sociais” são menos distantes e hostis (Bourdieu e Wacquant, 1998, p.22).

Por outro lado, tanto em seu livro *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo [1945-1988]* (Hanchard, 2001), quanto em “Uma resposta a Peter Fry” (Hanchard, 1996), Hanchard afirma não ter sentido lógico considerarmos a questão racial no Brasil de forma desconecta e isolada. Neste sentido, a não comparação do caso brasileiro com outros países acaba por empobrecer o entendimento da política racial brasileira. O autor pontua que

o racismo brasileiro contra povos negros e pardos é apenas uma variação sobre um tema que persistiu não apenas no Novo Mundo, mas, através de numerosos encontros entre povos de ascendência africana e povos da Europa, em muitos tempos e lugares depois do século XV. Fry (entre outros) deseja que discutamos as especificidades do racismo brasileiro fora desse contexto temático e, em consequência, priva o debate de ressonâncias comparativas, diaspóricas (Hanchard, 1996, p.174).

Ainda de acordo com Hanchard (Hanchard, 1996), Fry trabalha de modo muito competente questões concernentes à mestiçagem, sem, no entanto, se pronunciar com relação à discussão que envolve poder e privilégio na dinâmica racial brasileira. Hanchard, que relê o conceito de hegemonia de Gramsci para explicar a hierarquia racial vigente, afirma que Fry carece de meios conceituais e teóricos capazes de levar ao entendimento, no campo das relações raciais, da dominância e da subordinação, da repressão e da resistência (Hanchard, 2001).

É necessário destacar que, nesse trabalho, raça constitui tanto categoria nativa quanto categoria analítica. Com base na história rioclarense entre os anos 1930 e 1960, constatou-se, sem maiores esforços, que raça é um pacote de símbolos em torno do qual os grupos sintetizam impressões e convicções “de si” e “dos outros”, espaços “de preto” e espaços “de branco”, produtos culturais

“de negro” e produtos culturais “de branco”, em esferas fundamentalmente separadas.

Em consonância com Adesky, Guimarães, Hanchard, Silvério, entre outros, perspectivamos raça como cultura, portanto, como construção social que formata profundamente o cotidiano vivido dos sujeitos também no contexto brasileiro. Desenvolveremos esta concepção do conceito raça no transcorrer de toda a análise sobre Rio Claro.

Ib. Movimento social em teoria

Buscando reunir conceitos que ajudem a definir e a compreender o movimento negro no contexto rioclarense, é fundamental focalizar teoricamente o movimento social. Isso implica direcionar atenção a “uma área clássica de estudo da sociologia e da política”, que tem “lugar de destaque nas ciências sociais” (Gohn, 1997, p.329). Do ponto de vista teórico, a área é uma seção de estudos sócio-políticos na qual os movimentos são analisados dentro da problemática da ação coletiva - destaque para os referenciais teóricos produzidos nos Estados Unidos e na Europa (Gohn, 1997).

O debate entre os paradigmas norte-americano da Mobilização de Recursos (MR), de um lado, e europeu dos Novos Movimentos Sociais (NMS), de outro, possibilitou a construção da vertente norte-americana da Mobilização Política (MP)². Para Maria da Glória Gohn,

a produção norte-americana desenvolveu a partir dos anos 70 um diálogo com a produção européia que provocou um enriquecimento da reflexão teórica para os dois lados (Gohn, 1997, p.218).

Por outro lado,

este diálogo, expresso em inúmeros debates, não foi abordado no Brasil, o país de maior produção de estudos sobre os movimentos sociais na América Latina. Isto não quer dizer que o paradigma norte-americano tenha se alterado substancialmente, mas ele se desenvolveu em novas frentes, aumentou muito sua produção sobre os movimentos sociais, e várias teorias foram criadas. Enquanto isso as teorias marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos anos 80. A dos Novos

² Ver Morris e Mueller, 1992.

Movimentos Sociais cresceu e se firmou neste mesmo período, para depois também se estagnar nos anos 90. Este cenário levou uma certa “orfandade teórica” aos analistas latino-americanos nos anos 90, por estarem bastante presos ao referencial europeu (Gohn, 1997, p.218).

Fruto do diálogo entre as produções norte-americana e européia, o clássico *Frontiers in Social Movement Theory* (Mueller, 1992) apresenta uma variedade de táticas para reunir o cultural e o estrutural, estratégia e identidade – o que é ainda questão central para a reformulação da teoria dos movimentos sociais. Nesta orientação, o ator do novo movimento social constrói (e é construído por) um mundo de significados específicos, informados por identidades de raça, gênero, classe e nacionalidade. É nesse contexto que o novo ator constrói demandas e administra recursos e oportunidades (Mueller, 1992).

Críticos da teoria da mobilização de recursos, como Jean Cohen, têm sustentado que o paradigma da estratégia, baseado nas ciências naturais, não pode ser conciliado com o paradigma da identidade. Não obstante, em *Frontiers in Social Movement Theory* está posto que um paradigma não precisa, necessariamente, suplantar o outro, e que recursos, organização formal, táticas e oportunidades políticas podem sim ser reestruturados dentro de um paradigma mais sensível às diferenças históricas, culturais e estruturais da micromobilização. É justamente no interior dessa micromobilização que identidades e demandas emergem nos movimentos, advindas de experiências específicas que engendram restrição e oportunidade (Mueller, 1992).

Cabe aqui referência à crítica de David A. Snow e Robert D. Benford acerca das análises dos movimentos sociais. De acordo com os autores, os fatores ideológicos não têm recebido a devida atenção nas elaborações teóricas sobre os movimentos sociais. Para eles, na área, subsiste a tendência de ignorar o papel das crenças e das idéias na mobilização. Só mais recentemente é que críticos procuraram alargar a teoria da MR, incluindo aí a análise sobre as idéias. Deste modo, se antes significados e idéias eram elementos tratados como dados, como se florescessem quase que espontaneamente dos eventos e objetos com os quais se associavam, agora têm sido vistos como produtos sociais que

emergem no transcorrer do processo interativo. Em sua análise, os atores dos movimentos sociais encontram-se ativamente ligados na produção e na manutenção de significados. É no interior das organizações que esses atores transformam velhos significados e geram novos (Snow e Benford, 1992, p.136).

Importa ressaltar que, para analisar o movimento negro rioclareense entre os anos 1930 e 1960, serão utilizadas ferramentas teóricas advindas do paradigma da Mobilização Política, mais especificamente do *Political Process model* (modelo do Processo Político), de Doug McAdam (McAdam, 1999). A escolha se justifica porque tal modelo:

1. constitui uma síntese extremamente bem elaborada e rica dos paradigmas estruturalista, racionalista e culturalista da ação coletiva, enfatizando a importância da identidade, da subjetividade e da cognição no interior do movimento;
2. coloca os *challengers* (literalmente desafiadores do sistema, membros dos grupos excluídos) e suas demandas coletivas no centro da análise – e não os *established polity members* (membros políticos estabelecidos);
3. prioriza o estudo das relações entre movimento social (constituído pelos desafiadores), de um lado, e grupos políticos estabelecidos, de outro;
4. focaliza, diante das pressões do movimento social, a vulnerabilidade do sistema político estabelecido (McAdam, 1999).

A análise sobre Rio Claro será feita à luz desses quatro pontos em destaque.

De acordo com Debra Friedman e McAdam, tanto as teorias da escolha racional quanto as teorias estruturais têm sido mutuamente exclusivas – as primeiras identificando as causas do ativismo no cálculo custo-benefício do indivíduo, e as últimas, na estrutura e nas conexões de rede (*network connections*). A partir desta constatação é que ambos propõem uma interseção, um diálogo entre as duas correntes teóricas de que se trata, ressaltando a importância da identidade coletiva tanto na formação da participação individual quanto para a manutenção do movimento social. Assim, o que une

as teorias da estrutura e da escolha racional é o conceito de identidade coletiva (Friedman e McAdam, 1992).

Para os mesmos autores, embora não seja fácil delinear o conceito de identidade coletiva quer em termos de definição conceitual, quer empiricamente, é correto dizer que toda identidade requerida implica algum grau de apropriação coletiva. Partilhada no movimento social, a identidade coletiva deixa transparecer um status específico, ou seja, um leque de atitudes, compromissos e regras comportamentais que envolve os que partilham de tal identidade. Quando alguém se pronuncia enquanto neonazista, por exemplo, está na realidade informando seu próprio status, ou seja, sua intolerância contra negros, judeus, liberais, entre outros. Assim sendo, em consonância com a perspectiva weberiana clássica, pode-se definir identidade coletiva enquanto um pronunciamento público de status (Friedman e McAdam, 1992, pp.156-57).

Por outro lado, o conceito de identidade coletiva envolve também o anúncio individual de afiliação - o que promove, obrigatoriamente, uma conexão com os outros. Participar de uma identidade coletiva é reconstituir o indivíduo (*individual self*), de acordo com uma identidade nova e coletivamente valorizada. Anunciar que alguém partilha de uma dada solidariedade não é simplesmente dizer que este alguém tem que cumprir obrigações relativas a comportamento e atitude, mas, indo além, é reivindicar para si acessórios socialmente partilhados dentro de um grupo. Nesses termos, as diversas identidades coletivas funcionam como incentivos seletivos que motivam a participação do indivíduo no interior do movimento social (Friedman e McAdam, 1992, p.157).

Portanto, a adesão a um dado movimento liga-se também à participação do sujeito enquanto indivíduo no ativismo. Tal participação, por sua vez, produz sentimentos de eficácia pessoal ligados a uma prática ativista que vale a pena, uma vez que engendra benefícios em potencial. Na perspectiva de Friedman e McAdam, os indivíduos participarão em ações coletivas apenas quando tiverem a expectativa de receber benefícios privados que excedam os custos despendidos (Friedman e McAdam, 1992, pp.158-59).

Mas sublinhe-se que: (a) a adesão ao movimento social é um processo de afiliação individual, sem, entretanto, deixar de ser um processo coletivo identitário; (b) identidade coletiva atrativa não se cria de um dia para o outro. Os movimentos sociais em geral redefinem papéis já existentes dentro de organizações estabelecidas, o que embasa a identidade ativista emergente. Como exemplo, nos EUA, o movimento pelos direitos civis cresceu rapidamente em função da apropriação de uma base preexistente, a saber, as igrejas da comunidade negra norte-americana. Esta religiosidade negra foi utilizada como um incentivo de grande importância na promoção do ativismo. Negros nas cidades do sul, para reforçar o status de cristãos, somaram às suas tarefas religiosas atividades que envolviam a luta pelos direitos civis (Friedman e McAdam, 1992, pp.162-63).

Ainda sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais, num “segundo estágio”, novos incentivos seletivos devem ser oferecidos aos participantes, tanto para reter velhos membros como para atrair novos. Dentre tais incentivos tem papel de grande destaque a identidade coletiva, já que os indivíduos só se afiliam a grupos quando subsiste uma compatibilidade entre a imagem que apresentam de si mesmos, e a imagem coletiva do movimento em questão (Friedman e McAdam, 1992, p.164).

Os autores também observam que a natureza amorfa de uma identidade coletiva muito geral (exemplo: um movimento em prol da justiça social, que engendra um compromisso com a justiça universal, independentemente do pronunciamento de status do ativista) certamente será menos eficaz como um incentivo seletivo, do que uma identidade coletiva mais específica. Nessa direção, quanto mais inclusiva uma identidade coletiva, mais difícil será manter controle sobre seus efeitos, ou seja, menor seu poder enquanto incentivo coletivo (Friedman e McAdam, 1992, p.165).

Além disso, quando a identidade coletiva se torna uma mercadoria pública de fácil acesso, muitos podem dela participar, sem contudo contribuir para sua manutenção. Isto corresponde a dizer que adotar uma identidade não significa, necessariamente, participar de um dado movimento. A título de

exemplificação, o movimento *Black Power* norte-americano, ao final dos anos 1960, produziu uma identidade negra revolucionária que conferiu status e autoestima entre boa parte dos jovens negros, sem que isto implicasse, necessariamente, em ativismo. Em outras palavras, quando subsiste identidade sem que haja contribuição ativista, tem-se uma forma de *free riding* (leia-se “carona livre” no movimento) que, de acordo com Friedman e McAdam, não é passível de controle por parte dos movimentos (Friedman e McAdam, 1992, pp.166-67).

Por outro lado, quanto maior a adoção de uma identidade coletiva particular, mais intensa será a coesão para a ação de um movimento. Ao mesmo tempo, quanto mais radical tal identidade, menor o número de indivíduos simpáticos dispostos a fazer parte da mesma (Friedman e McAdam, 1992, p.168).

Os autores também chamam a atenção para os problemas enfrentados por movimentos sociais pobres em recursos materiais. Organizações com esse perfil (no qual, como se sabe, se enquadra a grande maioria das organizações negras brasileiras, historicamente) não podem conter o chamado *free rider problem*, já que carecem de recursos para empregar como incentivos seletivos à participação (Friedman e McAdam, 1992, p.169).

Em conclusão, como já afirmado, consideramos sobremaneira pertinente o modelo teórico do Processo Político, de McAdam (McAdam, 1999), para analisar o movimento negro rioclareense na sua relação com o poder local, entre os anos 1930 e 1960. Dentre os méritos desta matriz para a presente pesquisa, constam: 1) o modo central como se focaliza o movimento social, suas demandas e seus processos de identidade coletiva; 2) a maneira pela qual a relação entre *challengers* (desafiadores) e *established polity members* (poder político estabelecido) é evidenciada, com atenção à vulnerabilidade desse poder mediante as pressões do movimento.

Ic. Os estudos de poder local

Em fins dos anos 1960, fazendo um balanço da produção dos estudos de poder local no Brasil, José Murilo de Carvalho referencia os trabalhos da área

produzidos nos Estados Unidos, justificando tal escolha não como “uma posição valorativa”, mas por haver neste país: (a) uma vasta literatura sobre poder local; (b) modernas técnicas de pesquisa em ciência política (Carvalho, 1968, p.232).

De acordo com Carvalho, os estudos de poder local nos Estados Unidos já avançavam, ao final dos anos 1960, rumo à superação da controvérsia metodológica elitismo (método da reputação para identificação dos grupos no poder, corrente de Floyd Hunter) *versus* pluralismo (método da tomada de decisão para identificação dos grupos dominantes, da vertente de Robert Dahl):

a literatura sobre poder local nos Estados Unidos, embora longe de apresentar resultados definitivos, tem um caráter dinâmico e caminha para maior amadurecimento científico através de uma contínua auto-crítica (...) [o que leva ao] julgamento crítico da literatura brasileira sobre o assunto... (Carvalho, 1968, p.236-37).

No caso brasileiro, observa o autor, os estudos de poder local provêm de duas fontes. A primeira delas é formada por uma série de estudos publicados pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Esses trabalhos, todos escritos por brasileiros, dizem respeito explicitamente ao poder político local, motivo pelo qual o autor os classifica como estudos políticos. Já a segunda fonte é constituída por estudos de comunidade, realizados na Universidade de São Paulo por antropólogos brasileiros e norte-americanos. Os últimos, classificados como estudos antropológicos, não tratam diretamente do poder político local. Todavia, por apresentarem uma descrição bastante completa da vida local, fornecem elementos para a análise da estrutura de poder vigente (Carvalho, 1968, p.237). Sobre a realização da pesquisa nos trabalhos a que se refere, sublinha Carvalho:

os procedimentos são bastante primitivos e geralmente seguem o seguinte esquema: a) por uma razão ou outra, o autor resolve escrever um trabalho sobre certa localidade; b) consultam-se algumas fontes históricas e estatísticas; c) o autor passa uma ou duas semanas no local entrevistando informalmente algumas pessoas que parecem ser ou são apontadas como, líderes locais. Estas entrevistas geralmente se destinam a reconstruir a história política local, com especial ênfase nas lutas de família e no controle familiar dos partidos políticos; d) o autor coleta algum folclore sobre a vida política local, como sejam apelidos dados a

membros das facções políticas em luta; e) o autor volta à sua mesa de trabalho e produz um estudo de poder local (Carvalho, 1968, pp.238-39).

Maria Teresa Kerbaury e Oswaldo Truzzi observam que os estudos brasileiros sobre poder local deixam entrever, quando muito,

uma aproximação entre o *controverso modelo reputacional*, desenvolvido por Floyd Hunter (1953) – em que o poder é identificado ao prestígio e às personalidades de maior reputação (geralmente homens de negócios da comunidade e aqueles reconhecidos como poderosos), detentores do poder que se constituem como uma verdadeira oligarquia –, e o *modelo decisional*, desenvolvido por Robert Dahl (1964) – segundo o qual, a análise das decisões locais é fundamental para determinar o poder local, no sentido de ser a expressão de interesses divergentes, compondo assim a idéia de pluralidade política que permeia a obra do autor.

Essa aproximação entre o *modelo reputacional* e o *modelo decisional* procura identificar o tipo de controle, familiar ou não, exercido pelo poder político local. Ainda que o controle familiar do poder político local não apareça de forma explícita, ele é entendido por alguns autores como um domínio oligárquico; quando não se verifica esse tipo de controle, o poder político local é considerado democrático (Kerbaury e Truzzi, 2000, pp.161-62).

A literatura sobre poder local no país, segundo Kerbaury e Truzzi (Kerbaury e Truzzi, 2000), é constituída tanto por autores que dão ênfase à autonomia dos núcleos privados e às conseqüências que advêm de sociedades estruturadas na ausência do poder público, quanto por autores que focalizam a fragilidade do poder local perante o Estado patrimonial de formação secular. Os trabalhos que mais deixam entrever essas duas posições distintas são, respectivamente, os de Nestor Duarte, de um lado³ e Raymundo Faoro, de outro⁴.

Ainda de acordo com Kerbaury e Truzzi (Kerbaury e Truzzi, 2000), nos estudos brasileiros de poder local em geral, a possível existência de um domínio oligárquico sem controle familiar não era levada em conta. Nesses trabalhos, a preocupação com a estrutura e a função da família não dá conta do complexo

³ Ver Duarte, 1966; apud Kerbaury e Truzzi, 2000, p.161.

⁴ Ver Faoro, 1987; apud Kerbaury e Truzzi, 2000, p.161.

processo de mudança ocorrido, por exemplo, após 1945, quando em muitos municípios mais urbanizados e desenvolvidos a família deixa de ser a referência político-teórica obrigatória, já que surgem outros atores no cenário político local – imigrantes e descendentes, de modo especial (Kerbauy e Truzzi, 2000, p.162; Pereira, 2004).

Ao final dos anos 1960, Carvalho propunha maior atenção à metodologia e às técnicas de pesquisa empregadas na ciência política brasileira. Para o autor não se tratava de “imitar” o que é feito fora do Brasil, mas de salientar o fato de que “há certos procedimentos que pertencem ao raciocínio científico como tal e não dependem de preferências individuais”. Além disso, o caso norte-americano deveria ser cuidadosamente observado, para que fosse evitada a discussão estéril e simplista acerca da dicotomia elitismo-pluralismo (Carvalho, 1968, p.247-48).

Escrevendo em fins dos anos 1990 – portanto, quase trinta anos após a revisão sobre poder local que realizou no final dos anos 1960 (Carvalho, 1968) –, Carvalho julgou ainda subsistir, nos estudos de poder local brasileiros, imprecisão e inconsistência com relação a conceitos básicos, como coronelismo, mandonismo e clientelismo (Carvalho, 1997, p.229).

Para o autor, mesmo os que utilizam como referência o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, freqüentemente empregam o conceito de coronelismo de um modo distinto do que Victor Nunes Leal empregara. Ao estudar coronelismo, Leal (Leal, 1980) preocupava-se com o sistema do qual o coronel era parte. Estavam, no centro de suas análises, a estrutura e a maneira por meio das quais as relações de poder se configuravam na Primeira República, a partir do município (Leal, 1980, p.13; apud Carvalho, 1997, 230).

O coronelismo, que constitui um sistema de barganhas entre governo e coronéis, pode ser assim explicado:

o governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo concedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do

reconhecimento de seu domínio no estado. O coronelismo é fase do processo mais longo de relacionamento entre fazendeiros e governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos (Carvalho, 1997, p.231).

Ressalte-se que, na perspectiva de Carvalho,

o próprio Leal é incoerente ao sugerir um renascimento do coronelismo embutido na tentativa dos presidentes militares de estabelecer contato direto entre o governo federal e os municípios, passando por cima dos governadores (Leal, 1980, p.14). A nova situação nada tinha a ver com a que descreveu em sua obra clássica (Carvalho, 1997, p.231).

Por outro lado, Kerbauy defende o argumento de que, apenas no período pós-1964 - quando surgem novos grupos sociais, com novas reivindicações políticas, num panorama caracterizado por mudanças político-institucionais de forte impacto e por crescente urbanização - a liderança do coronel foi dividida ou desapareceu por completo. Para a autora, só a partir de 1964 ocorre a eliminação da mediação exclusiva do coronel, ou seja, a eliminação do exercício discricionário do poder extralegal desse ator político. É necessário evidenciar o fato de que as reformas políticas introduzidas pelos governos militares pós-64, pautadas na racionalização e na burocratização do Estado, e que implicaram na modernização do aparato administrativo, concorreram para reprimir o poder privado, tornando portanto efetivamente pública a administração do poder político local (Kerbauy, 2000, pp.37-38).

Nesta orientação, a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana não foi suficiente para fazer desaparecer o tradicionalismo e o coronelismo. De acordo com Kerbauy, “foram os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas que criaram condições políticas propícias ao desaparecimento do coronelismo, enquanto prática de poder local”. A “morte dos coronéis”, aqui, liga-se ao fim do isolamento municipal e interiorano, à integração nacional e às reformas institucionais que

complexificaram o jogo de interesses políticos, o que é sentido de forma mais intensa no caso do interior paulista (Kerbaudy, 2000, pp.14 e 23).

Mas o desaparecimento do coronelismo não significou o fim de outro fenômeno político, qual seja, o clientelismo. Esse fenômeno constitui uma modalidade de relação entre atores, que engendra concessão de benefícios públicos, tais como empregos e isenções, em troca de apoio político, especialmente na forma de voto. Nessa perspectiva, qualquer noção de clientelismo diz respeito à barganha entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, o Estado é a parte mais poderosa, ou seja, a que tem poder para distribuir benefícios públicos em troca não só de voto, como também de qualquer apoio de que necessite (Carvalho, 1997, pp.233 e 242).

O conteúdo do clientelismo varia, ao longo do tempo, conforme os recursos que são controlados pelo atores políticos em questão. Tanto o mandonismo quanto o clientelismo atravessam a história política do país. No entanto, tais fenômenos diferem no tocante à trajetória descrita por cada um: enquanto o mandonismo percorre um caminho sistematicamente decrescente, o clientelismo pode, além de mudar de parceiros, aumentar ou diminuir ao longo do tempo (Carvalho, 1997, p.233).

Para Carvalho, os autores que identificam o fenômeno do coronelismo no contexto urbano, em fases mais recentes da história do país, estão simplesmente fazendo referência ao clientelismo, em que estão envolvidos o governo, por meio dos políticos, e os setores pobres da população (Carvalho, 1997, p.233) - o que é contestável, já que inúmeras outras parcelas, não necessariamente pobres, podem fazer parte do compromisso clientelista. Vale lembrar que

o clientelismo também está presente nas elites políticas nacionais, que contam com uma complexa rede de corretagem política, desde os altos escalões até as localidades menores, onde os recursos materiais do Estado desempenham papel crucial no atendimento de demandas. O clientelismo das elites nacionais se estrutura a partir das decisões do Estado, sua centralização no Executivo e seu efeito condicionante no comportamento ou na evolução do sistema partidário como um todo. Desta forma, o privado torna-se público para aprofundar o controle social e potencializar a vontade do Estado; e o

público se privatiza para otimizar a acumulação (Kerbaudy, 2000, p.34).

Ademais, o clientelismo pode ser entendido tal qual modalidade do comportamento eleitoral, característica tanto de sociedades tradicionais rurais (o que envolve notáveis locais e suas clientelas) quanto de sociedades modernas e urbanizadas (Kerbaudy, 2000, p.16). Não obstante, são

raras (...) as tentativas de apreender o fenômeno clientelista desligado do coronelismo e do mundo rural, como forma de manifestação possível em diferentes contextos, que assume formatos altamente diferenciados e opera tanto em termos das relações interpessoais quanto em termos do sistema mais amplo (Kerbaudy e Truzzi, 2000, pp.166-67).

Isso remete à

aceitação, ainda que inconsciente, de que o interior e o poder local propriamente ditos estão muito distantes da chamada política ideológica, já que o tradicionalismo e o clientelismo do velho sistema coronelista ainda estariam presentes. No interior a barganha seria ainda o *locus* de interesse por excelência, e o eleitor, apenas o beneficiário de um político de influência. Enquanto se associa, no geral, o urbano com as capitais e com a política ideológica, o interior seria o “paraíso do situacionismo, o local ideal de constituição da política tradicional e da manutenção do regime militar então instaurado” (Kerbaudy, 2000, p.35).

Para finalizar, reafirmamos que o presente trabalho focaliza com prioridade o movimento negro, e tal movimento na sua relação com o poder local em Rio Claro-SP - e não o contrário. Portanto, interessa-nos o “governo municipal, enquanto espaço político institucional em que se expressam a representação, a aliança, o confronto e a disputa de interesses, de forças e de organizações sociais” (Kerbaudy e Truzzi, 2000, pp.162-63). Exatamente por isso é que o conceito de clientelismo é valioso para refletir, conceitualmente, sobre o que as organizações negras rioclarenses conquistaram mediante suas demandas aos atores do poder local, e o que ofereceram em troca de suas conquistas.

É importante salientar que nossa investigação não se ocupa de situar-se no debate “método reputacional *versus* método decisional”, nem de assumir posição quanto à identificação cronológica do nascimento, desenvolvimento e morte do coronelismo. Tendo em vista o caso de Rio Claro entre os anos 1930 e

1960, o que nos importou foi: 1. a maneira pela qual os grupos negros “reputaram” os atores do poder local; 2. o modo pelo qual o movimento negro se expressou na transição do tradicionalismo para a modernidade política local.

Diferentemente do ocorrido com relação às organizações negras, as elites políticas de Rio Claro já foram bastante analisadas nos trabalhos de Neusa Costa Davids (Davids, 1968) e Maria Beatriz Bianchini Bilac (Bilac, 2001). No geral tais estudos revelam uma “mudança conservadora” na composição e recomposição do poder local em Rio Claro, com participação massiva de imigrantes e descendentes nesse processo. Desta forma, Davids e Bilac se aproximam das conclusões de Kerbauy (Kerbauy, 2000) sobre a persistência dos coronéis - distanciando-se, por completo, do posicionamento de Carvalho (Carvalho, 1997), segundo o qual o coronelismo morreu em 1937.

Consideramos as pesquisas de Davids (Davids, 1968) e Bilac (Bilac, 2001), sem deixar de colocar no centro de nossa análise as organizações negras e suas demandas ao poder local em Rio Claro (e não o poder local).

CAPÍTULO II
Dos anos 1930 a 1945: a construção
do “novo” Movimento Negro

No ano de 1930, ao contrário do ocorrido em 1920 e 1940, não foi realizado recenseamento geral no Brasil. Não obstante, tomando-se os censos de 1920 e 1940, é possível ter idéia do perfil populacional que Rio Claro-SP apresentava nos anos 1930.

De acordo com censo de 1920, Rio Claro possuía 50.416 habitantes. Neste levantamento não foi incluído o item cor, mas o censo informa que só os estrangeiros não africanos constituíam 16,62% do total populacional da cidade. Destes, 4.843 eram italianos (57,81%); 1.248, portugueses (14,90%); 1.116, espanhóis (13,32%); 700, alemães/suíços/austriacos (8,36%); 218, russos/poloneses/europeus orientais (2,60%); 98 eram asiáticos (1,17%); 85, latinoamericanos/norte-americanos (1,01%); e 70 tinham nacionalidade indeterminada (0,83%) (Haach, 1998, p.65).

O censo de 1940 registrou, com relação ao de 1920, uma queda populacional na cidade, uma vez que foram contabilizados, neste último, 47.287 habitantes. Desse total havia 1.803 italianos (56,97% do total de estrangeiros), 422 espanhóis (13,33% do mesmo total), 409 portugueses (12,92%), 212 alemães (6,70%), 47 japoneses (1,49%) e 272 pessoas de outras nacionalidades (8,59%) (Recenseamento Geral do Brasil - 1940).

Ainda em consonância com este censo, 44.024 habitantes eram de cor branca; 2.898, de cor preta; 97, de cor amarela; 224, de cor parda; e 44 de cor não declarada. Do total populacional apenas 8.050 homens e 6.612 mulheres poderiam votar, lembrando que estaria legalmente apto(a) ao exercício do voto quem fosse brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a), alfabetizado(a) e com idade de 18 anos ou mais (Recenseamento Geral do Brasil - 1940). Cabe observar que,

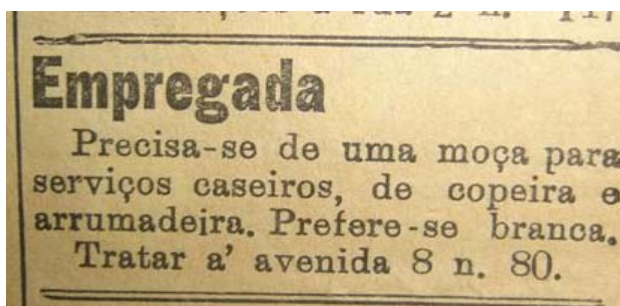
ainda que os números possam subestimar ou elevar os contingentes “preto” e “branco” da cidade, tudo leva a crer que, na época em questão, o percentual de brancos era de fato maior que o de pretos, sobretudo em função do intenso processo imigratório do qual Rio Claro foi importante cenário. O grosso do grupo branco era formado por imigrantes e descendentes (Pereira, 2004, pp.47-48).

Desta forma, o que significava para negros e negras rioclarenses morar em uma cidade onde a maioria esmagadora da população era branca?

Em outras palavras, a que tipo de constrangimento racial estaria sujeita a parcela negra local que, além de minoria política, constituía minoria quantitativa na cidade?

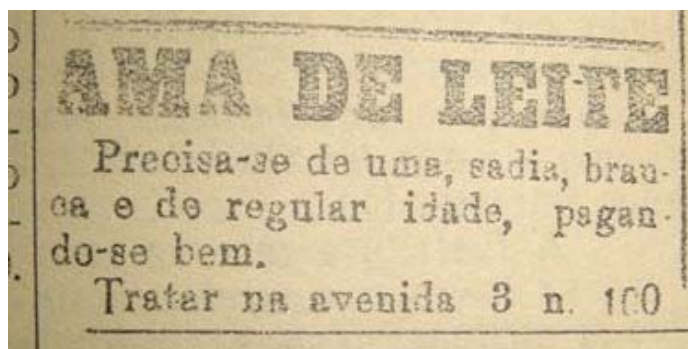
Tanto os depoimentos coletados quanto os jornais analisados sintomatizam as constantes pressões e humilhações raciais a que a gente negra estava exposta no contexto local, sem que pudesse lançar mão de mecanismos legais para a resolução do problema. Facilmente encontrados no decorrer da pesquisa, em especial nos anos 1930, seguem trechos da imprensa local que apontam para a prática do racismo a céu aberto em Rio Claro:

Documento 1 - EMPREGADA



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 29/01/1930.

Documento 2 - AMA DE LEITE



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 22/04/1932.

Os trechos supra reproduzidos são emblemas de uma época muito crítica para a mulher negra rioclarense. Para ela a concorrência havia se instaurado até mesmo em suas funções sociais históricas, sistematicamente cumpridas à exaustão desde a instauração da escravidão no Brasil. O anúncio

“Ama de Leite” reafirma, de modo singular, o caráter ambíguo das relações raciais brasileiras, já que a nacionalização do símbolo da bondosa e farta “Mãe Negra” (com uma criança branca ao seio) não isentou a mulher negra do racismo e da discriminação que, historicamente, se lhe dirigiram. Mas o homem negro também foi, por meio da mesma imprensa, alvo direto de racismo e estereotipização:

Documento 3 - DR. CLARO BRANCO DAS NEVES - MÉDICO



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 03/04/1932.

O documento imediatamente acima reflete a carga de negatividade com a qual o negro foi representado na imprensa rioclarense. A imagem projeta a idéia da contrastividade, dos papéis fora do lugar e da perplexidade inconformada branca diante da aberração e da brutalidade negras – note-se que a porta do consultório parece ter sido literalmente arrombada pelo médico caricaturado preto, “doutor Claro Branco das Neves”. Tem-se, neste fragmento, uma situação de contato racial marcada pela ridicularização e pela satirização

acerca do negro – tão distante do exercício da profissão médica até os dias atuais – no veículo de comunicação mais acessado de Rio Claro, na época. Em uma rápida leitura a imagem é capaz de educar negativamente milhares de leitores e leitoras, de uma só vez, formando convicções estereotipadas sobre o negro e cristalizando uma hierarquia racial sobremaneira essencializada.

Na ausência de um aparato legal do Estado que punisse minimamente atitudes racistas e discriminatórias como as aqui demonstradas, vários empreendimentos foram levados a cabo pelo conjunto das organizações negras brasileiras. Certamente a Frente Negra Brasileira (FNB) foi, nos anos 1930, o empreendimento negro mais famoso de que se tem notícia. Estima-se que, só no Estado de São Paulo, a FNB chegou a congregar cerca de duzentos mil (200.000) negros (Alberto, 2000, p.286). De acordo com Florestan Fernandes, a instituição

surgiu num clima de inquietação e de ansiedade pois desde 1927, vários grupos, tendo à frente o [jornal] Clarim da Alvorada, vinham preparando terreno para uma organização desse tipo (...) O êxito imediato foi espantoso. Em pouco tempo, contava com milhares de membros, com um poderoso núcleo dirigente em São Paulo e **várias ramificações pelo interior** e em outros Estados (Fernandes, 1978, p.45) [grifo meu].

Também existiam, na cidade, negros que buscavam estabelecer uma ramificação da FNB no plano local, como o atesta a notícia que segue:

Documento 4 - FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM RIO CLARO



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 23/02/1932.

Antes de publicar o convite acima, a redação do *Diário do Rio Claro* havia veiculado, na mesma edição, duas notas paralelas sobre a ramificação da FNB em Rio Claro. Destas, a primeira chamava a atenção para a existência de negros frentenegrinos paulistanos “*intelligentes e de preparo*”. Já a segunda recomendava, explicitamente, que os negros “*imitassem os brancos*”, para que então pudessem alcançar êxito no desenvolvimento de sua nova organização na cidade (*Diário do Rio Claro*, de 23/02/1932).

O convite de que se trata possibilita visualizar, nitidamente, que a FNB foi um elo de conexão entre negros rioclarenses e negros paulistanos, já no início dos anos 1930. Esse mesmo documento também permite constatar que havia, na cidade, uma organização negra que precedia a potencial FNB rioclarense, de nome 28 de Setembro – à qual nos referiremos mais adiante.

De acordo com nota do *Diário*, a reunião dos “*homens de cor*”, pautada na organização da Delegação da FNB em Rio Claro, “*realizou-se bastante concorrida (...) na séde da Sociedade Dansante 28 de Setembro*”, a 23 de fevereiro de 1932. Na ocasião, Aristides dos Santos, apontado pelo jornal como “*uma das personalidades negras de mais destaque*” de Rio Claro, falou da

“necessidade de se congregarem todos os seus irmãos de raça em torno da Frente Negra Brasileira”, instituição que aparece descrita como a “bandeira redemptora” que garantiria e pleitearia “os direitos dos negros no Brasil”. A nota destaca, ainda, que os senhores Hygino de Arruda, Aristides de Assis Negreiros e José Ignacio do Rosário se pronunciaram na reunião, no geral chamando a atenção para o valor que o trabalho do negro conferiu ao Brasil, para a importância de personalidades negras abolicionistas tais como José do Patrocínio e Luiz Gama, e também para a necessidade de instruir “moral e intelectualmente” os negros da nação (*Diário do Rio Claro*, de 25/02/1932).

Instruir em moral e em intelecto o negro brasileiro, para o “alevantamento” da raça: eis a tônica da Frente Negra Brasileira. Mais especificamente após a revolução de 1930 é que se pôde assistir o surgimento de um “novo” negro, porta-voz de um protesto racial moderno, sintonizado com as transformações que o novo momento político estabelecia no país. Assim, no contexto brasileiro, os anos 1930 representam um divisor de águas no tocante ao formato da atuação e do pronunciamento negros. Há, então, um posicionamento incisivo desses atores contra o tradicionalismo que há séculos moldara as relações entre brancos e negros no país, e uma ânsia para resgatar o negro do estado social de “desumanidade” em que se encontrava. Esse negro moderno via rompidas as algemas e o *modus operandi* da escravidão, assumindo a roupagem de uma modernidade urbana e chamando para si a responsabilidade tanto da denúncia do mito da democracia racial brasileira, quanto da organização coletiva negra em favor da mudança⁵. Ademais, como pontua Andrews,

a suposição de que a política era exclusivamente uma atribuição da elite – e da qual o povo estava rigorosamente excluído – foi seriamente questionada durante as décadas de 1910 e 1920 e agora parecia ter sido derrubada pela Revolução de 1930. Juntamente com os trabalhadores brancos e com a classe média branca, os negros clamaram para ser incluídos na participação política mais ampla que aquela revolução parecia pressagiar (Andrews, 1988, p.230).

⁵ Ver Fernandes, 1965.

No início de março de 1932, a ramificação da Frente Negra Brasileira em Rio Claro publicou nota informando que José Ignacio do Rosario acabava de ser nomeado Delegado Especial da Frente Negra Brasileira de Rio Claro-SP, “com poderes amplos para formar o Conselho Auxiliar da mesma associação”. De acordo com a publicação, José Ignacio, na época soldado oficial da Força Pública Estadual e ex-comandante de destacamento da polícia em Rio Claro, havia sido nomeado delegado pelo “Grande Conselho da Frente Negra Brasileira” de São Paulo. Ainda em consonância com a nota, essa nomeação trazia “poderes especiais para o mais prompto incremento da raça” (*Diário do Rio Claro*, de 03/03/1932).

Em informe assinado pelo secretário geral da Frente Negra Brasileira em Rio Claro, Aristides Assis Negreiros, consta que a sede da associação havia sido instalada à rua 4, número 94 (atualmente centro da cidade). Nesse endereço seria oferecido expediente entre 11h e 20h, diariamente (*Diário do Rio Claro*, de 05/03/1932).

No dia 15 de março de 1932, a Delegação da Frente em Rio Claro receberia o “sr. dr. Benedicto Gomes Pinto, um dos membros do Grande Conselho da Frente Negra Brasileira” de São Paulo. Eram convidados dessa reunião, que se realizaria na sede do Guarany Futebol Clube de Rio Claro (região central da cidade), “todos os associados e os elementos da raça em geral” (*Diário do Rio Claro*, de 15/03/1932). Esse convite aponta, uma vez mais, para a existência de um elo identitário entre negros interioranos e negros metropolitanos – ressalte-se, numa época na qual os meios de comunicação estavam longe de oferecer possibilidade de comunicação em tempo real, como nos dias atuais.

De acordo com informe de 9 de abril de 1932, a diretoria da Frente Negra em Rio Claro estava assim constituída:

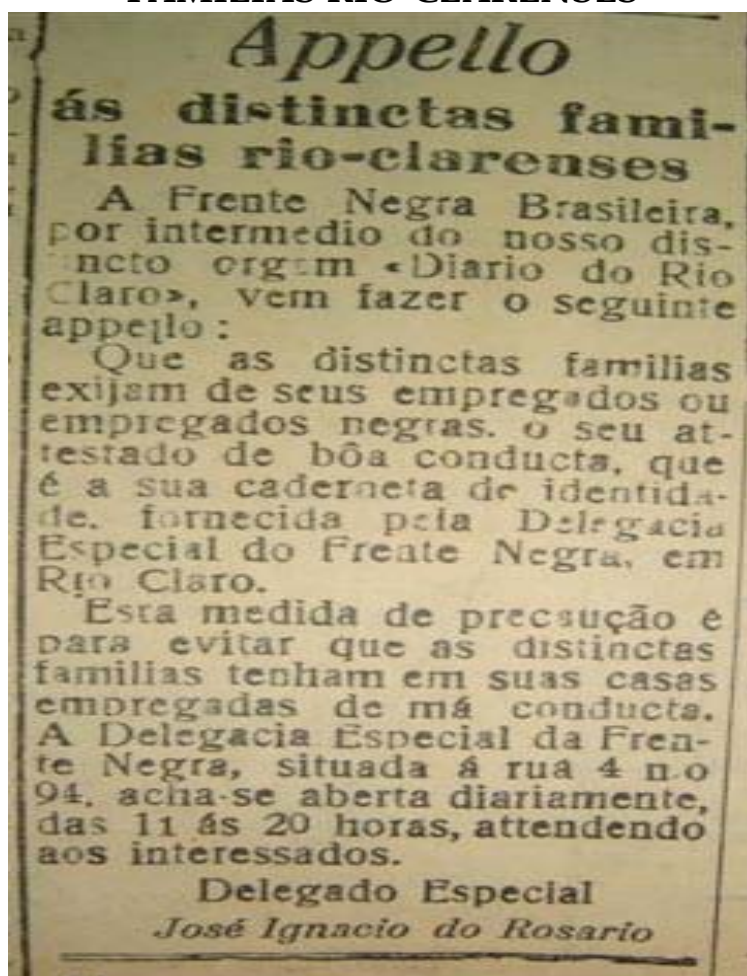
Delegado Especial:	José Ignacio do Rosario
Presidente:	Telesforo J. Alcantara Moreira
Vice Presidente:	Manoel Domingues

1º Secretário Geral: Aristides Assis Negreiros
 2º Secretário Geral: Aristides Silva Moreira
 1º Tesoureiro: Salvador José Silva
 2º Tesoureiro: Saturnino Gabriel Corrêa
 Cabo Distrital e 1º Procurador: Benedicto Campos Pires
 2º Procurador: Messias Franco Arruda
 Oradores: diversos [não aparecem
 nomes]

Conselho: Mario Damaso, Agenor Rosa, Amaro Faria, Leoncio Victor de Jesus, Jesuino Negreiros, Feliciano Adolpho, José Silva, Lazaro Alves, Francisco Eloy, Urbano Henrique, Agenor Sant'Anna, Manoel Domingues, José Sirino Silva, Benedicto Pires; Orador e Mesário: V. Dumas de Assis (*Diário do Rio Claro*, de 09/04/1932).

Iniciando suas atividades, a Delegação da Frente Negra em Rio Claro tornava público, em abril de 1932, o seguinte comunicado:

Documento 5 - APPELO ÁS DISTINCTAS FAMILIAS RIO-CLARENSES



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 02/04/1932.

Como se observa, os frentenegrinos rioclarenses apelaram publicamente para que as “distintas famílias” da cidade exigissem de seus empregados e empregadas negros “atestado de bôa conducta”. Tal postura parece revelar uma Frente Negra local orientada a proteger o branco, e não o negro. Essa atuação, no entanto, pode ter sido um pronunciamento especificamente orientado para os brancos, não condizente com os objetivos internos de valorização da raça da Frente. De todo modo, a estratégia da organização parece ter sido a seguinte: do branco (maioria esmagadora em Rio Claro, tanto quantitativa quanto politicamente) ter-se-á aprovação, do negro obter-se-á filiação e, assim, o fortalecimento da organização no plano local. A opção escolhida para arregimentar os seus faz ver uma Frente autoritária para com a gente negra, de um lado, e paradoxalmente subserviente para com os brancos, de outro.

Contudo, parece coerente afirmar que o apelo dos frentenegrinos rioclarenses não era reflexo direto da postura da Frente Negra Brasileira paulistana, que

empenhava-se tenazmente em modificar o padrão de acomodação e de reação societária do “negro”. De um lado, fomentava o repúdio ostensivo e até irritado às expectativas de capitulação passiva. De outro, incentivava comportamentos conscientemente “exigentes”: ter ou obter “consideração condigna”, e fazer as coisas com o “máximo de perfeição”. Se a patroa agisse “com desconsideração”, as empregadas eram preparadas para “repelir os insultos”. Daí resultavam fricções e conflitos, que não ocorriam, pelo menos na mesma escala, anteriormente. As empregadas diziam: “Agora nois já tem quem nos defende. Nois tem a Frente Negra, quem cuide dos nosso interesse”..., etc.. O resultado é que muitas patroas passavam a evitar as “negras frentenegrinas”. Em compensação, outras lhes davam preferência, pois “sabiam que podiam confiar nelas, que eram gente direita”. Coisas análogas sucediam em outros níveis ocupacionais e em outras esferas da vida. Não se preparava o “negro” para aguardar, pacientemente, que soasse a Segunda Abolição. Porém, para realizá-la com as próprias mãos, se preciso por métodos violentos (Fernandes, 1965, p.43).

Nas palavras de Francisco Lucrécio, um dos diretores da Frente Negra Brasileira da capital paulista,

nenhuma outra entidade cuidou das reivindicações sociais e políticas e enfrentou o preconceito assim como a Frente Negra o fez (...) A consciência [negra] que existia na época eu acho que era muito mais forte que a que existe agora. Quando o negro sente uma pressão, quando qualquer agrupamento humano sente uma pressão, procura um meio de defesa. A pressão [contra negros e negras] era tão forte que muitos jornais publicavam: "Precisa-se de empregado, mas não queremos de cor". Havia alguns movimentos também no interior, principalmente nos lugares em que os negros não passeavam nos jardins, mas na calçada. Muitas famílias não aceitavam, inclusive, empregadas domésticas negras; começaram a aceitar quando se criou a Frente Negra Brasileira. Chegou-se ao ponto de exigir que essas negras tivessem as carteirinhas da Frente (Barbosa, 1998, pp.35 e 38).

Destaque-se que nem todos os negros rioclarenses se sentiram contemplados com o apelo que a delegação frentenegrina em Rio Claro dirigiu às "distintas famílias" da cidade. Exemplo disso é o artigo reproduzido na íntegra, abaixo:

De escravo a escravo!

Ha dias o Commercio e o Diario publicaram um artigo do sr. José Ignacio do Rosario, Delegado Especial da Frente Negra Brasileira nesta cidade, no sentido de que as familias locais não devem admittir empregados negros que não estejam munidos da caderneta de bôa conducta, da "Frente".

Essa noticia causou uma evidente e justa revolta no seio das familias negras rioclarenses, e com muita razão, pois, ha familias que até hoje sempre tiveram a sua moral de pé, a sua conducta bôa, e hoje por não pertecerem á Frente Negra, pódem perder todo o seu prestigio? Sr. Delegado Especial, é muito cêdo para essas exigencias... Isso será para quando a "Frente" contar com quasi a totalidade dos negros brasileiros; ahi, então, poderá ser o negro um frentenegrino por lei; mas, por enquanto ainda é por voluntariedade. Eu, por exemplo, e mais 60 negros rio-clarenses estamos desligados da "Frente Negra" e nem por isso deixamos de ter a nossa bôa conducta. Ou o negro é livre ou é escravo! Se isso assim continuar, podemos dizer que hontem fomos escravos do branco e hoje somos do proprio negro! É uma Cadeia que se rompe para sermos presos na outra.

Em nome da maioria das familias negras rio-clarenses, que se sentiram offendidas no seu brio com a referida publicação, deixo aqui o meu firme protesto sobre esse ponto de vista.

E se não for preso pela patrulha da Frente Negra, voltarei á carga.

Rio Claro, 6 de abril de 1932.

Jurandyr da Silva Mourão

(Firma reconhecida pelo tabelião Cintra de Pinheiro).

(SECÇÃO LIVRE)

(*Diário do Rio Claro*, de 07/04/1932).

A réplica da Frente não tardou. No dia seguinte à publicação de Jurandyr Mourão, o delegado da Frente Negra em Rio Claro publicou o artigo que segue, também reproduzido na íntegra:

Da Frente Negra Brasileira de Rio Claro

Ao Povo

Em secção livre desta folha, eu o Delegado Especial da Frente Negra Brasileira em Rio Claro apresento o menospreso intenso que o artigo apresentado a 7 em as columnas do "Diario do Rio Claro", pelo sr. Jurandyr Silva Mourão merece.

Ainda que bem mediocre o entendimento individual, não é licito dar credito ao protesto que o sr. Jurandyr S. Mourão apresenta. É necessario que vejamos por linhas rectas o que é direito e faz-se mister que o negro aqui em Rio Claro deixe de procurar dificultar o andamento da grande obra que a Frente Negra Brasileira pretende concretisar, deixando de confundir as idéas, tornando assim moroso o trabalho de arregimentação da Raça. Quem deu ao sr. Jurandyr Mourão a idéa de apresentar tal artigo não sabe, ou não quer interpretar com dignidade os fins a que me referi.

Distintas familias Rio Clarenses!

A Frente Negra Brasileira pretende o que vós já tendes conhecimento. É a união Política social da Raça; instruir moral e intellectual o negro brasileiro, fasendo com que futuramente, mas quanto antes possivel, ele, o negro, tenha um espirito elevado e propenda para o que é culto e nobre; abandonar completamente estas baiucas anti-higyenicas onde impera o vicio, a pinga e a immoralidade, fasendo-o compreender que preciso é ser util ao Brasil e reunirem-se todos para a defesa dos seus Direitos Istoricos, urge sem demora. Assim poderão os nossos bons filhos da Terra de Santa Cruz contar com o negro para lutar pela sua grandiosidade economica e em todos os pontos de vista. E essa obra, distintas familias, tem obtido de vossas dignas mercês os mais elevados aplausos. Eu, como Delegado Especial não pretendo adiantar-me naquilo que é de

minha responsabilidade, porquanto pretendo agir de accordo com meus irmãos fretenegrinos. Porem, jamais pretendi metter-me naquilo que não me é de alçada, sem que seja chamado ou sem que me informe minuciosamente dos seus fins visados. Não posso crêr em tal protesto, que se ha, germinou, estou certo, de cerebros doentios e apaixonados. Quem incentivou ou orientou o sr. Jurandyr Mourão Silva para apresentar a idéa, já o disse, esqueceu-se de verificar no dictionario o que se comprehende por appello. Portanto aconselho-o a procurar em o Dictionario Pequeno da Lingua Portugueza, de Candido de Figueiredo, pag. 116, ou em outro que achar melhor. Isso porque a mim parece que nenhuma obrigatoriedade ha de as familias exigirem as cadernetas de bôa conduta, não se vê a causa e razão de querer desprestigiar as senhoras e senhoritas de côr pelo facto de fazer com que obtenham uma prova de seu brio, carater e modo recto pelo qual se têm conduzido na sociedade. Nesse caso toda a caderneta de referencia e bôa conduta é um desprestigio atirado em face do seu portador.

Não pode ter sido isso. Não creio no protesto do sr. Mourão. E como eu, todo o senso elevado não o crê. As dignas familias de côr de Rio Claro, mesmo as que não se alistaram ainda na Frente não ter-se-iam offendido por serem aconselhadas a terem uma prova, tantas e tantas vezes de necessidade extrema em um momento qualquer de sua conduta sã e impecavel.

Não é querer escravisar o negro, mesmo porque ele ainda não é liberto. Houve apenas uma das liberdades. Mas ele, em grande parte, senão em maioria é escravo da ignorancia de raciocinio e da pobreza de espirito. É de se lamentar.

Por ventura é necessario que haja lei de obrigatoriedade, instituida no paiz para o negro buscar a sua liberdade social ?!?! Na Frente Negra não existe patrulha, porém existirão Cabos Distritaes que em honrosa missão procurarão afastar nossos irmãos victimados da perdição e vicios dos antros depravados e detestaveis. E aqui com meus companheiros e os milhões de fretenegrinos que vierem do Brasil todo afluindo para o ponto central que é São Paulo, como vêm vindo, estaremos em nossos póstos, firmes na vigilança tartufos muito embora a tocaia nos espreite. É assim que se serve a raça.

Que Deus nos proteja do excesso de intelligencia dos patricios que no campo dessa lucta, dessa brasilidade medieval aspiram dar os golpes de Cains Ladrem, procurando dispensar e destruir a obra, podendo obter com os Judas seus lugares de destaque. Por oje, o que declaro em publico é só, responsabilisando-me pelo conteudo do escripto.

O Delegado da Frente Negra Brasileira em Rio Claro, 7 de abril de 1932.

José Ignacio do Rosario.

(Diário do Rio Claro, de 08/04/1932).

Importa registrar que, literalmente colado ao artigo que José Ignacio do Rosario escreveu, dando mostras de como “se serve a raça”, encontrava-se um anúncio em busca de trabalhadora branca. Não encontramos, todavia, nenhuma manifestação de Rosario contra a publicação (note fragmento do texto de Rosario imediatamente abaixo ao anúncio):

Documento 6 - PRECISA-SE



Diário do Rio Claro, de 08/04/1932.

A tréplica de Mourão a Rosario foi rapidamente publicada em longo artigo. Mourão contra-argumentava:

(...) Diz o sr. que como delegado da “Frente Negra” não está obrigando ninguém a tirar a caderneta da dita cuja. Falta-lhe certamente autoridade para isso, pois o sr. não é nenhum ditador, nem mesmo mirim, apesar da decidida vocação que tem para mandar.

Mas, pelos termos de “seu” arrazoado deu prova de que está querendo coagir as famílias negras a não aceitar empregados negros sem a caderneta da “Frente”, enfeitada com a sua bonita e pomposa assinatura! (...) Parece que o sr. está disposto a abolir o TREZE DE MAIO...

O sr. Rosario acerta quando diz que o negro ainda é escravo, porém, da ignorancia. Pela demonstração, parece que acertou... Disso tivémos prova quando o sr. delegado especial foi eleito 1º secretario da Frente Negra Brasileira em Rio Claro. Sr. fingiu aceitar, para depois dizer que desistia, porque o cargo era muito baixo para a sua elevada pessoa. Partindo subrepticamente para São Paulo, o sr. Rosario desfiou tamanho rosario de sofismas que acabou conseguindo uma sub-séde,

onde se instalou “rempli de soi neme”. Destruindo a Séde Central, que estava perfeita e normalmente organizada, aniquilou a fé nascente dos negros de Rio Claro.

(Diário do Rio Claro, de 09/04/1932)

Sobre os fins da Frente Negra Brasileira e sobre o posicionamento de Rosario, dizia Mourão:

(...) A causa é boa e util. Mas, o que não é bom nem util é o modo porque o sr. tem agido desde o principio. Sobre os seus possantes hombros pesa a responsabilidade da divisão dos negros de Rio Claro, hoje em dia. “Divisão” talvez seja um pouco forte, pois com o sr. está uma infima minoria, que breve compreenderá tudo, voltando a formar a FRENTE UNICA NEGRA RIO-CLARENSE... (Diário do Rio Claro, de 10/04/1932).

O embate público protagonizado por Rosario (da Frente local) e Mourão faz ver a dialética ação e reação no meio negro rioclarense. Identifica-se com nitidez a maneira autoritária pela qual se buscava submeter negros e negras à Frente Negra local, de um lado, e a indignação, a revolta e, por conseguinte, o protesto que a estratégia da organização suscitou, de outro. Contudo, hipotetizamos que o formato impositivo da tentativa de arregimentação da Frente Negra local tem mais a ver com a postura pessoal de Rosário, do que com a orientação da Frente Negra Brasileira em sua totalidade. Atentemos para a afirmação de Márcio Barbosa sobre a organização como um todo:

há, nos meios acadêmicos, a visão cristalizada de que a Frente Negra teria sido uma organização de direita. O próprio Florestan Fernandes a considera uma entidade desprovida de força transformadora, já que a Frente jamais teria tomado uma posição dogmática e utópica diante do preconceito de cor. Segundo Florestan [Fernandes, 1964], a entidade se limitara a afirmar que o preconceito existia e emparedava o negro na sociedade, e a propagar mecanismos societários de reação ativa contra ele, sem se propor, entretanto, a extirpá-lo para sempre (...)

Outro autor, George Reid Andrews [Andrews, 1992, pp.141-171], afirma que a Frente Negra “dividia com o integralismo o desprezo pela democracia liberal” e “uma admiração aberta pelo fascismo europeu”.

Muito dessa visão acadêmica deve-se ao fato de que um dos fundadores e presidente da entidade, o sr. Arlindo Veiga dos Santos, líder carismático, era dedicado militante

monarquista, nutria simpatias pelo fascismo e prezava, talvez demais, regras de disciplina e autoridade.

Parece-me que a questão é mais ampla. A Frente abrigou diversas tendências, não sem conflitos. Surgiu num período agitado, atravessou uma revolução constitucionalista, viu aparecerem movimentos de esquerda, como a intentona comunista, e de direita, como o integralismo (...)

As pessoas que dela fizeram parte mostram que a Frente teve uma existência rica em idéias e atitudes (Barbosa, 1998, pp.10-12).

De fato, Fernandes atesta que “as primeiras divergências [da Frente] surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes”. Na capital paulista, a escolha de Arlindo Veiga dos Santos (autoridade do movimento patrianovista, de inspiração fascista) para presidente da Frente Negra Brasileira não foi aceita com tranqüilidade por vários negros, dentre estes, os membros do jornal *O Clarim da Alvorada* (Fernandes, 1965, p.46).

Assim, a postura conservadora de Arlindo Veiga dos Santos, na presidência da Frente Negra Brasileira, parece ter correspondentes com a conduta de José Ignacio do Rosario, da Frente Negra local - muito embora não tenhamos encontrado registro de declarações tão “branco-protecionistas” por parte de Veiga dos Santos, a exemplo do que constatamos no caso de Ignacio do Rosario. De outra parte, o posicionamento crítico e denunciador de Jurandyr Mourão, em Rio Claro, parece aproximar-se ao de José Correia Leite, destacado membro do jornal *Clarim da Alvorada*, combativo do modelo autoritarista apresentado pela Frente Negra Brasileira nascente (Ferreira, 2005; Fernandes, 1965).

A análise de Maria Cláudia Cardoso Ferreira sobre Veiga dos Santos e Correia Leite é oportuna para pensar as diferentes orientações ideológicas verificadas no meio negro rioclarense no início dos anos 1930 - personificadas em José Ignacio do Rosario, de um lado, e Jurandyr Mourão, de outro:

as atuações políticas de Veiga [direitista] e Leite [esquerdista] entre as décadas de 1920 e 1930 guardam características específicas do tempo vivido. Personagens em evidência no interior da coletividade negra, cada qual alcançou prestígio por um caminho distinto, ainda que os dois viessem de famílias humildes como a maioria dos negros da época (...) Encamparam ações voltadas à comunidade negra, paulistana em especial.

Côncios da condição de subordinação enfrentada por essa população atuaram com as convicções político-ideológicas de que dispunham e limitações individuais existentes com o intuito de promoverem o que comumente chamavam de “elevação moral do elemento negro”, único caminho à Segunda Abolição (Ferreira, 2005, p.29).

Mas a postura apelativa de Rosario - repetimos, não encontrada em Veiga do Santos - causou inquietação até mesmo em quem, acredita-se, não era do meio negro. Atentemos para as críticas do cronista Augusto de Lima, em matéria denominada *Uma Palavra de Amigo*:

(...) Sou intenso admirador de todas as boas sociedades formadas com fins benemeritos, altruisticos.

Mas fiquei triste com a attitude hostile do senhor Ignacio e sua grey.

(...) julgo que a benemerita Associação dos Negros não andou bem, quando se propoz a convencer adversarios por meios violentos, em vez de recorrer á persuasão pela brandura e docilidade.

Levantando campanha de perseguição perante os patrões, pedindo-lhes recusarem serviços aos que precisam labutar para a subsistência, praticam a maior das atrocidades.

Aquelles que têm a felicidade de se acharem alistados são pessoas de bom comportamento; mas quem é que pôde afirmar o contrario em referencia aos recalitrantes?

Tenha paciencia, senhor Ignacio!

Si vossa senhoria pretende engrossar suas fileiras, recorra ao assucar, muito assucar.

E assim, formarà um exercito maior do que o de Napoleão
(*Diário do Rio Claro*, de 14/04/1932).

Antes, porém, da manifestação de Lima, o colunista Pedro Só havia publicado o artigo “Branços e Pretos”, de acordo com o qual expressava:

Que pena! Sim, que pena que assim esteja acontecendo: os pretos seguindo os brancos!

(...) embora da mesma raça, a nossa de brasileiros, pelo que se deviam estimar, unirem-se sempre, se tornam, quando menos, indifferentes, se dividem, se atropelam, se combatem formando fileiras desafeiçoadas, ás vezes; inimigas, noutras muitas.

E não se trata de desavenças politicas, não; de outras, frivolas, por qualquer cousa de somenos importancia. E isto sempre, em todos os tempos e em todas as cidades, centros populosos ou não (*Diário do Rio Claro*, de 09/04/1932).

E continuava:

A confraternização entre a raça branca, a nossa, é, com certeza, filha legítima, legitimíssima daquela fraternidade que o positivismo não collocou no seu lema da nossa bandeira, Ordem e Progresso(...)

A gente, branca gente, só sabe discutir, diffamar-se uns aos outros, e brigar quando a ambição a impelle brutalmente.

É mal que não tem cura: paciência.

Agora, o que nos faz pena é ver que na nossa cidade os pretos, que se devem unir o mais possível, formando, de verdade, como num só bloco de resistência a todos os males sociais de que estão cheios os brancos, dividem-se, separam-se, discutem enciumados, em seus conciliabulos e pela imprensa, cheios de dares e tomares que os desunirão cada vez mais.

Da mesma raça brasileira, que são, têm, ao que se vê, fatalmente de seguir as pegadas dos brancos, o que é sinceramente de lastimar. Novos, ainda, na organização social, mas contando, já, com famílias merecedoras de acatamento e de respeito, bem que precisam de um guia que os ponha, a todos, no caminho recto d'aquellas.

A Frente Negra Brasileira é que póde (...) realizar esse milagre. Por que, pois, não se filiam á ella sem ambições que não sejam as de progredir (...) afim de gosarem todos as mesmas regalias de que gosam os brancos?

Porque estão em erro, do qual sinceramente fazemos votos para que fujam o mais depressa possível.

Pedro Só.

(Diário do Rio Claro, de 09/04/1932).

Dias mais tarde, na matéria de nome "Preto e Branco", Pedro Só demonstrava radical abominação quanto à formação da Frente:

Assim como o Governo Revolucionario negou sua aprovação ao movimento iniciado para a extinção da dívida nacional, do mesmo modo deveria oppor-se á fundação da Frente Negra Brasileira (...)

Qual é o elemento de que dispõe a Frente Negra, cuja denominação já não sôa bem aos nossos ouvidos patricios, se não o proprio elemento Brasileiro?

Porque o preto é o nosso patricio genuino, sem mistura de européus.

Ora, si todos vivem comnosco, comem comnosco no mesmo prato e comnosco mourejam, gozando os mesmos privilegios e as mesmas aperturas, porque agóra formarem um enxame ao lado da colméia? (...)

Não ha um vácuo formado entre o elemento branco e o elemento negro [no Brasil], qual se observa nos Estados Unidos.

Isso, quanto á côr da pelle: quanto á alvura ou negrume do character, ahi é que o carro atóla.

O tempo que nos separa da escravidão é relativamente diminuto, em vista do desenvolvimento moral e mesmo intelectual que os negros atingiram entre nós.

Ha menos de meio seculo, comiam milho cosido, no côcho, ou feijão sem gordura, nos gamellões de fazendas. E hoje eles se apresentam em boa parte, taes quaes os brancos, perante a sociedade.

Actualmente, como se sabe, os negrinhos frequentam as mesmas escolas, sentam-se nos mesmos bancos e ouvem as mesmas lições ensinadas aos branquinhos (...)

Tanto defeito possui o preto como o branco; tanta bondade têm o branco como o preto. E na sola dos pés todos são iguaes (*Diário do Rio Claro*, de 17/04/1932).

Prosseguindo, dizia ser necessário

(...) um esforço commum para o levantamento do povo em geral, num blóco, mestiço embora, mas forte e unido, tendo como escopo a Liberdade, a Egdaldade e a Fraternidade.

Voto, pois, pela extincção da Frente Negra, assim como votaria pela extincção da escravatura (*Diário do Rio Claro*, de 17/04/1932).

As colocações de Pedro Só, sobre os negros de Rio Claro, são oportunas para pensar o modelo brasileiro de relações raciais. Em “Branços e Pretos”, já de início o autor desliga raça de cor, fenótipo e cultura, ligando-a à nação. A partir de então é que Pedro Só conseguiu incluir brancos e negros sob um mesmo manto, qual seja, o da “raça brasileira”. Tal opção, estrategicamente homogeneizante, procurou esvaziar raça de fenótipo e de cultura, para assim dirigir atenções ao que “une”, ao que está em “todos”, portanto para o que é atributo universal: a raça-nação. Isso, sublinhe-se, num momento histórico onde a bandeira do nacionalismo patriótico tinha de ser hasteada muito mais acima do que qualquer outra.

Todavia, prosseguindo, Pedro Só volta a falar na raça, dessa vez naquela composta pelos que “se dividem, se atropelam, [e] se combatem”. Esse digladiar-se, na perspectiva do autor, não tem status de desavença política: ao contrário, configura-se num desencontro de natureza frívola (leia-se mesquinha, estúpida, miúda). A insistência em enxergar, no meio negro, as diferenças ideológicas como falta de unidade é uma constante, da qual surge um mito pouco ou nada estudado nas ciências sociais: o mito da desunião racial negra.

Presente, em Rio Claro, especialmente no imaginário dos brancos, esse mito tem como cerne a idéia de que os negros não se unem e por isso não se organizam⁶.

Mas note-se que, em seu discurso, Pedro Só aplica o mito da desunião racial à raça branca, atribuindo-lhe uma essência comportamental divisionista inata: “a gente, branca gente, só sabe discutir, diffamar-se uns aos outros, e brigar quando a ambição a impelle brutalmente. É mal que não tem cura: paciência”. Se, pois, para com a digladição inata da raça branca o autor recomenda “paciência”, de um lado, acerca do desentendimento não natural do meio negro ele indica união “o mais possível... num só bloco de resistencia a todos os males sociaes de que estão cheios os brancos”, de outro. Nessa perspectiva, o direito ao erro é uma prerrogativa branca, cabendo aos negros o regime da harmonia coletiva indissolúvel, ideal. Esse tipo de idealização, pautado na representação sobre o negro enquanto objeto privado de individualidade, é a sustentação mesma do mito da desunião racial negra.

Por outro lado, no segundo texto de sua autoria que referenciamos, Pedro Só reproduz elementos do conhecido mito da democracia racial brasileira, afirmando que, aqui, pretos e brancos: comem num “mesmo prato”; passam pelos mesmos problemas (“aperturas”); acessam em pé de igualdade a educação (“negrinhos” e “branquinhos” dividem os mesmos bancos escolares e aprendem o mesmo conteúdo); apresentam tanto “alvura” quanto “negrura” em termos de caráter (diferentemente do constatado no primeiro texto, em que os brancos eram “naturalmente” maus); gozam dos mesmos privilégios; chegam a ser, inclusive, da mesma cor, ainda que na sola dos pés. Tudo isso em contraposição ao caso norte-americano. Aqui, ao contrário, o caminho “correto” seria constituir um “bloco mestiço embora, mas forte e unido” – o que deixa entrever, pelo peso adversativo das conjunções empregadas, que a idéia de mestiçagem do autor liga-se, certamente, à idéia de degeneração. Importa sublinhar que, ao expor sua ideologia racial, Só preparava terreno para atingir seu objetivo central, qual seja, declarar sua oposição aos que se organizassem

⁶ Ver Pereira, 2004, 124.

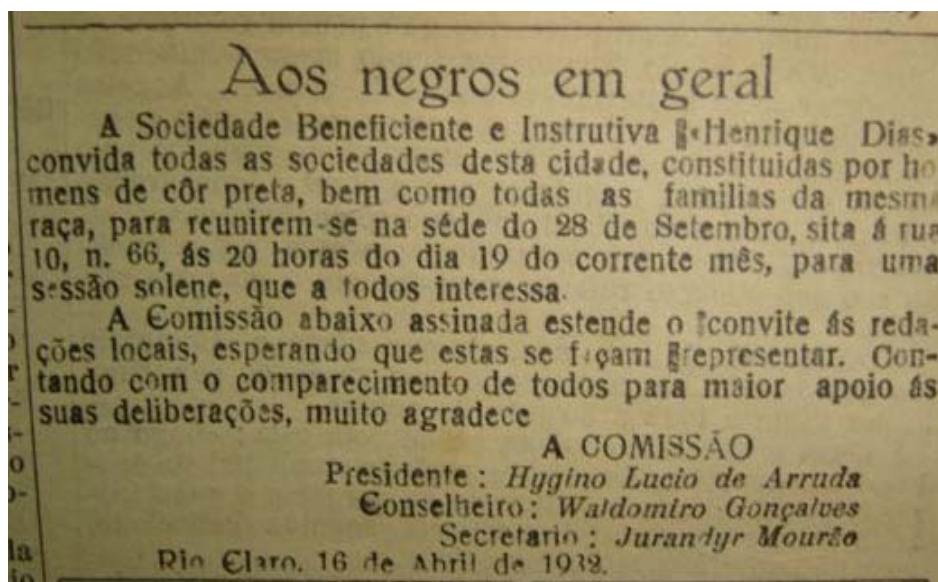
mediante reivindicações de raça.

Como se sabe,

o conceito de democracia racial estabelece que o Brasil é uma terra inteiramente livre de impedimentos legais e institucionais para a igualdade racial, e em grande parte (particularmente em comparação com países como os Estados Unidos) também isento de preconceito e discriminação racial informais. A nação oferece a todos os seus cidadãos – negros, mulatos ou brancos – uma igualdade de oportunidade virtualmente completa em todas as áreas da vida pública: educação, política, empregos, moradia. Por isso, os afro-brasileiros desfrutam de oportunidades para se aprimorar e da liberdade para competir com seus concidadãos na luta por bens públicos e privados, em grau desconhecido em qualquer outra sociedade multi-racial do mundo (Andrews, 1988, p.203).

Não obstante, mesmo diante dos entraves que o mito da democracia racial lhes colocava, os negros rioclaresenses insistiam em se organizar coletivamente em torno da raça:

Documento 7 – AOS NEGROS EM GERAL



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 17/04/1932.

Destaque-se que o convite da Sociedade Beneficente e Instrutiva Henrique Dias destinava-se, especialmente, aos “negros em geral”, “aos homens de cor preta” e “às famílias da mesma raça”. Fica evidente que o objetivo da Henrique Dias era atrair tanto quem se classificava como negro,

quanto quem se classificava como preto, uma vez que um e outro compunham um mesmo grupo racial. Ao término do presente capítulo analisaremos tais classificações.

Na breve seção denominada “Ouvimos dizer”, que o *Diário do Rio Claro* apresentava todos os dias, era transmitida a seguinte mensagem:

... os homens de côr, na sua maioria correctamente bons, tomaram agora uma vereda que os tornará mais symphaticos, essa da associação beneficente e instrutiva “Henrique Dias” (Diário do Rio Claro, de 21/04/1932).

No mesmo exemplar, foi publicado informe sobre a reunião que a nova Sociedade Henrique Dias realizara na sede da Sociedade 28 de Setembro, no dia 19 de abril de 1932 – texto que deixa explícito que a Henrique Dias era uma cisão da delegação local da Frente Negra Brasileira. Nas entrelinhas, tal ruptura era justificada em função de esta última ter se tornado um instrumento de escravização dos negros, por estar atrelada a partido político (*Diário do Rio Claro*, de 21/04/1932).

Criada para fins beneficentes, a Sociedade Henrique Dias tinha a seguinte diretoria:

Presidente: Hygino Lucio de Arruda
Vice Presidente: João de Souza
1º Tesoureiro: Juvenal dos Santos
2º Tesoureiro: Lazaro Carneiro
1º Procurador: André Gaudio
2º Procurador: Mario de Souza
1º Secretário: Jurandyr Mourão
2º Secretário: Aureo Baptista
Conselheiro: Waldomiro Gonçalves

(Diário do Rio Claro, de 21/04/1932).

Comparando os nomes dos dirigentes da Sociedade Henrique Dias com os nomes dos membros da Delegação da Frente Negra em Rio Claro, foi-nos possível concluir que Hygino Lucio de Arruda, antes pertencente à Frente Negra rioclarense, havia se tornado presidente da Sociedade Henrique Dias local (veremos, mais adiante, que Arruda presidiu a Sociedade 28 de Setembro

por vários anos na década de 1930). Também nota-se que Jurandyr Mourão, que havia publicado incisivas críticas ao delegado especial da Frente local (José Ignacio do Rosario), assumia agora o papel de primeiro secretário na organização Henrique Dias (*Diário do Rio Claro*, exemplares de abril de 1932).

Mas a criação da Henrique Dias não sinalizava o fim da Frente Negra em Rio Claro. Esta dava prosseguimento à suas atividades, alegando transpor “altivamente” as barreiras que eram erigidas contra “a rota de seu dever, traçada por seus dirigentes”. A Frente local agradecia “os constantes aplausos e apoio do elemento branco”, e dizia-se “muito grata (...) pelo numero cada vez maior de negros” que ia compreendendo “sua verdadeira idealização, a principio confundida”. A delegação rioclarense comunicava também que sua escola noturna estava prestes a funcionar, em imóvel localizado à Avenida João Pessôa, n.41 (centro de Rio Claro). As atividades dessa escola – que, de acordo com a Frente, já contava com “numerosos alunos” – seriam dirigidas “pela professora Srita. Maria de Lourdes Rosario”. No mesmo local, seriam ainda ministradas aulas de música pelo “sr. Julio de Lima”. A organização também comunicava estar montando uma Diretoria de Senhoras (*Diário do Rio Claro*, de 29/04/1932).

No início de maio de 1932, a sociedade intitulada A. A. José do Patrocínio, “dos Brasileiros negros” de Rio Claro, então presidida por Julio de Lima, dirigia à delegação frentenegrina na cidade “seus multiplos agradecimentos” em função da criação, “por iniciativa da dignissima professora senhorita Maria de Lourdes Rosario, de uma Escola nocturna” frentenegrina, voltada “para instrução e alphabetisação” dos “irmãos da raça”. Acerca da referida escola, dizia o presidente Lima:

É este um acto heroico e brilhante que merece de todos os negros a sua melhor consideração, pois nós precisamos de muito mais luz, instruímos e para ter os nossos ideaes devemos lutar mas com muita coragem para o engrandecimento de nossa raça. É nos livros que teremos a nossa tabôa de salvação, porque, um dia quando não mais existirem no Brasil estes milhões de negros analphabetos, então poderemos gritar, cantar bem alto com enthusiasmo que repercuta além das fronteiras do progresso da raça, a heroica e patriótica iniciativa da mui inteligente senhorita professor Maria de Lourdes

Rosario, a quem os negros da A.B. José do Patrocinio apresentam os respeitosos agradecimentos e reconhecimentos.

(Diário do Rio Claro, de 05/05/1932).

Em maio de 1932, tanto a delegação da Frente Negra em Rio Claro quanto a A. A. José do Patrocinio ocupavam o mesmo espaço físico, o que sugere existir afinidade entre elas. Todavia, ao informar seu público sobre essa coincidência de sede, a primeira buscava marcar seu campo de atuação, auto-definindo-se como “uma união política e social da gente negra para o levantamento geral da raça, intellectual e moral, e não (...) [para] dansas e outros divertimentos” (*Diário do Rio Claro*, de 22/05/1932).

Cabe destacar que o 13 de maio (data na qual foi legalmente abolida a escravidão no Brasil, no ano de 1888) foi continuamente celebrado no pós-abolição, marcadamente pelos grupos negros brasileiros – ainda que o advento da República tenha extinguido o feriado da Lei Áurea, que acontecia a 13 de maio de cada ano.

Não se pode deixar de sublinhar que, no *Diário*, a publicação sobre as comemorações do 13 de maio de 1932, em Rio Claro, aparece imediatamente paralela a um anúncio dirigido a empregadas brancas:

Documento 8 - FESTEJOS DE 13 DE MAIO
e EMPREGADA BRANCA

Festejos de 13 de Maio

A comissão dos homens de cor abaixo assignados, vem, agradecida pelo apoio da população em geral, auxiliando-a a promover os festejos deste anno em homenagem à gloriosa data 13 de Maio, que extinguiu a escravidão por acto da benemerita LEI AUREA, vem annunciar o programma das solenidades a se realisarem na data propria, sexta-feira da corrente semana:

A's 4 e meia horas, a população será despertada por uma ruidosa salva de 21 tiros, que será o romper da alvorada desse grandioso dia, uma das mais lindas datas da nossa Historia Patria;

A's 8 1/2 horas, solenne missa cantada na igreja de São Benedicto em intenção da inolvidavel Princesa D Isabel a Redemptora, e dos grandes vultos abolicionistas;

Das 10 horas em diante, no Largo 13 de Maio, do S. Benedicto, o tradicional samba que, pela noite a dentro, será a maxima demonstração da alegria da gente de cor, que traz a data 13 de Maio entralçada no seu coração agradecido.

Para esses festejos todos a comissão conta com o concurso generoso do publico ricardense, a quem é immensamente reconhecida.

Rio Claro, 8 de maio de 1932.
Indere J. Mariano, Benjamim Custodia, José da Silva, Bene-

dicto Botão, Salvador Silva, Sebastião Almeida, João Vaz, Lázaro Miguel e José de Mello.

Prevenção ao sr. Carlos Ribeiro de Almeida

Os abaixo assignados vêm, por este meio, prevenir o sr. Carlos Ribeiro de Almeida, conhecido pelo appellido «Galite», que desta data em diante fica prohibida a sua saída pelos caminhos dos Pinheiros, quer escoteiro, quer conduzindo carroça ou trolly.

Previno-se mais que não deve telnar nessa passagem, por ser esse procedimento inconveniente para a sua pessoa.

Rio Claro, 7 de maio de 1932

Benedicto Antonio Pinheiro

Manoel Videnel

Arthur Pinheiro.

Empregada

branca, de bons costumes, para todo o serviço, precisa-se.

Rua G. n. 95, Gomes no algar.

Duas casas

Na rua 10, n. 113 e 113-A, vende por baixo preço.

Guatier Martins

Rua 1-97. Phone 22.

ALUGA-SE a casa na avenida 1 n. 71-A.

Tratar na Loja do Veado.

VENDE-SE

a casa confortavel da rua 2, numero 227. Quintal grande.

Bom cupato de capital. Negocio de occasião.

Ver e tratar na mesma.

Este documento é bastante simbólico e constitui o reflexo de uma estrutura mais ampla na qual coabitavam, de modo ambíguo, a exaltação da liberdade legal da “gente de cor”, de um lado, e a liberdade de léxico do anunciante que desejava encontrar uma funcionária branca, de outro – o que demonstra como a libertação legal dos negros, no Brasil, esteve totalmente desacompanhada de um aparato legal anti-racista mínimo, que preservasse a dignidade e a cidadania dos mesmos na sociedade. É somente entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 que começaram a ser aprovadas leis federais de combate à discriminação em países como Brasil (1951), Venezuela (1951), Panamá (1956) e Costa Rica (1960, 1968), sem que, contudo, fossem efetivamente aplicadas (Andrews, 2004).

O mesmo documento possibilita ainda constatar que havia, em 1932, para além da Delegação local da Frente Negra e da Sociedade Henrique Dias, outro setor organizacional negro em Rio Claro, que se incumbia da organização dos festejos e solenidades do 13 de maio. No referido ano, a comissão esteve composta por vários nomes, os quais não coincidem nem com os nomes da direção da Frente Negra local, nem com os da direção da Henrique Dias de 1932.

Como se lê, os negros rioclarenses seguiam a tendência nacional no tocante à exaltação da Princesa Isabel, tendo-a como a “inolvidável redemptora” da raça negra. Tratava-se, pois, de uma época na qual a historiografia oficial era instituída de forma totalmente verticalizada (de cima para baixo), tendo como protagonistas os heróis brancos.

Contudo, considerando os pretos rioclarenses como um todo, tudo indica que o ponto culminante da celebração do “13” consistia menos na exaltação da princesa que na prática do Tambu no largo do São Benedito, autêntico quilombo urbano de Rio Claro na época (hoje bairro central). O que, na imprensa, noticiava-se como “o tradicional Samba” ou “o tradicional Samba do 13”, no interior do meio negro era denominado Tambu (silaba tônica “bu”). Por definição enciclopédica, Tambu está descrito como, “no Sudeste brasileiro, denominação do maior dos tambores do jongo; dança ao som de tambus” (Lopes,

2004, p.640). Essa definição se aproxima à da de Angela Sabino Nascimento, segundo a qual Tambu é o nome que se dá tanto ao instrumento musical (tambor) quanto à dança, ambos de origem banto. Comumente praticado nas fazendas de café do antigo oeste paulista, o Tambu – enquanto manifestação cultural – constituiu-se como “forte devoção entre os descendentes dos escravos de origem banto” (Nascimento, 2005, p.1). O entrevistado Arlindo Aparecido dos Santos (apelidado Santinho), cujos avós africanos foram escravos em Rio Claro, relatou-nos o que segue:

(...) meu pai falava pra mim sempre assim: “quando os escravos foi libertado, então teve uma festa, foi feita uma festa pros negros, então o Tambu é uma dança, é uma dança também pra, pra unir o povo”. Então ... vão supor, uma semana antes os caras saía com uns quatro escravos avisando que ia ter o Tambu. Ia fazer o Tambu, então marcava aquele lugar. Ia só negros, só os negros ia fazer o batuque... (Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos).

Outra entrevista, provavelmente concedida por Olga Maurício (conhecida como Dona Olga, referência da comunidade negra rioclarense até os dias atuais), traz-nos a informação abaixo:

A festa [Tambu] ia a noite inteira, e tocava tambor, e a cantiga que eles fazia era um canto inventado, mas o próprio canto era ponto (...) Mas na linguagem dos africanos (...) cantava [-se] naquela batida um jogando ponto pro outro e o patrão, o coronel, não entendia nada. Achava bonito mas não entendia nada, era ponto mesmo pro patrão ... (Nascimento, 2005, p.16).

É importante explicar o que vem a ser o ponto dentro do Tambu. Caracterizado fundamentalmente pelo improvisado, o ponto é uma unidade melódica poética temática. Trata-se de um jogo cantado do tipo toma lá, da cá, caracterizado pela rima improvisada – a exemplo do que se pode acompanhar, na atualidade, tanto por meio dos repentistas nordestinos quanto por meio dos MCs do *Freestyle*, no caso do Hip Hop (Nascimento, 2005, pp.15-16). Vejamos um exemplo de como se dava a construção do ponto no Tambu, nas palavras de Arlindo Aparecido dos Santos:

[O nome dela era] Maria Bode. Então, mas se [a gente] falava “Maria Bode” ela batia na gente, vinha em cima mesmo. Aí chegou um dia, tava todo mundo no “13 de maio” assim, na cerca tudo feitinha, redondinha assim, a turma no meio dançando. Aí ela chegou no meio

da cerca assim, aí vai o meu irmão pra irritar a mulher ... cantou assim:

*“Eu já falei que comigo ninguém pode,
chegou na cerca a “tar” de Maria Bode”*

(Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos, nascido em 1944).

Ainda conforme o entrevistado,

Isso aí [o Tambu] era sagrado, uma dança sagrada. É sagrada porque quando os escravos foi libertado, então foi libertado no dia 13 de maio, então eles fizeram essa festa. Então prometeu que só fazia essa festa no dia 13 de maio. A memória dos negros, né?! Dos escravos...
(Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos, nascido em 1944).

Outra entrevista (provavelmente concedida por Olga Maurício) corrobora tal depoimento:

quem conheceu o outro Tambu [tradicional] e sabe da história, os instrumentos não é qualquer um que põe a mão. Tem que fazer uma oração, firmar a cabeça, fazer uma oração para os escravos... e fazer um pensamento pra eles e pra aqueles que começaram, pra dar uma intenção e [pedir] licença (Nascimento, 2005, p.11).

Focalizar o Tambu faz perceber que a celebração do “13” em Rio Claro, na prática, pouco tinha a ver com o enaltecimento do feito libertário da princesa Isabel. Para os adeptos do Tambu (que também acontecia com regularidade em cidades como Piracicaba, Tietê e Capivari), o que realmente importava era vivenciar com intensidade a liberdade de expressão que a ocasião do “13” proporcionava, e não a data cívica em si. No Tambu os negros elaboravam um espaço autônomo próprio, com liberdade para estabelecer seu próprio ritmo, sua própria linguagem poético-metafórica improvisada e sua própria corporalidade. Esse era o espaço da interação, da motivação, da satisfação e da identidade coletivas. Ali os próprios negros selecionavam o que devia ser incluído ou excluído, o que devia ser lembrado ou esquecido. É nesse espaço, capaz de reunir passado e presente, natureza e cultura, que os negros subvertiam a sociedade abrangente, celebrando sua cultura de matriz africana (Nascimento, 2005).

Por outro lado, na seção “Cabriolas”, o “cabrioleiro” lembrava o “pioneirismo” de Rio Claro na abolição da escravidão. De acordo com o colunista,

quando, em 1888, o 13 de maio raiou gloriosamente com a Lei Aurea, extinguindo com a escravidão, já nosso Rio Claro, honra nos seja feita, não possuía um só desses infelizes, na cidade como no município.

Foi em fevereiro, o dia não posso precisar, desse mesmo anno, que se festejou na nossa cidade a lavagem dessa negra mancha, reunindo-se festivamente o nosso povo ali no Jardim em frente, com banda de musica, foguetes, discursos, vivas e mais vivas!

Era que o abolicionismo aqui, mesmo a soccapa, havia trabalhado com vontade, auxiliando e conseguindo a deserção dos captivos das fazendas do município, pertencentes a senhores escravocratas; opondo-se, com brandura e geito, a que a policia desse mão forte a estes e conseguindo, na cidade, que as cosinheiras e creadas escravas desaparecessem como por encanto, escondendo-as aqui mesmo, mas em logar que a propria policia não queria saber onde ficava.

Lembro-me bem: a ultima negra escrava que ahi existia, era uma preta, já de idade, cosinheira do seu proprio senhor e antigo camboeiro de carne humana, influente politico da cidade, o qual deu panos para mangas, opondo-se a que a preta lhe deixasse a casa, na qual se mantinha armado a gritar contra todos e contra tudo, sendo, afinal, logrado pelos abolicionistas, que conseguiram dar sumiço á dita preta.

Treze de maio, pois, já nos encontrou livres de escravos como tambem de senhores. Dahi a festa entusiastica dessa grandiosa data da nossa historia aqui nos chegar “chovendo no molhado”, como diz o vulgo quando lhe trazem novidade por elle já sabida.

(Diário do Rio Claro, de 13/05/1932).

Em Rio Claro, até os dias atuais é recorrente lembrar o referido feito benevolente da abolição antecipada. Isso ocorre porque, em geral, se esquece ou se desconhece que

o Ceará antecipou-se na Abolição em quatro anos. Aqui no município, o fato aconteceu em 5 de fevereiro de 1888, meses antes da promulgação da Lei Àurea. Falta ver, no entanto, que a lei não tinha poderes superiores à legislação nacional. Na prática, escravos continuaram a existir no município.

A Câmara Municipal, por sua vez, sempre foi contra as anteriores tentativas de libertação ou quaisquer outras iniciativas que facilitassem a vida dos escravos. E mais, da grande festa da Abolição Municipal, que reuniu perto de 3 mil pessoas na praça central, não há qualquer registro de que negros e mulatos tenham dela participado. Foi uma festa exclusivamente de brancos jogando confetes em si próprios. Diante disso tudo, nada mais natural que as comemorações da

Abolição da Escravatura tenham sido repudiadas pelas gerações atuais.

O grande comandante da festa da libertação antecipada de Rio Claro foi o presidente da Câmara Municipal e ao mesmo tempo prefeito, Barão de Grão Mongol. Até hoje ele é conhecido por seu amplo relacionamento sexual com as escravas (chegou a reconhecer 15 filhos mulatos no fim da vida), justificado pela desculpa de que sua mulher era louca e, por isso, precisava ser mantida presa no sótão da casa (Sant'Ana, 2002, p.56).

Não se tem notícia de que a República Velha tenha instaurado outro “feriado negro”, em substituição ao do 13 de maio que extinguiu. Por outro lado, o governo provisório decretou feriado para dia 2 de junho de 1932, em função da passagem do cinquentenário da morte do general italiano Giuseppe Garibaldi (considerado o “herói dos dois mundos”). Em decorrência dessa data todo o comércio de Rio Claro manteria suas portas fechadas, e todos os edifícios públicos amanheceriam embandeirados. Entre as comemorações garibaldinas que aconteceriam na cidade, constava uma homenagem musical a ser realizada no principal e mais central jardim de Rio Claro, o Jardim Público. Tal solenidade incluiria, entre outras partituras, a “Marcha Real Italiana”, o “Hymno de Garibaldi” e o “Hymno Fascista” (*Diário do Rio Claro*, de 02/06/1932).

À época, ressalte-se, a idéia de evolucionismo racial era expressada freqüente e explicitamente no plano local. Convém-nos, como exemplo, a colocação racista-calculista do “cabrioleiro” do *Diário*, abaixo:

(...) Eu, por mim, por mais que me examine dos pés á cabeça, não encontro no meu todo (...) signal, siquer, de avô orangotango.

É certo, isso è, que ha por ahi muita cara feição de macaco, mas é só cara, que o resto do corpo é todo humano e nada de macaquiação.

Mas, tratando do caso a sério, pergunto eu: si fosse real que o homem descendendo do macaco, natural pareceria que a macacada toda se tivesse extinguido, ficando so o seu producto, o homem.

Tempo virá, e de certo que não distante de mais, em que a raça negra, muito menor que a raça branca, será por esta engulida: engulida é um modo de dizer; transformada é que: primeiro em mulatos escuros; depois em mulatos claros, e, finalmente nos brancos refinados.

Quem viver verá.

(*Diário do Rio Claro*, de 15/06/1932).

Esse tipo de raciocínio expressado no âmbito local liga-se à uma estrutura bem mais abrangente de pensamento. Como se sabe, especialmente na transição do século XIX para o século XX, as elites intelectuais da América Latina demonstraram profundas preocupações acerca do “problema da herança racial latino-americana”. Credo no determinismo da raça, essa parcela manteve a certeza de que a trajetória histórica dos diferentes povos era determinada pela ascendência racial. Tal paradigma, instaurado e alimentado o tempo todo pela incontestável ciência europeia da época, encaixou-se perfeitamente às idéias de hierarquia racial das elites latino-americanas, convictas da inferioridade das populações não-brancas. Neste sentido, o racismo científico foi amplamente assimilado pelas elites do Novo Mundo, fortemente comprometidas com o branqueamento social e cultural de suas respectivas nações (Andrews, 2004).

O racismo contra não-brancos é constatado por muitos autores de renome na intelectualidade brasileira. No final dos anos 1930, Azevedo Amaral (um dos ideólogos do Estado Novo) escreveu:

A nossa etnia está longe do período final de cristalização (...) Os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores, a fim de que no epílogo do caldeamento possamos atingir um tipo racial capaz de arcar com as responsabilidades de uma grande situação (Amaral, 1938, pp.230-34).

A mesma linha ideológica pode ser encontrada em Francisco José de Oliveira Vianna:

a nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca (Vianna, 1949, p.205).

Mas, no plano local, a ação modeladora da raça negra não sucumbiu diante das pesadas nuvens racistas que pairavam em Rio Claro nos anos 1930. Em julho de 1932, continuando com suas atividades, a Sociedade Beneficente

Henrique Dias organizava seu Grupo Dramático, com a participação do famoso *jazz band* Batutas. Esse grupo era composto por Samuel Kleiner (ensaiador), Juvenal dos Santos (diretor geral), João de Souza (diretor musical), Jurandyr de Souza Mourão (diretor artístico e secretário), Lazaro Carneiro (gerente), Higyno Arruda (ponto), Oscar Lino (maquinista), José Pittas (cenógrafo) e Viriato Santos (contra-regra) (*Diário do Rio Claro*, de 15/07/1932).

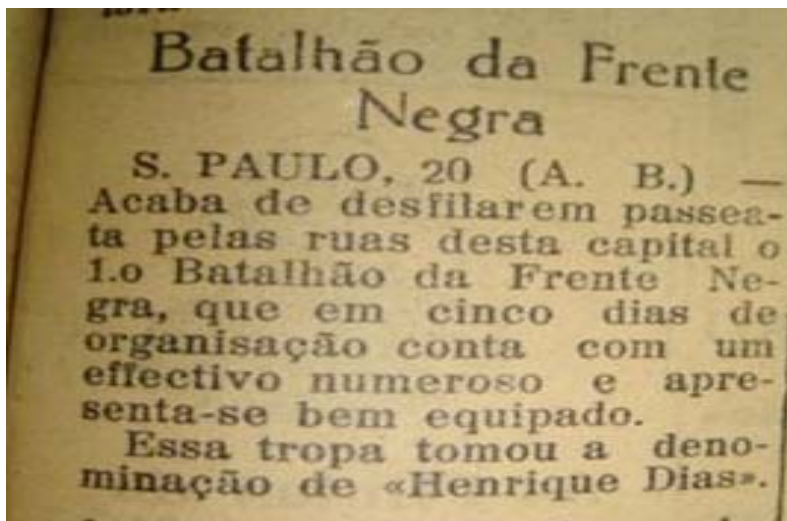
No mesmo período, tinha início a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Como se sabe, o início dos anos 1930 foi marcado por intensa agitação política em todo o país. Terminado o ciclo da política do café com leite, que previa o revezamento político entre mineiros e paulistas na presidência do país, a Aliança Liberal de Getúlio Vargas toma o poder via golpe. Assim que Vargas subiu ao poder a Constituição vigente foi rasgada. Os Estados do país passaram a ser governados por interventores, e o crítico Estado de São Paulo recebeu como interventor o “alienígena” João Alberto, o que irritou profundamente a oligarquia paulista. Mais descontentes ainda eram os membros do Partido Democrático do Estado de São Paulo, que mantinham esperança acerca da nomeação de Francisco Morato para o referido cargo.

Eram cada vez mais críticas as relações entre o poder federal e o Estado. Para além dos paulistas, gaúchos, mineiros e parcela significativa de oficiais militares (obrigados a ceder lugar para os tenentes) manifestavam seu profundo descontentamento com os rumos da política no país. Diante desse panorama, Vargas tentou promover uma reconciliação. Não obstante, não conseguiu evitar que explodisse uma revolução armada a 9 de julho de 1932.

Nesse levante, logo de início batizado de Revolução Constitucionalista, os paulistas esperaram a adesão tanto de Minas Gerais quanto do Rio Grande do Sul, mas acabaram por ficar sozinhos diante das forças armadas federais. Os soldados paulistas resistiram oficialmente até o dia 2 de outubro de 1932, quando se renderam. Contudo, a causa e a revolta constitucionalistas não haviam sido em vão: mais adiante, em 1933, Getúlio Vargas deu início às deliberações para a nova constituição, que foi instituída no país no ano de 1934.

No âmbito local, especificamente sobre a inserção dos negros paulistanos na revolução de 1932, o *Diário do Rio Claro* publicou a nota abaixo:

Documento 9 - BATALHÃO DA FRENTE NEGRA



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 21/07/1932.

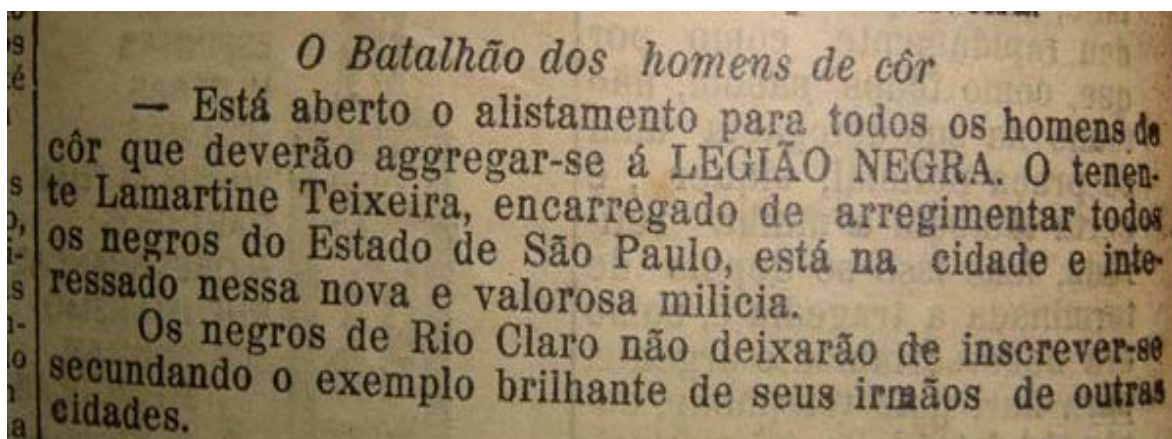
Vários foram os apelos específicos para que os negros rioclarenses engrossassem as fileiras dos guerrilheiros constitucionistas. A “Comissão Municipal”, que se incumbia de enviar para o combate as tropas locais, fez numerosos chamamentos públicos aos “homens de cor” de Rio Claro, entre os quais figuraram os seguintes:

Documento 10 - O COMICIO DE HOJE

<p>O comicio de hoje na Praça 13 de Maio, dedicado á raça negra</p> <p>Informa-nos a Comissão Municipal que está marcado para hoje, com inicio ás 19 horas, o comicio dedicado aos negros de Rio Claro, na Praça 13 de Maio ou, melhor di-</p>	<p>to, no Largo de S. Benedicto.</p> <p>Dircurarão os membros da Delegação de Propaganda.</p> <hr/> <p>A' Pendula Allemã</p> <p>Joias, Relogios, Pedras preciosas Optica, Vltrolas, Discos, Brinquedos. Artigos dentarios, completo sortimento.</p> <p>Rua 5 n. 129 - Telephone, 44</p>
---	--

Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 26/07/1932.

Documento 11 - O BATALHÃO DOS HOMENS DE CÔR



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 24/09/1932.

Como já dito, apelos diretos e indiretos para a participação dos negros rioclarenses na revolta paulista de 1932 não faltaram: constantemente lhes eram dirigidas notas sobre a participação “até” de mulheres pretas paulistas na *front*, notas sobre o patriotismo de determinados pretos, e assim por diante. Todavia, mediante informações do *Diário do Rio Claro*, parece que as organizações negras da cidade não contribuíram com os revoltosos – pelo menos não enviando seus homens. A “Comissão Municipal” queixava-se porque os herdeiros rioclarenses de Henrique Dias e José do Patrocínio estavam causando “pessima impressão nos centros mais adeantados e onde a raça negra” demonstrava “larga representação como em Campinas e São Paulo” (*Diário do Rio Claro*, de 03/08/1932). Faz todo sentido afirmar que a suposta não adesão dos grupos negros rioclarenses ao combate de 1932 tem a ver com uma relação custo-benefício, que pode ser acompanhada por meio do raciocínio de Francisco Lucrécio (influyente fretenegrino da capital paulista):

Na Revolução de 32 não formamos batalhão de negros porque lembramos da Guerra do Paraguai, onde o negro lutou e não recebeu nada em troca (Barbosa, 1998, p.45).

O tema da participação negra rioclarenses na Revolução de 1932 merece um estudo específico, já que houve, de acordo com alguns de nossos depoentes,

negros da cidade que partiram para a guerra, todavia não enquanto afiliados de organização negra local, ao que parece ⁷.

Cabe pensar, em termos comparativos, o posicionamento dos negros diante de situações de guerra. Em condição voluntária, para que qualquer grupo adira à guerra coletivamente, é necessário primeiramente partir do pressuposto de que tal adesão valerá a pena, envolvendo mais benefícios do que custos para o grupo, portanto mais bônus do que ônus. Esse tipo de raciocínio pode ser visto, por exemplo, acompanhando-se um importante episódio da história cubana da primeira metade do século XX.

Depois do ingresso massivo dos negros nas lutas pela Independência de Cuba, os afro-cubanos demandaram maior participação política no país e formaram o *Partido de los Independiente de Color*, o primeiro partido político negro do hemisfério ocidental – muito mais potente que a Frente Negra Brasileira em termos de balanço de poder na competição com os *mainstream parties*, de acordo com Aline Helg. Fundado em Havana, no ano de 1908, o *Independiente de Color* incomodou profundamente a elite política branca cubana ao reivindicar, com força, igualdade racial de direitos para a população negra do país. O partido acabou por ser destruído, após o terrível massacre de milhares de afro-cubanos pelo exército nacional de Cuba, em 1912 (Helg, 1995).

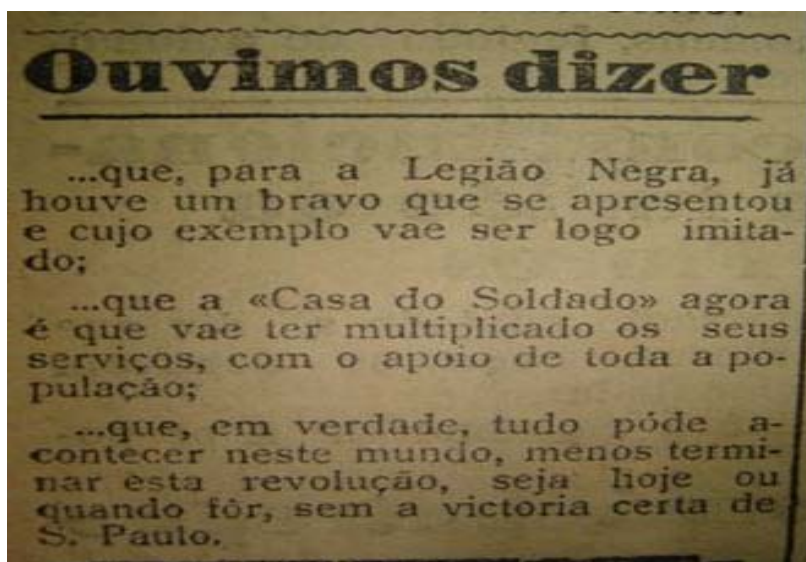
No caso de Rio Claro, encontramos indícios de que houve negros que colaboraram indiretamente com a causa paulista de 1932, angariando fundos para os combatentes. Do “Attrahente festival esportivo pró-Soldados da Lei” participaram integrantes do *jazz band* Batutas Rioclarenses (grupo musical composto exclusivamente por negros, como se verá adiante), apresentando, na ocasião, um time de futebol. A renda desse evento seria revertida para os soldados do *front* (*Diário do Rio Claro*, de 07/08/1932).

Até fins de setembro de 1932, de acordo com o *Diário*, Rio Claro havia enviado “quinhentos de seus valorosos filhos” para as trincheiras constitucionalistas, “de todas as camadas sociaes...” (*Diário do Rio Claro*, de

⁷ Para um balanço crítico sobre a participação negra na Revolução Constitucionalista de 1932 ver Domingues, 2003.

25/09/1932). No mesmo período, quando já se aproximava o fim da revolta armada, os negros rioclarenses ainda eram encorajados a participar:

Documento 12 - OUVIMOS DIZER



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 27/09/1932.

Sobretudo num momento em que as organizações negras da cidade concentravam seus esforços na construção de sociedades beneficentes para a elevação da raça, o ingresso coletivo nos combates armados da Revolução de 1932 implicaria o regresso, e não o progresso da coletividade negra – para usar um termo da época. Certamente essa resistência negra local tinha a ver com a lógica de Francisco Lucrecio, e mais ainda com o raciocínio segundo o qual ninguém havia contribuído mais com a construção de São Paulo e da nação do que os negros, escravizados no Brasil por mais de três séculos. Ademais, os negros tinham todas as razões do mundo para acreditar que suas próprias mobilizações lhes seriam muito mais eficazes do que a instituição de mais uma Constituição para a “nação”. A Constituição Federal de 1934, ao mesmo tempo em que repudiou a discriminação racial, prescreveu “eugenia no sistema educacional” e “restrições étnicas na escolha dos imigrantes” (Rodrigues, 2004, p.25).

Destaque-se que, depois do início da revolução de 1932, não foram encontradas mais notícias sobre as organizações da gente negra rioclareense no *Diário do Rio Claro*. Os assuntos concernentes à revolta tomaram quase que a totalidade das páginas do jornal até fins de 1932. Tudo leva a crer que o evento de 1932 repercutiu destrutivamente também no meio negro rioclareense, a exemplo do que observou Fernandes para o meio negro paulistano. O autor afirma que “a revolução de 1932 (...) paralisou temporariamente a Frente Negra Brasileira” (Fernandes, 1965, p.62), fato que julgamos ter ocorrido também em Rio Claro, envolvendo a desmobilização das organizações negras locais como um todo.

Cabe chamar a atenção para o fato de que negros rioclareenses eram novamente chamados à contribuição voluntária, dessa vez em prol dos pretos mais carentes da cidade:

Aos homens de côr

Rio Claro é uma das cidades do interior onde a classe de homens de côr é bastante numerosa, notando se que quasi a totalidade dessa gente é laboriosa e ordeira, tanto assim que mantem na cidade, com rigoroso carinho, as suas associações recreativas.

Justo é, portanto, que chamemos a atenção desses bons homens que, como nós outros, tem em seu peito, um coração que tambem deve, pulsar pelas cousas boas, assim como a caridade que é o exemplo de todos os exemplos. A Villa de São Vicente de Paula acólhe, presentemente, em seu seio, um não pequeno numero de pretos, entre elles, sete creanças que alli vivem á espera dos socorros da população rio-clareense que conta em seu meio numerosos pretos que deviam lembrar que aquella santa instituição enxuga as lagrimas de seus irmãosinhos e de pretos velhos e alquebrados.

São tantos, repetimos, os nossos pretos e por isso, uma migalha de suas sóbras que queiram dar aos vicentinos, será um celeiro a encher-se e um punhado de bençams a cahirem sobre as cabeças de seus doadores... (*Diário do Rio Claro*, de 17/12/1932).

Ao externar seu apelo, o autor deixou de mencionar que boa parte dos pretos e pretas residia no referido asilo porque a escravidão não lhes havia deixado alternativa (conforme vários exemplares do *Diário do Rio Claro*, anos 1930). Apesar disso a “gente de cor” rioclareense, fazendo a parte que caberia a

muitos herdeiros e herdeiras das “casas grandes” da região, atendeu ao apelo publicado no *Diário*, organizando e participando de uma série de atividades destinadas à arrecadação de fundos para o abrigo a que se refere (como mencionaremos adiante).

Para os anos de 1933 e 1934, praticamente nada foi publicado no *Diário do Rio Claro* sobre as organizações negras da cidade. Isso pode ser um indicativo de que a atividade negra da época (assim como as atividades de outros grupos sociais da cidade) havia sido enfraquecida pelo momento político de desmotivação, instaurado após a derrota de 1932. No geral os assuntos que o jornal abordou, em 1933 e 1934, diziam respeito à eleição para deputados a Constituinte (ocorrida em maio de 1933), e também à nova Constituição brasileira (promulgada em julho de 1934), sem que esses temas aparecessem minimamente ligados às atividades das organizações negras.

Mas o racismo contra negros continuava flagrante e bastante freqüente nas páginas do *Diário*: anúncios para empregadas, cozinheiras e pagens brancas; notícias acerca da extensão do fascismo italiano em Rio Claro; matérias do tipo “Dentro de pouco, não haverá mais pretos no mundo – Foi descoberta uma planta que torna branca sua epiderme” (de 25/06/1933), e “Prevenção racial” (de 13/07/1934). De acordo com a última, que inicia com a narração de um episódio de linchamento de um negro norte-americano por brancos da mesma nacionalidade, em Bastrop,

(...) o negro, no Brasil, em sua maior parte, é inferior ao negro americano do norte. É uma raça que aqui se degenera, numa dissociação consecutiva, entre os seus elementos, e que terá por epílogo fatal o seu desaparecimento. Mas nem por isso, o negro é combatido, nem deixa de ter as prerrogativas de cidadania. O negro, em nossa terra, raramente encontra, na sua côr estygmatisada, o obstaculo a sua acção. Não fosse o alcool, que o extermina mais que a antiga escravidão, talvez o negro constituisse no Brasil, até certo ponto, uma raça preponderante. Nos Estados Unidos isso seria impossivel, porque o yankee tem o orgulho excessivo da raça e, ahí, o negro é um impecilho que todo mundo põe de lado, como dever nacional!

Talvez esteja nesse ponto a razão do linchamento de que foi victima o negro de Bastrop

(*Diário do Rio Claro*, de 13/07/1934).

Em 1935, tanto o tradicional *Diário do Rio Claro* quanto o jovem *Cidade de Rio Claro* (jornal que começou a circular na cidade em setembro de 1934) traziam vários informes sobre o “brilhantismo” e o “êxito” alcançados pelo carnaval local do ano a que se refere. Das festividades carnavalescas de 1935 haviam participado as sociedades locais Philharmonica (da aristocracia), Gymnastico (das classes emergentes), Gremio Recreativo (dos empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro) e Cidade Nova (das camadas mais populares), todas de elementos brancos, além das sociedades 28 de Setembro e Progresso da Mocidade, dos “homens de côr” rioclarenses. Sobre as duas últimas, após o término dos festejos carnavalescos de 1935, noticiou o *Diário*:

Seríamos injustos si não destacassemos, como merecem, os cordões da nossa gente de côr. Estão de parabens os esforçados dirigentes da sociedade “28 de Setembro” e “Progresso da Mocidade” pela sua optima contribuição ao nosso Carnaval. As sociedades da nossa folionica gente de côr nos deu dois cordões em perfeita linha, correctos e de uma organização perfeita. Além do mais, cantavam e dansavam no compasso, percebendo-se perfeitamente o canto, como si fosse entoado a uma só voz. A nossa gente de côr “fez bonito”, mesmo, os seus cordões agradaram bastante e geralmente...

(*Diário do Rio Claro*, de 07/03/1935).

Nesse carnaval, o Rei Momo da cidade havia visitado todas as sedes das sociedades que haviam participado dos festejos carnavalescos, a começar pelas sedes dos “homens de côr”. A sociedade Progresso da Mocidade, por intermédio do *Diário*, agradecia “as sociedades Grupo Gymnastico, Gremio Recreativo e Cidade Nova pelo cordial acolhimento que [seus membros] tiveram nas visitas de fraternidade”, “aos cordões, e principalmente a S. M. Rei Momo que [a] honrou com sua visita”. Por parte da mesma sociedade, também figurou, nos agradecimentos, Francisco Arruda – “o popular Chiquito”, referido como “esforçado ensaiador da ‘Progresso da Mocidade’”, a quem era devido “o exito” da mesma no carnaval rioclarenses de 1935 (*Diário do Rio Claro*, de 07/03/1935).

Ainda em 1935, as sociedades carnavalescas brancas estavam disputando várias taças, ao contrário do ocorrido entre as sociedades carnavalescas negras. Tanto o *Diário do Rio Claro* como o *Cidade de Rio Claro* noticiaram, enfaticamente, as solenidades que premiaram as associações

Gremio Recreativo e Gymnastico – sociedades que haviam vencido o carnaval de 1935. Todavia, às sociedades carnavalescas negras caberia uma espécie de prêmio tardio de consolação, como se verifica a seguir:

Ainda o Carnaval
Um premio de justiça

Estamos seguramente informados de que já foi adquirida uma taça que será offertada ao cordão (...) da nossa gente de côr, da Sociedade Progresso da Mocidade, que, justiça seja feita, apresentou um conjuncto carnavalesco digno de nota.

Essa feliz iniciativa surgiu entre o pessôal da Typographia Conrado que se coitsou para a aquisição desse premio que hoje deverá ser exposto na Casa Cartolano... (*Diário do Rio Claro*, de 08/03/1935).

A referida taça, de acordo com nota do *Diário*, foi de fato entregue pelo pessoal da tipografia Conrado ao cordão da Progresso da Mocidade, em solenidade realizada na sede dessa sociedade (*Diário do Rio Claro*, de 10/03/1935).

É importante chamar a atenção para o modo como os negros foram inseridos no carnaval de 1935 em Rio Claro. Os noticiários encontrados não deixam dúvidas quanto às premiações desiguais que foram destinadas aos grupos brancos, de um lado, e aos grupos “de cor”, de outro. Para os últimos, coube um prêmio improvisado, extra-oficial, de segunda categoria. O episódio das premiações carnavalescas de 1935 revela que, na prática, a igualdade de direitos em termos de raça não contemplava os negros nem mesmo no carnaval, manifestação em geral tida como a expressão máxima do excepcionalismo racial brasileiro, harmonioso por excelência.

Nos anos 1930, como destaca Andrews, os regimes populistas de países como Brasil e Cuba, por exemplo, procuraram assimilar e remodelar as manifestações carnavalescas de matriz africana. Anteriormente relegadas à ilegalidade, ou sob pressão legal restritiva, essas manifestações passaram a receber subsídios estatais e permissão para desfilarem em espaços da sociedade abrangente na década de 1930. Contudo, essa legitimação requereu que tais manifestações fossem adulteradas por meio do controle e da supervisão do Estado. Em Cuba as autoridades do país permitiram que os grupos carnavalescos negros desfilassem apenas sob vigilância policial, “purificando” e

“elevando” sua performance de modo a atrair turistas tanto do próprio país como dos Estados Unidos. Processo semelhante aconteceu no Brasil quando, em 1935, a Comissão Nacional de Turismo passou a controlar e a viabilizar subsídios para as Escolas de Samba do país (Andrews, 2004).

Música e dança, como sublinha Robin Moore, para além de constituírem componentes de unificação ideológica coletiva, são referenciais de primeira ordem para se definir o “nós”, de um lado, e os “outros”, de outro. Focalizando as *Comparsas* em Cuba (cortejos afro-cubanos), conclui Moore:

tendo início nos anos 1910 e 1920, a formação das comparsas afro-cubanas estilizadas, com o único propósito de eleger políticos brancos a cargos públicos e de difundir um carnaval caricato produzido por brancos, tanto em salões exclusivos quanto em teatros tipo *blackface*, demonstra bem como expressões culturais de grupos marginalizados podem ser apropriadas e transformadas por outros. Por outro lado, a medida que as comparsas originais foram sendo permitidas nos festejos pré-carnavalescos cubanos, desde 1898, e que preservaram seu formato tradicional a despeito de leis e proibições, sua música conseguiu reter um elevado grau de oposicionalidade (Moore, 1997, p.63) [tradução livre].

A asserção do autor é relevante para pensar a ambivalência do carnaval em Rio Claro. Assim, se por um lado houve apropriação e estilização do carnaval pelas sociedades brancas locais, por outro subsistiu o carnaval enquanto manifestação cultural e instrumento de resistência e dignidade dos negros rioclarenses. Em consonância com a perspectiva da resistência, há que se considerar o relativo enegrecimento que os grupos carnavalescos instauraram nos carnavais das cidades brasileiras na segunda metade dos anos 1930.

Mas tudo leva a crer que não era nada fácil manter uma tradição tão africanizada como o carnaval dos pretos numa cidade como Rio Claro, onde a presença esmagadora de imigrantes e descendentes (sobretudo da Itália e Alemanha) suscitava identidades coletivas que, incumbidas da extensão da celebração do fascismo e do nazismo em âmbito local, faziam pesar seu racismo, de modo especial contra os negros da cidade. Evidenciamos, aqui, matéria publicada pelo novato *Cidade de Rio Claro*, em 1935:

Raça e Política

(Da “Auslands Nachrichtendienst” especial para a “Cidade”)

Quando alguns países tiraram as primeiras consequências legislativas dos resultados da doutrina moderna das raças, este procedimento foi, por parte de alguns povos, mal entendido e mal interpretado. Levantaram-se, aqui e acolá, vozes que chamaram de contrário à civilização qualquer introdução de idéias racistas na vida política, ou declarando-a até politicamente perigosa.

Tais juízos, já por si só, deviam provocar surpresa, porque grande parte dos povos civilizados sempre tem tido princípios evidentes racistas, bastando a lembrar a posição e procedimento da Inglaterra e dos Estados Unidos da América do Norte.

A adversão contra a idéia racista só se explica pela habil e systematica difamação que especialmente interessados promoveram contra as concepções racistas, e, visando sobretudo as da Nova Alemanha.

O pensamento racista não se identifica de forma alguma com o menosprezo de outras raças, nem pretende considerá-las de inferiores, mas accentua, para todas as raças e povos do mundo, a necessidade de guardar e desenvolver as propriedades características que o Criador lhes deu.

Assim, não se fala na Alemanha da “inferioridade” de quaisquer grupos humanos, mas tão somente da sua “variedade”, rejeitando o cruzamento quando considerado prejudicial para ambas as partes.

Com esta concepção, a Alemanha encontra-se no mesmo ponto de vista em que se acham, há muitos séculos, entre outros, os povos do Oriente, cujo conceito pronunciado de família e culto dos antepassados lhes impõem o dever de zelar pela pureza das suas famílias.

Assim, o conceito racista não conduz, absolutamente, à hostilidade e lutas mútuas, mas antes à consideração recíproca que é a única base para criar relações pacíficas entre homens e povos.

Dr. Ernesto Müller

(Cidade de Rio Claro, de 24/03/1935).

Na mesma época, sobre as presenças alemã e italiana em Rio Claro, veiculava o *Diário do Rio Claro*:

Não se discute o patriotismo do povo alemão. Esse sentimento observa-se na menor circunstância, como por exemplo: quando o [cinema local] “Variedades” exhibe filme da “Ufa” pode-se apostar como a terça parte dos espectadores é alemão ou descendente de alemães.

O mesmo dá-se com a colônia italiana local quando Mussolini aparece através do cellulóide

(*Diário do Rio Claro*, de 25/05/1935).

Paralelamente ao desenvolvimento de comunidades fascistas e nazistas no plano local, os mecanismos de identificação negra continuavam presentes em Rio Claro. A S. D. Progresso da Mocidade anunciava o seu “Baile Xadrez”, que seria realizado em sua sede – nas proximidades do largo de São Benedito (*Diário do Rio Claro*, de 25/05/1935). Já a S. O. F. 28 de Setembro, em julho de 1935, recebeu em sua sede caravana da Sociedade Recreativa Cravo Vermelho, dos negros de Campinas-SP. Os congêneres campineiros chegaram a Rio Claro de trem, já desfilando pela avenida 1 (centro) como cordão carnavalesco – na ocasião, dirigindo cumprimentos às redações da imprensa local. Depois do desfile seguiram para a 28 de Setembro, onde as duas sociedades realizaram baile em conjunto (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*, de 14/07/1935).

Em fins de 1935, o *Cidade* publicou pequenos comunicados sobre uma “novel sociedade de homens de côr”, de nome “Uma noite de Alegria”. Essa associação, por meio de sua diretoria, realizou seu primeiro baile na véspera de natal do referido ano, num antigo *rink* de patinação da cidade (sito a rua 4), sob animação musical de “Bem e seus Rapazes” (*Cidade de Rio Claro*, exemplares de dezembro de 1935).

No início de 1936 foram numerosos os informes da imprensa local sobre todas as sociedades que participariam do carnaval rioclarenses daquele ano. Interessa-nos focalizar como as organizações negras rioclarenses estiveram inseridas nestes festejos.

O carnaval de 1936 contaria com a participação das seguintes sociedades negras:

Sociedade	Nome do Cordão Carnavalesco
S. D. 28 de Setembro	Você ganhou mas não leva
S. D. F. Progresso da Mocidade	Os Bambas da Avenida
S. D. D. Uma Noite de Alegria	<i>Non si nus bréga</i> na Avenida

As três agremiações se preparavam para o carnaval ensaiando seus cordões (espécie de blocos carnavalescos) em suas respectivas sedes, de duas a três vezes por semana (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*, de fevereiro de 1936). Cobrindo as atividades pré-carnavalescas de 1936, o jovem *Cidade de Rio Claro* inovou radicalmente ao estampar, em suas páginas, *clichés* (hoje fotografias) de membros das “sociedades de cor” da cidade, como segue:

Documento 13 - 28 DE SETEMBRO

S. D. D. 28 de Setembro

Tem se revestido de extraordinária animação os ensaios do cordão «Você ganhou mas não leva», formado pelos socios da sociedade dos homens de côr S. D. D. 28 de Setembro. Esse cordão vae fazer verdadeiro furor na



Ambrosina Lopes
Rainha

Hygino Lucio de Arruda
Presidente

Avenida, nos dias do Carnaval. Para garantir esse sucesso muito têm feito o presidente desta sociedade, sr. Hygino Lucio de Arruda e tambem a rainha electa, senhorinha Ambrosinia Lopes.

Rio Claro

Fonte: Cidade de Rio Claro, de 21/02/1936.

Documento 14 - S.D.D. UMA NOITE DE ALEGRIA

S. D. D. «Uma Noite de Alegria»



A sociedade dos «alegres» abrirá hoje as portas dos seus salões, para ter início o seu primeiro baile carnavalesco, o qual terá o concurso do optimo «Jazz Ideal».

A sociedade que é dirigida pelo seu esforçado presidente, sr. Ventura de Arruda, muito concorrida deverá ser, pois será apresentada aos convidados a sua rainha, srta. Helena Samuel.

HELENA SAMUEL
RAINHA

Fonte: Cidade de Rio Claro, de 22/02/1936.

S. D. D. Progresso da Mocidade

E' geral a animação carnavalesca deste ano. Em todos os sectores nota-se igual dose de delirio. Haja vista o empolgante alegramento que manifesta-se no «Progresso da Mocidade»: sociedade dirigida por Francisco F. de Arruda, (Chiquito) já apromptou um extraordinario cordão que desfilará pela Avenida, como bamba, pois que elle é «Bamba da Avenida».

A rainha do carnaval do «Progresso da Mocidade» é a snha. Lourdes Calixto, uma das mais enthuastas admiradoras de Momo, o insuperavel.



Francisco F. Arruda
PRESIDENTE

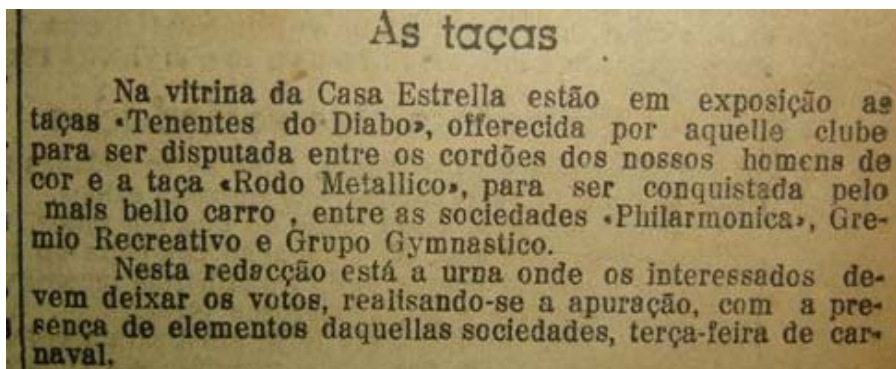
Lourdes Calixto
RAINHA

Use Tinta

Fonte: Cidade de Rio Claro, de 23/02/1936.

A premiação do carnaval local de 1936 estava programada conforme a nota abaixo reproduzida:

Documento 16 - AS TAÇAS



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 23/02/1936.

Assim como ocorrido em 1935, as sociedades carnavalescas brancas disputariam uma taça diferente da que seria disputada entre as sociedades carnavalescas negras em 1936. Como se verifica no documento acima, tanto a taça dos pretos quanto a taça dos brancos foram estrategicamente exibidas na Casa Estrella, loja local que, na época, comercializava artigos carnavalescos diversos. Mas, pouco antes de exibir em suas vitrines as referidas premiações, a mesma loja havia publicado o seguinte anúncio:

Documento 17 - EMPREGADA



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 05/01/1936.

O tipo de comportamento da Casa Estrella é um reflexo do caráter ambíguo do padrão de relações raciais à brasileira. Os anúncios publicados fazem ver que, na referida casa comercial, o negro seria “bem-vindo” em uma situação circunstancial, passageira, qual seja, a da premiação carnavalesca (e

possivelmente como consumidor, do que cabe desconfiar). Em contrapartida a loja repelia a mão-de-obra negra, ou seja, a presença negra regular no local, primando assim pela conhecida regra tácita da “boa aparência” no mercado de trabalho, tão comumente aplicada no contexto brasileiro.

Terminado o carnaval de 1936, tanto o *Diário* quanto o *Cidade* noticiaram várias vezes o quão brilhante e singular havia sido o tríduo carnavalesco em Rio Claro – chegando o primeiro a declarar que, naquele ano, “Rio Claro assistiu e viveu o seu melhor e mais bello carnaval!” (*Diário do Rio Claro*, de 27/02/1936). No geral, os elogios que a imprensa rioclarense direcionou às organizações negras que participaram do carnaval local de 1936 podem ser sintetizados por meio do seguinte trecho:

Os Cordões

Os cordões apresentados pelas nossas entusiasticas sociedades de cor foram muito apreciados, não só pela correcção com que se apresentaram, todos muito bem vestidos, com finas phantazias, sobresaíndo-se em elegantes trajes as suas respectivas rainhas que se faziam acompanhar das damas de honra como em relação ás dansas que executavam durante o desfile. Os balisas estiveram estupendos ... (*Diário do Rio Claro*, de 25/02/1936).

Entre as “sociedades de cor” teve destaque a Progresso da Mocidade, ganhadora da taça Tenentes do Diabo. Após o fim do tríduo carnavalesco, a campeã negra Progresso da Mocidade realizou um baile no qual batizou suas duas taças de carnaval (obtidas, respectivamente, nos carnavais de 1935 e 1936), em cerimonial que contou com a presença das madrinhas negras Sebastiana Pedro e Lourdes Calixto. Para prestigiar a solenidade, chegou a Rio Claro, de trem, uma caravana de congêneres oriunda da cidade de São Carlos-SP (*Cidade de Rio Claro*, exemplares de abril de 1936).

Em maio de 1936, uma comissão composta por “Isidoro Joaquim Mariano, Saturnino Gabriel Gouvêa, José de Mello, Benedicto Botão, Lazaro Miguel e João Gabriel” organizava os festejos locais do 13 de maio, que ocorreriam no largo de São Benedito, como nos anos anteriores. Tanto para a missa “em homenagem a excelça Princesa Izabel, redemptora da abolição”,

quanto para “o grande Samba”, eram convidados “todos os homens de cor”, o “povo em geral” e “as dignas famílias e autoridades” de Rio Claro. “Como todos os annos”, também em 1936 o “samba do 13” atravessou a madrugada (*Diário do Rio Claro*, de 10 e 13/05/1936).

Cabe centrar a atenção na matéria intitulada “Samba”, publicada pelo *Cidade de Rio Claro* na ocasião de 13 de maio de 1936:

Samba

13 de maio, mesmo não sendo [mais] dia feriado, continua a ser o dia do negro brasileiro.

É o dia que assignala a redempção de uma raça oprimida: os escravos.

Por isso é festejada, com “modas” typicas, um tanto alegres e tristes, o complexo sentimental afro-brasileiro.

O samba è bem a explosão da alma do negro, quando ainda das senzalas.

É uma explosão que ficou, resistindo até os nossos dias, mas que vai perdendo terreno.

Dia virá em que elle desapareçá, por completo, porque no Brasil, ao contrario, da Norte America, não ha o “problema negro”.

É da escravidão que nasce a revolta. E o negro brasileiro não ganhou a liberdade physica para perder a moral.

Não vive em bairros, afastado do branco, como acontece no Tio Sam.

Si o samba, de todo anno, por ocasião do 13 de maio, ainda é quasi o mesmo do tempo da escravidão, é, tão sómente, por tradição.

Commemorando essa grande data, o negro de hoje [é] fiel aos ancestraes [e] ao sangue que lhe corre nas veias.

(*Cidade de Rio Claro*, de 13/05/1936).

A matéria mostra que o esforço do populismo dos anos 1930 para transformar os símbolos de matriz africana em patrimônio da identidade nacional não liquidou as atitudes racistas e preconceituosas que eram dirigidas, por exemplo, à musicalidade negra. A afirmação de que, no futuro, o samba desapareceria, traduz um ideal de branqueamento cultural da nação, e não uma previsão despretensiosa e neutra por parte de quem escreveu. Em outras palavras, o autor está dizendo: “calma, população rioclarense! A barbárie africana, personificada no maldito samba, se arrastou da escravidão até aqui, mas está com os dias contados. Nós, aqui, estamos livres do problema negro

que assombra os Estados Unidos. Portanto, a assimilação total dos negros pelos brancos se consumará, não se preocupem”. Esse raciocínio deve ser entendido dentro de um contexto que ultrapassa o plano local: no Brasil como um todo, à medida que se tentava completar a transição dos símbolos culturais marcadamente negros da marginalidade para a aceitação nacional, recrudesciam ideologias “progressistas” embasadas no apagamento de tudo aquilo que remetesse ao “atraso africano”.

Depois do tríduo carnavalesco e dos festejos do “13”, em 1936, os negros de Rio Claro continuaram a desenvolver um calendário repleto de atividades. Dentre estas tiveram destaque as partidas dançantes, que freqüentemente envolviam caravanas de associações negras de outras cidades do interior paulista. Boa parte desses bailes era animada pelo requisitado *jazz band* Batutas Rioclarenses, grupo musical composto exclusivamente por integrantes negros.

Documento 18 - JAZZ BAND BATUTAS RIOCLARENSES



Crédito: Arquivo Municipal Histórico Oscar de Arruda Penteado de Rio Claro (anos 1920). Antigo acervo pessoal da família Copriva.

«Jazz Batutas Rioclarense»

Estampamos, hoje, o cliché dos componentes do «Jazz Batutas Rioclarense», para assinalar, mesmo antecipadamente, a passagem de mais um anno da sua fundação, que se dará amanhã.

Festejando essa data, será levado a effeito, no amplo



salão do Gloria Rink, amanhã, um concorrido baile organizado e abalantado pelos elementos do «Jazz Batutas Rioclarense».

Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 26/06/1936.

O contato inesperado com o material sobre o *jazz band* Batutas Rioclarense permitiu-nos alargar o entendimento sobre a musicalidade dos espaços da raça em Rio Claro. Acompanhemos o depoimento de Durval Augusto sobre o *jazz* em Rio Claro:

O jazz norte-americano fez sucesso aqui em Rio Claro até 1945 mais ou menos (...) Os filmes que passavam [no cinema local] eram de musical norte-americano, todo mundo corria assistir mesmo, aqui em Rio Claro. Louis Armstrong, os filmes dele também, pistonista norte-americano, negrão bem preto, cantava rouco... (Entrevista com Durval Augusto).

De acordo com definição enciclopédica, a expressão *jazz-band* designa um

tipo de formação orquestral surgida na primeira metade do século XX em vários países como Brasil e Cuba, por influência afro-norte-americana. Integram-no, principalmente, piano, baixo, bateria, palhetas, metais, percussão e vocalista. Em Cuba, segundo H. Orovio, esse tipo de formação, ensejando incorporar novas sonoridades, representou uma nova forma de expressão para os gêneros típicos locais. No Brasil, da mesma forma, o *jazz-band*, principalmente a partir de Pixinguinha, representou um alargamento das potencialidades do samba e de outros gêneros de origem africana (Lopes, 2004, p.641).

Cabe observar que Pixinguinha⁸ organizou o célebre *jazz-band* Oito Batutas em 1919. Dentre os músicos que integravam o Oito Batutas, figuram o próprio Pixinguinha e Donga⁹. Tocando gêneros como o choro, o maxixe e o samba, o grupo fez sucesso entre as elites cariocas utilizando instrumentos até então conhecidos exclusivamente nos subúrbios do Rio de Janeiro. Após várias turnês pelo Brasil e pelo exterior, nos anos 1920 o Oito Batutas apresentava um repertório bastante influenciado pelo *jazz* afro-norte americano. Tal influência foi sentida “pela inclusão de saxofones, clarinetas e trompetes, pela utilização de arranjos instrumentais no estilo das *jazz-bands* e pelas alterações no repertório [do grupo], que passou a incluir fox-trots, shimmys, ragtimes e outros ritmos estrangeiros da moda”¹⁰.

⁸ Ver Lopes, 2004, p.534.

⁹ Ver Lopes, 2004, p.242.

¹⁰ <http://cifrantiga3.blogspot.com/2006/04/oito-batutas.html> ; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pixinguinha> - acesso em 10.06.2008.

Comparando o documento 18 com o documento 19 (abaixo), fica evidente a semelhança entre o *jazz band* Batutas Rioclarense e o *jazz band* Oito Batutas, do Rio de Janeiro:

Documento 19 - OS OITO BATUTAS



"Os Oito Batutas durante excursão na Argentina, em 1923" .

Fonte: <http://cifrantiga3.blogspot.com/2006/04/oito-batutas.html> - acesso em 10.06.2008.

No caso de Rio Claro, *jazz band* de preto era *jazz band* de preto, de um lado, e *jazz band* de branco era *jazz band* de branco, de outro:

Documento 20 - JAZZ-BAND DE PRETO
E JAZZ-BAND DE BRANCO



Crédito de ambas as fotos: Arquivo Municipal Histórico Oscar de Arruda Penteadó de Rio Claro (anos 1920). Antigo acervo pessoal da família Copriva.

Quando interrogado sobre as diferenças entre *jazz band* de preto, de um lado, e *jazz band* de branco, de outro, o entrevistado Durval Augusto respondeu:

O jazz band tinha que ter o banjo mesmo, por causa que era o estilo norte-americano. Faziam questão do banjo... O violino nem tanto, a raça negra gostava mais do banjo e do baixo, né?! Fazia parte pra acompanhar as múscias que vinham, as partituras que vinham, norte-americanas. Era basicamente isso aí. O sopro sempre era trombone, piston e sax tenor, ou então sax alto (Entrevista com Durval Augusto).

Cabe sublinhar que o depoimento de Durval Augusto aponta também para a presença de ritmos afro-cubanos no meio negro rioclarense:

Quando a orquestra anunciava “Rumba, Mambos e Cha-Cha-Chas”, eeeeehhh, ninguém ficava na cadeira! Mais ou menos assim [por volta de] 47, 48 (Entrevista com Durval Augusto).

De acordo com Moore, nas primeiras décadas do século XX, gêneros musicais de matriz afro que haviam se desenvolvido relativamente isolados foram se tornando parte de uma cultura global, e novas tecnologias de gravação – o desenvolvimento do rádio e do transporte – tiveram, neste contexto, papel decisivo. Dentro desse processo de transculturação o interesse pela rumba, por exemplo, ocorreu mais ou menos quando estavam em voga gêneros “exóticos” de outros países, tais como o *jazz* dos Estados Unidos, o calypso de Trinidad, e o samba e o maxixe do Brasil (Moore, 1997).

Entretanto, julgamos que a explicação para a reprodução do *jazz*, da rumba, do mambo e do cha-cha-chá no meio negro rioclarense reside, primeiramente, num processo de identificação racial transnacional, e não na expansão capitalista do mercado musical de então. Reproduzir tais ritmos no contexto local pressupunha um espelhamento negro que ultrapassava os limites da nacionalidade, ou seja, o identificar-se com um outro distante em termos geográficos, porém muito próximo em termos de raça. Dessa identificação advinha, por exemplo, a motivação para “correr” e assistir a Louis Armstrong no cinema local (conforme depoimento de Durval Augusto). De tal modo, foi essencialmente pela existência de um processo de identificação racial transnacional – ou seja, de um processo pelo qual os negros do local se contemplavam e se espelhavam no congêneres de raça internacional – que *jazz*, rumba, mambo e cha-cha-chá encontraram solo fecundo e vingaram nos circuitos da raça negra em Rio Claro.

Por outro lado, cabe observar a matéria que o *Diário* publicou sobre o jazz, em 1937:

Jazz, filho preto da cachaça

(Copyright da União Jornalística Brasileira para o "*Diário*")

O jazz, com todos os seus guinchos, com a hysteria de seus chocalhos, sua bateria e sua lataria infernal; com toda sua pose de musica do seculo, tem a alma triste e dolente... dos que soffrem (...)

Não admira. O jazz não é fructo da época doida das coisas que vôm; não é invenção do homem branco machiavelico, em sua eterna incursão pelo mundo inexplorado da sciencia (...)

Jazz é irmão torto do samba, é filho natural da macumba africana (...)

[O jazz é] essa musica ultra moderna, que é antiga em seu espirito, porque traz consigo a alma dolente dos negros africanos, o grito primitivo dos selvagens.

Jazz é o filho negro da cachaça. É a vestimenta alegre da lamuria, do chôro, da imploração. Jazz é a fuzarca de joelhos, mãos postas p'ro céu, chamando pai Ogun, deus da macumba.

(*Diário do Rio Claro*, de 27/08/1937).

A publicação acerca do *jazz*, que liga hierarquicamente o homem branco à ciência e o homem negro ao primitivismo selvagem, pode ter sido veiculada no *Diário* como uma provocação ao "barulho" do *jazz-band* dos pretos da cidade, o "Batutas Rioclarenses". De todo modo, é necessário que consideremos o texto dentro de um contexto mais global.

A Era do *Jazz* teve profundo impacto cultural também em Cuba, mas não sem contestação. Opositores do *jazz* em Havana, por exemplo, descreveram o gênero como "uma criação diabólica e infernal, enviada pelo diabo para destruir a humanidade" (Casella,1929: 2-5; apud Moore, 1997, p.172) [tradução livre]. É exatamente esse o teor da matéria sobre o *jazz* que o *Diário do Rio Claro* levou a público na segunda metade dos anos 1930: afirmar que o gênero era uma invocação do "pai Ogun, deus da macumba" correspondia a dizer "o *jazz* é uma expressão do diabo". Mas a má digestão ao *jazz*, no contexto brasileiro, vinha de tempos anteriores.

Quando compôs "Carinhoso", entre 1916 e 1917 e "Lamentos" em 1928, que são considerados alguns dos choros mais famosos, Pixinguinha foi criticado e essas composições foram

consideradas como tendo uma inaceitável influência do *jazz*, enquanto hoje em dia podem ser vistas como avançadas demais para a época¹¹.

Cabe salientar que pretos e brancos ocupavam lugares diferentes no cinema de Rio Claro. O depoimento abaixo sintetiza os demais encontrados sobre esta questão:

[Jair] *O cinema mesmo, o Excelsior, você ia no cinema os negros iam tudo no balcão lá de cima (...) Os negrão tudo lá em cima, os brancos mais lá embaixo. Isso desde que eu comecei a ir no cinema, molecão, 15 anos. 52, 53 era assim...* (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

A compartimentalização racial também foi encontrada no futebol em Rio Claro. Em 1936 teve início na cidade o Festival Esportivo 9 de Julho - Brancos versus Pretos. O evento foi realizado por vários anos, sempre nos feriados de 9 de julho. Tendo como principal atrativo a calorosa partida futebolística entre os times branco, de um lado, e preto, de outro, o festival era organizado para a arrecadação de fundos em prol do Asilo São Vicente de Paula de Rio Claro - por meio do que os "homens de cor" respondiam, certamente não pela primeira vez, ao apelo que lhes fora dirigido por meio da imprensa local em 1932.

Ainda em 1936, as sociedades negras rioclarenses em geral apresentaram uma série de peças teatrais em suas sedes. Além disso, a Progresso da Mocidade lançou um periódico impresso (sobre o qual não encontramos maiores referências) e comemorou seu segundo aniversário de fundação; a 28 de Setembro comemorou seu sexto ano de existência; e a Uma Noite de Alegria elegeu Joaquim de Araujo e Sebastiana P. Oliveira, respectivamente, como presidente da sociedade e presidenta da sessão feminina da organização (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*, de 1936).

Tendo em vista os jornais analisados, é importante chamar a atenção para o volume de atividades desenvolvidas pelos grupos negros locais em especial a partir da segunda metade dos anos 1930. A análise minuciosa do

¹¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pixinguinha> - acesso em 10.06.2008.

conteúdo tanto do *Diário*, quanto do *Cidade* (jornais de maior circulação em Rio Claro, até os dias atuais), sugere que as organizações negras de meados dos anos 1930 tinham mais fôlego, mais efervescência e maior visibilidade do que as organizações negras do início da década.

Essa injeção de ânimo pode ser explicada, em parte, pelo momento político por que passava o Estado de São Paulo. Terminadas as batalhas constitucionistas de 1932, e então instituída a tão sonhada Constituição, em 1934, o povo paulista respirava novos ares. Além disso, durante os anos 1930, o populismo getulista baseou-se na construção de esquemas conciliatórios estratégicos e na concessão de direitos previdenciários e trabalhistas às massas urbanas - contempladas pelo crescente processo de industrialização que era instaurado no país.

Em Rio Claro, de acordo com Davids, antes mesmo da revolução de 1930 o coronelismo rural (baseado no patrão e no mando) já cedia lugar ao coronelismo de cidade (baseado no líder e na conquista do poder político) (Davids, 1966). Endereçando o surgimento e a consolidação do coronelismo de cidade entre o início do século XX e o início dos anos 1920, a autora pontua haver

diferenças fundamentais entre os dois esquemas: enquanto o primeiro impõe o coronel patriarcal tradicional ao eleitorado principalmente urbano, o segundo aproxima o candidato do eleitor e, desta aproximação, o voto representa uma troca de favores entre candidato e eleitor: há de permeio um emprêgo e mesmo um conselho, a amizade (Davids, 1966, p.53).

Contudo, sustentando que tradicionalismo e modernidade urbana não se excluíram mutuamente, a autora destaca que

o coronelismo de cidade não representou o rompimento dos padrões tradicionais de manutenção do poder. Ao contrário, o que lhe emprestou configuração própria foi justamente a adaptação daqueles padrões às condições urbanas. Desta forma, o coronelismo de cidade foi um ajuste político circunstancial conduzido com êxito durante o período de 1904 a 1922, aproximadamente, em Rio Claro. Nele esteve presente, como componente inovador, a conciliação entre os interesses da burguesia agrária e do eleitorado urbano emergente. Também foram inovadoras as técnicas de liderança política utilizadas, a

familiaridade entre chefe político e eleitor e a propaganda de cunho popular (Davids, 1966, p.51).

Somente mais adiante a revolução de 1930 possibilitou o enquadramento “da sociedade brasileira nos rumos da industrialização, e a adequação do ordenamento legal do Estado às condições urbanas” (Davids, 1966, p.72). Golpeado o coronelismo, especialmente em São Paulo, eram fortalecidas as lideranças políticas populistas.

Mas, em meio a esse processo, que tipo de relação existiu entre as organizações negras e o poder local em Rio Claro?

A questão é extremamente desafiante, sobretudo porque focalizamos os anos de 1930 numa situação presente de escassez absoluta de depoentes primários para o período – como relatamos na introdução do trabalho. Além disso, as notas e matérias jornalísticas analisadas para o período em momento algum demonstraram haver conexões entre lideranças do poder local e associações negras rioclarenses.

Não obstante tamanha dificuldade, por meio da análise da própria imprensa é que surgiu-nos uma importante pista: de que modo os pretos e pretas da cidade conseguiram ter seus *clichés* impressos nas páginas do *Cidade de Rio Claro*, por ocasião do carnaval de 1936, num momento em que a publicação de qualquer imagem na imprensa local era tão rara? Tal indagação, aparentemente tão irrelevante, constituiu uma chave metodológica de grande importância na pesquisa.

Na época da publicação dos referidos *clichés*, o proprietário do jovem *Cidade de Rio Claro* era o influente Humberto Cartolano, de quem reproduzimos, abaixo, parte da biografia:

Filho de Domingos Cartolano e de Maria Hellmeister, nasceu em Rio Claro a 5 de janeiro de 1888. Foi casado com Evelina Botti Cartolano. Vereador no quadriênio 1921-1924, integrou a Comissão de Finanças da Câmara. Foi membro da diretoria do Gabinete de Leitura de 1910 a 1923. Fundou, em 30 de julho de 1922, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Rio Claro, em cuja presidência ficou quase 20 anos. Durante a Revolução Constitucionalista organizou o Departamento de Auxílio à causa de São Paulo, mandando depois erigir o Monumento ao Soldado Constitucionalista na entrada do

Cemitério São João Batista [de Rio Claro]. Em 24 de junho de 1933 fundou e organizou a Rádio Clube de Rio Claro. Nomeado por Decreto do Dr. Armando de Salles Oliveira em 28 de fevereiro de 1935, assumiu a Prefeitura em 8 de março, permanecendo no cargo até 14 de fevereiro do ano seguinte. Em 1935 adquiriu dos irmãos Pacheco Trombe o jornal Cidade de Rio Claro. Eleito Vereador para o período de 1956 a 1959, não chega a cumprir o mandato, vindo a falecer em 4 de abril de 1956 (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro [1908-1983], 1983, p.81).

Humberto Cartolano esteve no topo da lista de personalidades locais que contribuíram no financiamento do carnaval rioclarense de 1935. Em fevereiro do mesmo ano, o *Diário* publicou matéria informando que (diante do pedido de demissão do prefeito Celso do Valle, chefe do executivo local desde agosto de 1934) o Partido Constitucionalista local havia indicado o nome de Cartolano para prefeito de Rio Claro (*Diário do Rio Claro*, de 16/02/1935). “Elemento de destaque no meio social rioclarense”, Cartolano era chefe da firma comercial, industrial e bancária Caetano, Castelano & Companhia; presidente da Associação Comercial de Rio Claro; e membro do diretório local do Partido Constitucionalista (*Diário do Rio Claro*, de 25/01/1935) quando foi nomeado prefeito da cidade – função que exerceu entre fevereiro de 1935 e fevereiro de 1936, como acima mencionado. Enquanto Cartolano chefiou o executivo municipal, “inúmeras entidades” foram “beneficiadas com isenção de impostos municipais” – dentre elas, o Instituto Comercial de Rio Claro, a Sociedade União Síria, o Centro Español de Instrucción y Beneficiencia, Sociedade Philarmonica de Rio Claro e a S. D. D. Cidade Nova (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro [1908-1983], 1983, p.82).

Tudo leva a crer que existia uma ligação clientelista entre as associações negras locais, de um lado, e o chefe político Humberto Cartolano, de outro. Possivelmente, os *clichés* da “gente de cor” que o *Cidade* (jornal de propriedade de Cartolano) estampou em 1936 tenham sido negociados entre as partes de que se trata. Esse possível relacionamento certamente beneficiou ambas as partes: para a gente negra trouxe mais visibilidade, mais prestígio e fortalecimento de dignidade perante os seus e diante da sociedade mais abrangente; para Cartolano proporcionou mais visibilidade no plano local, mais consumidores

negros para o seu próprio jornal, mais movimentação para o comércio que ele próprio dirigia e, destaque-se, apoio político do meio negro.

Obter também o apoio dos negros rioclareses era, em termos eleitorais, muito importante no período - já que, em 1936, ocorreria a primeira eleição para o legislativo municipal após a revolução de 1930. Nesse ano os vereadores seriam eleitos pelo povo e depois escolheriam, por votação, o chefe do executivo local. Portanto, caberia à Câmara de vereadores eleger o prefeito municipal naquela ocasião.

O jovem Partido Constitucionalista de Rio Claro, sob a chefia de Humberto Cartolano (então prefeito), ansiava por “vencer a ultima e maxima etapa da caminhada gloriosa iniciada com as eleições de 3 de maio de 1933, de que proveio a Assembléa Constituinte”, e assim ver honrado o “memoravel embate cívico de 14 de outubro de 1934, brilhantemente vencido no Estado e neste Município [Rio Claro] pelo PARTIDO CONSTITUCIONALISTA” (*Cidade de Rio Claro*, de 8/03/1936). O partido, que tinha como candidato a prefeito o próprio Cartolano, apresentou os seguintes candidatos a vereador em 1936:

Agnello Caetano Castellano (banqueiro e commerciante); Alfredo Minervino (pharmaceutico); Antenor Chiossi (pharmaceutico, residente em Corumbatahy); Antonio Vecchiato (commerciantes); Augusto Schmidt Filho (Dr.) (Engenheiro); Eduardo Dias Coelho (Dr.) (médico); Manoel Antonio de Carvalho (Constructor); Oreste Armando Giovanni (Ferroviario); Oswaldo Schlitler (commerciantes); Reynaldo Meyer (Industrial); Ruy Ladislau (Dr.) (Medico) (*Cidade de Rio Claro*, de 8/03/1936).

De outra parte, a oposição - que tinha como candidato a prefeito Francisco Penteadó Junior, do Partido Republicano Histórico - apresentava sua chapa conforme segue:

O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA, ao qual se acha filiado o PARTIDO REPUBLICANO HISTORICO, pelo seu Directorio e Conselho Consultivo de Rio Claro, apresenta aos suffragios de correligionários e ao sobranceiro eleitorado de todo o Municipio, para os cargos de Vereadores á Camara Municipal, os nomes de Dr. Francisco Penteadó Junior

(Medico)¹²; Prof. Arthur Luchini Bilac (Contabilista); Solon de Mendonça Rego Barros (Pharmaceutico); Dr. Eurico Ribeiro dos Santos (Eng. Agrônomo); Guilherme Lüdke (Ferroviario); Paulo Hoffling (Commerciante); Dr. Mariano Arouche de Toledo Franco (Advogado); Sylvio Cassavia (Commerciante); Cont. Miguel Raphael da Rocha (Industrial - Santa Gertrudes); Alfredo Silva Bueno (Lavrador - Ipojuca); João Nalim (Lavrador - Corumbatahy) (*Diário do Rio Claro*, de 05/03/1936).

Em nota paralela, o tradicional PRP veiculava:

DESFAZENDO CERTAS MANOBRAS...

Aviso aos eleitores sem malicias...

Do "CODIGO ELEITORAL", Titulo 1, Das garantias eleitoraes extrahimos:

Artigo 165 - Serão assegurados aos eleitores os direitos e garantias ao exercicio do voto, nos termos seguintes:

I - ninguem poderá impedir ou embaraçar o exercicio do suffragio;

II - nenhuma autoridade poderá, de cinco dias antes e até vinte quatro horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delicto ou em virtude de sentença criminalo condemnatoria por crime inafiançavel .

O que quer dizer que o eleitor "tem a liberdade de votar" no partido politico que bem entender e pôr, no envelope que receber na ocasião de votar, a chapa que lhe agradar.

As leis asseguram, ao eleitor, "toda liberdade de voto" e CASTIGA AS PESSOAS QUE O FOREM AMEDRONTAR, dizendo que quem vota contra este ou aquelle partido vae preso. Não ha autoridade que tenha "autoridade" de prender um cidadão pelo simples motivo de querer votar de accordo com a sua consciencia e, portanto, no exercicio do direito do voto.

Cada um vota em quem quiser. O "PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA" é um partido de ordem e de paz. E quem está de accordo com o seu programma póde e deve votar nelle.

O contrario é bobagem.

(*Diário do Rio Claro*, de 05/03/1936).

Como se sabe, os coronéis do PRP manipularam com mãos de ferro as eleições por toda a República Velha. Incumbiram-se de estabelecer a localidade

¹² Acreditamos tratar-se de um erro de publicação, já que Penteadó Junior era candidato a prefeito da coligação PRP-PRH, e não a vereador.

das votações, de escolher mesários, fiscais, apuradores e capangas, de montar listas com os nomes dos eleitores e de manipular os resultados eleitorais da maneira que melhor lhes conviesse. Envolvido por essa máquina eleitoral, coube ao eleitorado de cabresto apenas apresentar-se e grafar nome nas listas eleitorais, via de regra sob forte coação perrepista. Nesse contexto, em caso de não comparecimento (fosse o eleitor vivo ou mesmo já falecido), era prática freqüente recorrer à assinatura fraudulenta. Desse modo o “alerta” do PRP de Rio Claro, segundo o qual os eleitores deveriam exercer o voto com autonomia legal, foi publicado na tentativa de desvincular a imagem do partido das irregularidades eleitorais que havia exercido historicamente. O objetivo, portanto, era tentar substituir tal imagem por uma de ordem e de paz, atrelada à regularidade e à legalidade.

De outro lado, no plano estadual, figurava o recém-formado Partido Constitucionalista (constituído basicamente por setores do Partido Democrático, extinto oficialmente em 1934, e também por dissidentes do PRP), sob o comando de Armando de Salles Oliveira. Salles trabalhou no sentido de aproximar-se do governo federal, o que fez com que o então presidente Getúlio Vargas incluísse em seu ministério dois nomes indicados pelo Partido Constitucionalista (um para a pasta de Justiça e Negócios Interiores, outro para a de Relações Exteriores). Em 1934, Salles comandou a vitória do Partido Constitucionalista nas eleições para a Constituinte estadual e, em 1935, os membros do partido o elegeram governador constitucional. Nesse mesmo ano, Salles nomeou Humberto Cartolano para prefeito em Rio Claro (como já mencionado).

Não obstante, mesmo pertencendo à situação no plano estadual, Cartolano perdeu a eleição de 1936 para o executivo local. Na ocasião, o candidato a prefeito escolhido pela Câmara Municipal foi Francisco Penteado Junior (filho do coronel Francisco de Arruda Penteado), da coligação PRP-PRH. Julgamos que essa transição governamental, marcada pelo tradicionalismo político representado pelo PRP, afetou pesadamente a estruturação dos grupos negros de Rio Claro.

Em 1937, por exemplo, o carnaval rioclarense não havia alcançado o êxito do glorioso carnaval de 1936 – o que se conclui por meio da análise dos jornais pesquisados. No conjunto esses veículos sugerem, em entrelinhas, que a administração local praticamente não injetou recursos no carnaval de 1937, ao contrário do ocorrido em 1936. O resultado dessa falta de apoio culminou no enfraquecimento relativo da performance carnavalesca rioclarense desse ano. Entre os “homens de cor”, a Sociedade Progresso da Mocidade havia conquistado novamente o primeiro lugar, e como vice-campeã figurou a Sociedade Uma Noite de Alegria. Não há indícios de que a Sociedade 28 de Setembro tenha desfilado em 1937 (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*, de fevereiro de 1937).

Nota-se que os informes sobre a 28 de Setembro haviam desaparecido após fevereiro de 1937. Progresso da Mocidade e Uma Noite de Alegria davam alguns poucos sinais de vida por meio de curtas notas informativas, como as que seguem:

Cordão Cravo Vermelho

Chegou hontem pelo [trem] nocturno á nossa cidade o bem organizado cordão “Cravo Vermelho”, de Campinas, que veio em vistia á Sociedade “Uma Noite de Alegria”.

Em seus salões essa aggremação dos nossos homens de cor ofereceram aos visitantes animado baile.

Agradecemos os cumprimentos que recebemos do cordão campineiro, quando, entoando e dansando ao rythmo de um samba, desceram a avenida (*Diário do Rio Claro*, de 18/04/1937).

Festival Dramatico

A Sociedade D. D. Progresso da Mocidade realisa hoje, nos salões do Gloria Rink, festival dramatico intitulado “Cadencia do Samba” e que promete reunir, numa festa animada, todos os socios daquela sociedade dos nossos homens de côr.

Agradecemos o convite.

(*Diário do Rio Claro*, de 22/05/1937).

Em contrapartida, Rio Claro continuava a ser um foco de adeptos do fascismo e do nazismo em 1937. Em abril desse ano era inaugurado, na difusora local, o “Programma Italiano”, sob o comandado da agremiação fascista

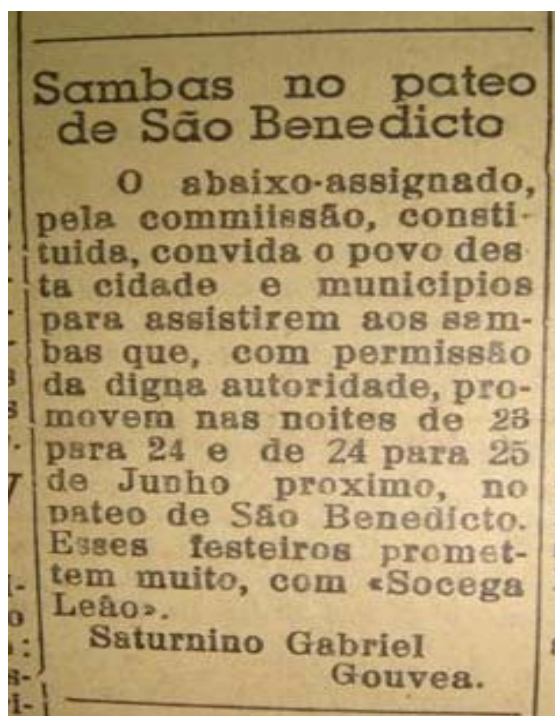
Armando Diaz (*Diário do Rio Claro*, de 14/04/1937). Esta - juntamente com a Sociedade Italiana de Beneficencia e a Sociedade Dopolavoro de Rio Claro - havia se reunido na cidade, em maio de 1936, para festejar “com vibrante entusiasmo” a “invicta marcha italiana sobre a Africa Ocidental” (*Diário do Rio Claro*, de 07/05/1936).

Portanto, “os filhos e admiradores da gloriosa patria de Dante”, em Rio Claro (*Diário do Rio Claro*, de 07/05/1936), certamente se congratularam diante do decreto-lei italiano de 1937, segundo o qual “toda a pessoa de nacionalidade italiana” que estabelecesse “relação de carater conjugal com subditos da Africa Oriental” seria “passivel de pena, variando entre 1 e 5 annos de prisão” (*Diário do Rio Claro*, de 26/06/1937).

Em maio de 1937, a “Colonia Allemã” de Rio Claro comemoraria, na cidade, “o maior feriado nacional da Nova Allemanha”, com a participação do “Nucleo Nazista”, da “Escola Allemã” e da “Associação de Canticos” locais (*Diário do Rio Claro*, de 30/04/37).

Fora dos circuitos fascistas e nazistas da cidade, mas, certamente, a contragosto dos mesmos, o “dia do negro”, nesse mesmo ano, era comemorado em Rio Claro. Como era tradicional, o 13 de maio foi celebrado pelos negros no largo de São Benedito. Todavia, a nota a seguir parece indicar que a tradicional “batucada dos homens de cor” estava sofrendo ameaças, o que se nota pela referência à permissão concedida pelo poder local:

Documento 21 – SAMBAS NO PATEO DE SÃO BENEDICTO



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 01/05/1937.

Os sambas do 13 ocorreram no local previsto em maio de 1937. Porém, em junho do mesmo ano, o *Diário* veiculava:

Os nossos homens de côr, na véspera e dia de S. João, fizeram realizar no pateo de S. Benedicto, dois retumbantes sambas, como despedida do local onde ha tantos annos os adeptos do “batuque” festejam o dia da libertação dos escravos no Brasil.

É que aquelle largo vae receber o seu ajardinamento que o tornará mais attractivo, fazendo jús a belleza da igreja do milagroso Santo preto, cousa aliás que ha muito se fazia sentir.

Veremos agora, no proximo 1938, qual irá ser o local designado pela prefeitura para ser commemorada a data de 13 de Maio, por nossa gente de côr (*Diário do Rio Claro*, de 29/06/1937).

A nota faz ver que os praticantes do Tambu – genericamente chamado de “batuque” pelos brancos – estavam sendo expulsos do espaço no qual realizavam, historicamente, sua manifestação de matriz africana. Sob o pretexto de “ajardinamento” procurava-se, na realidade, eliminar o que se tomava por “manifestação primitiva dos pobres descendentes de escravos de Rio Claro”, pondo fim ao “resquício escravista” já tão ultrapassado e incongruente com a idéia de ordem, de progresso e de modernidade para a época. Tal processo

configura um projeto de varrição étnico-racial no meio urbano, pois tratava-se de des-enegrecer o Quilombo (nome original do bairro), lugar que os pretos haviam cunhado como um espaço físico e simbólico próprio no plano local. E, destaque-se, era a mão reguladora da prefeitura perrepista – portanto, do poder local tradicionalista – que arquitetava mecanismos para controlar os pretos do Tambu e seu espaço em 1937.

Mas, a despeito dos constantes ataques dirigidos às manifestações negras da época, surgia uma nova sociedade negra em Rio Claro. Por ocasião de sua inauguração, a 09 de outubro de 1937, o Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama ocupou quase duas páginas do *Cidade de Rio Claro*, como ilustramos abaixo:

Documento 22 - A INAUGURAÇÃO DO CENTRO C. B. LUIZ GAMA



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937.

De acordo com o *Cidade*, o Centro Cívico e Beneficiente Luiz Gama constituía uma “novel associação que reuniu a maioria dos homens de côr” de Rio Claro, contando, já em sua inauguração, com 320 sócios (*Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937). Entre as finalidades estatutárias da associação, constavam:

1. promover “assistência quotidiana e diligente [para] trazer ao homem de côr” rioclarense “todo o conforto de que necessite na sociedade”;
2. ser “um reducto de communhão da raça”;
3. procurar “alfabetisar” quem necessitasse de letramento;
4. criar um “clima cooperativista” e uma “união beneficiadora” entre os seus;
5. dar amparo a seu público (*Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937).

Na extensa matéria, afirmava-se:

(...) Quem entra no antigo Gloria Rink se deslumbra, se boquiabre tal a demonstração de esforço constructivo patenteado na actual séde do Centro.

Desde a decoração das dependencias do predio até a disposição das diversas repartições em que se subdividem as attribuições das secções sociaes, tudo denota trabalho, labor fecundo, realisação, que um grupo de homens de vontade decisiva e firme levou a termo creando essa maravilha de união dos nossos homens de côr (...)

Não ha negar que a raça negra vem cumprindo um glorioso destino dentro da Patria. Vindo de um fundo obscuro para o tumulto inopinado da interpenetração no seio da nacionalidade, contribuindo para a formação da raça e della fazendo parte preponderante com fracção apreciavel, os homens de côr do Brasil são parcella de real importancia dentro da Patria e cumpre reivindicar em seu favor todos os direitos que lhes devem ser outorgados (...)

A magnífica iniciativa que possibilitou o Centro Civico e Beneficiente “Luiz Gama” é dessas que marcam uma estacada historica entre um povo... (*Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937).

A solenidade de inauguração do Luiz Gama contou com a presença de Francisco Lucrecio, liderança frentenegrina paulistana de expressão nacional na época (a quem já aludimos em páginas anteriores). Anunciando a eminente participação, publicou o *Cidade*:

Proferirá uma conferencia, abordando a personalidade illustre de Luis Gama, o illustre homem de côr dr. Francisco Lucrecio, d. d. Secretario Geral da Frente Negra Brasileira.

A presença de tão eminente lider dos homens de côr é sufficiente para determinar a curva das solemnidades de hoje.

(Cidade de Rio Claro, de 09/10/1937).

O conjunto de atividades que marcou a inauguração do Luiz Gama em Rio Claro foi bastante variado. Além de incluir a “illustre conferencia” de Francisco Lucrecio, que veio de São Paulo acompanhado por sua comitiva, compreendeu: pronunciamentos de vários elementos da cidade; inauguração de uma pintura-retrato do patrono Luiz Gama; espetáculos dramáticos envolvendo apresentações de teatro, de samba, declamação de poesia sobre a África, entre outros, com numerosos papéis e participantes; e “Grandioso Baile”. Somente para o dia da inauguração tinham sido organizadas uma “Comissão de recepção ao dr. Francisco Lucrecio e sua comitiva” e, igualmente, uma “Comissão de recepção aos convidados” – estes, não só de Rio Claro e da capital, como também de outras cidades do interior do Estado de São Paulo (Cidade de Rio Claro, de 09/10/1937).

A diretoria do Luiz Gama, bastante diversificada, compunha-se da seguinte forma:

Presidente:	Higyno Lucio de Arruda
1º Vice-presidente:	Francisco Franco Arruda
2º Vice-presidente:	Sebastião de Almeida
Secretário Geral	Aristides Souza Santos
1º Secretário	Gumercindo Jacynto
2º Secretário	Mario Ferreira Faria
1º Tesoureiro	Messias Franco de Arruda
Orador Oficial	Thelesphoro Justino de Alcantara Moreira
Diretor de Dança	Luiz Pereira da Silva
Diretor Dramático	Juvenal dos Santos
Diretor Musical	Antonio Francisco
Diretor de Esporte	Augusto Paulino
1º Bibliotecário	Apparecido Guilherme
2º Bibliotecário	Anezio Augusto

Comissão de Sindicância	José de Andrade João Esteves João da Silva Salles
Comissão Legal	Hygino Lucio de Arruda Francisco Franco de Arruda Thelesphoro Justino de Alcantara Moreira
Comissão de Beneficiencia	João Albino João Pedro Lazaro de Souza Santos

(Cidade de Rio Claro, de 09/10/1937).

Importa sublinhar que, depois de inaugurado o Centro Cívico Luiz Gama de Rio Claro, não mais encontramos referência, nos jornais pesquisados, às associações negras locais 28 de Setembro e Progresso da Mocidade. Mas não é difícil compreender que a explicação para esse “desaparecimento” repousa justamente no surgimento do Luiz Gama – na realidade, uma fusão entre parte das associações negras rioclarenses (já que a organização Uma Noite de Alegria continuou a atuar independentemente em 1938, e outras agremiações negras podem também ter existido). Note-se que o presidente do Centro, Hygino Arruda, era o antigo presidente da 28 de Setembro, e o vice-presidente, Francisco Franco Arruda, presidia anteriormente a Progresso da Mocidade.

A vinda do frentenegrino Francisco Lucrécio para a inauguração do Luiz Gama rioclarense aponta para a continuidade da conexão entre os negros interioranos e paulistanos. Não obstante, em 1937, tal conexão não resultou na reorganização da extinta Delegação da Frente Negra em Rio Claro, que havia se instalado na cidade em 1932. As razões para que os negros de Rio Claro não re-extendessem, no plano local, a sigla da Frente, certamente tinham a ver com:

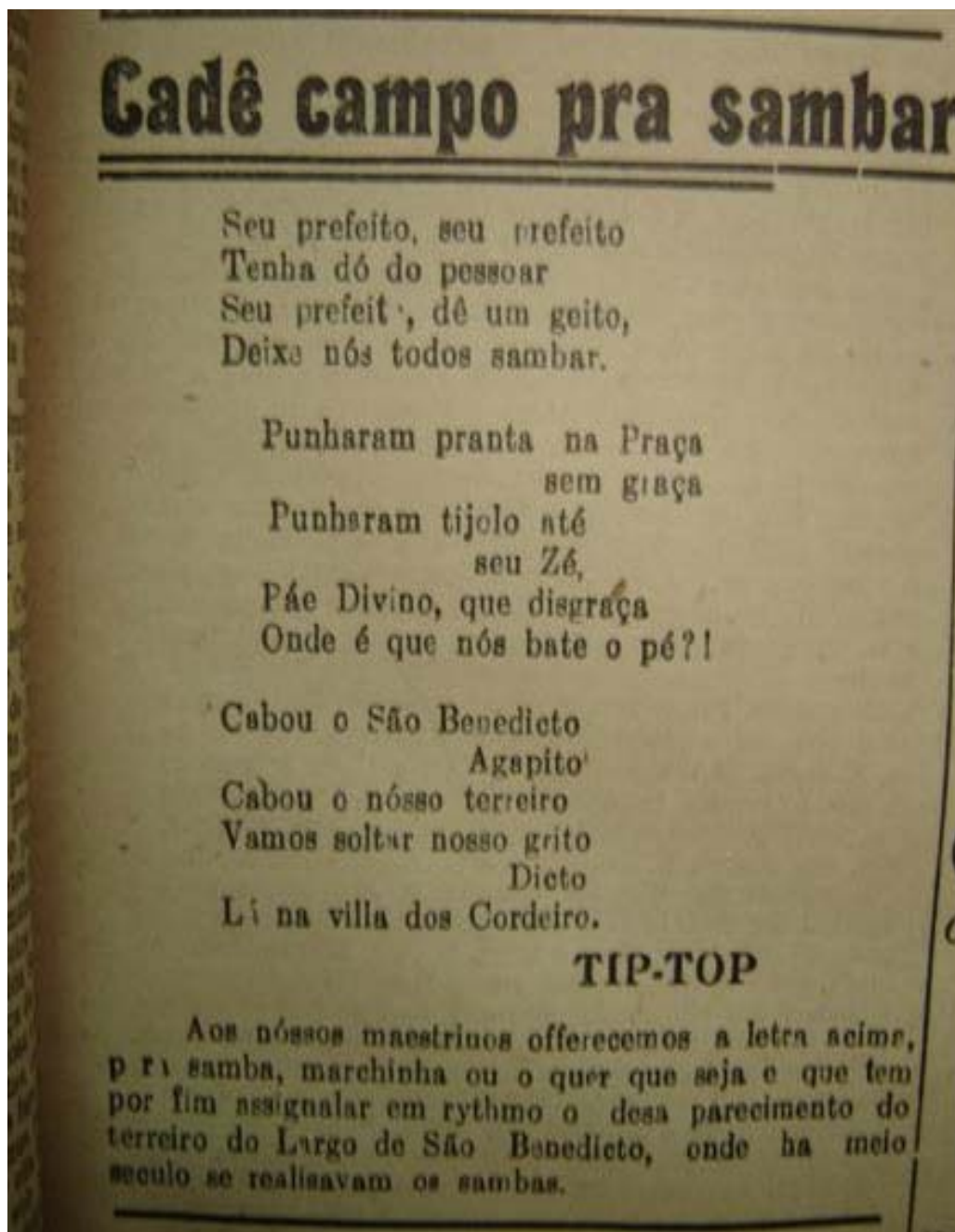
1. a experiência autoritária e anacrônica da delegação frentenegrina local de 1932;
2. a opção pela adoção de um modelo organizacional negro apartidário – o que ficou expresso quando da instalação da Sociedade Henrique Dias de Rio Claro, em 1932;
3. a crise política que se instaurava no país em 1937.

Quando a associação completava seu primeiro mês de vida em Rio Claro, Getúlio desfechou o golpe estadonovista no país, anunciando o “nascido de uma nova era” e uma nova Constituição para o Brasil. A partir de então, o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais, as Câmaras Municipais e os partidos políticos foram todos extintos. Entre os partidos extintos, figurava a Frente Negra Brasileira, que havia sido registrada como partido político em 1936.

Em 1938 o Centro Cívico Luiz Gama desenvolveu atividades variadas: participou do fraco carnaval local, realizando festejos carnavalescos em seu salão sem, no entanto, participar do baile conjunto das sociedades brancas Gremio Recreativo, Cidade Nova, Gymnastico e Philarmonica, realizado na sede da última; organizou bailes, festival dramático, solenidades e festejos do 13 de maio, sem excluir o Tambu; integrou comissão para a realização do Festival Esportivo 9 de Julho – Brancos versus Pretos e também elegeu nova diretoria (na qual era incluída, desta vez, uma “Comissão Medica e Beneficiente”) para o biênio 1939-1940 (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*, de 1938).

Simultaneamente a toda essa movimentação, tinha continuidade a queda de braço entre os/as praticantes do famoso Samba do 13 de maio, de um lado, e os setores contrários a esta manifestação, de outro. O documento a seguir emblematiza e sintomatiza o protesto negro que se levantou diante das tentativas de apagamento da referida manifestação:

Documento 23 - CADÊ CAMPO PRA SAMBAR



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 10/02/1938.

O conteúdo desta publicação personifica o protesto negro rioclarense pela manutenção de sua espacialidade, ou seja, pela continuidade de um “espaço vivido, organizado e representado” pelos seus, absolutamente repleto de enunciados e subjetividades étnico-raciais (Elhajji, 2002, 177). Tal protesto, que apresenta o formato do ponto (rima cantada) do Tambu, é endereçado diretamente ao chefe do executivo local, Francisco Penteado Junior,

representante de peso dos tradicionais PRH e PRP de Rio Claro. A contestação possibilita visualizar, nitidamente, uma incompatibilidade histórica entre o modo de concepção e elaboração do espaço apresentado pela coletividade do Tambu, de um lado, e o modo de concepção e elaboração do espaço apresentado pela administração Penteado, de outro. Dessa forma, em pleno país da “harmonia das raças” por excelência, o desenho da espacialidade ideal da comunidade do Tambu não refletia o arquétipo de espacialidade ideal do poder político tradicional. Mas ainda assim, em 1938, o Samba do 13 resistiu e aconteceu no largo de São Benedito.

A persistência do Tambu no referido espaço pode estar relacionada ao apoio, ou melhor, ao suporte estratégico que os negros estavam recebendo, na época, de Humberto Cartolano. Ora, a crítica pró-Tambu ao prefeito partia do jovem *Cidade de Rio Claro*, cujo proprietário era Cartolano (como já mencionado). Portanto é coerente inferir que, mais que abraçar a causa dos pretos, valia criticar e perturbar a situação local a todo custo. O “impasse Tambu” foi um prato cheio para denunciar publicamente a covardia dos grandes contra os pequenos levada a cabo pela administração municipal. E a alfinetada política de Cartolano pode ter, de fato, causado algum constrangimento ao prefeito, já que o Tambu de 1938 ainda ocorreu no largo de São Benedito. Vale acompanhar uma crítica dirigida ao PRP por meio do *Cidade*, logo após a instauração do golpe de 1937:

O PERIGOSO BACILLO PERREPISTA

A dissolução do P.R.P. é talvez e de prompto o mais relevante serviço que o Estado Novo prestou ao Brasil. Partido que a principio teve benefica e decisiva influencia na formação da mentalidade nacional consequente á instituição do regime republicano, aos poucos se foi abastardando, até chegar ao estado de esteria moral que apresentava em 1930, quando a Revolução de Outubro o atirou á poeira com um pinóte.

O egoismo politico desse partido foi causa da criação, no paiz, de um estado de animo geral contrario ao espirito de fraternidade. Manipulando eleições e desfructando as vantagens materiaes de todos os cargos, o P.R.P. não admittia que os quadros administrativos se renovassem pelo criterio da competencia e defendia, por todas as fórmias de compressão, o principio immoral das dymnastias burocráticas.

Assim, São Paulo, que refervia em anseios civicos e commungava com exaltação do sentimento de brasilidade, era apresentado, por culpa exclusiva do perrepismo, como possuido de espirito pronunciadamente bairrista.

Vinte e quatro de Outubro de 1930 deveria ter marcado o termino de um partido que se distanciara das aspirações da maioria dos paulistas e se patenteava no scenario nacional como modelo perfeito de escravismo despotico. Infelizmente, a ausencia de malicia e a bisonhice de alguns dos responsaveis pela transformação possibilitaram á velhacaria perrepista a sobrevivencia que chegou até o decreto-lei que extinguiu os partidos.

Nos sete annos decorridos, o P.R.P. não desmaçou dos seus propositos de egoismo e solapamento, procurando nas agitações que provocáva a base de sua existencia perniciosá e inutil.

Com o tempo, quando se fizer um estudo sereno e desapassionado dos acontecimentos occorridos a partir de Outubro de 1930, chegar-se-á á conclusáo de que se o Brasil não seguiu, desde então, os rumos que as nossas necessidades e interesses aconselhavam, é porque o P.R.P. sobreviveu miraculosa e absurdamente ao chóque que lhe tirou a primazia politica que immerecidamente estava desfructando.

Que nos sirva, agora, a amarga lição colhida dos acontecimentos destes ultimos sete annos. O Brasil não tem problemas insoluveis, não tem decepções que afetam a alma do povo, não é, como tantos outros, uma nação movendo-se num circulo de riscos mais fortes que a vontade collectiva.

Entretanto, para que a grande Reforma de 10 de Novembro prevaleça e continue, mister se faz impedir que o perrepismo sobreviva á depuração saneadora que ôra se processa.

Se a mentalidade do caciquismo perrepista conseguir insinuar se no Estado Novo, este em breve se montará no ról dos regimes-victimas de um Partido que, não podendo conduzir a escancarar, solapa e contamina e se alaparda nas chagas que provoca.

Se ha perigos externos que devemos considerar com extremo cuidado - e o comunismo é um delles - ha internamente o bacillo perrepista tendo dentro de si elementos silenciosos de destruição (*Cidade de Rio Claro*, de 10/12/1937).

Inferimos que, ligadas a Cartolano, as organizações negras rioclarenses estavam mostrando sua incompatibilidade com os moldes da política tradicionalista do Partido Republicano Paulista, pouco ou nada disposto a descer do seu pedestal estabelecido para arregimentar apoio político entre a “ralé miúda” negra. Como observa Florestan Fernandes, o grosso da gente

negra de São Paulo “não tinha conhecimento nem acesso às famílias brancas tradicionais” de então. Ademais, “como nada mais deviam ou tinham a temer de ‘famílias tradicionais poderosas’, passaram a competir com elas pelo poder político”. No meio negro em geral, “sentia-se um secreto júbilo pela derrocada daquelas famílias”, já que tal queda representava o alargamento ou a diluição dos “grilhões que prendiam o “negro”, de modo invisível, à antiga condição de “escravo” ou “liberto” ” – determinada pela “dominação racial tradicionalista” (Fernandes, 1965, pp.9-10).

Analisando o negro no pós-abolição, Andrews (1988) destaca que

a República os havia tratado particularmente mal. Começou privando a maioria deles do direito de participar da política, negando o voto aos analfabetos. Os negros de São Paulo assistiram o governo do Estado investir milhões de dólares nos imigrantes estrangeiros, enquanto se recusavam a gastar qualquer quantia com os trabalhadores negros nascidos no Brasil. A educação pública, exigência constante dos negros, era fortemente limitada. Votar no Partido Republicano (como o fizeram, comumente, os eleitores negros – e brancos – em São Paulo, seguindo o sábio conselho do mulato republicano Francisco Glicério de que “se unir à oposição neste país é um ato de total insanidade” (Love, 1980, p.112) não proporcionou aos negros sequer sua parcela justa de empregos públicos.

Por isso, quando a resistência à República ganhou forças durante a década de 1920, correntes similares também começaram a se movimentar na comunidade negra (Andrews, 1988, pp.225-226).

Não nos resta dúvida de que, em Rio Claro, a criação do Centro Cívico Luiz Gama sintomatiza e emblematiza essa oposicionalidade negra ao tradicionalismo político representado pelo PRP. A associação representava o protagonismo negro na elaboração de projetos voltados para o estado de bem-estar social da raça, com o que a aristocracia paulista no poder nunca se comprometera.

Mediante pesquisa em documentos pessoais de Aristides Souza Santos, na época secretário geral do Centro Cívico Luiz Gama, encontramos o informativo que segue:

**Documento 24 - CENTRO CÍVICO E BENEFICIENTE
LUIZ GAMA**

CENTRO CÍVICO E BENEFICIENTE "LUIZ GAMA"

1938 - **Dia 12 de Maio**

AS 20 HORAS—Palestra Cívica, na qual fallará o Snr. Aristides Souza Santos, discorrendo sobre a historica data de 13 de Maio.

AS 21 HORAS—Haverá o tradicional samba no pateo de S. Benedicto.

Dia 13

AS 5 HORAS - Alvorada com salva de 21 tiros ao som da afinada Banda de Musica «União dos Artistas».

AS 8 HORAS - Missa em acção de graças, na Igreja São Benedicto.

AS 10 HORAS - Concentração das crianças, na séde social, onde será distribuido bombons, etc. fallará nessa occasião o Snr. Hygino Lucio de Arruda, Presidente da Sociedade.

AS 16 HORAS - Passeata Cívica, com concentração no Jardim Publico e em visita de cordialidade as autoridades e redações de jornaes—Tomarão parte nessa grande passeata: esportistas, associações estudantes, culturais, syndicatos e o povo, fallarão varios oradores.

SESSÃO SOLEMNE

AS 21 HORAS - 1.º - Abertura da sessão pelo Presidente do Centro Cívico Beneficiente «Luiz Gama», que fará uma saudação ao Povo Rio Clarensense.

2.º - Discurso Official.

3.º - Conferencia por um intellectual Negro, vindo da Capital.

4.º - Fallará o Snr. Dr. José Martins desta cidade.

5.º - Encerramento da sessão com o Hymno Nacional executado pela Banda «União dos Artistas» - A seguir levará a effeito no palco o drama intitulado: LIBERDADE.

Dia 14

AS 20 HORAS—Apresentar-se-ão em palco, as declamadoras negras, recitando versos e poesias de Castro Alves, Cyro Costa, Luiz Gama, e outros. — Fallará um orador, sobre um vulto da Abolição, a seguir grande BAILE.

Dia 15 (Programma infantil)

AS 15 HORAS—1.º - Recitativos pelas crianças que cantarão hymnos patrioticos em homenagem aos abolicionistas.

AS 20 HORAS—O Corpo Scenico «Luiz Gama», levará a scena uma engraçadissima comedia intitulada «MA' PEÇA». Em seguida um harmonioso baile.

AS 24 HORAS—Encerramento solenne das festividades cincoentennaria com execução do Hymno Nacional.

Salve Liberdade Viva o Brasil

A DIRECTORIA

Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos.

Este documento mostra a variedade de atividades que seriam desenvolvidas na ocasião da comemoração dos cinquenta anos da abolição da escravidão no país, sob direção do Luiz Gama. Esse informativo, que não consta nos jornais pesquisados, aponta para o protagonismo negro do evento (que contaria com a participação de intelectual negro, declamadoras negras, etc.), e simultaneamente para seu caráter cívico-patriótico. O informativo de que se trata revela que o cultivo da identidade negra em Rio Claro, e no país como um todo, remonta a um processo histórico que nada tem de novo. Além disso, revela também que a identidade negra não sucumbiu diante da identidade pátria, fazendo ver que a “identidade mestiça” tinha limites. Em outras palavras, a identificação enquanto mestiço – o produto sintético que mais caracterizaria o tipo racial excepcional brasileiro¹³ – não implacou no meio negro rioclareense.

Em 1939, o Luiz Gama encabeçou novamente a organização dos festejos do “13”. Porém, nesse ano, os praticantes do Tambu tiveram de dizer adeus ao largo de São Benedito, pois a administração Penteado os havia empurrado para uma região mais afastada da cidade, a saber, o largo de São Roque (sito à avenida 5, entre ruas 12 e 13). Na programação de 1939 constavam, para além do “Tradicional Samba”, a “Communhão Paschal da Raça Negra” (uma missa solene exclusiva para negros e negras, na igreja de São Benedito), a “Romaria da Saudade ao Cemiterio Municipal” (para reverenciar, “junto ao Santo Cruzeiro, as almas dos escravos já falecidos”, e também em memória “de todos os seus parentes e amigos”) (*Diário do Rio Claro*, de 11/05/1939).

É importante enfatizar que, nos anúncios dos festejos do “13” que o Luiz Gama publicou, tanto em 1938 quanto em 1939, não consta referência à princesa Isabel, diferentemente do que ocorria nos anos anteriores. Os homenageados, dessa vez, seriam os próprios antepassados negros. Ressalte-se também que, pouco antes das festividades do “13”, a associação havia recepcionado em sua sede a Rainha Negra do Estado de São Paulo, de nome Cecília Saldanha. Em Rio Claro, a rainha negra fez várias visitas, inclusive na

¹³ Ver Freyre, 1998.

Rádio Local PRF2, “por cujo microphone dirigiu um agradecimento á população de Rio Claro” (*Cidade de Rio Claro*, de 14/02/1939).

É fundamental chamar a atenção para o fato de termos encontrado material que aponta, nitidamente, para a existência de ligação entre o Centro Cívico Luiz Gama e o político local Humberto Cartolano. No material (na realidade um recorte de uma matéria de jornal escrita por Aristides Souza Santos na ocasião da morte de Humberto Cartolano, em 1956), consta o trecho abaixo:

(...) Era Humberto Cartolano, um democrata sincero e apaixonado, que fazia questão absoluta de obter a cooperação de todos, inclusive dos pretos rioclarenses, aos quais deu as mais irrestrictas colaborações, na formação do CENTRO CÍVICO “LUIZ GAMA”, a qual foi valiosa sua contribuição pecuniária, e franqueando as colunas de seu jornal, para que conseguíssemos o maior número de congregados, dos componentes da raça negra... (Acervo pessoal da família Souza Santos - Rio Claro-SP, sem indicação de fonte e data).

O texto de Souza Santos, membro do Luiz Gama, sinaliza uma prática política de troca de favores entre o Centro e Humberto Cartolano – figura de peso entre a elite financeira rioclarenses. Por um lado, Cartolano desejava firmar-se enquanto elite política no contexto local. Por outro, os negros do Centro buscavam congregar e dar assistência à raça, mesmo sem condições materiais para tal. A partir dessas necessidades é que Cartolano esteve estrategicamente aberto ao cultivo de uma relação de proximidade com os negros do Luiz Gama. Tal relação configura clientelismo, ou seja, um sistema de troca de bens que se processa entre atores desiguais em poder. Neste caso, o chefe clientelista era Cartolano, que ofereceu aos negros rioclarenses tanto um espaço na imprensa local quanto um espaço físico para a estruturação da sede da organização (o prédio Glória Rink, onde foi instalado o Luiz Gama, era de propriedade de Cartolano). Já os clientes negros, por sua vez, tinham o voto como moeda de troca nessa relação.

Embora nossos depoentes não tivessem como responder, em pormenores, o complexo de indagações que apresentávamos sobre os anos 1930 (os entrevistados de mais idade nasceram entre os anos 1930 e 1940), eles nos revelaram que havia, em Rio Claro, um pequeno conjunto de negros

relativamente estabelecidos, letrados e votantes. Esse grupo, em sua maior parte, trabalhava na antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fundada no Estado de São Paulo em 1868, por iniciativa de fazendeiros, negociantes e capitalistas.

A Companhia Paulista foi pioneira em uma série de iniciativas no campo ferroviário brasileiro. Foi primeira ferrovia a eletrificar suas linhas, a utilizar carros de aço para o transporte de passageiros (e posteriormente construindo-os em suas oficinas), fomentou a criação de hortos florestais para obtenção de dormentes e lenha (através dela o eucalipto foi introduzido no Brasil), bem como outras iniciativas de gestão até então inéditas no Brasil. Seus trens de passageiros tornaram-se famosos pelo conforto oferecido e pela pontualidade em que operavam. O Trem "R" ou "Trem Azul", composto de carros de três classes (Pullman, Primeira e Segunda Classes) e restaurante, tornou-se lendário e determinou um padrão de conforto ainda não superado no Brasil, seja no transporte ferroviário (quase extinto) ou no rodoviário, mesmo em nossos dias¹⁴.

Sobretudo para os negros do interior paulista, onde o binômio racismo-discriminação obstacularizava ainda mais a ascensão desse grupo, não era pouca coisa conseguir emprego na "Paulista". Trabalhar nessa empresa significava estabilidade no emprego, possibilidade de ascensão em termos de cargo, regularidade no recebimento do salário, facilidade para aquisição de terreno residencial, acesso a medicamentos via convênio, acesso a bilhete de passagem gratuita para viagens de trem (os dois últimos extensivos à família), e assim por diante. Portanto, o negro que conseguia emprego na "Paulista" passava a integrar a chamada classe média negra de então - o que é consenso entre os entrevistados. De modo especial em Rio Claro, onde a presença e a ascensão social e política dos imigrantes e descendentes foi particularmente intensa¹⁵, não se tem notícia, para o período estudado, sobre a existência de advogado, médico, farmacêutico, comerciante, funcionário público... negro. A

¹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Paulista_de_Estradas_de_Ferro - acesso em 17.06.2008.

¹⁵ Ver Bilac 2001; Davids, 1968; Pereira, 2004

única via de acesso à classe média negra, em Rio Claro, era a ferrovia – diferentemente do que ocorria com a elite negra da capital paulista.

No caso de Rio Claro, foi à essa elite negra que Cartolano, da elite financeira local, se aproximou na busca de apoio político. Tratava-se do encontro de duas elites substancialmente distintas, mas que tinham em comum, cada qual, a busca por patamares políticos mais elevados. Para competir com o imponente PRP nas eleições municipais de 1936, Cartolano não poderia blefar e dispensar os votos oriundos da classe média negra rioclarense – e não o fez, optando por dar subsídios ao coletivo organizado dos negros. Esse grupo, por sua vez, tirou proveito do momento político para estruturar e dar visibilidade à suas demandas de raça – num momento em que a possibilidade de um negro integrar o poder local, ainda que pelas bordas do sistema, era indiscutivelmente nula.

Ao contrário do ocorrido em 1930, no ano de 1940 foi realizado o recenseamento geral no Brasil. De acordo com este, Rio Claro possuía um total de 47.287 habitantes e, do total, 23.611 eram mulheres e 23.676 eram homens. A tabela abaixo mostra o total de habitantes, segundo cor e sexo:

Tabela 1: População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1940

1940	Cor Branca	Cor Preta	Cor Amarela	Cor Parda	Cor não declarada
Sexo Fem.	21.924	1.507	47	114	19
Sexo Masc.	22.100	1.391	50	110	25

Fonte: Recenseamento Geral de 1940.

Os dados acima mostram que, em Rio Claro, mais de 93% da população era de cor branca em 1940. Pouco mais de 6% era de cor preta, e os demais, somados, não chegaram a 1% do total da população. Considerando as proporções do processo imigratório para São Paulo, faz todo sentido dizer que a população branca era numericamente bem maior que a população preta em Rio

Claro. A seguir, vejamos o total de habitantes, com nacionalidade e sexo indicados:

Tabela 2: População, por nacionalidade e sexo em Rio Claro-SP, 1940

1940	Brasileiros Natos	Brasileiros Naturalizados	Estrangeiros	Nacionalidade não declarada
Sexo Fem.	21.943	167	1.495	6
Sexo Masc.	21.673	327	1.670	6
Total	46.616	494	3.165	12

Fonte: Recenseamento Geral de 1940.

Comparando nacionalidade e cor, é possível observar que, de acordo com o recenseamento, havia mais estrangeiros do que pretos na cidade. Outro fator a ser salientado é que, sem sombra de dúvida, boa parte dos brasileiros natos descendia de imigrantes. Mas tal fenômeno extrapola os limites de Rio Claro. Entre 1880 e 1930, conforme Andrews, o branqueamento via imigração européia foi um ideal de todos os países americanos que haviam sido colonizados por Espanha ou Portugal entre os séculos XVI e XIX. Objetivava-se branquear o que o autor define como América Afro-Latina, ou seja, todo um conjunto de países profundamente moldado pela presença africana e pela experiência histórica de agricultura de *plantation* (Andrews, 2004). Assim,

essas sociedades não podiam ser apenas branqueadas racial e demograficamente; tinham que passar por um branqueamento cultural e estético também. Uma forma que esse branqueamento assumiu se deu via transformação física das grandes cidades, nas áreas do centro que foram demolidas e reconstruídas em estilo europeu moderno. Avenidas coloniais estreitas foram transformadas em avenidas largas. Infraestrutura moderna – sistemas de esgoto e água, energia elétrica, linhas de bondes e trens – foi instalada. Prédios de estrutura colonial, de um e dois andares, foram demolidos e substituídos por escritórios de vários andares e apartamentos, nos moldes dos de Paris e Londres (Andrews, 2004, pp.119-20) [tradução livre].

É importante frisar que, na Rio Claro dos anos 1940, as manifestações do meio negro haviam perdido vigor, se comparadas às que ocorreram nos anos 1930. A prefeitura de Rio Claro, na década de 1940 como um todo, praticamente não investiu no carnaval local. Destaque-se que um importante termômetro para o diagnóstico da saúde das organizações negras de Rio Claro é o carnaval – situação que se verifica até os dias atuais. Historicamente, quando os negros rioclarenses apresentam um carnaval “de arrebentar”, isso sinaliza que este grupo contou com uma fonte externa de investimento, que proporcionou suporte a tal manifestação. Esse “gerador de energia” estrutural para o teatro de avenida dos negros é o poder local. Em outras palavras, se a administração municipal julga politicamente conveniente injetar recursos para abrilhantar o carnaval na cidade, os grupos negros conseguem se estruturar e apresentar uma performance vigorosa. Do contrário, quando o investimento não é realizado, a manifestação é enfraquecida.

Porém é mister sublinhar que tal investimento, ou a falta dele, condiciona, para além do festejo carnavalesco negro em si, a estrutura das organizações negras em suas diversas demandas. Neste sentido, o Centro Cívico Luiz Gama – associação que abarcava estatutariamente preocupações sociais, intelectuais, jurídicas, etc. acerca do negro – não por acaso foi fundado, em 1937, pelos mesmos atores negros que haviam se destacado no “memorável carnaval político” de 1936. A partir dessa relação de causalidade, concluímos que o conjunto de atividades e demandas do meio negro rioclarense sempre foi condicionado pelo que chamamos de externalidades do poder local. Assim, na sua relação com esse poder em Rio Claro, ora os negros se beneficiam de externalidades favoráveis, ora são golpeados por externalidades desfavoráveis – sendo a segunda situação muito mais freqüente.

Como já mencionado, nos anos 1940 as organizações às quais nos referimos atuavam com menos vigor, o que explicamos basicamente pela existência de uma externalidade desfavorável, a saber, a continuidade de um governo municipal tradicionalista (lembremo-nos: em meio ao clima de

apreensão generalizada instaurado entre 1939 e 1945, em decorrência da Segunda Guerra).

Entre 1940 e 1947, Rio Claro teve como chefe do executivo municipal Sólton de Mendonça Rego Barros.

Era 1º. Tenente da reserva, servindo na 6ª. Cia. de Metralhadoras Pesadas, aquartelada em Rio Claro. Ingressou no Partido Republicano Histórico, tendo sido eleito Vereador para as legislaturas de 1924-1927 e 1928-1931. Ocupou a Vice-Prefeitura e a Presidência da Câmara inúmeras vezes (...) Foi nomeado Prefeito Municipal por Ato do Interventor do Estado, Dr. Adhemar Pereira de Barros, em 6 de novembro de 1940. Tomou posse no dia 13 de novembro, permanecendo no cargo até 31 de janeiro de 1947, quando pediu exoneração seu longo mandato foi interrompido por poucos dias em 1945, em virtude do Decreto-Lei Federal n.8188, de 20 de novembro de 1945. Faleceu em Rio Claro a 27 de outubro de 1967 (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro [1908-1983], 1983, p.97).

Não encontramos pistas sobre a existência de negociações entre o prefeito Sólton de Mendonça Rego Barros e as organizações negras rioclarenses. Novamente, inferimos ter subsistido entre as partes uma incompatibilidade já conhecida, a exemplo do que verificamos ter ocorrido quando, em 1936, Francisco Penteado Junior ganhou a eleição para prefeito, pela coligação PRH-PRP. Traduzindo, afirmamos que a posição de situação dos políticos republicanos em Rio Claro, mesmo após a extinção de todos os partidos políticos brasileiros em 1937, configurou uma externalidade desfavorável para a coletividade negra rioclarenses. Considerando os jornais analisados, nos anos 1940 os negros não voltaram a exercer o seu Tambu no largo do São Benedito (só o fizeram, a partir de então, no largo de São Roque - sito à avenida 5, entre as ruas 12 e 13), nem tampouco brilharam nos decadentes carnavais de rua da cidade.

Apesar disso, em 1940, o *Diário* fazia referência ao Bloco do Rato, da Sociedade negra Uma noite de Alegria, e noticiava que a “nota mais original” do carnaval de rua desse ano havia sido dada pelos Abyssinios:

um grupo de uns 10 homens de cor mettidos em saiotes brancos, o resto do corpo nú e pintado com borrões brancos

desfilaram carregando em seu pequeno throno um pretinho em vestes reais, coroado, representando o Negus. Original e significativa a ideia desse bloco dos Abyssínios, que mereceu aplausos e comentários (*Diário do Rio Claro*, de 08/02/1940).

Negus era o título dado aos soberanos do povo abissíneo, e Abissínia é o antigo nome da Etiópia. Em 1935, a Abissínia, então governada pelo Negus Hailé Selassié (1892-1975), é finalmente invadida pela Itália.

Ao contrário da primeira vez, os etíopes não resistiram às tropas (agora de Benito Mussolini) e o país foi ocupado [pela Itália] entre 1936 e 1941, tornando-se parte da África Oriental Italiana¹⁶.

O desfile dos Abyssínios de Rio Claro, segundo nossas reflexões, significava uma alfinetada negra na grande massa de italianos e descendentes da cidade, sempre demasiado atenta, no contexto local, aos pronunciamentos de Mussolini e aos acontecimentos da mãe Itália – constantemente veiculados pelos jornais locais. Cabe notar que os negros norte-americanos também estavam protestando contra a investida expansionista italiana sob a Etiópia, como o noticiou o próprio *Diário*:

Manifestação em Harlem contra a anexação da Ethiopia

NEW YORK – Durante uma manifestação no bairro preto de Harlem, contra a conquista da Ethiopia pela Italia, houve um incidente durante o qual ficaram feridos trez policiais e um manifestante foi alvejado a tiros de revolver.

Foram effectuadas muitas prisões entre a multidão que lançou pedras e outros objectos contra uma centena de policiais (*Diário do Rio Claro*, de 21/05/1936).

Em 1940, a Sociedade Progresso da Mocidade foi reorganizada e então presidida por Francisco F. de Arruda, membro dissidente do Centro Cívico Luiz Gama. O Centro também reorganizou sua diretoria e apresentou Wandico Norberto como presidente. No geral, as duas associações continuaram a

¹⁶ http://www.girafamania.com.br/africano/materia_etiopia.html - acesso em 20.06.2008.

desenvolver suas atividades habituais, ainda que o momento político não lhes favorecesse.

Cabe elucidar que uma atividade muito freqüente entre as famílias negras do Estado de São Paulo foi (e ainda é) a chamada caravana. O documento a seguir o ilustra:

Documento 25 - GRANDIOSO BAILE DOS BATUTAS
RIOCLARENSES

Grandioso baile dos «Batutas RioclarenSES»

Conforme já noticiamos, realiza-se no próximo dia 26 deste mês, nos salões do Centro Cívico «Luiz Gama», o esperado baile que os «Batutas RioclarenSES» promovem em conjunto com diversos artistas de renome da paulicéia, quer de palco como de rádio.

Abaixo transcrevemos o convite programa que recebemos, e por ele os nossos leitores poderão ver o que vai ser o baile tão esperado em nossa cidade, na sociedade dos nossos homens de côr:

«Temos a honra de convidar V. Excia. e sua Exma. Família para tomar parte na caravana, que fará uma excursão no dia 26 de Abril de 1941, á cidade de Rio Claro. Para maior brilho dessa excursão acompanharão a mesma diversos cantores de Radios, o formidável conjunto do Jazz os Batutas RioclarenSES, sob a regencia do prof. João de Souza (Bem); os excursionistas serão recebidos na sede do Centro Cívico Luiz Gama, onde aguardarão a chegada dos excursionistas de Jundiá, Campinas, Limeira, Cordeiro, Araras, Piracicaba, São Carlos, Araraquara, Bebedouro, Jaú e Baurú.

Não deixe de acompanhar a caravana porque vai passar horas alegres ouvindo durante a viagem, grande variedade de musicas executadas pelos endiabrados coloreds, e para que possa dizer o que é uma verdadeira excursão.

Convites a procurar.

PARTIDA A'S	11,15 HORAS DA EST. DA LUZ	
João de Souza (Bem) — Tamandaré,	548	«FRA
Ant. F. Silva (Tota) — Cons. Brotero,	986	tecn
Flavio Hilario — Galvão Bueno,	477	Espec
Verissimo Bonfim — Cons. Cripiciano,	125	mane
Mario de Souza — Conde Sarzedas,	216	de e
José Pedro — »		em pe

Capitulado
perfeitos, belos, etc em

Fonte: Cidade de Rio Claro, de 16/04/1941.

O anúncio acerca do “Grandioso baile dos ‘Batutas Rioclarenses’” aponta para a conectividade existente entre famílias negras paulistas e paulistanas, possibilitada pela ferrovia. Materializada por meio das caravanas, esse tipo específico de conectividade negra é um fenômeno que atravessa o século XX (e se mantém ainda no século XXI, agora por meio das rodovias). Em qualquer sentido de tráfego – capital-interior, interior-capital ou interior-interior – essas caravanas formavam verdadeiros vagões negros, enegrecendo, física e simbolicamente, compartimentos específicos dos trens de passageiros da Paulista. Já a partir do trajeto de viagem as famílias negras construía o tão esperado momento de: (a) estar entre os seus; (b) revigorar laços de identidade e de sociabilidade; (c) atualizar a experiência de espelhamento negro – entendido como o exercício de se ver e de se sentir representado no congênere de raça, e assim por diante. Nessas ocasiões, o trem se transmutava, por algumas horas, no cenário de uma espacialidade negra. No caso da excursão promovida pelos Batutas Rioclarenses, essa espacialidade negra teria como componente fundamental o *jazz* dos “endiabrados *coloreds*”, para desespero dos passageiros oponentes.

Cabe aqui acompanhar um depoimento sobre a experiência do encontro negro nos vagões da Companhia Paulista de Estradas de Ferro nos anos 1940:

[Hermínio] *Trabalhava de noite, trabalhava uma semana de dia e uma semana a noite [na Paulista]. No fim era divertido, viu?! Tinha passe, tinha tudo. Divertia, saía... Quando queria dançar pegava a linha para Araraquara, pegava a condução dos trens da FEPASA... O último carro era o nosso (...) Então era toda a negrada vinda de Bauru, Pederneiras, Dois Córregos, Jaú... vinha de trem pra Araraquara. [Os que trabalhavam na Paulista] não pagavam. Tinha o passe, o Passe Verde... (Entrevista conjunta com Hermínio do Nascimento e Dulce Conceição do Nascimento [em memória, ambos]).*

Não por acaso nosso entrevistado recorda o encontro e o deslocamento exclusivo “da negrada” no trem, sentido Araraquara. Nessa cidade era (e ainda é) realizado o Baile do Carmo, há mais de um século. Ao reconstruir a história desse encontro negro, Valquíria Pereira Tenório destaca:

(...) Mais do que um baile realizado uma vez por ano, esse evento demonstra a organização e resistência do negro diante

da discriminação e dos preconceitos existentes nesta cidade [Araraquara, SP] (Tenório, 2005, p.11).

O “Baile do Carmo” da tradição, da festa, do (re)encontro, das saudades, das lembranças, está registrado na memória de seus inúmeros participantes, como momento de romper os limites espaciais, de romper a invisibilidade, de estabelecer o seu tempo. Os anos e as pessoas passam, mas o “Baile” permanece, oferecendo à identidade um meio para sua contínua (re)criação (Tenório, 2005, p.156).

Por outro lado, paralelamente à construção das espacialidades negras de que se trata, impunha-se a “legitimidade” dos discursos baseados na singularidade da alma brasileira:

A alma civica brasileira

Arraigado no espirito do povo brasileiro como se tudo quanto de abstrato existe, estivesse em completa comunhão com o proprio corpo, o sentimento de brasilidade, o patriotismo, o civismo incomparavel bem representa uma das nossas inexauriveis fontes de riqueza.

Não vem de hoje nem ontem esta qualidade da nossa gente. Muito antes ainda de nos vermos envolvidos em lutas contra invasores da nossa terra, já aqui, na Terra de Santa Cruz, existia a consciencia forte desse sentimento de posse por tudo aquilo que na verdade nos pertencia. Veio do indio que lutava contra a mão opressora do português escravagista, diante das proprias e duras necessidades. “Esta terra tem dono”, “a nossa gente é livre”, gritavam nossos avós indios. O Brasil pertence unicamente aos brasileiros, que o fecundaram com o seu trabalho, enriqueceram-no com sua incansavel lida e libertaram-no á custa de seu proprio sangue que correu em todos os Estados do Brasil, que já não mais podia suportar os grilhões de uma corôa despota e uma insubmissão incrível.

No trabalho do negro, na audacia do indio, e nas conquistas dos portugueses, reflete o mesmo animo civico que animou a alma dos paulistas que se embrenharam pelo desconhecido a dentro, levando quasi ás praias do Pacifico os limites de nossas fronteiras, que já abrangiam quasi toda a Sul-America, de norte a sul. A bravura que animou o cacique Martim Afonso de Souza, o “Ararigboia”, não foi diferente da mesma que levou Camarão, o mameluco, a expulsar o invasor que tentava apoderar-se do nordeste. Como tambem não houve diferença entre a epopeia de Manuel e a inconfidencia chefiada por Tiradentes, pois nenhum deles almejava outra coisa senão a independencia da patria escravizada.

Com a mesma alma que expulsamos os paraguaios invasores de nosso territorio; com o mesmo entusiasmo que revidamos uma afronta levada a cabo pelo genio utopico de

Lopez, ainda hoje abraçamos os irmãos do sul, congraternizados nos mesmos ideais, tomando as mesmas atitudes, visando o mesmo fim.

As épocas se sucedem, os homens permutam-se de gerações a gerações, mas a alma cívica brasileira não perece e cada vez se mostra mais forte, mais poderosa, cada vez mais brasileira (*Diário do Rio Claro*, de 10/02/1942).

Mas a retórica da unidade incontestada do povo brasileiro, que, em geral, aludia ao valor do suor do negro para a construção da nação, era freqüentemente desarmonizada pela retórica do racismo anti-negro, a exemplo do que se verifica abaixo:

CLARO
DE SÃO PAULO

Num. 2.614

r FAVELA

A PRF. 2, em irradiação de crônica bem feita, apontou em frases fortes esta mazela que existe na formosa Cidade Azul, nodosa que destoa da claridade intensa de Rio Claro.

Cidade de trabalho fecundo, de iniciativas boas, bem traçada, com ótimos prédios e lindas praças, — tem encravada no seu perímetro a Favela. Tirou o nome da do Rio, o bairro escuso do «capoeira», da navalha, da faca à ponta, da jogatina barulhenta, dos botecos de pinga, dos sambas e dos crimes.

Era o bairro dos negros, e seus habitantes davam enorme trabalho à polícia.

Aqui, a Favela é uma vergonha. Negros sujos, negras mal encaradas, de carapinhas imundas, vestes rotas, em prédios sem higiene, numa promiscuidade de indecências cheia, perigo constante para o sossego e para a moralidade pública. Pretas viciadas, tresandando a cachaca, despudoradamente sentadas, quasi nuas, numa exibição revoltante, convidam os que passam para entrar. E meninos e mocinhos, criaturas na alvorada da vida, ali encontram a perdição, o vício, as molestias venerias, uma serie de males.

E' preciso uma providencia urgente, ação conjugada da policia e da prefeitura. E a ação deve ser energica e quanto antes.

Dr. CRUZ MARTINS
4 — 2 — 44

Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 05/02/1944.

Note-se que o *Cidade* (o mesmo que, publicava com regularidade notas elogiosas sobre as organizações locais dos “homens de cor” rioclarenses) publicou a matéria “Favela” após a PRF 2 (famosa rádio local) ter levado ao ar uma sessão com o mesmo assunto. Lembremo-nos de que tanto o *Cidade* quanto a rádio PRF 2 eram veículos de comunicação de propriedade do influente Humberto Cartolano, já referenciado. Na matéria, como se vê, os ataques escandalosamente racistas, discriminatórios e estereotipantes contra os negros e as pretas, e suas manifestações, eram contrastados com a “claridade intensa” da “Cidade Azul” (cognome de Rio Claro até os dias atuais). A essa “escória” desassistida caberia, ao invés de políticas adequadas de assistência social, as mãos de ferro do poder local (*Cidade de Rio Claro*, de 05/02/1944).

Além disso, subsistia ainda a preferência declarada pela trabalhadora branca, o que pode ser visto tanto por meio do *Diário*, quanto por meio do *Cidade*:

Documento 27: EMPREGADA BRANCA



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 10/02/1945.

Documento 28: PAGEM BRANCA



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 26/04/1945.

Cabe destacar que não mais encontramos referência às atividades associativas dos negros de Rio Claro nos jornais publicados em 1945. Acerca do carnaval desse ano, noticiou o *Diário*:

O Carnaval de rua parece ir morrendo aos poucos, pelo menos enquanto a guerra não terminar, porque podemos adiantar aos nossos prezados leitores que Rio Claro terá ainda um Carnaval com Rei Momo em “carne e osso”, carros alegóricos etc., assim que o conflito na Europa esteja encerrado (*Diário do Rio Claro*, de 04/02/1945).

Sobre o período de estagnação ocorrido na primeira metade dos anos 1940, informou a entrevistada:

Rio Claro ficou um tempo sem salão, sem carnaval, sem nada [de negros] (...) Eu devia ter o que, acho que uns 7 anos, nem isso. Foi mais ou menos em 42, 43, 1940, aquele tempo da guerra, né? Acabou com tudo (Entrevista com Severina Maria de Andrade).

Parece-nos coerente afirmar que, em termos estruturais, as organizações negras rioclarenses dos anos 1930 chegam a 1945 “morrendo à mingua”. Diretamente afetadas pela falta de suporte do governo municipal de então (Sólton de Mendonça Rego Barros, do antigo PRH local, é nomeado prefeito de Rio Claro em 1940 pelo interventor Adhemar Pereira de Barros, do antigo PRP; Sólton chefiou o executivo municipal por longo período, entre 1940 e 1947), e afetadas também pelo clima de apreensão gerado pela Segunda Grande Guerra, essas associações praticamente deixam de existir em meados dos anos 1940.

Essas duas externalidades, qual sejam, a instauração de um governo municipal moldado pelo perrepismo, por um lado, e o advento da guerra, por outro, foram demasiado negativas para as organizações negras rioclarenses, nascidas na efervescente década de 1930. Portanto, no presente trabalho, sustenta-se que essas externalidades negativas, mais o racismo e a discriminação a céu aberto contra os negros (profundamente incisivos e explicitamente publicados, como vimos por meios dos jornais analisados), fragilizaram e constrangeram ao máximo as organizações negras locais, em sua performance e em seus projetos.

Depois de construído todo um panorama das instituições negras de Rio Claro entre os anos 1930 e 1945 (tarefa sobremaneira desafiante, visto que no

início da pesquisa partíamos do pressuposto de que apenas a Frente Negra Brasileira teria reinado soberana na cidade), faz-se possível interpretar sociologicamente essas instituições à luz do instrumental teórico apresentado no primeiro capítulo. Passaremos, portanto, a aplicar os conceitos sobre raça, movimentos sociais e poder local às organizações e ao ambiente em estudo.

Afirmamos que raça é um conceito analítico extremamente pertinente para analisar o modelo brasileiro de relações raciais. Outrossim, raça é uma construção sócio-cultural que informa constantemente o cotidiano vivido das pessoas, sendo portanto, para além de categoria analítica, categoria nativa (Guimarães, 2002, p.50). Tais afirmações são corroboradas pelo caso de Rio Claro, cenário clássico do que aqui denominamos sistema racial bipolar tácito. Este sistema caracterizou-se pela estruturação social tácita ou subentendida de dois pólos raciais distintos, a saber, o preto num extremo, e o branco, em outro, e sua efetivação se deu independentemente de leis ou decretos institucionais. Nesse contexto, foram socialmente construídos, em Rio Claro, clubes sociais, times de futebol, grupos musicais... para pretos, de um lado, e para brancos, de outro.

Importa ressaltar que a presença constante da raça tanto no *Diário* como no *Cidade*, é um indicativo incontestado de que a categoria tinha existência e validade efetivas no cotidiano dos rioclarenses como um todo. Mas há, neste aspecto, uma questão fundamental: a raça é experienciada e pronunciada diferentemente por brancos, de um lado, e por negros, de outro. No geral os jornais conduziram ao entendimento de que, para os brancos, raça funcionava como instrumento de construção de supremacia dos brancos sobre os negros, pela fixação hierárquica do lugar do outro. Prova disso é o racismo, contido basicamente: nos anúncios dirigidos para as empregadas brancas; nas charges protagonizadas por negros caricaturizados; nas afirmações sobre a musicalidade negra, nacional e internacional; nos escritos fabulosos sobre descoberta de técnicas de branqueamento para a pele negra; nos noticiários sobre a “favela” rioclarense. Tal posicionamento branco com relação ao negro, do estabelecido contra o *outsider* - conforme Norbert Elias e John L. Scotson

(Elias & Scotson, 2000) -, sinaliza uma liberdade lexical branca demasiado autônoma, livre por completo de punições legais e de constrangimentos simbólicos.

Outra forma de elaboração da auto-supremacia branca repousou na expressão “os nossos homens de cor”, freqüentemente empregada nos jornais pesquisados. Residiu, aí, um paternalismo de raça, observado pelo emprego do pronome possessivo no plural “nossos”. Ora, “nosso” é o que “nos pertence”. Portanto, na expressão mencionada subsistiu a idéia de tutela, ou mais detalhadamente, a idéia de relação hierarquizada entre tutor e tutelado, protetor e protegido.

A referência à cor exige ainda uma segunda análise, especificamente acerca da designação “homem de cor”. Segundo Guimarães, com o avanço social de ex-libertos e de seus descendentes no contexto brasileiro, a categoria mais importante em termos de classificação social passou a ser cor, e não raça. Desde a Independência, subsistiu no Brasil um projeto de nação ligado à construção de um Estado Nacional. Desse Estado-Nação brasileiro também faziam parte pretos libertos e homens livres “de cor”, e a importância da cor, desde então, não parou de crescer. O anti-racialismo, cristalizado nos anos 1920 e 1930 - contexto no qual a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* é de fundamental importância -, é uma das ideologias fundadoras desse Estado-nação brasileiro, onde a categoria nativa cor teve, e ainda tem, importância fundamental (Guimarães, 2003, p.100).

Concordamos com a afirmação de Guimarães segundo a qual “a classificação por cor é orientada pela idéia de raça”. Classificar por cor implica categorizar “por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue...”. Cor, portanto, é uma categoria racial em si. Quando alguém é classificado como negro, mulato ou pardo, por exemplo, é a idéia de raça que norteia tal classificação (Guimarães, 2003, pp.103-104).

Assim, cor é uma construção racialista. Guimarães chega mesmo a afirmar que

a noção nativa de “cor” é falsa, pois só é possível conceber-se a “cor” como um fenômeno natural se supusermos que a

aparência física e os traços fenotípicos são fatos objetivos, biológicos, e neutros com referência aos valores que orientam a nossa percepção. É desse modo que a “cor”, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de “raça” (Guimarães, 1999, pp.43-44).

Em outras palavras, nada há de natural quando se tem em questão cor e traços fenotípicos. Ainda que classificar como preto, branco, amarelo ou vermelho pareça ser um dado “em consonância com a natureza”, não se pode perder de vista que essa atitude remonta a um sistema de classificação pré-construído, portanto naturalizado, e não natural, já que “as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais” (Guimarães, 1999, p.44).

Focalizando os jornais e também os depoimentos concedidos pelos negros rioclareses (os últimos, na sua maioria sobre os anos 1950 e os 1960), concluímos que o fazer menção à cor era uma prática fundamentalmente branca. A própria designação “nossos homens de cor”, tão recorrente na imprensa analisada, o indica com propriedade. Por outro lado, notamos que os negros – quando conseguiam publicar seus noticiários sem a interferência do paternalismo racial branco – no geral dirigiam-se “aos negros”, e/ou aos “pretos” da cidade, para tratar dos assuntos “da raça”. Assim, no caso de Rio Claro, afirmamos que a designação (sujeito) “de cor” constituiu uma prática exógena ao meio negro, ou seja, uma prática de nomeação dos “de fora”. Internamente ao meio negro, contudo, negro é pessoa da “raça negra”, e não pessoa “de cor”. O depoimento abaixo reproduzido, de um respondente local, sintetiza os demais depoimentos encontrados sobre a expressão “homem de cor”:

Que “homem de cor”? Qual é a tinta? Qual é a tinta? Eu sou negro mesmo! Outros fala assim: “aquela morena lá”, moreno pra mim é aquele que toma sol, aquele branco que toma sol e fica moreno (...) Negro é negro e branco é branco, não tem dessa! É, sempre foi assim (...) “Homem de cor”: somos pintados?! “Homens de cor” são homens pintados, “homem de cor” é pintado, é um branco pintado de preto, então ele é um “homem de cor” (...) Eu nasci negro, eu fui concebido negro, então eu tenho minha raça: negro (Entrevista com Antonio Jerson Santana).

Acompanhemos, igualmente, uma fala do influente militante negro paulistano José Correa Leite, sobre as décadas de 1920 e 1930:

foi Vicente Ferreira quem introduziu o termo “negro” para substituir o então vazio e usado “homem de côr”. Homem de côr também é o amarelo e o índio; acabou com essa baboseira de homem de côr, que não quer dizer nada (Leite, s/d, p.9; apud Fernandes, 1965, p.15).

Entendemos que a classificação de época “homem de cor” configurava um empreendimento “eufemístico” dos brancos, ou seja, uma saída “polida” para falar “de cor” sem tocar “na cor”. Além disso, essa criação do mundo dos brancos centralizava as atenções para a cor do outro, como se a própria condição racial branca fosse algo naturalmente neutro ou normal.

Isso não implica dizer que o termo “de cor” só tenha sido empregado pelos brancos. Joselina da Silva, por exemplo, mostra quão importante foi a organização União dos Homens de Cor (fundada em Porto Alegre, em 1943), tanto em termos de construção de identidade negra quanto em termos de elaboração de projetos assistenciais e políticos, dos negros para os negros (Silva, 2003). Não obstante, dentro e fora dos circuitos negros, o “homem de cor” ia perdendo espaço à medida que o negro ia se firmando como classificação política negra por excelência, e o caso de Rio Claro o corrobora. Passaremos, agora, a explicar o significado de raça, especificamente para as organizações negras em estudo.

Focalizando os jornais e os depoimentos coletados, não nos restam dúvidas de que a raça assumiu significados diferentes para negros, de um lado, e para brancos, de outro. Se, pois, para os últimos, raça funcionou relacionalmente como instrumento de auto-supremacia, para os primeiros foi, paradoxalmente, dor e delícia, veneno de cobra e soro antiofídico, problema e solução. Por meio da raça é que os negros rioclarenses experienciaram tanto dissabores e desgostos, em situações de racismo e discriminação, quanto ocasiões de júbilo e conquista, como resultado das aglutinações entre os patrícios, ou reuniões entre os de casa. Dentre essas reuniões identitárias negras tiveram destaque as ocorridas por meio do Tambu (que para os brancos

era o “samba da gente de cor”), das associações 28 de Setembro, Uma Noite de Alegria, Progresso da Mocidade e Centro Cívico Luiz Gama.

É de fundamental valor destacar que o sistema racial bipolar tácito, a que nos referimos páginas atrás, inflamou coletivamente os negros e os levou a construir seus próprios esquemas de vida em sociedade no plano local. Nesse sentido é que chamamos a atenção para a existência de um projeto negro de concentração social negra em Rio Claro – sublinhe-se, na contramão do panorama racial excepcionalmente cordial e harmônico descrito por Gilberto Freyre nos anos 1930 (Freyre, 1998). Por meio de suas organizações exclusivas, os negros de Rio Claro construíam o que chamamos de espelhamento negro, ou seja, contextos de fomento à identidade racial coletiva negra.

Por outro lado, Guimarães observa que, nos anos 1920 e 1930, era preciso incorporar o caboclo, o negro e o índio para criar uma nação nova, que comungasse efetivamente dos mesmos símbolos nacionais. Simbolicamente, os negros foram incorporados por Gilberto Freyre, Mário de Andrade, pelos folcloristas e pelos modernistas (Guimarães, 2003). Nas palavras de Guimarães

foi isso que a geração de 1920 fez, num período muito fértil da nacionalidade, da qual participaram todos, inclusive os movimentos negros da época (Guimarães, 2003, p.101).

Além disso, de acordo com Guimarães e Márcio Macedo,

depois da campanha abolicionista e da Proclamação da República, a mobilização política da população negra brasileira passou a ser feita em torno de algumas idéias e atitudes raramente complementares, quase sempre contraditórias. Destacamos entre elas: a ênfase na origem mestiça e mulata do povo brasileiro; a negação dos costumes e das culturas africanas sobreviventes; a necessidade de educar as massas negras para livrá-las do preconceito e da ignorância; a afirmação da raça negra; a importância da herança cultural africana (Guimarães & Macedo, 2007, p.01).

A pesquisa sobre o movimento negro rioclarense, contudo, levou-nos à conclusões outras nos quesitos mestiçagem e negação da cultura africana, apontados por Guimarães e Macedo (Guimarães & Macedo, 2007). Rio Claro, no período em estudo, foi cenário de um padrão racial bipolar extremamente cristalizado entre os pólos preto e branco, e havia, em ambos os extremos,

pouco ou nenhum espaço para a exaltação da mestiçagem brasileira. Eis o perfil de Rio Claro: um ambiente que esteve muito mais para água e óleo do que para café com leite, isso tanto em termos populacionais quanto no plano do discurso. Focalizando negros e brancos em Rio Claro – dentro do recorte cronológico considerado – na prática, não se encontrou culto ou exaltação da mestiçagem excepcionalmente positiva dos brasileiros. Em outras palavras, Rio Claro caracterizou-se pela ausência de profissão de fé na democracia racial brasileira, tanto por parte dos brancos quanto por parte dos negros. O próprio senso de 1940 reflete o modo essencialmente bipolarizado pelo qual a cidade se auto-declarava: 93% branca; 6% preta e 0,47% parda ou mestiça (Recenseamento Geral do Brasil – 1940).

Destaque-se, também, não termos encontrado discursos que remetessem à negação da cultura africana por parte dos negros rioclarenses, nem na imprensa local (onde, certamente, não faltaria espaço para que o “homem de cor mais adeantado” conclamasse seus patrícios de raça a abandonar, por exemplo, o “primitivismo africano” do samba do “13”), nem nos depoimentos coletados. Das entrevistas realizadas é possível concluir, sem maiores esforços, que o Tambu, manifestação local de matriz marcadamente africana, era freqüentado pelas famílias negras em geral. Em Rio Claro a festa envolvia – com algumas exceções – tanto negros “do paletó com gravata”, da classe média negra, quanto negros relativamente menos abastados. O Centro Cívico Luiz Gama – instituído para ser “um reducto de comunhão da raça”, para “alfabetisar” os iletrados e para criar um “clima cooperativista” de “união beneficiadora” entre os seus (*Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937) – tinha como vice-presidente Sebastião de Almeida, expoente do Tambu ou Samba do “13” em Rio Claro.

No contexto local, cabia aos negros desenvolver planos de ação para minimizar o ambiente adverso que Rio Claro representava para os “de cor”. A análise sobre as organizações negras dos anos de 1930 revela que o ator dessas associações estava muito mais preocupado com a subsistência do seu próprio universo racial, protecionista e confortável, do que em empregar tentativas para

derrubar o muro que o separava do mundo dos brancos. Dito de outro modo, era muito mais viável construir espaços e circuitos da e para a própria raça, do que abdicar da identidade de raça, e então acreditar e investir na possibilidade de integração entre negros e brancos em Rio Claro. Aos negros coletivamente organizados caberia sintetizar medidas para des-hierarquizar, em alguma medida, a bipolaridade racial de que se trata, e não para erradicá-la. Investir contra a persistência dos pólos dessa bipolaridade seria atentar contra a própria existência coletiva, e assim contra a própria identidade coletiva. Isso dito, passamos a considerar, teoricamente, a relação entre movimento negro e poder local em Rio Claro.

No modelo do Processo Político proposto por Doug McAdam, movimento social é um empreendimento de grupos excluídos que visam provocar, via mobilização coletiva, mudanças na estrutura social vigente. Nesta perspectiva, movimento social é um fenômeno político que emerge da mobilização de atores que não têm acesso à rotina decisória do poder que os afeta. Os atores excluídos são os *challengers* (desafiadores), ao passo que os atores do poder são os *established polity members* (membros políticos estabelecidos) (McAdam, 1999).

Ao conjunto das organizações negras rioclarenses em estudo denominamos movimento social negro. Constituído por atores totalmente excluídos das esferas decisórias do poder local, portanto por desafiadores, o movimento buscou alterar a estrutura social de Rio Claro em termos de raça, num contexto de maioria esmagadora branca. Esses desafiadores foram os únicos a desenvolverem ações coletivas variadas na luta pela dignização e por espaços da raça no seio da sociedade mais abrangente.

Cabe observar que ninguém acorda da noite para o dia disposto a ser, fortuitamente, desafiador num dado movimento social. Dito de outro modo, toda ação coletiva tem uma causa, uma origem específica. No tocante à origem do movimento social, subsiste um consenso entre teóricos das mais diferentes tradições. McAdam resume esse consenso dizendo que três fatores levam à criação de um movimento social:

1) as oportunidades políticas e as pressões que influenciam o desafiador; 2) as formas de organização (informais ou formais) disponíveis aos insurgentes como *sites* para mobilização inicial; 3) os processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social que mediam oportunidade e ação (McAdam, 1999, p.viii) [tradução livre].

É fundamental explicar o significado desses fatores, tendo em vista a formação do movimento negro rioclareense.

Como mostramos ao longo do presente capítulo, o racismo anti-negro, em Rio Claro, foi escancarado e contínuo entre 1930 e 1945. Identificamos esse racismo como sendo a **pressão** (*constraint*) que constrangeu no extremo a população negra na sociedade local. Como resposta a tal pressão, os negros rioclareenses construíram uma série de organizações exclusivas nos anos 1930 – com destaque para as organizações carnavalesco-dançantes. Faz-se necessário explicar porque consideramos essas organizações carnavalesco-dançantes como parte integrante do movimento negro em Rio Claro.

S.D.D. 28 de Setembro (criada em 1930), S.D.D. Progresso da Mocidade (criada em 1934) e S.D.D. Progresso da Mocidade (criada em 1935) foram organizações cuja finalidade explícita consistiu na promoção de entretenimento dançante-carnavalesco para negros, ou seja, para um público que não tinha acesso às sociedades brancas de Rio Claro. Destaque-se que não encontramos nem depoentes aptos a falar sobre essas organizações, tampouco encontramos seus estatutos ou atas. No entanto, por meio da pesquisa sobre as organizações carnavalescas negras da segunda metade dos anos 1950, compreendemos que os negros só conseguiram espaço no carnaval da cidade porque o reivindicaram – conforme mostraremos no capítulo terceiro. Tal constatação é útil para pensar as organizações carnavalesco-dançantes da década de 1930 que, assim como as congêneres dos anos 1950, certamente lutaram para se fazer representar no carnaval rioclareense de sua época.

À medida que essas organizações iam reclamando sua participação no carnaval – na realidade, um evento social exclusivo das sociedades brancas de Rio Claro – iam ampliando sua pauta e se tornando desafiadoras de uma estrutura social que em tudo privilegiava os brancos. Foi a partir dessa luta que

os grupos carnavalescos se transfiguraram em componentes do movimento negro rioclareense, ou seja, essas organizações não nasceram já como um movimento social, mas, ao longo de sua trajetória, foram se tornando um movimento social à medida que se defrontavam com espaços completamente controlados por brancos e, a partir daí, reclamavam por participação nesses espaços enquanto grupo negro – leia-se grupo racial contrastivo.

Importa sublinhar que, nos anos 1930, o clientelismo estabelecido entre esses grupos, de um lado, e o político Humberto Cartolano, de outro, não esvaziou os primeiros de seu caráter desafiador. Em outras palavras, esse clientelismo não diluiu a demanda negra por espaço e representação na estrutura da sociedade local. Tendo em vista a situação de escassez material aguda que atingia a grande maioria dos negros rioclareenses (os próprios negros denunciaram tal situação diretamente ao poder local nos anos 1950, como se verá no próximo capítulo), era elementar contar com o suporte material de qualquer um que tivesse algum interesse em oferecê-lo.

Apesar de McAdam não trabalhar especificamente o clientelismo dentro do modelo do Processo Político, ele elenca três modalidades de comportamento da elite para com o movimento social neste modelo, conforme segue:

Alguns componentes da elite geralmente percebem o movimento social como uma ameaça, e agem no sentido de neutralizá-lo ou de destruí-lo. **Outros enxergam no movimento uma oportunidade para contemplar seus próprios interesses, e por isso oferecem suporte aos insurgentes.** Outros ainda vêm seus interesses pouco afetados pelos desafiadores, e por isso se mantêm sem envolvimento com os mesmos. O *mix* desses três tipos de resposta determina, para qualquer movimento, o balanço relativo de forças, de suporte ou oposição, que o próprio movimento necessita confrontar em sua trajetória (McAdam, 1999, p.57) [grifo meu] [tradução livre].

Dos três tipos de comportamento da elite para com o movimento social apresentados por McAdam, o que mais se aproxima do caso verificado entre o movimento negro rioclareense e Humberto Cartolano é o segundo tipo (em destaque). Assim, Cartolano, enquanto componente da elite local, enxergou no movimento social negro de Rio Claro uma oportunidade para alcançar seus

interesses nos anos 1930, e por isso o apoiou, mas não a ponto de tornar tal movimento uma ameaça a seu status político no plano local.

Rio Claro apresenta um traço muito particular no tocante ao surgimento do movimento negro local. Boa parte da mobilização negra nessa cidade se desenvolveu a partir das organizações carnavalesco-dançantes. Nesse sentido, esses grupos em geral foram as **formas organizacionais que estiveram disponíveis aos insurgentes enquanto locus de mobilização inicial** (*the forms of organization, informal as well as formal, available to insurgents as sites for initial mobilization*) em Rio Claro. A criação do Centro Cívico Luiz Gama em 1937, por exemplo, contou necessariamente com uma estrutura organizacional (material humano) anterior, formada basicamente pelas associações 28 de Setembro (criada em 1930) e Progresso da Mocidade (criada em 1934). É importante lembrar que a partir da junção dos membros das duas organizações originou-se o Centro Cívico Luiz Gama.

Por outro lado, o surgimento do Luiz Gama também foi condicionado pelo advento de duas **oportunidades políticas** (*political opportunities*), quais sejam: (a) a Revolução de 1930, e com ela o relativo abalo do *status quo* da aristocracia política paulista como um todo; e (b) as eleições municipais de 1936, que levaram a figura máxima do Partido Constitucionalista local, Humberto Cartolano, a barganhar politicamente com as organizações negras de Rio Claro, em busca de votos. Oportunidades políticas correspondem ao que denominamos, anteriormente, externalidades favoráveis.

No entanto, todo movimento social depende de **processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social** (*collective processes of interpretation, attribution and social construction*), ou seja, processos identitários ligados à cognição e à afetividade coletivamente partilhadas no interior do movimento. Em consonância com o modelo do Processo Político de McAdam, o elemento identitário-coletivo tem peso decisivo na formação e na manutenção do movimento social.

Ainda que importantes, apenas oportunidades políticas expandidas e organizações, por si só, não produzem um movimento social. Na ausência de um processo crucial esses

dois fatores se mantêm necessários, mas insuficientes, para a insurgência. Juntos, tais fatores apenas oferecem aos insurgentes uma certa “estrutura potencial” objetiva para a ação política coletiva. Mediando oportunidade e ação estão os atores e os significados subjetivos que estes atribuem às suas próprias situações. Esse processo crucial de atribuição tem sido ignorado por proponentes tanto da perspectiva clássica, quanto da perspectiva da mobilização de recursos (McAdam, 1999, 48) [tradução livre].

Dessa forma, todo movimento social pressupõe atores subjetivamente identificados. No caso do movimento negro rioclareense, constatamos que a celebração máxima desses significados subjetivos se materializava nos históricos bailes negros (em grande medida, embalados pela musicalidade negra dos Batutas Rioclareenses), no Tambu (modo negro de celebrar o próprio negro, na ocasião do 13 de maio) e nos festejos carnavalescos negros. Todos esses eventos coletivos foram protagonizados por atores extremamente semelhantes em afetividade e cognitividade de raça. Portanto, para além de administrar pressões, demandas e oportunidades políticas, os atores do movimento negro rioclareense construíram e foram construídos por um mundo específico de significados identitário-cognitivos, num contexto socialmente estruturado para favorecer de forma sistemática os brancos.

Mas o movimento negro alcançou o ano de 1945 bastante fragilizado, no caso de Rio Claro. Três fatores explicam esse arrefecimento: 1) a fraca condição de barganha política dos negros no contexto local (como se sabe, da Revolução de 1930 ao fim do Estado Novo, em 1945, praticamente não existiu o exercício do voto no Brasil, em especial para os negros); 2) a falta de autonomia financeira dos negros rioclareenses, que lhes fazia depender em demasia de provedores externos; 3) a existência de um governo local de base perrepista (soberano entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1940), nada disposto a descer do seu pedestal estabelecido para negociar com o movimento negro, mas, ao mesmo tempo, diretamente atuante quanto à expulsão do Tambu do largo de São Benedito, por exemplo.

Entretanto, esse movimento tomaria novos rumos após o fim do Estado Novo, como mostraremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

**De 1945 aos anos 1960: o ciclo da mobilização negra
pela fixação dos espaços da raça em Rio Claro**

Paralelamente ao fim da ditadura Vargas no Brasil, uma série de eventos marcava o cenário global: o racismo como herança premente das grandes guerras, segregação racial legal nos Estados Unidos, lutas por Independência nos países africanos e lutas por igualdade racial na América Afro-Latina (Andrews, 2004; Silva, 2003). No caso brasileiro, a partir da abertura política de 1945, verifica-se o revigoramento da luta negra no país em meio a uma atmosfera repleta de ideais democráticos, por um lado, e de insatisfação com os padrões de mobilidade negra de então, por outro (Silva, 2003). Em 1946 o *Alvorada* (jornal da imprensa negra paulistana) noticiava:

É cedo, muito cedo mesmo para se tentar uma apreciação sociológica ou histórica do importante acontecimento que assinala o surto, ou melhor, o ressurgimento de livre associação do negro brasileiro, sufocado durante vários anos pela orientação política que julgava a opinião pública do país (...) Em São Paulo, como no resto do Brasil, o negro se movimentou com o objetivo de retornar ao trabalho pela conquista definitiva daquelas fundamentais, de cidadãos, através de verdadeiros planos de atividades que permitam a realização dos velhos anseios acalentados pela grande família. Está-se portanto no início de uma campanha formidável à qual se deve dar o caráter de uma revolução construtiva, no sentido social e político (*Alvorada*, janeiro de 1946, p.1, São Paulo; apud Silva, 2003, p.219).

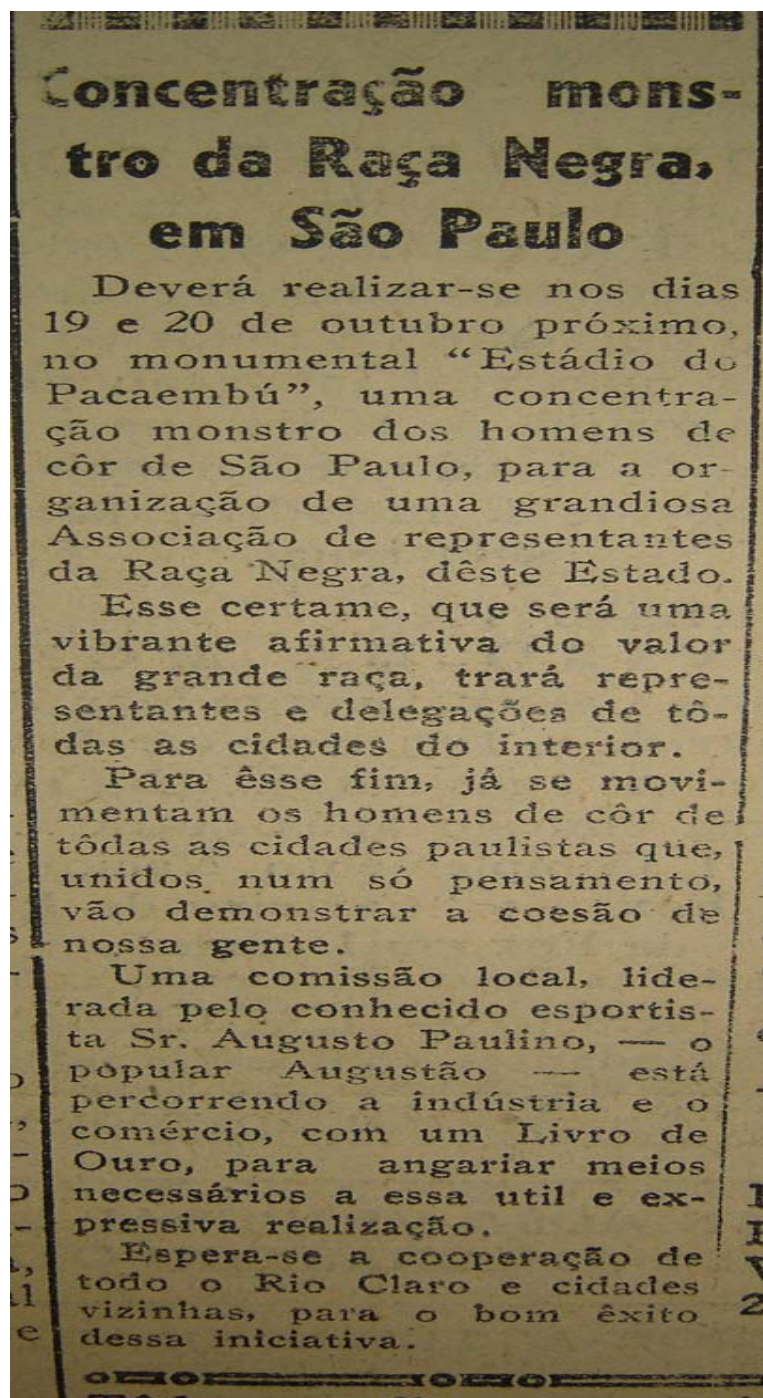
Este trecho aponta para o revigoramento por que passava a mobilização negra brasileira no pós-1945. Respirando novos ideais de democracia e de liberdade associativa após o fim do Estado Novo, a “grande família” renascia e dava início a um novo ciclo de busca por cidadania. O fazer parte dessa família significava experienciar uma irmandade identitária nas micro e macro interações da raça, e o caso de Rio Claro confirma tal significado. Em 1946 o *Cidade de Rio Claro* veiculava a seguinte nota:

Arte dos Negros

Em Campinas, realiza-se atualmente o 1º Congresso Artístico dos Negros Campineiros, sob o patrocínio do Grupo dos Ferroviários Campineiros (*Cidade de Rio Claro*, de 04/01/1946).

No mesmo ano, o *Cidade* publicava:

Documento 29: CONCENTRAÇÃO MONSTRO DA RAÇA NEGRA EM SÃO PAULO



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 13/09/1946.

Embora não tenhamos encontrado informação extra sobre esses dois eventos, os dois últimos anúncios são sinais de que a mobilização negra de Rio Claro - longe de estar confinada aos limites da cidade - encontrava-se, de fato, conectada à uma mobilização negra mais abrangente, qual seja, a da "grande

família". Nesse momento, como destaca Joselina da Silva, pairava entre as organizações negras brasileiras "uma atmosfera que estimulava a criação de novas entidades e aquecia os debates em torno dos direitos a serem conquistados" (Silva, 2003, p.232). Mas note-se que, para tomar parte da "concentração monstro da raça Negra" na capital paulista, os negros rioclarenses precisaram recorrer à indústria e ao comércio na cidade, ou seja, aos imigrantes e descendentes brancos, na tentativa de arrecadar os fundos de que necessitavam para tomar parte no evento.

A busca por aliança com a parcela branca da sociedade é um indício da fraqueza material que sempre acometeu o movimento negro em Rio Claro, constantemente dependente e condicionado pela "benevolência" branca, ou seja, pelo suporte material recebido dos de fora. Essa falta de autonomia, por sua vez, tem razões históricas: os imigrantes e descendentes, em geral, se beneficiaram radicalmente das oportunidades educacionais, profissionais e políticas que se lhes apresentavam desde o século XIX em Rio Claro. Já com relação aos negros, ocorria exatamente o inverso no plano local. A desigualdade radical nos padrões de mobilidade de imigrantes/descendentes, de um lado, e de negros, de outro, cristalizou a posição desses dois grupos em extremos sobremaneira desequilibrados - realidade que ainda se perpetua ainda em Rio Claro (Pereira, 2004).

Não obstante os esforços do Estado e de setores da elite intelectual nacional para construir a raça dos brasileiros, em Rio Claro, na prática, negro seguia sendo negro, e branco seguia sendo branco, cada qual com seus símbolos, com sua sociabilidade e com sua espacialidade, no entorno da respectiva raça. Além disso, continuava pesando sobre a população negra o racismo escancarado dos brancos no contexto local:

Documento 30: EMPREGADA INFIEL



Fonte: Cidade de Rio Claro, de 05/04/1946.

Documento 31: GOLPE ESMAGADOR NO MERCADO NEGRO



Fonte: Diário do Rio Claro, de 06/10/1946.

Destaque-se, todavia, que, a mesma imprensa que publicava notas dessa natureza, veiculava também anúncios de combate ao preconceito racial. É o que nos mostra o conteúdo abaixo reproduzido:

Preconceitos raciais

A Conferência Mundial de Educação adotou resoluções pelas quais presta seu apoio á Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, relativamente ao currículo escolar internacional.

Pelos delegados de 36 países, foi proposta a organização de compêndios referentes ás Nações Unidas e suas organizações filiadas.

A conferência aconselhou aos professores de todo o mundo a eliminarem os preconceitos raciais ou nacionalistas através da instrução escolar, o que viria fortalecer a compreensão internacional e os trabalhos em prol da paz mundial.

Uma das resoluções, acatada por unanimidade, convida a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas a estabelecer um programa, o qual seja submetido á apreciação internacional.

Foi aprovada uma moção contrária a qualquer instrução que promova a agressão militar.

A conferência recomendou ainda, que todos os professores incentivem a permuta internacional de processos culturais, valores profissionais e livros (*Cidade de Rio Claro*, de 21/02/1947).

A aparente incongruência da imprensa analisada, no tocante às publicações relacionadas à raça, conduz ao entendimento de que o branco – enquanto grupo racial – tinha liberdade lexical efetiva para pronunciar o que bem entendesse sobre os negros. Essa incompatibilidade sinaliza também que orientações ideológicas tais como a do excepcionalismo racial brasileiro, por um lado, ou a do combate universal ao preconceito de raça do pós-guerra, por outro, na prática, não penetravam nem formatavam o cotidiano vivido dos atores em Rio Claro.

Mais um exemplo dessa incongruência pode ser aqui demonstrado. Em 1949 o *Cidade* publicou uma matéria intitulada “Raça Brasileira”. O texto (ao que tudo indica, oriundo de jornal de fora e reproduzido no jornal local) dizia respeito às conclusões do “dr. Kenneth E. Caster, professor de geologia da

Universidade de Cincinnati” acerca do Brasil. O trecho a seguir sintetiza as afirmações otimistas de Caster sobre o país:

Raça Brasileira

(...) A mestiçagem de raças – índia, americana; negra, africana; e portuguesa que, incidentalmente, já era resultado de uma grande miscigenação – produziu uma nova raça muito satisfatória [no Brasil]. Isso constituiu um argumento contundente contra os racistas que profligam, alarmados, os casamentos de pessoas de diferentes raças (...) Isso se deve em grande parte, sem dúvida ... à colonização portuguesa e especialmente à tolerância e a aceitação total da população indígena em bases de absoluta igualdade humana, assim como é a aceitação pelos colonizadores, com grande medida de êxito, das contribuições culturais indígenas (*Cidade de Rio Claro*, de 27/02/1949).

Mas em 1950, quando seria realizado novo recenseamento no Brasil, tanto o *Cidade* como o *Diário* publicaram a matéria (provavelmente advinda de jornal de fora) que reproduzimos, abaixo, na íntegra:

O Recenseamento e a cor

A fim de ser possível acompanhar, passo a passo, o **problema da assimilação do grupo racial de origem africana**, vai o próximo Recenseamento fazer, como o fizeram os anteriores, indagações a respeito da cor.

Na época de nossa Independência, os brancos constituíam 22 por cento da população total, os pretos 53 por cento e os pardos 17 por cento, excluídos os índios.

Em 1872, quando se realizou o I Recenseamento Geral, já era outro o quadro: 38,1 por cento de brancos, 19,7 por cento de pretos e 42,2 por cento de pardos. Em 1940, os brancos correspondiam a 63,5 por cento, os pretos a 14,6 por cento, os pardos a 21,2 por cento e os amarelos a 0,6 por cento. **Mostraram esses números como se vem resolvendo naturalmente, em nosso país, o problema da assimilação racial, o qual ainda se mostra de solução difícil nos Estados Unidos.**

O Recenseamento de 1950 nos dirá quanto mais caminhou no solucionamento da questão. É preciso, contudo, que ninguém fuja a verdade nas declarações, mesmo porque não há motivos que justifiquem uma atitude que conduzirá a resultados falsos uma operação que muito dinheiro vai custar ao país.

Antes de tudo, é necessário sentir que, brancos, pretos ou pardos, somos todos muito bons brasileiros (*Cidade de Rio Claro*, de 13/05/1950; *Diário do Rio Claro*, de 11/05/1950) [grifo meu].

Cabe aqui uma comparação entre o diagnóstico otimista de Caster, acerca da mestiçagem no Brasil (matéria “Raça Brasileira”, acima), e a expectativa de erradicação do “problema da assimilação do grupo racial de origem africana” (matéria “O Recenseamento e a cor”, acima). A semelhança entre os dois artigos reside em dois pontos: 1. ambos envolvem a questão da mestiçagem no Brasil; 2 ambos estão apresentando um raio-X otimista da questão racial no país. Todavia, há uma diferença fundamental entre eles: enquanto o primeiro exalta o vigor da raça mestiça brasileira, pressupondo a existência de um tipo ideal perfeitamente equilibrado em sua composição índia, negra e portuguesa, o segundo, enquadrando a presença africana como um problema, explicita um ideal concretizável de dissolução da presença africana na população do país.

Contudo, essa assimilação dissolutiva insistia em não atingir o seu ápice em Rio Claro, já que os contingentes branco, preto e pardo, de 1940, eram praticamente os mesmos de 1950.

Tabela 3: População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1950

1950	Cor Branca	Cor Preta	Cor Amarela	Cor Parda	Cor não declarada
Sexo Feminino	22.359	1.418	82	15	51
Sexo Masculino	21.791	1.207	97	12	41

Fonte: Recenseamento Geral de 1950.

Os dados de 1950 mostram que mais de 93% da população era auto-declarada branca em Rio Claro, como ocorreu no censo de 1940. A população preta de 1950 compreendia pouco mais de 5% do total (6% no censo de 1940). Os demais grupos, tomados em conjunto, novamente não atingiram 1% do total populacional local. Essa continuidade é um forte reflexo do sistema racial bipolar tácito (ao qual já nos referimos). Nesse sistema, bem característico de Rio Claro no período em estudo, tanto o tipo mestiço ideal quanto o tipo

assimilado (leia-se tipo sintetizado a partir da diluição do negro pelo branco) são figuras pouco ou nada palpáveis.

Importa destacar que, antes dos anos 1950, tem início a mobilização negra por um lugar ao sol na política local rioclarense. Nesse aspecto, é útil recuperar algumas características da história política brasileira para a época. No Brasil, 1947 é um marco para a política local: foram realizadas, nesse ano, as primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo. Ao final do governo Vargas, como medida de “profilaxia” aos antigos regionalismos partidários, um novo código eleitoral autorizou a formação de partidos políticos de base nacional no Brasil.

Nesse cenário já eram atuantes tanto o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Getúlio, quanto a UDN (União Democrática Nacional), dos opositores do Estado Novo. Mais adiante, foram instituídos: o PSD (Partido Social Democrático), dos antigos interventores do Estado Novo e dos industriais (principalmente) de São Paulo; e o PSP (Partido Social Progressista), criado por Adhemar de Barros, expoente do antigo PRP (Partido Republicano Paulista). O PSP predominou por vários anos no Estado de São Paulo, inclusive no plano municipal. Também compunham o cenário político-partidário da época o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PC (Partido Comunista) e o PRP (Partido de Representação Popular). Surgiram, igualmente, outras agremiações, entretanto sem grande expressividade política (Bilac, 2001, p.120).


Nesse contexto é que se verifica o anseio negro de passar de cliente a gerente na política local rioclarense. Ocorrida em 1947, a candidatura de Wandico Norberto (destacado militante do movimento negro rioclarense, já mencionado no capítulo II) ao legislativo municipal é um divisor de águas, na medida em que personifica um marco inaugural histórico na corrida ascensionista negra pelos cargos políticos municipais em Rio Claro (Pereira, 2004).

Documento 32: A CANDIDATURA DE WANDICO NORBERTO



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 23/10/1947.

WANDICO NORBERTO



Praticando a verdadeira Democracia, a União Democrática Nacional foi o único partido que em Rio Claro colocou um homem de côr em sua chapa de vereadores.

Esse homem é WANDICO NORBERTO, trabalhador benquisto e muito relacionado, elemento valioso e por todos estimado, pela sua educação, pela afabilidade que sempre revela, pela dedicação às boas causas.

A U. D. N. honra-se em ter WANDICO NORBERTO nas suas fileiras e os demais componentes da chapa de vereadores estão contentes com o bom e leal companheiro que lhes foi dado.

WANDICO NORBERTO, rioclarense digno, merece o voto de todos, sem exceção de côr, de religião, de política.

A larger, more detailed version of the portrait and text, enclosed in a decorative border.

Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 23/10/1947¹⁷.

¹⁷ Ver também Pereira, 2004, p.75.

Mesmo na ausência de entrevistados aptos a dar informações sobre a candidatura de Wandico Norberto, não nos resta dúvidas de que tal candidatura ligava-se à pessoa de Humberto Cartolano. Em 1947, Cartolano era o candidato a prefeito da UDN em Rio Claro.

Wandico foi identificado pela comunidade negra como aquele que estava, sempre, em todas as realizações da raça negra, independentemente de facções. Muito possivelmente a UDN o tenha selecionado, dentre os demais “homens de cor”, em razão de sua capacidade associativa e desse seu livre trânsito no meio negro. Ao que parece, a estratégia “inclusiva” da UDN tinha pelo menos dois objetivos: (a) sintomatizar o potencial de voto da “gente de cor”, num momento em que seriam realizadas eleições diretas; e (b) angariar votos que, fossem ou não suficientes para eleger Wandico, acabariam por beneficiar o partido (Pereira, 2004, p.77).

Nesse pleito, alguns vereadores obtiveram pouco mais de 100 votos e conseguiram se eleger. Entretanto, Wandico Norberto, com 42 votos, não foi eleito (ver Pereira, 2004). Cabe, aqui, referência a um depoimento sobre a luta de Wandico para se eleger em Rio Claro. Conforme o entrevistado Antonio Joel Conceição,

Eu não via até aí [1982] nenhum partido político que desse condições de sustentação ou financeira para que qualquer um dos candidatos negros que participavam do processo político tivessem condições de chegar a ocupar um cargo político. Inclusive eu tenho um exemplo, uma das pessoas que várias vezes reclamou desse tipo de situação para mim, foi o falecido senhor Wandico Norberto. Ele foi uma das pessoas que saiu candidato, se eu não me engano, por duas vezes em Rio Claro [Entrevista com Antônio Joel Conceição] (Pereira, 2004, p.167).

Outro material de divulgação eleitoral, de 1951, também sintomatiza essa luta política negra rioclareense:

**Documento 33: A CANDIDATURA DE
ARISTIDES SOUZA SANTOS**

PARA VEREADOR

ARISTIDES SOUZA SANTOS

**Um homem do povo a serviço do po-
vo, para honrar os homens de côr.**



P

T

B

P

T

B

**Dará o máximo esforço em prol dos humildes.
Defenderá intransigentemente, tôdas as nobres
iniciativas, dentro da ordem e da justiça.**

**AGIRÁ! Com Augusto Schmidth
Filho, levando água e esgôtos na
Vila Paulista e noutros bairros.**

Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos - material de 1951.

O documento de Aristides Souza Santos (militante de destaque do movimento negro rioclarense, já referenciado no capítulo anterior) data de 1951, quando ocorreram eleições municipais pela segunda vez após o fim do Estado Novo no Brasil. Note-se que Aristides era candidato pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sigla que mais atraía o voto negro na época (Andrews, 1988; Souza, 1971; Pereira, 2004). A candidatura de Aristides liga-se ao influente Augusto Schmidt Filho, candidato a prefeito pelo PTB em 1951, político local com quem as organizações negras se relacionaram amplamente nos anos 1950 e 1960 – sobre o que trataremos mais adiante. Assim como Wandico Norberto, Aristides Souza Santos era ferroviário. No pleito de 1951, esse último recebeu 47 votos e não foi eleito¹⁸. Voltaremos à atuação de Wandico e Aristides no transcorrer do capítulo.

Entre 1945 e 1960, no meio urbano de Rio Claro, os negros continuaram a marcar os espaços da raça, o que teve importância determinante na construção de circuitos racialmente personalizados, e na vivência do próprio padrão de sociabilidade negra. Os relatos abaixo indicam alguns desses circuitos:

O seu José de Andrade foi um grande líder da raça negra de Rio Claro, por bastante tempo. Por exemplo, quando eu tinha quatorze anos, tinha um salãozinho [de Baile] que ele dirigia, e o sócio dele [era o] Saturnino, que davam os bailinhos de sábado e domingo, era perto da Igreja São Benedito, era o tal salão [denominado] “Pau do Meio”, porque era uma casa de uma sala grande e tinha um pau de eucalipto bem no centro para sustentar o telhado. Então tinha um palquinho e a turma dançava, era o Zé de Andrade e o seu Saturnino que faziam e davam os bailinhos nossos, isso era na rua 9 (...) [José de Andrade] era um líder, então o bar [dele] era freqüentado por todos ferroviários [negros], e o baile também. Por exemplo meu tio Zacarias, Godoy e o Paulo que eram os instrumentistas tocavam também lá para o Zé de Andrade, meu tio Alcindo tinha um jazz-band , também tocava lá com ele (...) [Andavam juntos] José de Andrade, meu tio Osvaldo Augusto, o Amarante, seu Benedito, morreu coitado, ele era o mais velho de todos, era quase da idade do Andrade, tinha outro também, que gostava de promover a festa do Treze de Maio, ele era meio chefão, juntava ele e o Zé de Andrade e faziam a festa Treze de Maio, [que] era atrás da Igreja São Benedito... [Entrevista com Durval Augusto] (Pereira, 2004, pp.72-73).

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre os candidatos negros de Rio Claro entre 1947 e 1996, ver Pereira, 2004.

(Benedito Araujo) *O Zé Pita era barbeiro, era barbeiro dos negros, você chegava lá, sete horas da manhã e saía meio dia, até mais, porque não tinha aonde cortar, todo mundo ia lá. O Zé Pita era músico, e ficava falando dos bailes, do "Salão do 28", das coisas mais antigas, e eu ficava escutando...* [Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo] (Pereira, 2004, p.73).

José de Andrade (notável militante do movimento negro de Rio Claro, já referenciado no segundo capítulo) e "Zé Pita", respectivamente citados nas duas últimas entrevistas, eram sócios da mesma barbearia. Sobre essa barbearia encontramos, no *Cidade* de 1947, pequena nota informativa:

Documento 34: A BARBEARIA DOS NEGROS DE RIO CLARO



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 20/02/1947.

Este anúncio, por si só, não comunica que o estabelecimento de Andrade destinava-se a atender negros. Apenas por meio das entrevistas da pesquisa é que pudemos conhecer essa especificidade. Isso reafirma a validade da bipolaridade racial tácita (já mencionada anteriormente) no contexto local, que independia da existência de leis ou decretos institucionais para se concretizar. Por outro lado, nem sempre essa bipolaridade era tão tácita assim:

PRETOS vs. BRANCOS, UM CHOQUE EM PROJETO

Existe, segundo apuramos, no seio dos profissionais da terra, um projeto de sugestivo e atraente prélio. Trata-se de um choque em que teremos, frente a frente, dois selecionados, formados pelos melhores valores em suas posições, isto é, entre Brancos e Pretos.

Voltaremos ao assunto oportunamente, caso se concretize essa idéia (*Cidade de Rio Claro*, de 16/05/1948).

Mais adiante, noticiou o mesmo jornal:

A PORT. DE DESPORTOS X TAMOIO F.C.

Domingo, ás 9 horas, no campo do Velo Clube, o J. Port. Desportos atenderá a revanche solicitada pelo **Tamoio F. C.**, sendo que neste jogo os lusos estreiarão o seu novo uniforme, oferecido pela Cia. Cervajaria Rio Claro, pela digna pessoa do sr. Nicolau Scarpa Junior... (*Cidade de Rio Claro*, de 02/12/ 1948) [grifo meu].

As entrevistas revelaram que o Tamoio Futebol Clube de Rio Claro era um time fundado e formado exclusivamente por negros. Contudo, os depoentes da pesquisa não souberam informar por que razão o time dos pretos recebia um nome indígena (tamoio vem do tupi tamuia, que significa ancião) – descobriu-se apenas que o Tamoio F. C. de Rio Claro era homônimo de outros times de futebol do país. Retornaremos à questão do Tamoio mais adiante.

O *footing* (passeio social realizado, geralmente, na praça) foi outra atividade que negros e brancos experienciaram separadamente em Rio Claro, no período em estudo. Enquanto os negros realizavam seu *footing* na Praça da Liberdade, os brancos o faziam no Jardim Público municipal:

A população branca dizia que ali na Praça da Liberdade, eles chamavam pejorativamente de “Abrigo de Corvos”, por causa que os negros só se reuniam ali... [Entrevista com José Carlos Silva] (Pereira, 2004, p.91).

[Jair] *Os pretos só passeavam na Liberdade, e os brancos passeavam no Jardim Público... (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).*

A gente vinha na praça, sentava naquela praça da Liberdade, era só bicicleta ali, só crioulo que passeava ali, era crioulo que eu me lembro, era só crioulo que sentava ali. A gente passeava separado do restante do pessoal (...), a gente passeava separados dos brancos... (Entrevista com Antonio Jerson Santana).

Destaque-se que o Tambu (já mencionado no capítulo anterior) continuou a ser uma festa dirigida pela e para a raça depois de 1945. Uma nota sobre o Samba do 13, de 1946, trazia a seguinte informação:

O SAMBA DE 13 DE MAIO, HOJE

A noite de hoje vai ser de extraordinário movimento, por que o Samba de 13 de Maio, que já é uma tradição desta cidade, foi antecipado para a presente data, dado que o dia é mais favorável.

Uma comissão que é presidida pelo sr. Sebastião de Almeida, organizou essa comemoração afro-brasileira, que tem por finalidade exaltar a abolição da escravatura em nosso país.

O local, é o Largo São Roque, á avenida 5, entre as ruas 12 e 13.

Portanto, hoje á noite, muito tamboreio, muito bate-pé e muito quentão para vencer o frio (*Cidade de Rio Claro*, de 11/05/1946).

Esse anúncio diverge de todos os outros encontrados sobre o mesmo assunto, por duas razões: 1) o Samba do 13 é apresentado como uma tradição de Rio Claro, e não como uma tradição dos “nossos homens de cor”; 2) a mesma manifestação é apontada como uma celebração “afro-brasileira”, classificação pouco usual para a época. Isso parece indicar que o novo momento político instaurado em 1945 começava a requerer, principalmente dos de fora, um linguajar politicamente mais correto com relação aos negros. Parece ter sido nesse sentido que a matéria apresentou o Samba do 13 como um produto local, e não como um símbolo particular dos pretos, da mesma forma que designou, de uma só vez, tanto a matriz afro quanto a matriz brasileira da manifestação. Porém, reiteramos, tal anúncio foi exceção.

O Tambu ocorreu regularmente até, pelo menos, fim dos anos 1960 em Rio Claro, significando no meio negro tanto a celebração da experiência de liberdade quanto a exaltação dos próprios antepassados negros.

Documento 35: OS INSTRUMENTOS DO TAMBU



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1955.

De acordo com o entrevistado Arlindo Aparecido dos Santos, pelo toque interativo do “mulambo” (tambor maior), do “mulambinho” (tambor menor) ¹⁹ e de chocalhos, juntamente com o canto do ponto, o Tambu era (e ainda é) dançado batendo-se umbigo com umbigo, motivo pelo qual essa dança também recebeu o nome de Umbigada.

¹⁹ Tambores confeccionados à mão, com tronco de madeira e pele de boi - conforme relato de Arlindo Aparecido dos Santos.

Documento 36: A DANÇA TAMBU ou UMBIGADA



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1952.

Outra dança praticada pelos negros na ocasião do Tambu era o Samba-Lenço, sobre o que seguem imagem e depoimento, na sequência:

Documento 37: O SAMBA-LENÇO



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1955.

O samba-lenço é tipo o samba mesmo. Pegava na ponta do lenço, o homem numa ponta e a mulher na outra ponta, e ficava dançando em volta... ficava rodando, sabe? Aquilo lá é samba mesmo. E aí depois ia trocando, quando a cara não queria mais tirava o lenço da mulher e dava pra outra (Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos).

Mas essas manifestações negras atentavam contra o “bom funcionamento da ordem” em Rio Claro. Abaixo, segue relato do fotógrafo por meio de quem conseguimos as imagens do Tambu:

O juiz de direito e pessoas ligadas aos “bons costumes”, segundo eles, estavam irritados com este festejo, eles queriam a punição disso, aí a proibição, a repressão a todo custo. Na época do prefeito Benedito Pires Joly, década de 1950, a Câmara Municipal havia pedido para fotografarmos o Tambu como parte dos festejos [da cidade]. Depois nós viemos a descobrir que não era isso. Essas fotografias foram anexadas pela polícia para o poder judiciário e acabaram de vez com esse sistema, aniquilaram uma dança. Ninguém sabe... você não vai achar [essa história] em lugar algum desse planeta. A testemunha sou eu e meu pai que já faleceu [Entrevista com Roberto Copriva] (Pereira, 2004, p.64).

Mas o povo do Tambu, como já afirmado, resistiu e prosseguiu regularmente até pelo menos fim dos anos 1960. À medida que a “ordem” e os “bons costumes” atentavam contra o Tambu, seus praticantes mudavam de endereço, sem no entanto abrir mão de sua música, de sua dança e do prazer de festejar a liberdade de raça.

Importa frizar que, por ocasião do 13 de maio, Aristides Souza Santos publicou, na década de 1950, uma série de matérias jornalísticas sobre a abolição no Brasil. Seguindo os trilhos da historiografia oficial de sua época, Souza Santos exaltou a princesa Isabel nos seguintes termos:

“Princesa Izabel à Redentôra”

(...) No dia 13 de maio de 1888, a Princesa Regente sancionou o decreto lei denominado a LEI AUREA, de cujo documento assinado temos o fim da escravatura no Brasil. A REDENTÔRA (...) era uma mulher de excepcionais qualidades de espírito, de coração bondoso e de inigualável coragem (...) Sua dedicação às causas justas, chegou ao desassombro de por fim aos sofrimentos do próximo (*Cidade de Rio Claro*, de 12/05/1956).

Todavia, focalizando o conjunto das matérias de Souza Santos, fica evidente que a benevolência da princesa não era sua questão central. No geral o autor exaltava os abolicionistas negros em seus escritos, e o trecho a seguir o indica:

“A Libertação dos Escravos”

(...) Houve dois eminentes brasileiros, que nasceram de mãis humildes, e se tornaram eruditos pelos seus esforços, vindo à prestar inestimáveis serviços, aos seus irmãos raça; e com seus trabalhos, deram novos rumos na vida social de nossa patria. Foram eles, Luiz Gama no alvorecer do abolicionismo, e José do Patrocínio, que teve a ventura de vêr assinada a LEI AUREA, que libertou os pretos no Brasil (*Cidade de Rio Claro*, de 14/05/1954).

No septuagésimo aniversário da abolição da escravatura, em 1958, um longo artigo de Souza Santos foi publicado no *Diário do Rio Claro*. Como era bastante extenso, foi veiculado em duas partes e em dias distintos. Na contramão da historiografia oficial da época, o autor intitulou seu artigo de “A República de Palmares”. Os trechos abaixo apontam para a variedade de

tópicos tratados por Souza Santos em sua matéria, a começar pela questão do tráfico de escravos para o Brasil:

Ao comemorar o ano septuagésimo da Abolição da Escravatura no Brasil, é óbvio que relembremos o que foi a escravidão da raça negra em nossa pátria. Transportemo-nos ao passado, quando o Brasil era Colônia de Portugal, na época da invasão holandesa no território colonial.

Estamos na Província de Alagoas, às margens do rio São Francisco, ano de 1630. Os escravos negros provinham do território africano, onde eram caçados como feras, ou ludibriados com quinquilharias, fumo e cachaça, alguns cortes de tecidos e outros ademanos empregados para conseguir-se levar os pobres negros aos navios negreiros. Êstes eram vagalhões infectos, pestilentos (...), chegando destarte ao Brasil pós meses de viagem (...) Então, eram encaminhados às fazendas dos senhores de engenho, alguns de ferocidade demoníaca e que exerciam poderes discricionários sôbre os seus escravos. Assim, nesse ambiente repulsivo de banzo (espanto) (...), num desespero e num estado de espírito que até um santo ficaria revoltado, os negros escravos começavam a se rebelar contra o regime escravocrata (*Diário do Rio Claro*, de maio de 1958; acervo pessoal da família Souza Santos).

Sobre a formação dos quilombos, e os ataques:

Os fugitivos (...) começaram a formar quilombos, [o] que foi aumentando cada vez mais até se tornar uma ameaça à autoridade governamental. A êles se juntaram índios que não aceitaram o jugo da escravidão.

Esses quilombos se multiplicaram de tal forma que chegaram a ter a denominação pomposa de República dos Palmares.

Os maiores quilombos eram os de Zambí, Tabocas, Macacos, e o do Sucupira (...) Organizados que foram em pequena república, eram dirigidos com disciplina e bem treinados no manejo das armas. Produziam cereais e outros alimentos com os quais se nutriam (...)

Um dos principais chefes da República dos Palmares foi Zambí. Em seu agrupamento chegou a ter o elevado número de 10.000 escravos. Era adorado como se fôsse um rei africano. A República se fez tão forte que se tornou uma ameaça ao governo provincial (...) Depois de prolongadas e renhidas batalhas, os quilombolas começaram a se render. O valoroso chefe Zambí, para não ser prêso pelos soldados do capitão Domingos Jorge Velho, suicidou-se, atirando-se num abismo. Acho que era preferível morrer do que sofrer os castigos e os horrores da escravidão (*Diário do Rio Claro*, de maio de 1958; acervo pessoal da família Souza Santos).

Após mencionar Tiradentes e uma série de abolicionistas brasileiros, Souza Santos se referiu ainda: à instauração da República no país; à igualdade de todos perante a lei e ao combate aos preconceitos de raça e classe, com base na Constituição Federal de 1946; e à proibição do preconceito de cor no Brasil, com base na lei Afonso Arinos, de 1951.

Não foi a esmo que Souza Santos demonstrou ter conhecimento das leis contra o preconceito de raça no Brasil. Era preciso enfatizar que não se podia mais reestabelecer o navio negreiro no presente de então, e que os negros já contavam com dispositivos legais de combate ao preconceito de raça. Isso feito, vinha a propósito o protesto contra a discriminação que atingia especificamente os negros em Rio Claro:

Há Ginásio nesta cidade que não aceita alunos de côr. Trata-se de escola de renome, dirigida por professôres competentes e cultos e que sabem, de sobêjo, estarem em território brasileiro. Nem mesmo nas famosas escolas de Little Rock se permitem tais segregações; ou há integração de brancos e pretos, ou as escolas se fecham.

Igualmente certas empresas industriais mantêm preconceitos raciais. Seus gerentes não admitem empregados de côr... (*Diário do Rio Claro*, de maio de 1958; acervo pessoal da família Souza Santos).

E Souza Santos continua:

(...) protestamos contra quem quer que seja, se deixar de contratar um homem apto ao trabalho ou um honrado chefe de família, pelo motivo dêle trazer na epiderme o estigma da cor, igualmente por ser crime tanto negar instrução como negar trabalho a cidadãos brasileiros, mormente sendo ele de côr (...) Se todos os membros da sociedade rioclarenses cooperassem na integração social da raça, em tempo não distante teríamos a oportunidade de colher os frutos [dessa cooperação]... (*Diário do Rio Claro*, de maio de 1958; acervo pessoal da família Souza Santos).

As alfinetadas de Souza Santos à discriminação racial não cessaram por aí. Acompanhemos um fragmento de outro artigo de sua autoria:

“A Segregação Racial”

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos da America do Norte, ordenou a supressão do preconceito racial nas escolas. A medida abrange vinte e um estados sulinos, que por varios motivos de antigas divergências, e de ódio provocado na guerra

de secessão, quando o inolvidável Abrahão Lincoln, libertou a raça negra do jugo dos escravocratas.

Os tribunais federais de distritos, receberão a incumbência, de fiscalizarem as juntas educacionais, para obriga-las a pôr fim a separação entre brancos e pretos nas escolas, e verificarem ainda, se as determinações judiciais são cumpridas, ou se os responsáveis irão usar de má fé, no cumprimento das normas ditadas.

Essa notícia chegada de Washington, é verdadeiramente auspiciosa para os membros da raça negra de todos os paizes, devido partir de um povo que manteve oficialmente a segregação racial. Ao mesmo tempo por estar o povo norte americano, em franca e direta liderança, em relação à outros paizes que compõem o globo terrestre.

Sentimos imensamente chocados, quando deparamos com alguns industriais e comerciantes, com um certo destaque cultural, que menosprezam um individuo, pela simples coloração natural da epiderme. Lamentamos ainda mais, os descasos das autoridades competentes, que permitem a relegada distinção de pessoas, nalgumas escolas e até mesmo no trabalho. Um preconceito mantido de forma argilosa, disfarçado maneiramente com mil e um subterfúgios... (*Cidade de Rio Claro*, de 16/08/1955).

As afirmações de Souza Santos fazem ver que o sistema racial bipolar tácito, a que já aludimos, privilegiava os brancos tanto no mercado de trabalho quanto na educação formal em Rio Claro. Paralelamente tácito e poderoso, esse sistema impediu que o próprio Souza Santos desse nome aos industriais, comerciantes e dirigentes de escola que, “com mil e um subterfúgios”, barravam negros nas empresas, no comércio e nos estabelecimentos de ensino da cidade. É nesse sentido que, ao referenciar os Estados Unidos em seus escritos, Souza Santos postulava que se avançava muito mais onde existia um sistema racial bipolar legal (como no caso norte-americano), do que onde regia o sistema racial bipolar tácito ou “argiloso” (como no caso de Rio Claro), em termos de combate institucional ao racismo.

Mas o protesto escrito de Souza Santos, para além de denunciar a discriminação racial no contexto local, destinava-se também a contestar a tentativa de apagamento da influência negra na história. Vejamos o artigo por ele escrito, especificamente, para expressar sua revolta diante da afirmação de Vila Lobos nos Estados Unidos:

“O Negro está Vivo”

Pela leitura de vibrante artigo, de autoria do escritor José Lins do Rego, no famoso matutino “Diário de São Paulo”, ficamos inconformados, que o genial compositor musical, maestro Vila Lobos, concedeu uma entrevista na América do Norte, negando a influência e a participação da raça negra, na composição das músicas brasileiras; assegurando que as suas inspirações na arte musical, são exclusivamente ameríndias.

O inspirado escritor Lins do Rego, falou em defesa do negro brasileiro: - O NEGRO ESTÁ VIVO - “O que é do negro o gato não come. Muito lhe devemos. E não somente o leite de suas mães, abundante, os braços de seus homens de aço... (Cidade de Rio Claro, de 13/03/1955).

Souza Santos prossegue tratando dos que se envergonham da ascendência negra, e lhes endereça um recado:

Como o maestro Vila Lobos, há muitos ilustres, que têm sangue mouro nas artérias, mas sentem-se diminuídos de o mencionar (...) Não queiram negar ao negro o que de direito lhe pertence, não tentem relega-lo ao plano de inferioridade... (Cidade de Rio Claro, de 13/03/1955).

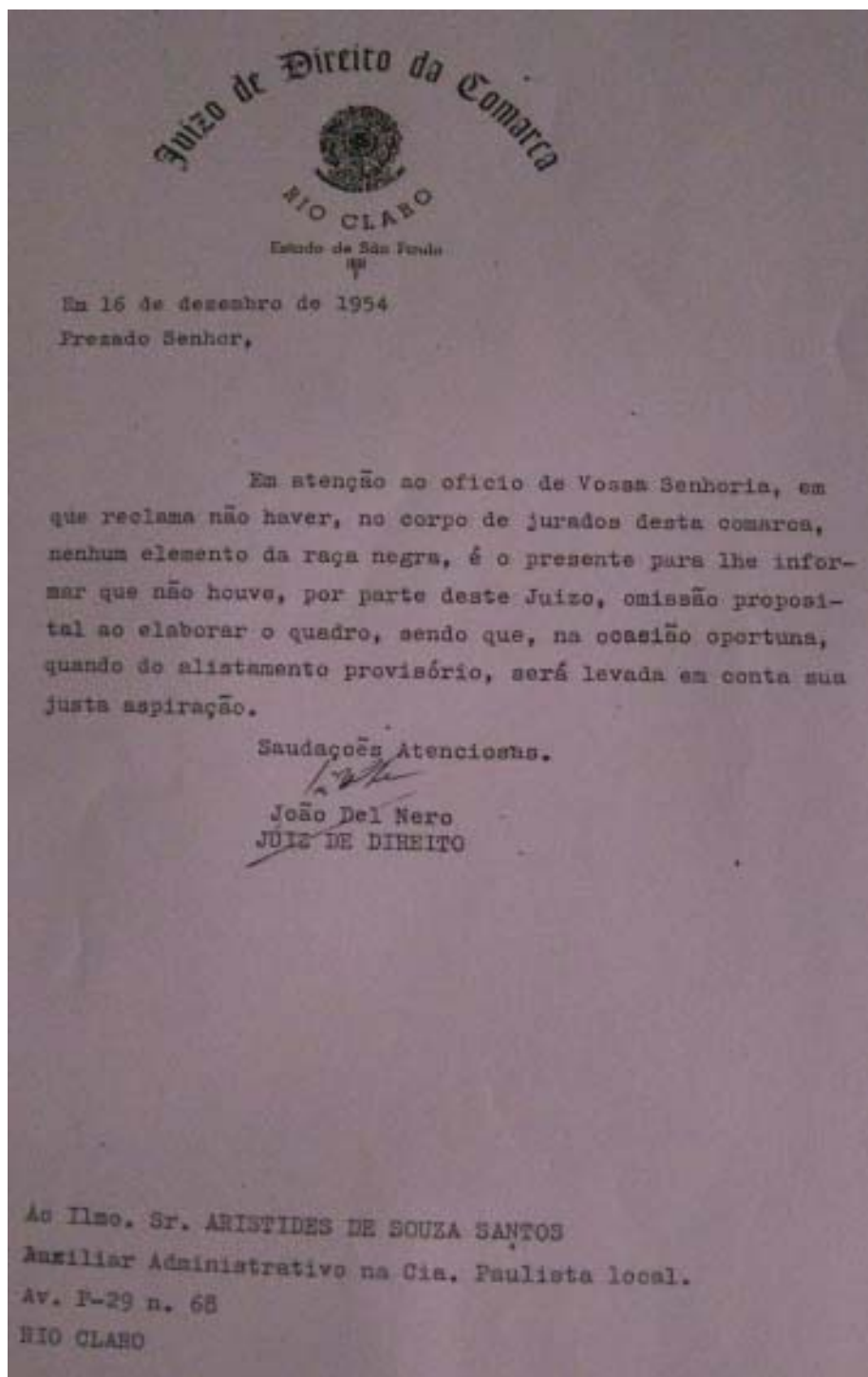
Em conclusão, Souza Santos contrasta a postura negativa de Vila Lobos com exemplos “fraternais” do cenário internacional:

No momento acabamos de ler nos jornais, o exemplo do que seja fraternidade, na valorosa democracia do visinho continente [país] americano, onde o Presidente Dwight D. Eisenhower vem demonstrando, com amor e justiça, a mais fraternal indiscriminação racial, em prol dos povos e da raça negra. Isso num país onde dizem haver preconceitos raciais, seu presidente oferece recepção ao presidente do Haiti.

Somos positivamente contra qualquer discriminação de raças, ou de castas. Pois até na Índia que mantinha sua legislação Bramane de a quatro milênios, acaba de promulgar uma nova carta constitucional, essencialmente CRISTÃ, na qual ficou abolido os preconceitos de CASTAS, provindos do Bramanismo... (Cidade de Rio Claro, de 13/03/1955).

É relevante destacar a postura reivindicativa de Souza Santos com relação ao âmbito jurídico do poder local em Rio Claro. Após endereçar ofício ao Juízo de Direito da Comarca de Rio Claro, reclamando não haver naquela divisão jurados negros, Souza Santos recebeu o comunicado que segue:

Documento 38: A RESPOSTA DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO CLARO A ARISTIDES SOUZA SANTOS

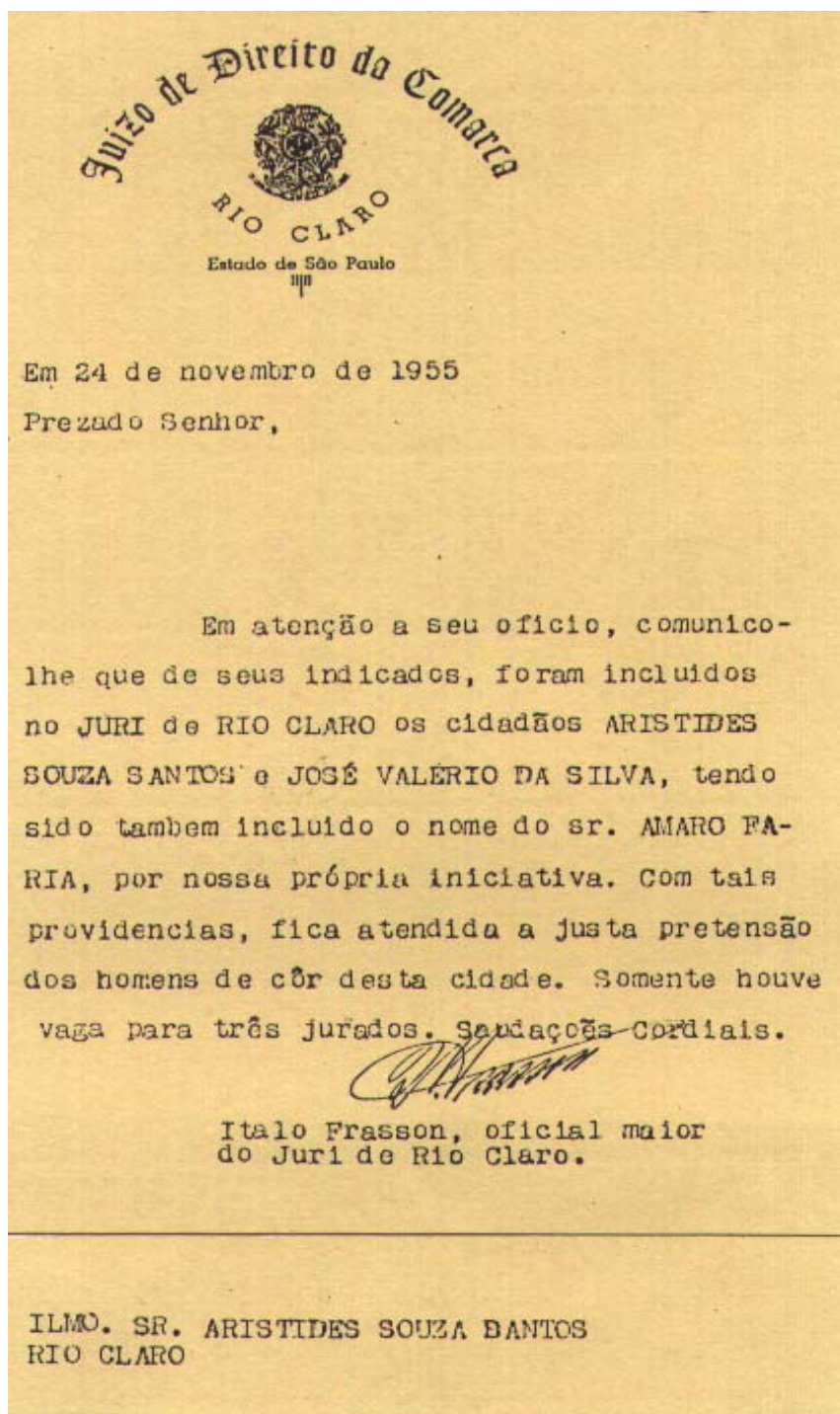


Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos - 1954²⁰.

²⁰ Ver também Pereira, 2004, p.103.

Após uma série de negociações entre as partes, Souza Santos recebeu o comunicado abaixo reproduzido:

DOCUMENTO 39: A DECISÃO DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO CLARO



Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos - 1955 ²¹.

²¹ Ver também Pereira, 2004, p.105.

O documento acima permite ver que a reivindicação de Souza Santos foi parcialmente atendida, uma vez que, do total de nomes indicados pelo reivindicante (número desconhecido), apenas dois foram incluídos no júri de Rio Claro: Amaro Faria, incluído como jurado por decisão da comarca, era ferroviário (assim como Souza Santos e, possivelmente, José Valério da Silva) e destacado militante do movimento negro rioclarenses (seu nome será novamente mencionado, adiante).

Na ausência de depoentes ou matérias jornalísticas que informassem sobre a mobilização negra no âmbito jurídico local, partimos do pressuposto de que essa luta destinava-se a combater desigualdades de raça, especificamente no tocante às sentenças proferidas pelo tribunal do júri de Rio Claro. Esta hipótese foi praticamente confirmada quando encontramos, em acervo pessoal, outro texto de autoria de Aristides Souza Santos:

“Justiça de Moiro”

Pela publicação neste jornal, resultante da primeira Sessão do Juri local, vimos que o indiciado Horácio Malaquias, preto co-autor de um crime hediondo de homicídio e sadismo, que impressionou a nossa população, devido a natureza e perversidades reveladas pelos autores, principalmente o famigerado “Palito”, que tão estupidamente roubou a vida a um inocente menor. Os jurados condenaram Horácio Malaquias, com a (Justiça de Moiro) pena de vinte e nove anos e seis meses de prisão. Se fosse nos Estados Unidos da América do Norte, talvez o Malaquias pagasse com a vida, na cadeira elétrica, como pagam com a pena de “Talião” todos os criminosos que cometem assassinios que demonstram instintos de perversidade.

A mesma justiça rigorosa, que sentenciaria Horácio Malaquias, provavelmente puniria o Benedito Moreira de Carvalho, vulgo “diabo-louro”, que na Capital do Estado, praticou mais de uma dezena de crimes do mesmo jaez, do que foi praticado por “Palito” e seu parceiro Malaquias, CRIMINOSO INDIRECTO. No entanto Benedito Moreira vai ser posto em liberdade, em virtude dos peritos terem conseguido provar num laudo a insanidade mental e incapacidade de auto-determinação do acusado. Crimes os que foram perpetrados por Benedito Moreira de Carvalho, só podem ser praticados por um tarado imbecil, ou louco. E um louco poderá andar solto? Mormente quando esse louco assassinou várias jovens e menores com as mais alucinantes crueldades.

A justiça é representada por uma mulher de olhos vendados, por isso dizemos que a justiça é cega, com a sua cegueira ela vê tudo negro, exceto o Benedito Moreira de Carvalho, que é branco... (Acervo pessoal da família Souza Santos – anos 1950).

Nesse texto (certamente ou do *Diário do Rio Claro*, ou do *Cidade de Rio Claro*, não encontrado no acervo do arquivo público local), Aristides Souza Santos denuncia o fato de que a justiça institucional havia sentenciado muito mais pesadamente o preto Horácio Malaquias, criminoso indireto em Rio Claro, do que o branco Benedito Moreira de Carvalho (vulgo “diabo-louro”), criminoso praticante direto de crimes em série na capital paulista. Por meio dessa comparação, Souza Santos objetivava chamar a atenção para a seguinte constatação empírica: em termos relacionais, subsistia maior rigidez nas sentenças proferidas para pretos, do que nas sentenças proferidas para brancos. Tudo indica que essa constatação inflamou os atores da classe média negra rioclarense que, para além da revolta e da denúncia, conseguiram mobilizar-se até a inserção efetiva de negros no corpo de jurados do tribunal de Rio Claro. Ainda que não tenhamos tido acesso aos resultados dessa inclusão, tal mobilização negra significou uma contestação direta ao comportamento desigual dispensado pelo poder local aos patrícios da raça.

Destaque-se que o crime de “Palito”, ocorrido em Rio Claro no ano de 1953, teve um desdobramento negativo para os negros rioclarense como um todo. “Palito” era negro e, a vítima, um menor branco. O crime revoltou intensamente a população em geral, pela crueldade com a qual o menor foi assassinado. Acompanhemos um depoimento sobre o caso:

Teve um crime aqui em Rio Claro, que um escurinho, um pretinho matou um branquinho, né? (...) E a gente mesmo, eu fiquei uns 2 meses sem ir pra escola, eu fiquei. Tinha uns 13 anos. Eu não ia pra escola porque a turma chegava xingando a gente, sabe? E xingava mesmo, desfazia da gente nas escola, e a professora defendia os branquinhos, sabe? Imagine como é que é... Mas eles continuavam xingando a gente de negro-saci, matador. Então peguei e fiquei quase um mês sem ir pra escola, quase perdi o ano (...) Aquele tempo era bem pior do que agora, né? Agora é fácil, agora xingou tem como apelar, né? Aquele tempo não tinha, né? Aquele tempo não tinha. Um tempo atrás era pior, eu vou falar pra você... Sujeito quando fazia alguma coisa aqui em Rio Claro, a policia ia até pegar mesmo. Se fosse branco

ia deixar, se fosse preto ia sofrer mesmo. Isso eu falo pra você, eu me lembro disso aí: negro era mal visto em Rio Claro, nós fomos bem mal vistos... (Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos).

Importa frisar que todos os espaços nos quais a coletividade negra rioclareense exerceu suas atividades, até 1967, foram o que designamos por espaços intermitentes da raça. O caráter provisório do espaço era reflexo direto da fragilidade econômica que acometia, particularmente, os negros em Rio Claro. As afirmações de Davids são úteis para pensar, de modo relacional, essa debilidade:

A cidade tornou-se desde logo um pólo de atração, quer pelo comércio, indústria extrativa ou mesmo pelos transportes. Já em 1887 havia 300 casas de comércio e várias oficinas mecânicas, cuja principal era a da própria Companhia de Estradas de Ferro, a Oficina Mecânica da Companhia Rioclarense, a qual, já nesta época, empregava 307 pessoas. Antes para o imigrante que para o liberto, ou mesmo para os trabalhadores rurais, estas oportunidades de trabalho eram atrativos que os traziam para a cidade.

Os imigrantes, especialmente, desempenharam um duplo papel nas transformações neste período: de um lado, promoveram mudança na economia agrícola da região, adquirindo os pequenos lotes em que se fracionaram várias fazendas de café, substituindo aquela cultura por cereais; e de outro, diversificaram e ampliaram as atividades comerciais e industriais do centro urbano e mesmo nelas se integraram como mão-de-obra.

O negro percorreu o caminho que lhe destinou a sociedade brasileira de brancos “sem preconceitos” (...) Inserindo-se na sociedade de classes, não ultrapassou em regra geral, o estágio de vendedor de força de trabalho. Até hoje, reside meio afastado da cidade, [e] frequenta clubes exclusivos... (Davids, 1968, p.48).

Esses clubes exclusivos a que se refere Davids (Davids, 1968), no final dos anos 1960 pertenciam às sociedades José do Patrocínio e Tamoio de Rio Claro. As duas associações eram, na prática, uma continuação remodelada das organizações negras rioclarenses dos anos 1930. Como já mostrado no capítulo anterior, as associações negras locais da década de 1930 chegaram a 1945 “morrendo à míngua”, golpeadas pelas externalidades desfavoráveis já apontadas no capítulo anterior. Contudo, essas associações resistiram e se reestruturaram por meio da José do Patrocínio e do Tamoio, entre fins dos anos

1940 e os anos 1950. A instauração dessas duas sociedades marca, efetivamente, o ressurgimento da mobilização negra de Rio Claro nos anos 1950 e 1960. Iniciamos, a partir daqui, a análise sobre as duas instituições.

A Sociedade Dançante Familiar José do Patrocínio foi fundada em 25 de setembro de 1948 - e reorganizada como beneficente em 1960 (Estatuto da Sociedade Beneficente e Recreativa José do Patrocínio [Rio Claro-SP], de 15 de outubro de 1967). Mesmo não tendo acesso ao primeiro estatuto da organização (que datava do início dos anos 1940, de acordo com o entrevistado Durval Augusto [Pereira, 2004, p.74]), parece coerente dizer que a finalidade estatutária da Sociedade Dançante Familiar José do Patrocínio consistia, basicamente, em oferecer às famílias associadas entretenimento dançante e recreativo. Presidida por José de Andrade (possivelmente até sua morte, em 1953), a organização dançante possuía um cordão carnavalesco e também desenvolvia uma série de bailes ao longo do ano. O material fotográfico, conforme segue, mostra o cordão da José do Patrocínio realizando seu desfile carnavalesco na primeira metade dos anos 1950:

Documento 40 – CORDÃO CARNAVALESCO DA SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO, 1953



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1953.

Este documento ilustra bem o sistema racial bipolar tácito a que vimos nos referindo. Em Rio Claro, também no carnaval – manifestação que, no imaginário social, talvez seja a maior prova de que a democracia racial se efetivou no Brasil congregando brancos, pretos, pobres, ricos, novos, velhos... num só entusiasmo –, pretos e brancos não se misturavam. O fato é que desfile de preto era desfile de preto, e desfile de branco era desfile de branco, sem que essa separação racial estivesse prescrita por lei ou decreto. Antes de 1957, os negros desfilavam com seus cordões fora do curso (desfile) carnavalesco oficial da cidade, composto pelos carros de luxo das sociedades brancas de Rio Claro. Até 1957, portanto, os negros eram obrigados a esperar a passagem do curso oficial, para só mais tarde realizar o seu desfile, em separado.

Entre os anos 1950 e 1960, foi intensa a movimentação da coletividade negra rioclarense em torno das eleições das rainhas da raça. Essa movimentação

significava fundamentalmente três coisas: 1) a valorização da auto-imagem e a revitalização identitária da raça, via espelhamento negro; 2) uma resposta aos demais concursos de rainha da cidade, que, em geral, não apresentavam espaço para a representação negra; 3) uma resposta à discriminação racial que atingia particularmente a mulher negra, nos anúncios de jornal para as empregadas brancas, por exemplo. Nesse período as organizações negras de Rio Claro (e de São Paulo, como um todo) desenvolveram uma mobilização destinada a sinonimizar raça e beleza, especialmente aos olhos da sociedade mais abrangente. A gente negra fomentava a própria dignidade, à medida que exaltava e coroava a mulher negra - o elemento triplamente discriminado da raça.

**Documento 41: PRIMEIRA RAINHA NEGRA
DE RIO CLARO**

O grande baile de hoje no
Ginásium Municipal
S.M. Evanilde dos Santos será coroada hoje



A's 21,30 horas, da séde da Sociedade Dansante «José do Patrocínio», à rua 9 n. 305, sairá o desfile da 1.^a Rainha negra de Rio Claro, e sua corte, formada por quatro princesas, percorrendo o itinerário seguinte: Rua 9-Av. 3-Rua 4-Av. 1-Rua 9 em demanda ao Ginásium Municipal, onde terá lugar o grandioso baile de coroação de S.M. Evanilde dos Santos, ato paraninfado pela Rainha Negra de Limeira.

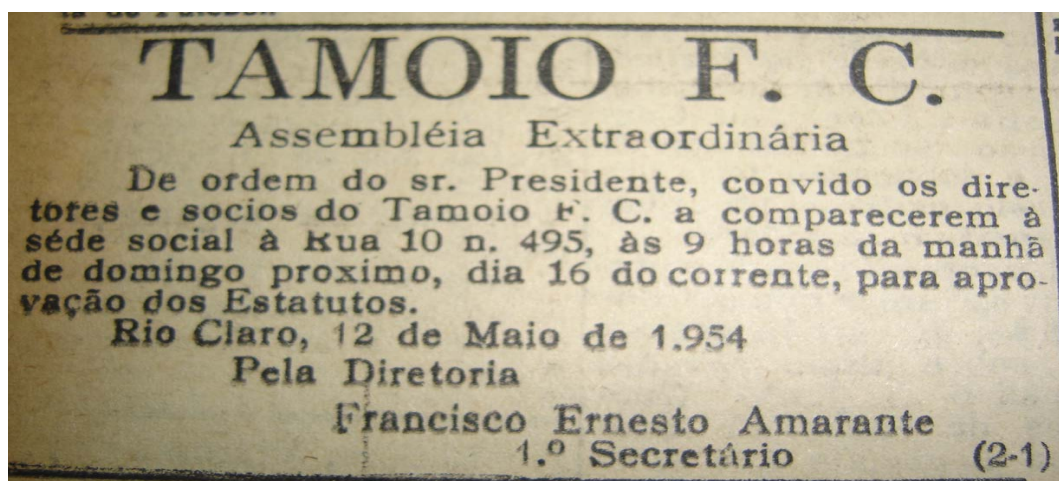
Caravanas de cidades vizinhas, participarão do festejo dansante, que deverá colher grande brilhantismo. A parte musical estará a cargo da Orquestra Acadêmica Befor com os bandeirantes Nico e seus garotos.

Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 22/12/1951.

O documento acima, além de ilustrar a questão das rainhas da raça, também é oportuno para pensar os espaços da raça no contexto local. Note-se que “o desfile da 1ª Rainha negra de Rio Claro, e sua corte” seria realizado numa passeata, da sede da José do Patrocínio até o Ginásio Municipal. A sede da associação ficava próxima às igrejas Boa Morte e São Benedito (região na qual residiam muitas famílias negras na época), sendo um espaço pequeno e provisório da organização. O Ginásio Municipal, bem maior que a sede da José do Patrocínio, era um espaço público construído pela prefeitura para fins esportivos. Não obstante, nas décadas de 1950 e 1960, o Ginásio de Rio Claro foi palco de uma série de bailes negros. Mas esse local nunca foi um espaço próprio da raça: antes de realizar seus bailes no Ginásio, a “gente de cor” precisava de permissão formal da prefeitura, solicitando alvará de funcionamento. Tal submissão era um dos inconvenientes acarretados pela ausência da “casa própria”, ou seja, pela falta de espaço próprio da coletividade negra local.

Outra organização negra que também enfrentou esse problema em Rio Claro foi o Tamoio Futebol Clube. Fundado no ano de 1951, em Rio Claro, o clube Tamoio possuía um time de futebol formado exclusivamente por jogadores negros (como já dito) e, além disso, desenvolvia bailes para a coletividade negra. O documento abaixo indica que o Tamoio era regido por estatuto (documento não encontrado durante a pesquisa):

Documento 42: TAMOIO FUTEBOL CLUBE



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 13/05/1954.

A sede citada nesse documento, também provisória, ficava próxima à sede que a José do Patrocínio ocupava em 1951 (região habitada, na época, por várias famílias negras, como já afirmado). Retornaremos à questão das sedes da José do Patrocínio e do Tamoio, após informações adicionais sobre este último.

O Tamoio era um time de destaque de Rio Claro, não apenas no meio negro. Em 1955, quando foi realizado o concurso da Rainha dos Esportes de Rio Claro, o Tamoio foi o único clube esportivo a apresentar uma candidata negra ao título - reflexo direto da composição racial do próprio clube. Do evento participaram cinco clubes esportivos (provavelmente os mais destacados da cidade), e a colocação das candidatas foi determinada pelo voto de torcedores e simpatizantes. Pouco antes do término do concurso, o *Diário do Rio Claro* estampou, em suas páginas, *clichés* (fotos) das quatro candidatas mais votadas. A concorrente do Tamoio contava, na ocasião, com 1.601 votos (precedida, respectivamente, pela representante do Vasco da Gama, com 1.716 votos, e pela candidata do C. A. Paulistano, com 2.095 votos; a quarta colocada, pelo Ipiranga, havia recebido 331 votos).

Documento 43: A CANDIDATA DO TAMOIO F. C. AO TÍTULO DE RAINHA DOS ESPORTES DE RIO CLARO



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 08/12/1955.

Faz sentido afirmar que a participação do Tamoio num concurso “universal” (ou seja, num evento não circunscrito apenas ao meio negro) tinha a ver com questões de dignidade e de representação de raça. Os associados e simpatizantes do Tamoio sabiam de antemão que – numa cidade de maioria esmagadora branca, tão bipolarizada em termos de raça e tão marcada pelo racismo e pela discriminação contra os negros, como Rio Claro – na prática não haveria chance para a vitória de uma rainha “de cor”.

Mas era exatamente esse panorama que impulsionava o Tamoio, enquanto clube negro, a reagir e a positivar o status que o grupo racialmente estabelecido conferia à sua raça. Dessa forma, lançar uma candidata “singular” num concurso “universal” requeria que o Tamoio: 1) tivesse auto-estima racial coletiva o suficiente para não tender a escolher uma candidata “padrão” (em

termos de raça); 2) mobilizasse seus membros para dar suporte à concorrente negra, especialmente na forma de voto (note-se que a candidata do Tamoio não estava tão distante das duas primeiras colocadas e que, certamente, a maioria dos votos da concorrente negra advinha de negros). Em outras palavras, a participação do Tamoio no referido concurso indica uma luta de raça por dignização, valorização e representatividade negras em espaço majoritariamente branco.

Contudo, o que predominou tanto no Tamoio quanto na José do Patrocínio foi a promoção de concursos internos para a eleição das rainhas da raça, e não a participação dessas associações em concursos “universais” de Rio Claro. Isso ocorreu fundamentalmente porque essas organizações eram *locus* resistentes de produção e irradiação de identidade racial negra, o que lhes garantiu a própria existência coletiva no mundo dos brancos – e não apenas por não existir possibilidade real de vitória negra em concursos majoritariamente brancos da cidade.

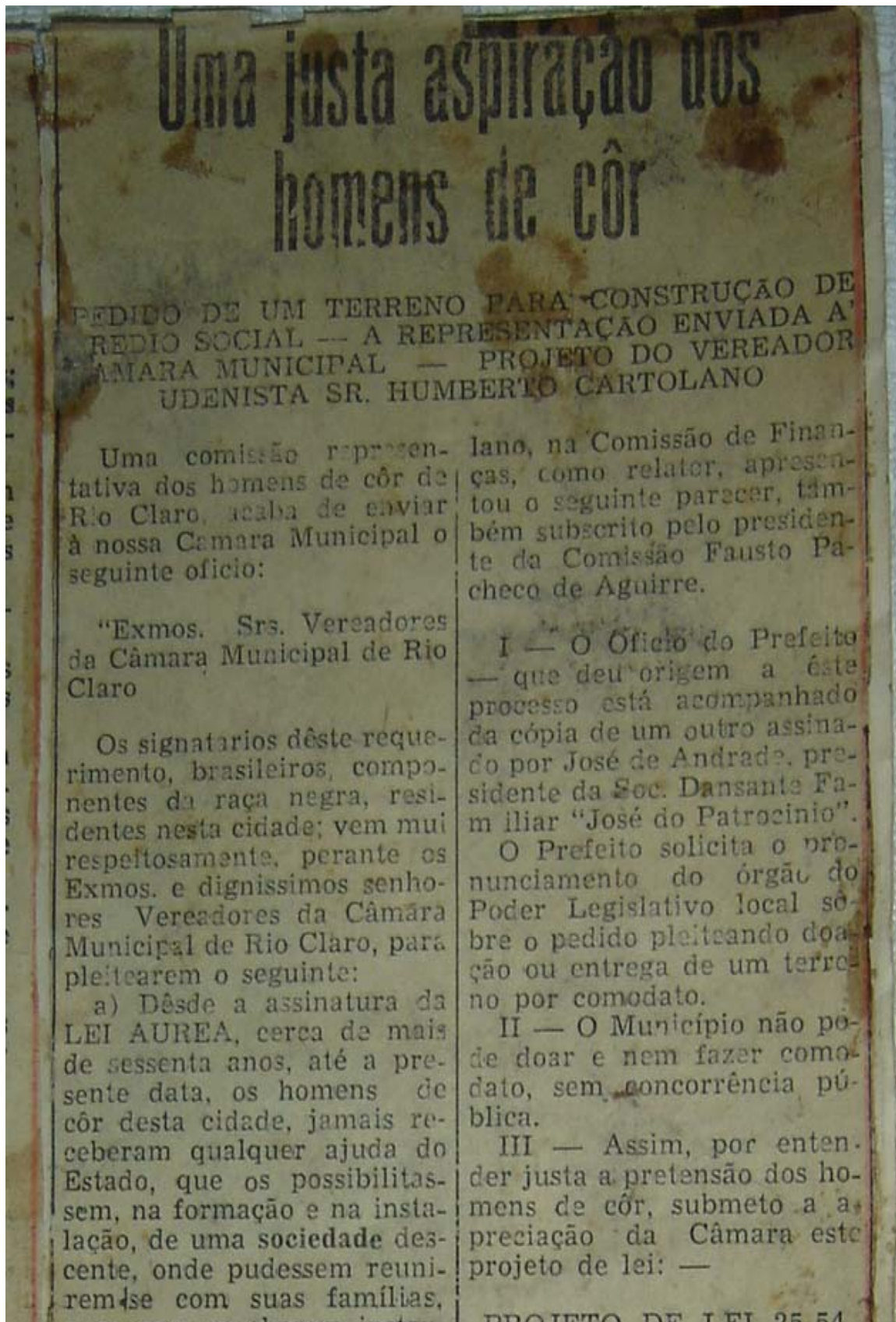
Importa salientar que, para que esse *locus* se perpetuasse, era necessário, primeiro, solucionar o problema da provisoriedade das sedes negras, rompendo com o ciclo dos espaços intermitentes da raça. Tal impasse acompanhou as organizações negras locais desde (pelo menos) os anos 1930, historicamente impossibilitadas de levar adiante seu projeto coletivo de construção da “casa própria”. Tal impossibilidade ocorreu basicamente porque, em termos relacionais, o intenso crescimento econômico e político dos imigrantes/descendentes sufocou a formação de uma classe média negra econômica e politicamente expressiva em Rio Claro.

Portanto, para driblar essa baixa capacidade aquisitiva e estabelecer espaços fixos, próprios e exclusivos da raça, foi preciso que as organizações negras de Rio Claro desenvolvessem uma longa mobilização para obter, do poder local, os espaços físicos de que necessitavam. Tratava-se de uma luta travada por desafiadores (*challengers*) e endereçada aos membros políticos

estabelecidos (*established political members*) no plano local. O texto a seguir, reproduzido em duas páginas, é central para o entendimento da questão ²²:

²² Após a leitura da primeira coluna da página 178, siga para a primeira coluna da página 179, e assim sucessivamente.

**Documento 44: A MOBILIZAÇÃO NEGRA PELOS
ESPAÇOS DA RAÇA EM RIO CLARO (parte 1)**



Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos – material de 1954.

Documento 44: A MOBILIZAÇÃO NEGRA PELOS ESPAÇOS DA RAÇA EM RIO CLARO (parte 2)

rem-se com suas famílias, quer para receberem instruções, ou mesmo com a simples finalidade esportivo-recreativa.

b) Sendo as famílias negras Rioclarenses, em sua maioria desprovidas de bens imóveis, ou de outros recursos financeiros, que venham lhes possibilitar, dispêndio de quantias elevadas; devido também às constantes ascensões dos meios de subsistência, que lhes impedem a realização de um empreendimento de vulto, que virá por certo, beneficiar todos os membros e descendentes da raça negra, que estão aqui radicados.

c) Diante do que se acha exposto, vimos pedir aos patriotas, que compõe esse culto Córpo Legislativo Municipal, para elaborarem um projeto, autorizando a Prefeitura Municipal desta cidade, doar aos homens de cor de Rio Claro, um terreno onde possam construir um prédio no qual se formará a sede social do negro; cuja incumbência será assumida, por uma diretoria provisória, desde que seja este pedido deferido.

d) Apelamos para o sentimento bairrista e nobre do povo Rioclarense, solicitando seu apoio moral. Pedimos também para opinar franca e lealmente, caso achar nossas pretensões justas.

Por acharem de justiça,
Aristide Souza Santos
Wandico Norberto
Nelson Caetano
Osvaldo Augusto
Amaro Faria
Rio Claro, 1 de junho de 1954."

A proposito do assunto, na Câmara, um processo em andamento. O vereador adenista sr. Humberto Carto-

PROJETO DE LEI 25-54

"Artigo 1.º — Fica a Prefeitura Municipal autorizada a abrir concorrência pública, na forma da lei, para cessão gratuita, por contrato de comodato, de uma área de terreno do patrimônio municipal que ela localizará, à sociedade de homens de cor que se proponha construir uma sede própria com a finalidade de congregar a classe, em um ambiente recreativo, esportivo e educativo.

Artigo 2.º — Essa cessão será pelo prazo de 40 anos.

Artigo 3.º — Excedido esse prazo, reverterão ao Município os bens agregados e o respectivo terreno independentemente de qualquer indenização.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 5 de abril de 1954.

a) Fausto Pacheco de Aguirre. — Presidente
Humberto Cartolano — relator.

Diário de
2/6/54

Esmeraldas
rioclarenses

1º de junho
1873 — Elege-se nesta cidade o primeiro

Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos - material de 1954.

Esse documento emblematiza e sintomatiza a mobilização negra pela aquisição de espaço coletivo próprio em Rio Claro. A demanda formal dos componentes da raça negra ao poder local estruturava-se numa denúncia pontual e contundente, não por acaso. Para cobrar do poder uma postura concessora, era importante mostrar a situação de desamparo social que esse mesmo poder havia criado para o negro, de forma especial após a abolição. Ao declarar que “os homens de cor” jamais haviam recebido “qualquer ajuda do Estado” para a instalação de “uma sociedade descente” em Rio Claro, e que as “famílias negras Rioclarenses” eram, em geral, “desprovidas de bens imóveis, ou de outros recursos financeiros”, os reivindicantes estavam requerendo uma política compensatória do poder local.

Porém, endereçar demanda de raça, e não de classe, a um legislativo municipal constituído exclusivamente por brancos, era uma aposta arriscada. Essa investida negra poderia resultar na objeção da maioria dos edis, quer sob a acusação de racismo às avessas, quer sob a alegação de que organizações definidas por raça não se justificariam no Brasil, país da democracia racial por excelência. Por outro lado, desafiadores e membros políticos estabelecidos conheciam e integravam, cada qual no seu pólo, o tradicional sistema racial bipolar tácito que tanto formatava as relações sociais em Rio Claro.

O documento de que se trata deixa evidente a atuação de Humberto Cartolano na elaboração do Projeto de Lei 25-54, sobre a cessão de terreno do município para a construção da sede própria dos “homens de cor”. Como mostrado nesse trabalho, as negociações entre a coletividade negra e Cartolano vinham acontecendo desde (pelo menos) os anos 1930, e continuaram a ocorrer no ressurgimento do movimento negro local do pós-1945. Esse relacionamento foi clientelista em sua essência, basicamente por envolver troca de favores entre atores desiguais em poder. Importa salientar, no entanto, que esse clientelismo não dissolveu a condição de desafiadores do poder dos negros reivindicantes. Clientelismo requer, da parte desprivilegiada em termos de poder, percepção de problemas, elaboração de programa de ação e endereçamento de demanda ao poder, o que implica mobilização. Assim, afirma-se, nesta pesquisa, que o

clientelismo, ao invés de esvaziar ou dismantelar o movimento social, pode funcionar como um canal de negociação do movimento social. A mobilização negra por espaço físico em Rio Claro é um exemplo disso.

O ofício que os “homens de cor” direcionaram ao poder local, em 1954, havia sido assinado por cinco reivindicantes: Amaro Faria, Aristides Souza Santos, Nelson Caetano, Osvaldo Augusto e Wandico Norberto. Todos esses atores, sem exceção, eram negros ferroviários - já existia, no executivo municipal, um ofício anterior de mesma natureza, assinado por José de Andrade, em favor da Sociedade Dançante Familiar José do Patrocínio. Andrade, como já declarado, era negro ferroviário e foi presidente da José do Patrocínio até sua morte, em 1953.

Dessa maneira, os ferroviários negros de Rio Claro foram os porta-vozes mais notáveis da mobilização negra local. Afirmando constantemente seu pertencimento e sua condição de raça, esses atores pressionaram diretamente o poder local com o firme propósito de construir a tão sonhada sede social do negro em Rio Claro. Ocupando uma posição intermediária entre o sucesso e a lama, esse grupo constituiu a parcela negra mais propensa a viabilizar as demandas de sua própria raça. De olhos atentos ao universo material confortável da classe média branca, por um lado, e em contato direto com o universo material de escassez dos patrícios de raça, por outro, o grupo dos ferroviários negros de Rio Claro experienciou o drama daquele que tinha de fugir das estatísticas sem, no entanto, deixar de arrastar consigo, nessa fuga, o maior número de pretos possível. Esse grupo, essencialmente motivado por identidade e resistência raciais, ao invés de buscar distância social e cultural dos negros menos abastados, passou a vida toda construindo e investindo em projetos de congregação da raça no plano local.

De fato, no caso de Rio Claro, tornar o “sonho da casa própria” uma realidade no meio negro exigia um investimento mobilizacional de longo prazo. O próprio Projeto de Lei Municipal 25-54 indica que a luta dos negros rioclarenses teria de continuar, mesmo depois de construída a sede social do negro. Cabe aqui reproduzir dois artigos específicos desse projeto:

Artigo 2º - Essa cessão [de terreno municipal para os “homens de cor”] será pelo prazo de 40 anos.

Artigo 3º - Excedido esse prazo, reverterão ao Município os bens agregados e o respectivo terreno independentemente de qualquer indenização (Projeto de Lei 25-54, Rio Claro-SP, de 05/04/1954).

Portanto, uma vez encerrado esse contrato de comodato quarenta anos mais tarde (mais especificamente no ano de 1994), os filhos e netos da gente “de cor” teriam duas opções: 1) ou entregar à prefeitura “os bens agregados e o respectivo terreno” a que se refere, tão arduamente conquistados pelas gerações anteriores; 2) ou dar continuidade à antiga mobilização negra por espaço próprio, luta existente (pelo menos) desde os anos 1930 em Rio Claro. Mas, em 1954, isso era futuro. Depois de elaborado o Projeto de Lei 25-54, o que realmente interessava aos reivindicantes era a aprovação urgente do mesmo, no legislativo municipal.

Na administração do prefeito Augusto Schmidt Filho (eleito para o cargo em Rio Claro em 1955),

a Prefeitura é autorizada a ceder terreno para a **Sociedade de Homens de Côr (Lei n.431, de 4 de jul. 1956)** (...), [para] a Associação Cultural Beneficente Nipo-Brasileira de Rio Claro (Lei n.543, de 8 out. 1957), [para] o **Tamoio F.C.** e [para] a **Sociedade Beneficente José do Patrocínio (Lei n.567, de 21 dez. 1957)** (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro (1908-1983), Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 1983, p.130) [grifo meu].

A informação acima conduz à questões importantes acerca dos espaços da raça em Rio Claro. A doação legal de terrenos da prefeitura para a Sociedade de Homens de Cor, para o Tamoio Futebol Clube e para a Sociedade Beneficente José do Patrocínio, respectivamente, foi realizada após a morte de Humberto Cartolano, em abril de 1956. Mas, nessa época, os desafiadores já direcionavam suas demandas de raça a Augusto Schmidt Filho, membro político estabelecido de peso da cidade. Segue uma síntese sobre a trajetória política de Schmidt em Rio Claro:

nasceu em Rio Claro em 12 de fevereiro de 1905, filho de Augusto Schmidt e Rosa Eichemberger Schmidt. Diplomou-se pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, de Piracicaba, e de volta a Rio Claro, trabalhou durante 40 anos no setor de construções civis. Foi Vereador pela primeira vez em

1929, na vaga deixada pelo Coronel Marcello Schmidt; mais tarde, filiando-se ao Partido Constitucionalista, foi eleito para os exercícios de 1936 e 1938. Em 1955 é escolhido Prefeito, tomando posse a 1 de janeiro de 1956; não termina o mandato, por motivos de saúde, transmitindo o cargo em 24 de janeiro de 1958 ao Vice-Prefeito Argemiro Mauricio Höfling. Em 1963 volta a ser eleito Prefeito, tendo seu mandato prorrogado por Decreto Federal por mais dois anos. Feleceu em São Paulo em 14 de outubro de 1972 (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro [1908-1983]. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 1983, p.129).

Schmidt Filho era o prefeito de Rio Claro quando a prefeitura foi autorizada a doar três terrenos para as organizações da gente “de cor”, nos anos de 1956 e 1957. Já aludimos anteriormente às associações José do Patrocínio e Tamoio, ambas contempladas com terreno do município em 1957. Cabe, agora, referência à Sociedade de Homens de Cor, igualmente contemplada com terreno municipal no ano de 1956.

Nem as entrevistas nem os jornais locais pesquisados trouxeram informações sobre essa sociedade. Nossa hipótese é a de que tal organização ligava-se à pessoa de Aristides Souza Santos. No início dos anos 1950, Souza Santos havia recebido um terreno de Schmidt Filho para a construção do Centro Cultural Luiz Gama - em 1951, houve o lançamento da pedra fundamental do Centro (cerimônia na qual Schmidt esteve presente). A sede desse Centro, contudo, não chegou a ser construída ²³.

Pode ser que a Sociedade de Homens de Cor (1956) fosse uma continuidade do Centro Cultural Luiz Gama (1951). Por outro lado, pode ser também que a Sociedade de Homens de Cor fosse uma designação genérica, criada a partir do ofício que Amaro Faria, Aristides Souza Santos, Nelson Caetano, Osvaldo Augusto e Wandico Norberto haviam direcionado à câmara municipal em 1954, solicitando doação de terreno “aos homens de cor de Rio Claro” para a construção da “sede social do negro”. De todo modo, não se tem notícia da construção da sede da Sociedade de Homens de Cor em Rio Claro.

Faz-se necessário frisar que a construção da sede social do negro, prevista no ofício que os negros endereçaram ao poder local em 1954, constituía

²³ Ver Pereira, 2004, pp.87-88.

um projeto ideal: abrigar sob um mesmo teto todos os membros e descendentes da raça negra ou, pelo menos, os negros coletivamente organizados em torno da raça, era um plano genérico demais. Os próprios reivindicantes que assinaram esse ofício sinalizam a diversidade existente no interior do movimento negro local. Por meio das entrevistas, soube-se que Amaro Faria era membro do Tamoio F.C.; Aristides Souza Santos e Nelson Caetano haviam tentado estabelecer na cidade o Centro Cultural Luiz Gama (1951); e Osvaldo Augusto e Wandico Norberto eram membros da Sociedade José do Patrocínio.

Entretanto, essa diversidade não inviabilizou a elaboração de uma demanda conjunta. Esses atores se organizaram e lançaram o mesmo desafio ao poder local, a partir de um mesmo lugar social, de uma mesma posição identitária e de um mesmo lugar mobilizacional. Tratava-se, por conseguinte, de segmentos relativamente distintos de um mesmo movimento social negro.

Interessa analisar o comportamento do poder local após a decisão de separação de sede dos reivindicantes, já que, na condição de poder político estabelecido, tanto o legislativo quanto o executivo municipais poderiam inviabilizar a construção de mais de uma sede social negra em Rio Claro. Essa objeção poderia estar pautada no mito da desunião racial negra, (já referenciado no capítulo anterior). Ora, a própria mobilização coletiva negra que deu origem ao ofício de 1954, e a reunião dos negros em torno das organizações José do Patrocínio e Tamoio F. C. (estatutariamente regidas), depõem contra esse mito. Além disso, em situações nas quais subsiste vontade política do poder para com os reivindicantes, não é preciso instrumentalizar o mito da desunião racial negra para fugir das demandas colocadas pelos desafiadores. A promulgação da Lei Municipal n.567, em 1957, é um exemplo disso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
=====

LEI N.567
=====

De 21 de Dezembro de 1.957

Eu, AUGUSTO SCHMIDT FILHO, Prefeito Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me

são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro decreta e eu promulgo a seguinte lei:

LEI N.567

(Autorizando a cessão de uso de terrenos para o “**Tamoio F. C.**” e para a Sociedade Beneficente “José do Patrocínio”).

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a ceder, mediante contrato do comodato, pelo prazo de 20 anos, o uso de duas áreas de terreno, pertencentes ao Patrimônio Municipal, que não poderão exceder de 880 metros quadrados, cada uma, em lugar a ser designado pelo Executivo, destinadas à construção das sedes sociais e outras dependências, das seguintes entidades **Tamoio Futebol Clube** e Sociedade Beneficente “José do Patrocínio”.

§ 1º - O prazo estipulado neste artigo será prorrogado, automaticamente, por mais 10 anos, se, no vencimento do contrato, subsistirem os motivos que às mesmas derem origem e assim, sucessivamente, de 10 em 10 anos... (Lei n.567 da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de 21/12/1957).

Mas a vontade política demonstrada especialmente por Schmidt Filho nessas cessões tinha razão de existência. O primeiro aspecto a configurar essa determinação liga-se ao caráter populista do governo de Schmidt no plano local. Como prefeito, pelo PTB, Schmidt exerceu e consolidou sua liderança via contato direto com as massas urbanas. É comum a aclamação de Schmidt entre os que assistiram sua atuação política em Rio Claro – negros e brancos, de todas as classes sociais ²⁴.

Outro fator que condicionava fortemente essa vontade política era o potencial de retribuição das organizações negras para com Schmidt. Esse potencial era demonstrado tanto na forma de voto quanto por meio das famosas Escolas de Samba da “gente de cor”, da segunda metade dos anos 1950. Produto de maior destaque das associações José do Patrocínio e Tamoio, respectivamente, essas Escolas de Samba forçaram a reconfiguração do carnaval rioclareense em termos de raça. O depoimento que segue, de membro da José do Patrocínio, atesta esse processo:

Eu aprendi, eu comecei a conhecer São Paulo [capital] dia 9 de junho de 1950. Conhecer São Paulo mesmo. [Como ferroviário de Rio Claro] chegava [na capital] com uma composição com a ferrovia, chegava por

²⁴ Ver Pereira, 2004.

exemplo as 8 horas da noite e saía só no outro dia, ao meio dia (...) [Em São Paulo] eu ia na Vila Espanhola e comecei a ver os ensaios do Acadêmicos do Parque Peruche. Mas que coisa! Que estilo! Aqui [em Rio Claro] eu conhecia bloco e cordão carnavalesco, e lá [São Paulo] que eu comecei ver esse negócio de tamborim, cuíca, bumbos e vocal. Nem cavaquinho tinha, era só bateria e vocalistas e pastorinhas, mas já no estilo Escola de Samba (...) De 50, até 53, 54... eu estava lá participando, comprei um tamborim, entrava lá brincando (...) Comecei brincar com o Mocidade Alegre, que ficava perto da onde eu morava. Mas quando eu ia lá na casa da minha tia, lá na Vila Espanhola, eu também participava do ... Acadêmicos do Parque Peruche (...) Quando eu cheguei aqui [em Rio Claro] aí foi uma coisa incrível (...) Quando eu cheguei aqui eu senti uma falta danada [das Escolas de Samba de São Paulo] porque lá [em São Paulo] a raça negra não tinha [não enfrentava] o preconceito que tinha aqui. Não existia. Até porque ali na avenida São João, ali no, todo aquele setor Anhangabaú ali, ooh, a negrada em massa fazia as apresentações das Escolas de Samba. Tinha diversas (...), mais ou menos umas oito ou nove, ou mais hein... 50, 51. Olha: tinha o Acadêmicos Mocidade Alegre, o Nenê, tinha o X9, tinha o Camisa Verde aqui da Barra Funda (...) De 1952 pra 53 tiraram [o desfile] de lá do centro da cidade e veio ali pra Tiradentes, perto ali da Estação da Luz (...) Quando eu cheguei aqui em Rio Claro pra morar mesmo (...) aí topei com um preconceito esquisito aqui em Rio Claro, estranhei, não gostei, ooh. Não tinha carnaval de negro aqui, assim, de rua, não tinha. Tinha os carros alegóricos do Grêmio, Ginástico, Filarmônica e S.D.D.. Só eles. Nós, o máximo que nós podíamos era ficar na calçada assistindo (...) Então estávamos assistindo, eu peguei falei puxa vida!. Agora que eu estou aqui em Rio Claro eu vou montar uma Escola de Samba. Que que é isso! [expressando um tom de indignação pela marginalização dos negros no carnaval rioclaresense] (...) Como eu já era meio encarregado aí na oficina da Paulista [ferrovia] eu fui fazendo os instrumentos de leve. Fiz os tamborinzinhos, fizemos escondido, fazia as peças [risos], fazia as peças e montava em casa. Eu, Rui Calixto, o Bamba (...) A gente fazia as peças e montava aqui fora (...) Quando eu montei a Escola, 55, nada feito, 56 também, o Mancusi [Ribeiro Mancuso, radialista e vereador em Rio Claro] não admitiu que eu pusesse [a Escola de Samba] na avenida. Quando foi de 56 pra 57 o Sérgio Husni [comerciante local] tinha uma brincadeira que eles tratavam [denominavam Batalha de Confete], um programa no Variedades [cinema local]. Eu pedi pro Sérgio deixar eu fazer uma apresentação lá no Variedades, já com o estilo [das Escolas de Samba] de São Paulo (...) Só que era Durval Augusto e sua Escola de Samba [inicialmente; depois essa Escola recebeu o nome de Voz do Morro, Escola de Samba da Sociedade José do Patrocínio]. Aí a coisa pegou graça, ele pediu pra mim fazer uma Batalha de Confete na rua 3 [centro de Rio Claro]. Aí o povão... [gostou] (...) Naquele tempo não tinha samba-enredo, nós bolamos, eu e o Licão, bolamos uma brincadeira e fazia, só cantava aquilo [performance cantada]:

*Chegou a nossa Escola, vem fazendo evoluções,
 chegou a nossa Escola, vem fazendo evoluções,
 samba cabrocha, samba com graça,*

vamos mostrar que a nossa Escola tem raça...

(...) [No carnaval de 1957] montamos [a Escola de Samba] ali perto da [atual] Caixa Econômica Estadual e já entramos na rua 3 até no Bazar Paulista e voltamos, já com o povão, né?! Antes do carnaval [do desfile dos brancos], bem antes do carnaval [dos brancos], só a negrada. Depois [fizemos] a Batalha de Confete na Casa das Novidades. Aí na avenida 2 de esquina, pro lado de baixo tinha uma loja também por nome Casa Branca, também nós fizemos a Batalha de Confete ali. Aí, que que fizeram? Combinaram pros carros alegóricos [do carnaval dos brancos] dar a primeira volta, quando desse a segunda volta já nós entrávamos (...) nas costas do Grêmio [atrás do desfile dessa associação]. Porque o Grêmio já estava abrindo precedente pra raça negra. Então, os ferroviários [negros] eles já aceitavam pra ser sócio... até hoje eu sou sócio, eu, o Bamba, o seu Mário, mas era sócio do Grêmio porque era ferroviário ²⁵. Eu mesmo fiz questão de entrar [no desfile dos brancos] quando o Grêmio que era o último a passar pra não ter encrenca (...) Aí depois foi indo, foi indo, o povo preferiu mais as Escolas de Samba, aí já veio o Cacique do Samba também [Escola de Samba do Tamoio F.C.], então facilitou (...) Primeiro a Filarmônica não quis por mais o carro [nos desfiles carnavalescos]. O povo não quis mais saber daquilo. O povo cansou..., ficou cansativo ficar só olhando aquela, aqueles carros alegóricos, né?! (...) Nós entramos com força total mesmo, com rumbeiras, passistas... (Entrevista com Durval Augusto).

Outro relato, de um membro do Tamoio, informa sobre as duas Escolas de Samba e a exclusividade racial das mesmas:

[Jair] 57 começou as duas Escolas de Samba. A do Patrocínio eles começaram acho que, o primeiro ano que desfilou foi em 57 (...) Montaram a Escola, o Durvalzinho com o Celso, montaram a Escola de Samba lá, a A Voz do Morro. Aí o Nielzolino, o Eidi Tomé, montaram a Cacique do Samba, que era [a Escola de Samba] do Tamoio (...) No começo para o Tamoio sempre a Caracu [indústria local de cerveja] deu o pano [para confecção das fantasias]. E para o Patrocínio mais era o Bazar Paulista, o Niazi que dava, né? Aí depois de tempo a prefeitura, não lembro o ano certo (...), a prefeitura começou a dar verbas para comprar fantasia, para comprar pano e fazer fantasia (...) Antes disso aí tinha o cordão, né? Que era o que saía todo mundo junto. Eles dançavam, só os negros. Daí depois em 57 montou uma [Escola de Samba], depois montou a outra aí, mas era só negro também que saía na Escola de Samba. Era difícil aparecer um branco na Escola de Samba. Era muito difícil... (Entrevista conjunta

²⁵ A informação de Durval Augusto sobre a aceitação de ferroviários negros no Grêmio dos Empregados da Companhia Paulista é singular. Até hoje é freqüente, no meio negro, a afirmação segundo a qual negros não entravam no Grêmio, mesmo os ferroviários. Em 1955, Aristides Souza Santos, Waldomiro Araújo, Wandico Norberto e um outro de nome não decifrado, todos ferroviários negros, endereçaram carta ao presidente da Cia. Paulista de Estradas de Ferro solicitando terreno da ferrovia para construção da Sociedade Recreativa dos Ferroviários Pretos da Cia. Paulista. Nessa carta, alegava-se que os pretos eram impedidos de integrar o quadro de sócios do Grêmio da Paulista de Rio Claro (ver Pereira, 2004, pp.100-102).

com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

Documento 45: A ESCOLA DE SAMBA DO TAMOIO - 1957



Fonte: acervo pessoal da família Copriva - 1957

A partir de 1957, portanto, os negros passaram a desfilar dentro do curso, diferentemente do que ocorria na época dos cordões carnavalescos negros (como já retratamos). Nesse sentido, só depois de muitos anos é que as organizações negras conseguiram conquistar lugar num espaço que era exclusivo dos brancos, qual seja, o carnaval oficial de Rio Claro pré-1957. Sobre as Escolas de Samba em 1957, o *Cidade* publicou a nota abaixo:

O Carnaval de Rio Claro teve os seus primeiros toques pelo pessoal de cor. Pela animação dessa gente é que o carnaval rioclarense mais se animou de uma forma geral. O carnaval rioclarense se impoz e criou vulto pelas magnificas Escolas de Samba... (*Cidade de Rio Claro*, de 02/03/1957).

Essa imponência que os negros passaram a conferir ao carnaval de Rio Claro, a partir do início de 1957, foi fator importante para a aquisição dos terrenos da José do Patrocínio e do Tamoio, ao final de 1957. A Voz do Morro (Escola de Samba da José do Patrocínio), e a Cacique do Samba (Escola de

Samba do Tamoio), além de expressão de identidade e de resistência negras, constituíram a moeda de troca de que dispunham os pretos em suas negociações com o poder local em Rio Claro. De acordo com todos os entrevistados, o membro político estabelecido que mais fomentou esse capital negro foi Schmidt Filho:

Achei muito interessante o que ele [Schmidt] fez... Além dele apoiar a Escola de Samba, ele ia assistir nós ensaiarmos. Dr. Augusto Schmidt Filho ia assistir nós ensaiarmos. Ele exigiu que os vereadores votassem uma verba para as Escolas de Samba... (Entrevista com Durval Augusto).

[Jair] Era um prefeito que andava na rua aí, a pé. Ele ia no Patrocínio, ia no Tamoio, onde precisasse ele ia (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

É importante sublinhar que, se se considera Voz do Morro e Cacique do Samba unilateralmente como o ingrediente reluzente do populismo de Schmidt, perde-se de vista o formato identitário-mobilizacional dessas organizações e, por conseguinte, sua capacidade de: (a) estruturar coletivamente os atores; (b) formar desafiadores (ou seja, sujeitos que elaboram e endereçam demandas coletivas aos membros políticos estabelecidos); (c) subsistir enquanto coletividade organizada – tudo isso, ressalte-se, enquanto minoria quantitativa e política, numa cidade esmagadoramente branca como Rio Claro.

Nessa perspectiva, se para os espectadores brancos como um todo, os desfiles carnavalescos das Escolas Voz do Morro e Cacique do Samba representavam “um carnaval de raça para entretenimento dos brancos” (*Cidade de Rio Claro*, de 15/02/1961), para os sujeitos dessas Escolas os desfiles significavam: (a) a celebração coletiva da identidade racial negra; (b) a demonstração do autêntico *know-how* sambista (atributo exclusivo da gente bamba); (c) e a materialização pública de um projeto completamente elaborado pelos negros, da confecção dos tamborins à performance do samba no pé.

Tanto a Voz do Morro, da José do Patrocínio, quanto a Cacique do Samba, do Tamoio, eram duas ramificações de uma mesma planta, em termos metafóricos. Consubstanciadas pela mesma identidade racial coletiva e

envolvidas na mesma luta pela construção e manutenção de espaços negros exclusivos, no mundo dos brancos, essas organizações veicularam a mesma demanda por espaços próprios ao poder estabelecido, no interior de um mesmo movimento social.

Esse movimento, por sua vez, não pressupunha homogeneidade incondicional. Acompanhemos os depoimentos sobre as diferenças existentes entre José do Patrocínio e Tamoio:

Nós ferroviários era a classe, não média alta, média média. E o Tamoio, no nosso entender, na nossa época, era classe média baixa (...) 90% da minha Escola de Samba [Voz do Morro, da José do Patrocínio] era tudo filho de ferroviário, ou senão filho [de funcionário] da Central Elétrica. (...) O pessoal do Tamoio, assim, pedreiros, enfim, 90% moravam ali pelo Buraco Quente, ali pela redondeza do cemitério (...) Grande parte [dos ferroviários] formou aquela colônia bacana lá, que tratava de Barro Preto, grande parte ali. Uma [outra] grande parte [dos ferroviários morava] ali no Bairro Operário. E eu e diversos [ferroviários morávamos] tudo no Alto da Santa Cruz, era mais ou menos assim (...) Todos ferroviários, filhos de ferroviários... (Entrevista com Durval Augusto).

O Tamoio era bem mais pobrezinho, sempre foi, mais pobre, mais humilde (...) Só que a fantasia [do Tamoio] sempre foi mais bonita (...) Na fantasia nós ganhávamos do Patrô... (Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos).

Nós nos considerávamos, nós do Patrocínio, a elite. Elite nada! Tudo igual. Mas na época tinha aquela rivalidade Tamoio e Patrocínio, Patrocínio e Tamoio, mas não tinha nada, dançava tudo pro mesmo lado. É conceito que a turma fazia né? Patrocínio, porque o José do Patrocínio era mais luxuoso. Mas achava que era mais luxuoso. Mas (...) era tudo igual... (Entrevista com Antonio Gerson Santana).

[Jair] Meu pai era do Tamoio. O Licão começou no Tamoio depois passou no [a ser do] Patrocínio. Tinha baile no Tamoio ele vinha. Ele começou até ajudar nós construirmos a sede [do Tamoio] depois ele parou, aí foi construir a do Patrocínio (...) Era tudo misturado, a pretaiada estava toda misturada (risos) (...) Seu Oswaldo Araujo [da José do Patrocínio] jogou bola no Tamoio (...) Briga, briga tinha! Quando anunciava que um ganhou [nos desfiles de carnaval], você sabe, sempre tinha aquela gozaçãozinha um com o outro, né?! (...) O Roberto do Tamoio com o Durval do Patrocínio brigavam; Zé Maria brigava com a turma do Patrocínio. A Marina? Quantas vezes brigou com o Durval, com a mulher do Durval e depois no fim, olha a Marina no Patrocínio. Dá pra entender? O Caju, quantas vezes brigou com a turma do Patrocínio, depois no fim saía no Patrocínio (risos) (...) Estou falando pra você que a turma dançava junto e, um era do

Tamoio e namorava a moça que era do Patrocínio; outro do Patrocínio namorava a moça que era do Tamoio (...) Encrenca era mais no carnaval (...) O ano inteiro juntas, tudo junto o ano inteirinho. Era no carnaval que tinha aquela rusga... (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

Esses depoimentos são relevantes para o entendimento tanto das diferenças existentes entre José do Patrocínio e Tamoio, quanto para a compreensão do tipo de interação que ocorria entre essas organizações. A afirmação segundo a qual o pessoal do Patrô era relativamente mais abastado e mais elitizado, enquanto o pessoal do Tamoio era comparativamente mais pobre e mais simples, é uma asserção mais ou menos geral entre a coletividade negra local. No entanto, parece que essa diferenciação ocorria mais no plano do imaginário do que em termos de poder aquisitivo de fato.

Rio Claro não assistiu à formação de uma classe média alta negra no período em estudo. Profissionalmente, o grau máximo que o negro rioclarense poderia atingir era o de ferroviário, já que a porta da ascensão social via comércio, via profissões liberais e de colarinho branco encontrava-se fechada para ele. Assim, José do Patrocínio e Tamoio não poderiam estar em patamares sócio-econômicos distantes.

Cabe aqui acompanhar a análise comparativa de Andrews sobre os negros em ascensão e os negros relativamente menos abastados da capital paulista:

os membros dos grupos de Carnaval eram em geral da classe operária, e os afro-brasileiros que aspiravam a situação da classe média achavam que suas ambições não seriam particularmente bem vistas se pertencessem a essas organizações “populares”. Entretanto, os negros em ascensão eram rigorosamente barrados dos clubes sociais e das sociedades de dança dos brancos, uma situação que continua vigindo até hoje em São Paulo. **Os afro-brasileiros que desejavam se manter à parte do povo negro estabeleciam seus próprios clubes sociais, que proliferaram na capital e nas principais cidades do interior no início deste século** [século XX]. Luvas Pretas foi a primeira dessas sociedades, fundada em 1904, e a ela logo se juntaram outras: a Kosmos, fundada em 1908, o Elite Club, o Smart Club etc. A Orientação destas organizações e as esperanças e aspirações de seus membros aparecem claramente, e com freqüência de maneira comvente,

nos jornais e colunas sociais que eles deixaram para trás como um registro de suas atividades. Os próprios nomes de suas organizações indicam como eles se enxergavam, ou desejavam se enxergar: a elite, o grupo inteligente (Andrews, 1988, 220) [grifo meu]²⁶.

O caso de Rio Claro levou-nos à uma constatação diferente da de Andrews sobre os clubes negros de São Paulo e do interior. Em Rio Claro, o pensar-se como classe média da Sociedade José do Patrocínio não a afastou das atividades carnavalescas. Além disso, os relatos dos depoentes que falaram sobre a José do Patrocínio e sobre o Tamoio apontam muito mais para a existência de interação identitária entre os componentes dessas sociedades, do que para uma separação cabal entre os mesmos. Tendo em vista o interior de São Paulo como um todo, acreditamos que os clubes sociais negros se constituíram muito mais em espaços de integração de negros de diferentes situações sócio-econômicas, do que em espaços exclusivos da elite negra.

Antes da construção das sedes sociais da José do Patrocínio e do Tamoio (na segunda metade dos anos 1960), em várias ocasiões, as duas organizações brincaram seu carnaval de salão juntas no Ginásio Municipal de Esportes de Rio Claro. O depoimento que segue o confirma:

[Jair] *Carnaval de 57 dançamos no Ginásio de Esportes, as duas Escolas de Samba junto. Dançamos muitas vezes as duas Escolas de Samba junto lá, e nunca teve uma briga. É, dançava junto lá, a briga era só na rua... Se encontrasse na rua as duas Escolas de Samba brigavam. Dançavam a noite inteira junto, não tinha briga, não tinha nada...* (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

Por outro lado, José do Patrocínio e Tamoio também dançaram seu carnaval intra-muro separadamente, antes da construção de suas sedes sociais (*Diário do Rio Claro e Cidade de Rio Claro*). De todo modo, não encontramos notícias jornalísticas sobre as brigas de rua entre as duas organizações mencionadas por nossos entrevistados. Entretanto, acompanhemos a nota publicada pelo *Cidade*, acerca da confusão que os brancos provocaram no baile carnavalesco da gente “de cor”, em 1961:

²⁶ Sobre a análise de Andrews acerca das organizações da elite negra na América Afro-Latina,

O TEMPO ESTEVE QUENTE NO GINASIUM NA SEGUNDA NOITE DE CARNAVAL

A polícia foi obrigada a intervir numa ocorrência na segunda noite de carnaval do Ginásium. É necessário que se saliente este detalhe: os bailes do Ginásium pertencem à coletividade de cor, porém, a ocorrência policial foi provocada por brancos. Vale no caso o “slogan” do carro da Faculdade – “Em festa de inhambu, mutum não entra”. Na realidade os “mutuns” empanaram o brilho da festa dos “inhambus”. Um cidadão excedeu-se. O investigador Alberto Bizarro entrevistou às visitas do dr. Paulo Gnipper para reestabelecer a ordem e a segurança (*Cidade de Rio Claro*, de 14/02/1961).

É importante sublinhar que o transcorrer das negociações para a construção das sedes da José do Patrocínio e do Tamoio foi uma oportunidade para o reavivamento das críticas à “desunião da raça negra” em Rio Claro. A matéria a seguir o demonstra:

Movimento encetado para a construção da sede do Tamoio

Realizou-se ontem à noite na Associação Comercial uma reunião de associados e admiradores do Tamoio para se estabelecer um programa de diretrizes da campanha que vai ser encetada pro-construção da sede própria. É uma velha aspiração da coletividade negra de Rio Claro. **Nunca se conseguiu êxito dada à desunião da raça, repartida em duas agremiações quando a sua possibilidade mal comporta uma única agremiação.** Apesar disso, nasceu paralelamente um movimento esparso de ensaio para a destruição do movimento, amparado por elementos ingenuos que não atinam com o fato de estarem as raras e talvez últimas possibilidades de benefício social à coletividade negra, nessa união pela qual se luta em torno do Tamoio.

O programa de diretrizes incluirá a realização de quermesses, sorteios, exibições inclusive de escolas de samba e finalmente empréstimo da Caixa Econômica do Estado através do esforço do deputado José Felício Castellano.

A reunião de ontem contou com as presenças de apoios dos srs. Syllas Bianchini, vereador, Ribeiro Mancuso, jornalista; José Rodrigues Jordão Filho, vereador e sr. Thomas Mazzioti, chefe de gabinete da prefeitura (*Cidade de Rio Claro*, de 28/04/1961) [grifo meu].

Esse texto permite desdobramentos cruciais para a compreensão do relacionamento político entre as organizações negras e o poder local em Rio Claro, especialmente nos anos 1960.

Note-se que, de acordo com a matéria, a explicação para a ausência de uma sede social negra em Rio Claro residia na própria desunião da raça no contexto local. Essa afirmação tem suas bases no que já indicamos por mito da desunião racial negra neste trabalho. Mas tal afirmação continha em si própria a refutação desse mito, já que, diferentemente do que declarava a matéria, os negros conseguiriam, sim, levantar as paredes de suas duas sedes e tocar adiante suas duas agremiações de raça em Rio Claro. Era preciso, pois, não acreditar no mito.

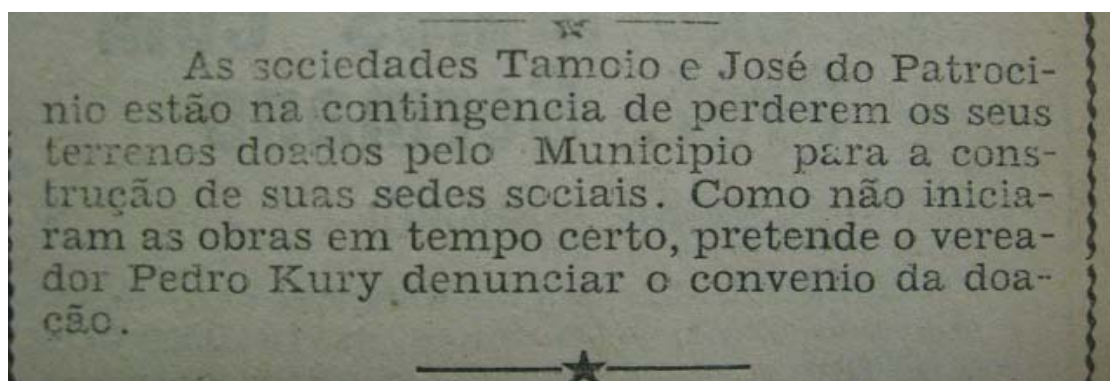
Note-se que a matéria faz referência explícita ao Tamoio e implícita à José do Patrocínio. Nas entrelinhas do texto, a José do Patrocínio era a responsável pela criação de um “movimento esparso de ensaio para a destruição do movimento”, uma vez que a organização insistia em não se unir à “luta em torno do Tamoio” para a construção de uma única sede.

Na reunião, a presença dos vereadores Syllas Bianchini e Rodrigues Jordão Filho, do chefe de gabinete Thomas Mazzioti e do jornalista Ribeiro Mancuso, redator do *Cidade*, indicam que a questão da construção dos espaços da raça em Rio Claro envolvia interesses político-eleitorais. As entrevistas nos orientaram de maneira singular nessa questão, levando-nos a compreender que Ribeiro Mancuso era o político ligado ao Tamoio (além de jornalista e radialista, Mancuso também foi vereador na cidade), e que Syllas Bianchini era o político ligado à José do Patrocínio. Tudo indica que a matéria sobre a campanha para a construção da sede da coletividade negra pelo Tamoio, acima reproduzida, foi escrita por Ribeiro Mancuso. De acordo com Davids, não por acaso o negro rioclareense foi “eleitor cobiçado, base eleitoral segura e disputada” no plano local (Davids, 1966, p.48).

Essa dependência das organizações negras para com os políticos ligava-se à situação de marginalidade sócio-econômica enfrentada pelo negro em Rio Claro. Dessa forma, com a cessão de terrenos do município para a José do

Patrocínio e para o Tamoio, em 1957, tinha início um novo desafio para essas organizações: reunir recursos materiais e humanos suficientes para a construção das respectivas sedes. Ademais, era preciso correr contra o tempo para não perder até mesmo o que já havia sido conquistado:

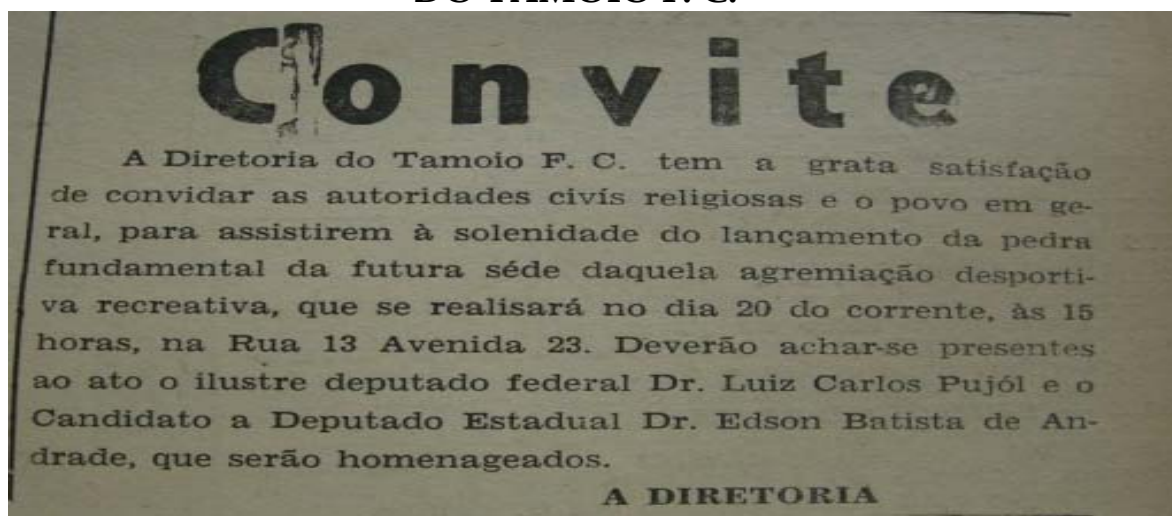
Documento 46: AMEAÇA DE PERDA DE TERRENOS DAS ORGANIZAÇÕES JOSÉ DO PATROCÍNIO E TAMOIO



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 05/04/1964.

Antes dessa ameaça, contudo, as duas organizações já haviam lançado, cada qual, a pedra fundamental de suas sedes. Sobre os respectivos lançamentos, encontramos o material abaixo:

Documento 47: LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO TAMOIO F. C.



Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 20/09/1958.

Documento 48: LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO ²⁷



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1961²⁸.

A presença de autoridades políticas nas solenidades de lançamento da pedra fundamental tanto da José do Patrocínio, quanto do Tamoio, patenteia a condição de grupo excluído do poder de ambas as sociedades, extremamente dependentes do poder local no tocante ao desenvolvimento dos seus projetos coletivos de raça. Por outro lado, não bastou depender com exclusividade dos membros políticos estabelecidos para atingir o “sonho da casa própria”. José do Patrocínio e Tamoio tiveram que elaborar e manter campanhas sistemáticas para arrecadação de fundos, de materiais de construção, enfim, de tudo quanto fosse necessário à construção de suas sedes próprias. Os textos a seguir são sintomáticos desse processo:

²⁷ De acordo com o entrevistado Durval Augusto, a pedra fundamental da José do Patrocínio já havia sido lançada anteriormente à solenidade da foto acima. De todo modo, reproduzimos tal imagem no trabalho por ter sido a única encontrada sobre o assunto, e não por questões de legitimidade ou veracidade (ver Pereira, 2004, p.113).

²⁸ Ver também Pereira, 2004, p.114.

Vai bem a campanha pró-sede da Sociedade José do Patrocinio

Na ultima quinta-feira tivemos oportunidade de sentir a grande satisfação reinante entre os corretos elementos da Sociedade Beneficente e Recreativa "José do Patrocinio". O presidente sr. Antonio Araujo Filho veio nos comunicar essa satisfação, mostrando-nos o "Livro de Ouro" da campanha encetada pró-sede daquela sociedade que goza de bom nome e prestígio entre os rioclarenses. Realmente, o movimento está sendo muito bem sucedido. Grande numero de firmas industriais e comerciais da praça, pequenas e grandes, mas todas com o seu valor, contribuindo para o progresso local, assinaram e a maioria pagou, no ato, as importancias doadas. Os amigos da sociedade que não ofertaram dinheiro, contribuíram com materiais de construção, tijolos, telhas, cal, etc. Notamos no livro o oferecimento de dias de serviço, sem duvida valioso apoio. A "José do Patrocinio" sente-se satisfeita com a atenciosa cooperação da gente de Rio Claro e agradece aos bons amigos pelo grande incentivo que se Deus quizer permitirá a construção da sede propria em terreno doado pela Prefeitura Municipal (*Diário do Rio Claro*, de 05/04/1961).

AMANHÃ SERÁ COROADA A RAINHA DO TAMOIO

Durante festivo baile abrilhantado por Kim e seu Octeto Plaza, será coroada amanhã à meia noite a Rainha do Tamoio, senhorita Mercia dos Santos.

No grande concurso realizado a senhorinha Mercia obteve 21.300 votos, sendo secundada pelas seguintes princezas: Laurinda Vicente com 8 mil votos; Helena Maria dos Santos com 6.500 votos; Neide M. Silva com 2.800 votos e Neide Silva com 2.500 votos.

A arrecadação será destinada à construção da sede propria do clube (*Cidade de Rio Claro*, de 17/11/1961).

As candidatas do Tamoio não vendiam votos, e sim

cupons numerados dando aos contribuintes o direito de concorrerem ao sorteio de uma geladeira e de uma lambreta. Ambos os premios foram facilitados pela FRANIPA, por gentileza do seu diretor sr. Thomaz Mazzioti (*Cidade de Rio Claro*, de 30/09/1961).

O Tamoio também desenvolveu uma série de quermesses na cidade, com o objetivo de angariar fundos para a construção de sua sede própria. Essas campanhas pró-sede foram iniciativas negras para atrair recursos dos brancos, basicamente. Em outras palavras, era preciso chamar para si recursos daqueles a quem a própria estrutura social de Rio Claro havia privilegiado,

sistematicamente. Portanto, a construção dos espaços negros na cidade pressupôs a “colaboração” dos brancos, senão por seu interesse político estratégico, por sua “benevolência caritativa”. De todo modo, como observa Oracy Nogueira, a contribuição branca nos projetos negros indica

a persistência de uma tendência paternalista que, associando a idéia de proteção ou amparo com a atitude de abstenção em relação à convivência ou à participação nas respectivas atividades [desenvolvidas pelos negros], não deixa de revelar uma forma sutil de preconceito, com o qual não são incompatíveis a simpatia e o interesse recíprocos (Nogueira [1955] 1998, p.181).

Porém, José do Patrocínio e Tamoio possuíam, cada qual, o seu quadro de sócios contribuintes, antes mesmo da construção de suas sedes sociais. As notas jornalísticas e o depoimento, abaixo, o atestam:

A Sociedade Beneficente Recreativa José do Patrocínio

A Sociedade Beneficente Recreativa José do Patrocínio, comunica que as inscrições para novos sócios em seu quadro social terminarão no próximo dia 15 de Outubro, ficando até esse prazo os interessados isentos de pagarem joia.

Findo o mesmo terão que pagar a respectiva joia.

A DIRETORIA

(*Diário do Rio Claro*, de 08/10/1966).

Tamoio aumenta mensalidade

A diretoria do Tamoio resolveu aumentar as mensalidades a partir do dia 1 de Janeiro. Agora é de 500 cruzeiros em vista da demanda das obras da sede própria em construção. A informação nos foi prestada pelo presidente Osvaldo Ventura Dumas (*Cidade de Rio Claro*, de 14/01/1966)

Eu me lembro muito bem que meu pai, José Barbosa, saía com a caixinha na bicicleta dele, era uma caixinha que tinha divisões, que era um tanto para receber do Tamoio, mensalidades dos associados do Tamoio, e a [a outra] metade [da caixinha] era para receber da Irmandade de São Benedito ²⁹ (...) *Ele saía com a bicicletinha dele aos domingos para fazer esse trabalho aí, voluntário, né?* (Entrevista com Sonia Benedita Barbosa de Souza).

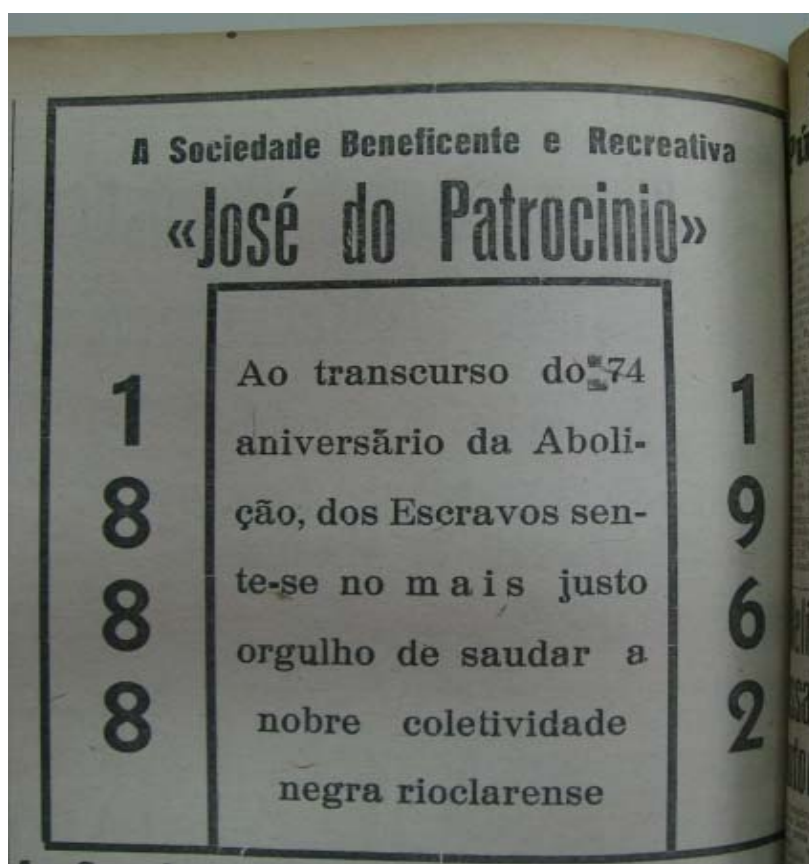
²⁹ A Irmandade de São Benedito de Rio Claro merece um estudo específico, por se tratar de uma entidade regulada pelo poder da igreja católica. Objetivamos estudá-la posteriormente.

Antes e durante a construção de suas sedes próprias, que passaram a ser ocupadas, em definitivo, a partir de 1967, foi intensa a efervescência dessas organizações em termos de programações sociais da raça. Tais atividades, ressalte-se, foram desenvolvidas no que designamos por espaços intermitentes da raça. Mesmo sem sede própria, José do Patrocínio e Tamoio foram o centro das atenções nos carnavais locais, elegeram suas rainhas e bailaram na comemoração de seus aniversários de fundação, com regularidade.

Nesse período pré-sede, a José do Patrocínio participou do requintado concurso Boneca de Café em São Paulo ³⁰; realizou concursos para a eleição da Jóia Negra, tanto de Rio Claro quanto do Estado de São Paulo; participou do concurso Miss Escurinha do Interior em Campinas; realizou o I Festival da Criança Negra, onde foi eleita a Princesinha Negra, etc.. A organização também rendeu homenagens à raça negra, a exemplo do que segue:

³⁰ Assim como a José do Patrocínio, o clube negro Renascença, do Rio de Janeiro, lançou candidata ao concurso Boneca de Café de 1962. Sobre o Renascença Clube enquanto espaço plural de identidade e de luta negras, ver Silva, 2000.

Documento 49: SAUDAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO À COLETIVIDADE NEGRA DE RIO CLARO



Fonte: *Diário do Rio Claro*, de 13/05/1962.

Abolição

Estamos próximos do Baile da Abolição que a Sociedade José do Patrocínio pretende realizar no Grupo Ginástico. Foi contratada uma boa orquestra de Araras. Virão representações de várias cidades vizinhas.

A raça preta vai render homenagem a um deputado de cor, Esmeraldo Tarquínio. Vai haver o Banquete da Abolição, no qual estará presente o parlamentar santista (*Cidade de Rio Claro*, de 22/05/1965).

Mas a organização também homenageou um branco, pela aplicação de lei de combate ao racismo em Rio Claro. Acompanhemos o caso:

MOVIMENTO POLICIAL

Foi ter ontem a Delegacia, o casal Benjamin e Nadir Galvão, residente à rua 6. av.26 Benjamin é barbeiro, possui um salão naquele endereço. Ontem recebeu um cidadão de cor preta que desejava barba e cabelo. Benjamin negou-se a atendê-lo. O preto procurou a polícia seguindo para o local 2 praças para intimar

ao barbeiro o cumprimento da lei Afonso Arinos, que proíbe discriminação racial. O barbeiro manteve a recusa intervindo nessa altura sua esposa Nair que exaltada, desacatou os soldados. O Dr. Nestor Penteado determinou a detenção de ambos (*Cidade de Rio Claro*, de 28/02/1964).

MOVIMENTO POLICIAL

Os barbeiros detidos foram ouvidos pelo Dr. Nestor Penteado. Todos se desculparam ouvindo oportuna preleção sobre a Lei Afonso Arinos e prometendo fiel observância aos seus dispositivos. Nenhum caso mais dessa natureza até o momento (*Cidade de Rio Claro*, de 29/02/1964).

No mês de maio, na ocasião do 76º aniversário da promulgação da Lei Áurea, a José do Patrocínio realizaria uma série de atividades comemorativas voltadas especificamente para a coletividade negra local (e não para a princesa Isabel). O delegado Nestor Penteado seria então homenageado, no último dia do evento:

76.o aniversário da promulgação da Lei Áurea

(...) Dia 31 - Banquete de confraternização. - Homenagem ao Delegado de Polícia Dr. Nestor Penteado pela atuação em defesa dos direitos do negro - Lei Afonso Arinos de 3 de Julho de 1951 (*Diário do Rio Claro*, de 29/04/1964) .

Em função do racismo, o delator negro desse episódio certamente já calculava, de antemão, que lhe negariam atendimento numa barbearia de brancos. Dessa maneira, mais do que fazer barba e cabelo, a intenção do reclamante provavelmente era criar uma situação constrangedora e coativa para os racistas anti-negros da cidade como um todo. Tratava-se, assim, de mostrar ao branco rioclareense que os tempos eram outros, e que ele realmente corria risco de detenção se praticasse o “preconceito de cor” – uma vez que os negros já contavam com um instrumento legal de combate à discriminação de raça no Brasil. Não nos restam dúvidas de que o desfecho do episódio causou grande satisfação na coletividade negra rioclareense como um todo, cada vez mais cônica de que, depois da Afonso Arinos, era possível tentar impor limites a quem, historicamente, tanto lhe restringia direitos. A lei não podia fazer com que o racista deixasse de ser racista, mas podia, mediante denúncia, criar-lhe constrangimento institucional.

Não foi possível saber se a vítima (de nome não declarado na imprensa) tinha ligação com as organizações negras locais da época, da mesma maneira que nada conseguimos saber a respeito das motivações que levaram o delegado local a aplicar a Afonso Arinos em Rio Claro, chegando mesmo a deter os acusados. Contudo, é coerente afirmar que o momento político nos planos local, nacional e internacional (Schmidt, o “político da causa negra” havia sido reeleito prefeito de Rio Claro em 1963; denúncias formais contra o racismo pululavam por todo o país³¹; uma série de lutas raciais ocorria nos Estados Unidos e na África do pós-guerra³²), e a consistência organizativa da coletiva negra rioclarense de então, foram forçando o poder local a dialogar com os negros de maneira menos verticalizada, gradativamente.

Além disso, tinha continuidade a luta negra rioclarense por ocupação de cargo político no executivo local, iniciada com Wandico Norberto em 1947 (conforme mencionado no início do capítulo). Nas eleições municipais de 1963, Waldomiro Araujo, ferroviário e diretor da José do Patrocínio (ele aparece na foto do lançamento da pedra fundamental da sociedade, ao centro, segurando a pedra e olhando para frente), lançou-se na corrida eleitoral como candidato a vereador em Rio Claro, pelo PSB. Dos 19 candidatos apresentados pelo partido na ocasião, Waldomiro foi o quinto mais votado, com 106 votos, o que o tornou suplente de vereador na cidade. Todavia, após a vitória do movimento político-militar de 1964,

os reflexos da ditadura militar logo se fizeram sentir em Rio Claro. Em sessão extraordinária, realizada a 11 de abril de 1964, a Câmara de Rio Claro aprovou um projeto sobre cassação de mandatos de vereadores e extinção de suplências. A justificativa para o feito foi dada com base no argumento de que “a militância política de vereadores comunistas ou que

³¹ Em setembro de 1964, o *Cidade de Rio Claro* publicou nota intitulada “**Garrincha queixa-se de ódio racista**”, na qual constava o seguinte: “RIO – “Querem transformar São Paulo na Dalas Nacional, mas não permitiremos a importação do ódio racista, vergonha dos norte-americanos” – declaram “Garrincha” e Elsa Soares, a propósito do incidente ocorrido no Hotel Lord, na capital paulista. Mané e Elsa voltarão a São Paulo, no dia 24 deste mês, exclusivamente para depor no 3.o Distrito Policial contra o recepcionista José dos Santos Silva” (*Cidade de Rio Claro*, de 17/09/1964).

³² Especialmente na década de 1960, as lutas raciais ocorridas nos Estados Unidos e na África foram freqüentemente noticiadas em ambos os jornais pesquisados (ver *Cidade de Rio Claro e Diário do Rio Claro*, anos 1960).

defendam princípios que não coadunam com o movimento de redemocratização em curso no país” (*Diário do Rio Claro*, de 12/04/1964, apud Pereira, 2004, p.145).

Através desse projeto foram cassados na cidade os mandatos de Irineu de Oliveira Prado e Annibal Fusetti, ambos do PTB. No total, foram declaradas extintas as suplências de três representantes do PTB, de um do PR, e de treze do PSB. Entre os últimos estava Waldomiro Araujo, o candidato negro que havia concorrido ao cargo de vereador em 1963 pelo PSB... (Pereira, 2004, pp.145-146).

Não obstante, o advento da ditadura militar em 1964 não golpeou a mobilização negra pela construção dos espaços da raça em Rio Claro³³. Se o regime de 1964 tivesse extinguido os partidos políticos, o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais, e, conseqüentemente, o exercício do voto, como ocorreu no Estado Novo, a mobilização negra em estudo provavelmente teria sido liquidada.

O Tamoio também desenvolveu uma série de atividades para a coletividade negra antes da construção de sua sede social. Tanto o Baile das Flores quanto o Baile do Ipê, por exemplo, eram realizados regularmente pela organização, em maio e em agosto de cada ano, respectivamente.

Tendo em vista os jornais analisados, parece-nos que o Tamoio dependia relativamente mais dos políticos locais, ou seja, do amparo dos brancos, do que a José do Patrocínio. Um sinal dessa dependência comparativamente mais acentuada pode ser visto considerando-se bailes e coquetéis do Tamoio, nos quais eram freqüentes as homenagens a autoridades políticas da cidade. A matéria seguinte sintomatiza o processo:

Tamoio reuniu poderes

O Tamoio conseguiu ontem reunir os poderes municipais nas obras de sua sede social na Rua 13 com Avenida 23.

A comunidade de cor ofereceu um coquetel a que se fizeram presentes expressões políticas, administrativas e sociais

³³ Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, com o clube negro Atenas em Cuba, extinto em 1961, após a instauração do regime revolucionário de Fidel Castro em 1959. De acordo com o governo revolucionário do país, tal regime não poderia fomentar nem o racismo anti-negros, nem o racismo anti-brancos, já que os dois tipos de racismo constituíam expressão anti-revolucionária, anticomunista e pró-Yankee. Em meados dos anos 1960 os afro-cubanos haviam perdido seus clubes, sua imprensa e, igualmente, a oportunidade de publicar matérias sobre questões raciais nos jornais cubanos como um todo (ver Fuente, 2001) .

de Rio Claro, destacadamente Prefeito Augusto Schmidt Filho, Antonio Maria Marrote, presidente da Câmara, deputado Jose Felício Castelano, vereador Januario Silvio Pezzotti, jornalista Cecy David, diretora do Diário do Rio Claro, sra Zey Barberio, Dr. Jose Eduardo Leite, diretor da UDAM e outros representantes de entidades.

Em nome do Tamoio, a sua rainha, srta. Edneia, fez oferta do coquetel discursando inicialmente. Falaram em seguida o Prefeito propondo maior apôio para a construção da sede, o vereador Manoel Jose Silva anunciando sua disposição de apresentar proposição à Câmara para consignação de verba destinada à obra, e finalmente o vereador Ribeiro Mancuso agradecendo em nome do Tamoio.

As 19 horas, prefeito e vereadores se retiraram para outros compromissos sociais (*Cidade de Rio Claro*, de 26/09/1965).

É fundamental salientar que, se se compreende tal processo enquanto função do puxa-saquismo do negro para com o branco, perde-se de vista o empreendimento coletivo histórico que os negros levaram adiante para construir espaços próprios da raça em Rio Claro. Para isso, foi necessário, em maior ou menor grau, elaborar estratégias para que os detentores do poder não virassem as costas para as organizações negras, especialmente quando, depois de décadas, o longo “sonho da casa própria” estava a ponto de se tornar realidade para os negros. Os depoimentos acerca da construção das sedes do Tamoio e da José do Patrocínio, profundamente emotivos, retratam a saga dos negros para levantar os “alicerces da raça” em Rio Claro:

[Jair] *A construção do Tamoio foi pesada. Era domingo, sábado, domingo... Nós íamos trabalhar, eu, meu pai, Osvaldo Ventura Dumas, que é irmão do Santinho, meu sogro, Benedito Luis Andrade, o seu Benedito Moraes, tinha lá o José Verito Nascimento, que era o pai da Dagmar, do Zé Luis... quem mais ia lá trabalhar? O filho do Dumas também ia lá, Odair Ventura Dumas (...) Era umas 10, 12 pessoas que trabalhavam lá. Tudo de fim de semana. Às vezes quando algum entrava de férias, então ia durante a semana trabalhar. O seu Francisco Franco Arruda, que era o pai do Celso com o Casimiro, ele vinha de São Paulo quando ele estava de férias, ele vinha de São Paulo aqui ajudar nós trabalharmos aqui. Ficava ai a semana inteira, durante a semana toda trabalhando ai. E erguemos tudo ali. A prefeitura ajudou fazer uma viga que tem em cima do palco lá, coisa que para nós fazermos era impossível. Só trabalhávamos de final de semana, nós não tínhamos máquina, não tinha, então a prefeitura fez [a viga]. Dr. Augusto Schmidt Filho mandou lá uns pedreiros da prefeitura e fizeram aquilo lá. Do resto ali foi tudo nós que fizemos. Os tijolos ali nós compramos tudo. Tijolo ali foi oriundo de uma rifa que o*

seu falecido Luis de Moraes inventou, uma rifa lá. Era uma lambreta e uma geladeira na rifa (...) Aí com o dinheiro da rifa nós compramos tijolo, numa cerâmica de Batovi, não me lembro o nome da cerâmica. Arrumávamos caminhão, nós íamos lá buscar o tijolo. Seu Sebastião, como é que era o sobrenome dele? Pai do Pita, do Celso... Então ele dava o caminhão, ele ia com o caminhão, né? Ia lá buscar. Ele falava “trabalhar eu não venho, mas se vocês precisarem do caminhão aí eu vou lá buscar”. Então íamos lá, carregava o tijolo, trazia, descarregava (...) Depois compramos madeira... não, a madeira a prefeitura deu. O madeiramento o Dr. Augusto Schmidt Filho deu. Aí só pagou o carpinteiro pra fazer aquilo lá, comprou telhas e pagou carpinteiro... (Entrevista conjunta com Jair Francisco e Leoneta de Lourdes Andrade Francisco [Leoneta, em memória]).

Os materiais nós saímos pedindo. Olha, saímos pedindo para essas olarias de Batovi, essas aí da redondeza. Aqui nós pedimos em todas, e tivemos sorte, ganhamos bastante tijolo (...) Nós tínhamos uma diretoria dinâmica, viu?! (...) De 58 a 66, cada ano nós fazíamos um baile de aniversário e sem interrupção, todo ano nós fazíamos um baile. Quando foi em 66 [1967] nós fizemos um baile onde está construído o José do Patrocínio, nós construímos o José do Patrocínio. Gente pedindo... pedia tudo, pedia tijolo para tudo quanto era gente. E eu não sei por que nós tínhamos sorte e ganhava tijolo, quando não tinha condição o prefeito Schmidt Filho [ajudava] né (...) Era fim de semana, todos punham a mão na massa (...) Precisava de parafuso... saía procurar, precisava de uma chapa pra emendar vigota, saía para procurar e trazia, chegava lá (...) Alguns estava vendo o que estava acontecendo depois disso de inaugurar em 66 [1967]. Aí o pessoal juntou, aí nós fazíamos festa das crianças, festa junina, aí começou a rainha das flores, rainha dos veteranos... debutantes (...) Então o que o branco fazia nós fazíamos também, não copiando (...) Tinha a nossa sociedade. Então o que eu ia fazer lá [na sociedade dos brancos]? Nós fazíamos coisas boas, não porcaria (...) Então vou dizer pra você que não percebi o racismo, porque não ia lá (...) Nosso objetivo era educar os nossos patrícios para que crescessem gente, e não porcaria... [Entrevista com Oswaldo Araujo] (Pereira, 2004, pp.136-137).

Das entrevistas, pudemos extrair que tanto a José do Patrocínio quanto o Tamoio haviam atingido, cada qual, uma média de 200 sócios logo depois que suas sedes ficaram “prontas” em 1967. Ocorre que, para driblar o problema da falta de espaço próprio, ambas começaram a ocupar suas sedes antes mesmo do término das obras, sobre o que segue depoimento:

Todos que eram envolvidos na diretoria, o sonho era ver a sede própria. E meu pai José Barbosa [do Tamoio] não teve esse gosto de ver porque ele ficou doente e, no final de 1966 ele faleceu, e o primeiro carnaval [com festa dentro da sede] foi em 1967. Então ele não teve esse prazer de ver. Quando ele faleceu estavam começando a fazer alicerce, a levantar as paredes. Então ele não chegou a ter esse prazer, esse gosto de ver a sede do Tamoio, né? E as duas sedes [a do Tamoio e

a da José do Patrocínio] foram levantadas, erguidas no mesmo período (...) Daí o carnaval [de salão] em 1967 já deu para ser [realizado] na sede. Não estava ainda concluída, mas... (Entrevista com Sonia Benedita Barbosa de Souza).

É importante ressaltar a importância das mulheres negras na construção e na manutenção dos espaços fixos da raça em Rio Claro. Esse grupo teve papel fundamental na estruturação humana e material dos inúmeros bailes, almoços, coquetéis, festivais... da raça - antes, durante e depois da construção das sedes. A partir das entrevistas constatamos que Floriza Araujo, pela José do Patrocínio, e Iracema de Paula, pelo Tamoio, foram grandes expoentes na confecção de programações personalizadas para a coletividade negra em Rio Claro.

As duas sedes de que se trata foram construídas em terrenos muito próximos, de modo que do Patrô (sede da José do Patrocínio) era possível visualizar o Tamoio, e vice-versa. O Patrô foi construído defronte ao cemitério municipal, numa localidade conhecida por Buraco Quente (posteriormente bairro Consolação), e o Tamoio foi construído no bairro do Estádio. Ambas as localidades eram, na época, regiões bastante afastadas do centro de Rio Claro.

Cabe observar que o circuito das sociedades não-brancas também era integrado pela Associação Cultural Beneficente Nipo Brasileira de Rio Claro, que tinha sua sede social situada a cem metros do Patrô. Assim como a José do Patrocínio e o Tamoio, a Nipo havia recebido terreno da prefeitura de Rio Claro para construir sua sede própria, também em 1957. Todavia, diferentemente do ocorrido com as primeiras, a Nipo conseguiu construir sua sede social já no final dos anos 1950 - certamente em função da situação sócio-econômica mais bem estabelecida dos japoneses e descendentes em relação aos negros em Rio Claro. Acompanhemos um depoimento sobre os momentos de interatividade verificados entre Patrô, Tamoio e Nipo, sempre em época de carnaval, na ocasião das visitas carnavalescas:

Geralmente era primeiro a turma do Patrô que ia lá pro Tamoio. Daí eles até voltavam [do Tamoio para o Patrô] junto com a gente (...) E fazia daí a visita no Patrô... (Entrevista com Sonia Benedita Barbosa de Souza).

A gente já ia tudo num bloco bem grande, cantando, dançando. Todo mundo já combinava: tal hora nós vamos sair para fazer visita! Então (...) um ia chamando o outro. Carimbava-se a mão para poder voltar depois, e daí a gente atravessava o campo ali e ia lá, dançava, fazia a maior festa lá no Tamoio e no Patrô. Depois passávamos na Nipo, que era muito gostoso, muito divertido. A gente dançava lá bastante com eles, eles eram muito alegres e [ofereciam] uma recepção muito gostosa. Dançavam muito engraçado e a gente entrava na deles, dançava igual a eles. Era muito gostoso, muito gostoso mesmo (...) Eles ficavam assim contagiados com o pessoal que chegava lá, e abraçava, e a gente formava assim aquelas [correntes], um abraçado com o outro assim, e ia pra lá, ia pra cá, e fazia passos... Eles entravam na da gente, e a gente entrava na deles... (Entrevista com Sonia Benedita Barbosa de Souza).

Esse circuito carnavalesco dos não-brancos só passou a ocorrer depois que José do Patrocínio e Tamoio passaram a ocupar suas sedes. Em 1967, como mostramos, chegava ao fim a angústia histórica dessas organizações relacionada à falta de espaços próprios da raça em Rio Claro. Para abandonar definitivamente os espaços intermitentes da raça e alcançar a “terra prometida”, os negros rioclarenses tiveram que se mobilizar dos anos 1930 (quando nasce o novo movimento negro no plano local) ao final dos anos 1960, sempre resistindo, enquanto minoria quantitativa e política, ao racismo e à discriminação do mundo dos brancos.

No ressurgimento do movimento negro local, a partir de 1945, a raça passou a ser uma força motriz fundamental para as organizações em estudo, especialmente no tocante às conquistas coletivas que só puderam ser alcançadas depois da reabertura política do país. A partir daí, dando continuidade à sua mobilização de raça, os negros rioclarenses conseguiram: fazer-se representar nas primeiras eleições municipais ocorridas após o fim do Estado Novo, por meio da candidatura de Wandico Norberto ao executivo de Rio Claro, em 1947; quebrar a “monotonia” do carnaval oficial e conquistar terrenos do município em 1957; ocupar definitivamente suas sedes sociais próprias em 1967³⁴. Por isso, especialmente nesse período, raça foi sinônimo de conquista para a coletividade negra rioclarense.

³⁴ Lembremos que o Centro Cívico Luiz Gama havia sido fundado em 1937.

Além disso, em Rio Claro - diferentemente do que constatou Guimarães para o contexto brasileiro entre os anos 1930 e 1970 (Guimarães, 2002, p.51) -, a categoria raça não foi abolida do discurso popular, nem entre os pretos nem entre os brancos. Tendo em vista as organizações estudadas, raça significou - além de identidade - instrumento de aquisição de espaços de propriedade negra e instrumento de luta contra a discriminação racial. Muito antes dos anos 1970, a coletividade negra rioclarenses já havia abraçado a raça com gosto, ao invés de fugir dela.

Aplicando o modelo do Processo Político à nova fase do movimento negro rioclarenses, iniciada a partir de 1945, verificamos que as organizações negras, ainda sob **pressão** (*constraint*) do racismo e da discriminação, conseguiram se beneficiar coletivamente de duas **oportunidades políticas** (*political opportunities*), a saber: (a) a reabertura política do país, instaurada após o fim do Estado Novo e; (b) o formato da governabilidade de Schmidt no plano local, caracterizado pela aproximação das massas. Tais oportunidades políticas correspondem ao que denominamos, neste trabalho, externalidades favoráveis.

Reiteramos que o clientelismo verificado entre as organizações negras rioclarenses, de um lado, e Schmidt, de outro, não esvaziou as primeiras de seu caráter de movimento social, já que o sistema de barganhas processado entre as partes não pôs termo às demandas e reivindicações negras (que ainda persistem atualmente em Rio Claro). A análise de Kerbaudy ajuda a pensar tal processo:

paralelo ao clientelismo tradicional, cujo conteúdo personalista dá ao voto um caráter de lealdade e confiança, surge o **clientelismo de demandas grupais, cuja base se estrutura a partir da mobilização política de categorias sociais específicas** (...) Até mesmo a estrutura política moderna (partidos, sindicatos e burocracia) pode assumir o formato da mediação clientelista: do clientelismo vertical passa-se ao clientelismo horizontal (Kerbaudy, 2000, p.33) [grifo meu].

Todavia, nenhuma pressão seria driblada e nenhuma oportunidade seria aproveitada pelo movimento na ausência de **processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social** (*collective processes of interpretation, attribution and social construction*) - ou seja, sem que os atores do movimento

negro rioclarense estivessem solidamente conectados em identidade, cognição e subjetividade.

Uma vez construídas as sedes da José do Patrocínio e do Tamoio em Rio Claro, a velha guarda negra havia deixado um legado de valor inestimável para a geração negra dos anos 1970. Os antigos conquistaram terreno, prepararam-no e erigiram as paredes das suas sociedades exclusivas, material e simbolicamente. Assim, alicerçaram as paredes e cobriram o recinto da própria raça. Depois de quase quarenta anos, finalmente fixaram sua morada coletiva – ainda que muitos atores dessa mobilização não tenham tido a oportunidade de alcançar a “terra prometida”.

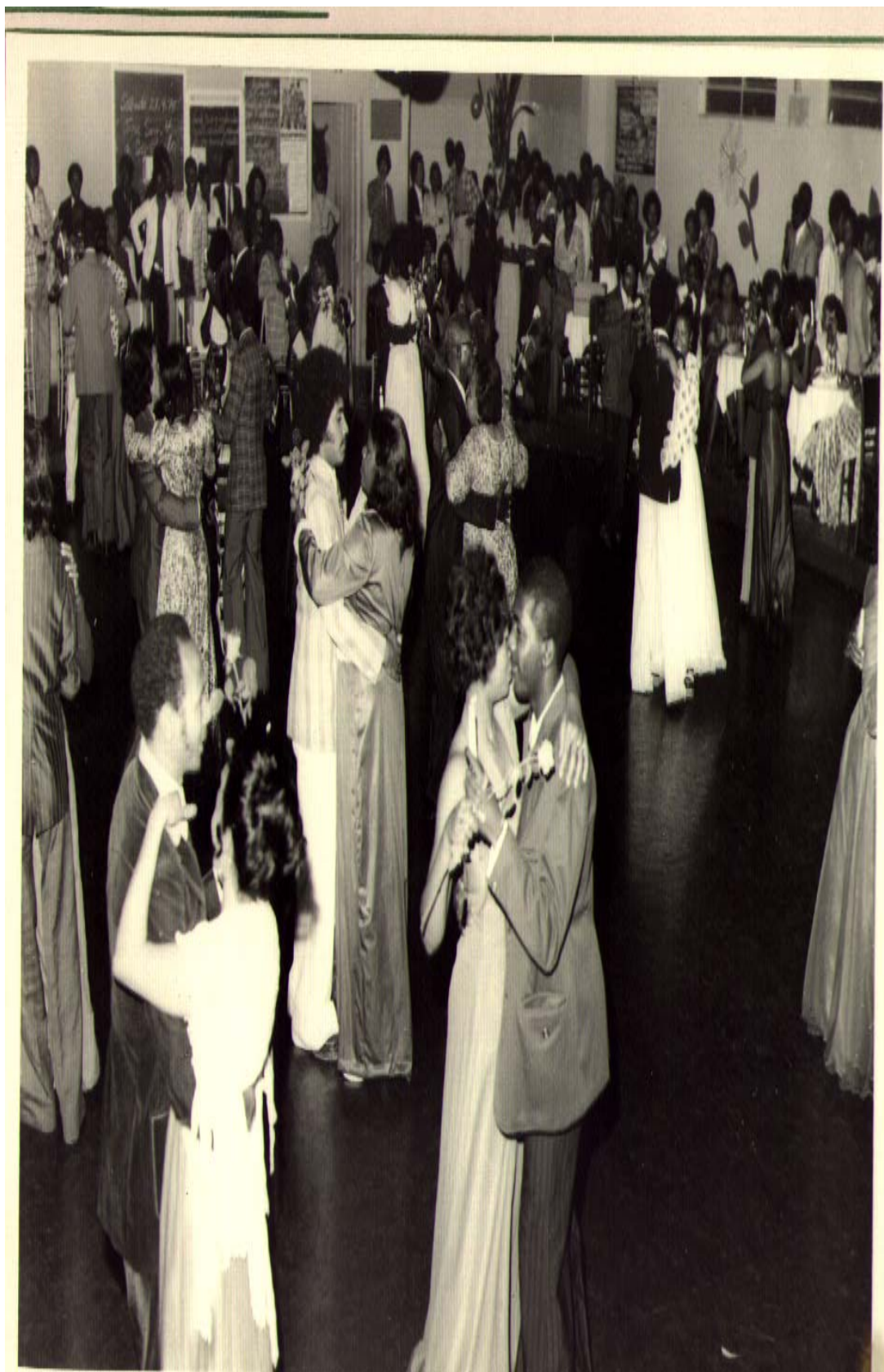
Documento 50: BAILE DO TAMOIO DE RIO CLARO³⁵



Fonte: acervo pessoal da família De Paula – foto de 1962, provavelmente.

³⁵ A imagem representa os bailes de coroação de Rainha da Associação, e não a sede em si, devido à impossibilidade de resgatar tal imagem.

**Documento 51: SEDE DA SOCIEDADE
JOSÉ DO PATROCÍNIO DE RIO CLARO**



Fonte: acervo pessoal de Oswaldo Araujo – foto dos anos 1970.

De todo modo, a geração mais velha havia deixado para a juventude negra dos anos 1970 uma espacialidade própria, para que essa nova geração pudesse: dar continuidade às Escolas de Samba da raça; dançar de Jorge Ben a James Brown, com o mesmo entusiasmo; sintetizar uma corporalidade e uma mentalidade moldadas tanto pela identidade negra local, quanto pelo *Black Power* dos congêneres norte-americanos; juntar a “malandragem” do samba ao balanço do rock norte-americano, sintetizando o solto (expressão dançante própria dos negros de São Paulo, atualmente conhecida por samba-rock), e assim manter a conectividade identitária, cognitiva e subjetiva da coletividade negra no plano local.

Os mais antigos deram origem a uma geração de abrigados, treinada para ser orgulhosa da raça e para andar de cabeça erguida em função dela. Essa geração viria a inaugurar um novo momento da luta política negra quando, no início dos anos 1980, os negros de Rio Claro (e de São Paulo como um todo) se mobilizaram para chamar para si o voto negro. Tanto o Patrô quanto o Tamoio foram lócus da campanha negra Não Vote em Branco, de 1982 ³⁶.

Em conclusão, depois de décadas de mobilização coletiva, os negros rioclaresenses conseguiram fixar seus espaços próprios em Rio Claro - cidade de maioria esmagado branca, amplamente marcada pelo racismo e pela discriminação contra a população negra. Como mostramos, essa fixação requereu que os desafiadores estudados endereçassem continuamente suas demandas ao poder local, na busca por dignidade, respeito e poder no mundo dos brancos.

³⁶ Ver Pereira, 2004; Valente, 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das organizações negras de Rio Claro – dos anos 1930 aos 1960 – é aqui considerado movimento negro. Por meio desse movimento seus atores se mobilizaram por espaços próprios, dignidade e poder. Numa cidade onde a imensa maioria se auto-declarava branca, e onde o poder local compunha-se exclusivamente por brancos, a chamada “gente de cor” conseguiu enegrecer determinados espaços e neles exercer seu protagonismo, mesmo representando minoria em termos quantitativo e político. Esses grupos conseguiram erigir seus próprios ambientes de identificação, do campo da estética (via barbearia de negros, por exemplo) ao da instituição de sociedades estatutariamente organizadas.

Vimos que essas organizações endereçaram suas reivindicações coletivas ao poder local com o firme propósito de fixar na cidade os espaços da raça – o que ficou mais evidente a partir da reabertura política de 1945, fenômeno que em muito condicionou o reavivamento do movimento negro rioclarense (e do movimento negro brasileiro como um todo [Andrews, 1988; Silva, 2003]). Nesse novo ciclo do movimento negro local, surgiram novas denominações associativas, sem que o componente humano dessa mobilização tivesse sido substancialmente alterado.

Cabe aqui destacar o significado de raça, tanto no plano teórico quanto no plano da experiência vivida. Como salienta Guimarães, para além de categoria política necessária à organização e à resistência negras no Brasil, raça é uma categoria analítica indispensável, que leva ao entendimento científico de que as discriminações e desigualdades ditas “de cor” são efetivamente raciais, e não apenas de classe. Ainda que não existam raças, em termos biológicos, a categoria raça tem existência nominal e efetiva no mundo social real (Guimarães, 2002, p.50). Como raça está no plano da cultura, “não é necessário reivindicar nenhuma realidade biológica das “raças” para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos” (Guimarães, 1999, pp.28-29).

Nessa orientação, a idéia de raça pertence a um mesmo universo de significado quer no contexto norte-americano, quer no contexto brasileiro, quer em países da Europa Ocidental, entre outros, uma vez que este universo tem

como referente histórico a modernidade européia, pautada pelo desenvolvimento científico e pelo processo de escravização dos povos africanos (Guimarães, 2002, p.55).

Por outro lado, as afirmações de Guimarães acerca da raça vivida (e não da raça analítica) no interior do moderno movimento negro brasileiro pré-1970, não se aplicam ao movimento negro de Rio Claro. Para Guimarães, enquanto o movimento negro embrionário dos anos 1930 apresentou um programa de combate à discriminação e de integração do negro à sociedade de classes, visando construir a democracia racial, negando a idéia de raça e apegando-se à noção de cor como “acidente”, o movimento negro recriado dos anos 1970 denunciou o chamado mito da democracia racial, exaltou e propagou o orgulho racial e fez florescer a afirmação da identidade negra e afro-brasileira (Guimarães, 2002, p.61).

Focalizando o movimento negro em Rio Claro, contudo, encontramos um ator intensamente apegado à raça, e não à “cor”, muito antes da chegada dos anos 1970. Dadas as condições estabelecidas pelo sistema racial bipolar tácito ao qual vimos nos referindo, esse ator ocupou-se muito mais em viver a raça no extremo pólo preto desse sistema, do que em procurar construir a democracia racial em Rio Claro. Assim, negros e brancos suprimiram a mestiçagem, do plano do discurso aos recenseamentos gerais. Nesse sentido, todas as vezes em que tais atores buscaram ocupar espaços que eram ocupados exclusivamente por brancos – como no caso dos negros rioclarenses que, nos anos 1950, buscaram se inserir no corpo de jurados da comarca local para defender os acusados negros, ao que tudo indica –, eles estavam se mobilizando por representação de raça, e não por integração de raça. O depoimento abaixo ilustra as demais opiniões encontradas, nas entrevistas com depoentes negros, sobre o prazer de viver a raça em Rio Claro:

Era bem mais gostoso no tempo mais antigo. O negro tinha tudo que era dele, não era misturado quase. Os negros mesmo, faziam tudo separado mesmo (Entrevista com Arlindo Aparecido dos Santos).

Em Rio Claro, dos anos 1930 aos anos 1960, raça foi uma construção social histórica distintiva. Nesse contexto, o ator da mobilização negra, ao invés de abraçar o mito da democracia racial, construiu um ambiente protecionista e confortável em torno da raça. Assim, além de fixação de lugar social ou hierarquização por baixo, raça foi elemento motivador de aglutinação coletiva, de espelhamento positivo e de satisfação, diante da convivência coletiva com os de dentro. Contexto semelhante foi encontrado por Silva, em seu estudo sobre o Renascença Clube no Rio de Janeiro:

as fases do Renascença representaram para aqueles que as viveram momentos de realização pessoal e encontro coletivo. A família extensiva da primeira geração, ou o grupo de samba, soul, de pagode ou de teatro das gerações seguintes, se inseriram em momentos de grande realização e felicidade para aqueles com os quais conversamos. Diferentemente do negro que “*no fundo era triste*” [Costa Pinto, 1952: 287] (...), os negros que se aproximam do Renascença se realizam através da felicidade do encontro com os de sua raça. Daí, terem saudade dos “*bons tempos*” (Silva, 2000, p.133).

No caso de Rio Claro, afirmamos que a mobilização negra era levada adiante por atores que se distanciavam tanto do tipo negro “pele negra, máscaras brancas”, retratado por Frantz Fanon (Fanon, 1983), quanto do tipo negro desejoso de “voltar para África”, de Marcus Garvey (Garvey, 1968). No mundo dos brancos, o que esse negro coletivamente organizado queria era experienciar a própria raça com dignidade, e não diluí-la ³⁷.

Cabe sublinhar a relevância dos estudos de Florestan Fernandes sobre o negro em São Paulo (Fernandes, 1965). A minuciosa pesquisa do autor é importantíssima para o entendimento de inúmeros aspectos da gramática racial de São Paulo, pré e pós-abolição. Sabe-se que, nos anos 1950 e 1960, a escola paulista de sociologia cunhou a idéia do mito da democracia racial enquanto

³⁷ O sistema racial bipolar tácito a que nos referimos ao longo do trabalho, leva-nos a repensar certos essencialismos. Assim, da mesma forma que não dá para essencializar o Brasil dizendo que aqui todo mundo sempre se pensou mestiço ou moreno, não dá para essencializar os EUA dizendo que a bipolaridade racial preto *versus* branco existiu apenas no contexto norte-americano, e em mais nenhuma outra parte do globo. Acreditamos que novos estudos, mais centrados no interior do Brasil (espaço relativamente pouco estudado, num país com dimensões continentais), terão muito a dizer sobre isso.

discurso de denominação política, tendo como expoente Fernandes (Guimarães, 2003, p.102). De acordo com Peter Wade (Wade, 1997, p.53), os estudos raciais da UNESCO no Brasil variaram, mas deixaram poucas evidências para a sustentação da idéia de democracia racial no contexto brasileiro. Por outro lado, pontua o mesmo autor:

os estudos da UNESCO sobre raça no Brasil, e os estudos marxistas dos anos 1970, conferiram uma boa e necessária visibilidade à economia e às políticas de desigualdade - e, por ser aí o capitalismo foco central, esses estudos conseguiram chamar a atenção para as dimensões globais e históricas da desigualdade. Por outro lado esses mesmos estudos subordinaram raça e etnicidade à classe, como se raça pertencesse ao plano da cultura superestrutural, e classe pertencesse ao plano da economia estrutural. O erro de subordinar raça e etnicidade à classe foi o resultado do erro de se atrelar raça e etnicidade à cultura, e classe à economia, como se raça, etnicidade e classe não fossem construídas pela cultura. O marxismo falhou exatamente ao desconsiderar que a economia capitalista é construída pela cultura, e não o contrário (Wade, 1997, 112) [tradução livre].

No bojo desses estudos é que Fernandes projetou uma mudança gradual na sociedade tradicional - então baseada no paternalismo -, dentro da qual os negros, por fim, acabariam por gozar de um sistema igualitário como uma função do avanço do próprio capitalismo. Nessa perspectiva teleológica, a identidade racial declinaria para dar lugar à identidade de classe, e o racismo seria um anacronismo do passado. Na transição da tradição para o progresso, raça e identidade racial não se sustentariam (Wade, 1997, p.56).

Cabe observar que, recentemente, Valter Silvério tem argüido que, nos estudos de raça desenvolvidos por Fernandes, o negro é na realidade um “índice de modernidade social”³⁸.

Destaque-se que, tanto nos estudos de Fernandes quanto no presente trabalho, verifica-se a presença de grupos negros intensamente apegados à raça. Todavia, enquanto em Fernandes tal apego tinha objetivos assimilacionistas e integracionistas, no presente estudo consideramos que esse apego à raça era

³⁸ Comunicação pessoal realizada em 11 de junho de 2008, São Carlos-SP.

fortemente moldado por processos identitários, cognitivos e afetivos (McAdam, 1999), em todo o Estado de São Paulo. Na perspectiva do autor,

“a política racial” [negra] posta em prática [a partir da década de 1930] visava a **integração total** e, inclusive, uma participação efetiva nas estruturas políticas do regime republicano e da nação. É que, **para “ser classe”, ou seja, para diluir-se nos diferentes extratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmar-se na cena histórica como “raça”** (Fernandes, 1965, p.85) [grifo meu].

O apêlo [negro] de união e exclusivismo tinha, dentro dela [da “ideologia negra”], **um caráter meramente estratégico. Não era um fim em si mesmo nem o alvo supremo, perseguido conscientemente como tal.** Sob todos os aspectos, estamos diante de **uma contra-ideologia, construída para minorar as frustrações psico-sociais de uma categoria racial e, eventualmente, para auxiliá-la na luta direta pela modificação rápida do *status quo*.**

Entendida nesses termos, a “ideologia negra”, tal qual como ela se objetivou através dos movimentos sociais considerados, tinha por fim explícito e último o desmascaramento da ideologia racial dominante. Por sua própria natureza, ela **deveria extinguir-se à medida preenchesse suas funções. A longo termo, *pari passu* com a integração econômica, social e política da “gente negra”, ela perderia sua razão de ser e estaria fadada ao desaparecimento.** O seu lugar seria tomado por outros valores e avaliações sociais, legitimamente consagrados pela ordem social vigente (Fernandes, 1965, pp.76-77) [grifo meu].

Se, para Gilberto Freyre (Freyre, 1998), a raça individualizada praticamente inexistia diante da raça mestiça brasileira, para Fernandes, a raça seria diluída pela integração do negro à ordem social vigente. Portanto, em ambos os casos, a especificidade do negro tendia a deixar de existir, ou pela via da miscigenação, ou pela via da integração.

Além disso consideramos que Fernandes triunfaliza demasiadamente o branco, diante do que denominou “pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do ‘problema negro’ ”. Na perspectiva do autor esses “pequenos núcleos” apresentavam **“limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total”** (Fernandes, 1965, p.6)

[grifo meu] – no sentido radicalmente oposto ao que mostramos neste trabalho, por meio da mobilização negra rioclareense ³⁹.

Conclusões que salientam a incapacidade ou a impotência da coletividade negra diante da sociedade abrangente são, geralmente, uma regra nos estudos nos quais se parte do CAPITALISMO para o negro, e não do NEGRO para o capitalismo; do PODER LOCAL para o negro, e não do NEGRO para o poder local; e assim por diante. Acompanhemos, por exemplo, o grande equívoco de Davids em seu clássico estudo sobre o poder local ao afirmar que, em Rio Claro, nenhum negro foi selecionado pelos partidos políticos para concorrer a cargo político municipal – na contramão da história que mostramos neste trabalho⁴⁰:

não há – e pelo menos no que nos conste – não houve vereador negro em Rio Claro, embora os clubes de negros sejam alvo de verdadeira disputa entre vereadores locais, sendo que dois deles – adversários, por sinal – são geralmente convidados à coroação das princesas de côr e a patrocinar festas nos referidos clubes. Talvez seja a razão pela qual **nenhum elemento de côr foi “convidado” por partido**: sua candidatura dividiria a base eleitoral de certos elementos mais ou menos considerados vitalícios na Câmara Municipal (Davids, 1968, pp.175-176).

É fato que, especialmente após o fim do Estado Novo, os descendentes de imigrantes influenciaram dramaticamente a composição do poder local em Rio Claro. Nesse período, categorias constituídas basicamente por comerciantes, ferroviários e profissionais liberais – em sua maioria descendentes de imigrantes – passaram a monopolizar os cargos políticos municipais na cidade (Bilac, 2001; Davids, 1968; Pereira, 2004).

Por outro lado, enfrentando as desvantagens de ser tanto minoria quantitativa quanto minoria política, a coletividade negra rioclareense inaugurou um momento de conquistas muito importantes na sua relação com o poder local, particularmente no pós-1945. A classe média negra rioclareense, contemplada pelas leis trabalhistas do populismo getulista via ferrovia,

³⁹ Crítica de mesma natureza foi realizada por Silva, a partir dos estudos de Costa Pinto sobre o negro no Rio de Janeiro (ver Silva, 2005).

⁴⁰ Ver também Pereira, 2004.

euforicamente motivada pelos ares democráticos da reabertura política e pela atuação da “grande família” negra por todo o país, fez-se representar, em Rio Claro, das eleições para a escolha de suas rainhas até as eleições do legislativo local.

Desatenta a essa realidade, Davids mostrou o negro rioclarense unicamente como massa de manobra dos brancos – e não como um ator político, como fizemos nesta pesquisa. Aliás, no Brasil, os estudos de poder local são cegos à luta política negra. Nessa área de estudos, nem a fragilidade política negra, nem a luta negra para passar de cliente a gerente na política local, têm sido objeto de estudo dos cientistas políticos. Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que

políticas governamentais podem ou criar avenidas para a inclusão de negros e mulatos na nação, ou impedir sua participação na vida econômica, social e política do país (Fuente, 2001, p.1).

Como mostramos no decorrer do trabalho, o poder local dialogou estrategicamente com os grupos negros rioclarense, ora nutrindo-os, ora tirando seu fôlego. Tendo em vista o conjunto das manifestações negras que estudamos, constatamos que foi basicamente o poder local quem regulou, ou melhor, quem disponibilizou ou inviabilizou recursos e oportunidades à esta parcela no caso de Rio Claro. Nesse processo, os grupos negros foram contínuos fabricantes de demanda ao poder local, sempre buscando defender, nos planos material e simbólico, sua propriedade coletiva de raça. Metaforicamente, afirmamos que o movimento negro de Rio Claro constituiu uma locomotiva que atravessou a história, na busca por espaços e por dignidade de raça. A “sede pelas sedes”, no caso de Rio Claro, foi o que mais motivou a mobilização política dos desafiadores negros, especialmente a partir da reabertura política ocorrida em 1945.

No caso de Rio Claro, o protesto negro não ocorreu via passeatas ou motins públicos, dada a formatação da sociedade local pelo sistema racial bipolar tácito. Portanto o leitor que acompanhar os jornais rioclarense pesquisados, mais especificamente as matérias e notas sobre as práticas

culturais negras locais, não terá condições de perceber facilmente que essas práticas ultrapassavam, em muito, o entretenimento pelo entretenimento.

Por isso a aplicação do modelo do Processo Político ao objeto em estudo constituiu um recurso analítico de grande importância nesta pesquisa, uma vez que possibilitou identificar, no plano local, quem eram os desafiadores, de um lado, e quem eram os membros políticos estabelecidos, de outro. O uso desse modelo permitiu-nos “colorir um ator invisível”, ou melhor, invisibilizado, que dificilmente seria captado a “olho nu” no transcorrer da pesquisa. Nosso objetivo central foi desinvisibilizar esse ator, trazendo à tona a importância da sua mobilização e da sua resistência em Rio Claro. Nesta mesma perspectiva, buscamos mostrar que o aparente “negro espetáculo” – membro da “raça desunida por natureza” – foi, na realidade, um agente de mudança social em Rio Claro. Foi esse ator que pressionou o poder, como podia, para o estabelecimento de uma sociedade local racialmente mais justa.

Em conclusão, julgamos que esse ator pressionou o poder para ter direito a fixar, dentro de “terreno alheio”⁴¹, espaços próprios da raça. Como vimos, a mobilização negra pela “terra prometida” em Rio Claro teve início nos anos 1930, arrefeceu em meados dos anos 1940, ressurgiu com a reabertura política de 1945 e alcançou êxito ao final dos anos 1960, quando, finalmente, as organizações negras conseguiram levantar as “paredes da raça” no contexto local. De dentro da “casa própria”, personificada pelas sedes sociais do Patrô e do Tamoio, muita demanda de raça seria ainda dirigida ao poder local.

⁴¹ As entrevistas nos levaram a perceber que, em Rio Claro, no período em estudo, a perda de terras por famílias negras foi um problema constante. O caso mais emblemático dessa situação ficou eufemisticamente conhecido por “Caso da Cacrinha dos Pretos”. A “chacrinha”, doada por uma proprietária de escravos a três famílias negras rioclarenses antes da abolição, compreendia uma área de terras de aproximadamente 226 quarteirões quadrados. Por fim essas famílias tiveram suas terras indebitamente apropriadas e vendidas. Da atrocidade participaram membros do poder local (Ver Pereira, 2004, pp.46-48).

BIBLIOGRAFIA

- ADESKY, Jacques d'. Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil. Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
- AGUIAR, Márcio Mucedula. As Organizações Negras em São Carlos: Política e Identidade Cultural. Dissertação, UFSCar, 1998.
- ALBERTO, Luiz. "As Relações Raciais no Brasil e as Perspectivas para o Próximo Século". In: GUIMARÃES, A. S. A. & HUNTLEY, L. (org.). Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/Southern Educational Foundation, 2000.
- AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos São Paulo (1888-1988). Bauru-SP: EDUSC, 1988.
- _____. Afro-Latin America (1800-2000). New York: Oxford University Press, 2004.
- BENFORD, Robert D. e SNOW, David A. . "Master Frames and Cycles of Protest". In: MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol McClurg (editores). Frontiers in Social Movement Theory. Yale University Press, 1992.
- BARBOSA, Márcio [org.]. Frente Negra Brasileira: Depoimentos/Entrevistas e Textos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BERGHE, Pierre van den. Race and Ethnicity. Nova York: Basic Books, 1970.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. As Elites Políticas de Rio Claro: Recrutamento e Trajetória. Piracicaba/Campinas: Editora UNIMEP/ Editora da UNICAMP, 2001.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loic. "Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista". In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio [org.]. Escritos de Educação. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.
- BUVE, Raymond. "Political Patronage and Politics at the Village Level in Central Mexico: Continuity and Change in Patterns from Late Colonial Period to the End of the French Intervention (1967)". Bulletin of Latin American Research, v.11, n.1, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. "Estudos de Poder Local no Brasil". In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: n.25/26, UFMG, 1968.
- _____. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual". In: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol.40, n.2, 1997.

- CASELLA, Alfredo. “La Música Necesaria”. *Musicalia* 7 [July - August 1929]: 2-5; 1929.
- Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983. Arquivo Público do Município de Rio Claro-SP, 1983.
- DAVIDS, Neusa Costa. Poder Local: Aparência e Realidade. Tese apresentada à Cadeira de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, UNICAMP, 1966.
- DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio . “Os 'Pérolas Negras': a Participação do Negro na Revolução Constitucionalista de 1932”. *Afro-Asia* (UFBA), Salvador, n. 29/30, p. 199-245, 2003.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *Du Bois on sociology and the Black community*. The University of Chicago Press. Chicago. 1980.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.
- ELHAJJI, Mohammed. “Memória Coletiva e Espacialidade Étnica”. In: *Galáxia - Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica , Cultura*, n. 4, São Paulo: PUC, 2002.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator 1983.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol.II. Dominus Editora. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1965.
- FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. “As Trajetórias de Veiga dos Santos e Correia Leite: Dissensos e Convergências na Militância Negra dos anos 1930”. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.
- FRIEDMAN, Debra e McADAM, Doug. “Collective Identity and Activism. Networks, Choices, and Life of a Social Movement”. In: MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol McClurg (editores). *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale University Press, 1992.
- FRY, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “Política Racial” no Brasil”. *Revista USP*. São Paulo: Dezembro/Fevereiro 1995/96.

- _____ . A Persistência da Raça: Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUENTE, Alejandro de la. A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth Century Cuba. University of North Carolina Press, 2001.
- GARVEY, Amy Jacques. Garvey and Garveyism. Londres : Collier-MacMillan, 1968.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____ . Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____ . “Como trabalhar com “Raça” em Sociologia”. Educação e Pesquisa, v.29, n.1, 2003.
- _____ e MACEDO, Márcio. “A democracia racial negra dos anos 1940”. Texto apresentado na Conferência Culture and the State in the Lusophone Black Atlantic, Institute for the Study of the Americas, em Londres, de 17 a 20 de Janeiro de 2007; e no GT Pensamento Negro em Movimento, ocorrido no Seminário Internacional Fábrica de Idéias: 10 anos de experiência, CEAQ-UFBA, Salvador, de 17 a 18 de Agosto de 2007.
- HAACH, Lúcia Tiemi Kobayaski. Com Deus Inicio meu Trabalho ('Mitt Gott fang ich die Arbeit an!'): Imigrantes de Origem Cultural Germânica e Seus Descendentes – Rio Claro-SP. Dissertação, UNESP/CAR, 1998.
- HANCHARD, Michael. “Uma Resposta a Peter Fry”. Revista USP, São Paulo: Setembro/Novembro 1996.
- _____ . Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos. Race Relations in Modern Brazil. The Latin American Institute. Albuquerque: University of New Mexico, 1984.
- HELG, Aline. Our Rightful Share: The Afro-Cuban Struggle for Equality, 1886-1912. University of North Carolina Press, 1995.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A Morte dos Coronéis: Política Interiorana e Poder Local. Araraquara: FCL / Laboratório Editorial / UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

- KERBAUY, Maria Teresa Miceli e TRUZZI, Oswaldo. “Mobilidade e política: considerações sobre a participação de imigrantes e seus descendentes em cidades médias do interior paulista”. Revista Teoria e Pesquisa. n. 32-35, São Carlos: 2000.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- _____. O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um. Dados, v.23, n.1, 1980.
- LEITE, José Correia; MOREIRA, Renato Jardim. Movimentos Sociais no Meio Negro. São Paulo, mimeo, s/d .
- LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LOVE, Joseph. São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937. Stanford: 1980, p.112.
- McADAM, Doug. Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970. University of Chicago Press, 1999.
- MONSMA, Karl Martin; FERREIRA, Lania Stefanoni; SILVA, Virgínia Ferreira da. “Conflito Cotidiano e Transformação das Identidades: Italianos e Negros no Oeste Paulista, 1888-1914”. Paper apresentado no Encontro Nacional da ANPUH, João Pessoa, 2003.
- MOORE, Robin. Nationalizing Blackness: Afrocubanismo and Artistic Revolution in Havana, 1920-1940. Pitt Latin American Series. University of Pittsburgh Press. 1997.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol McClurg (editores). Frontiers in Social Movement Theory. Yale University Press, 1992.
- MUELLER, Carol McClurg. “Building Social Movement Theory”. In: MORRIS, Aldon D. e MUELLER, Carol McClurg (editores). Frontiers in Social Movement Theory. Yale University Press, 1992.
- NASCIMENTO, Abdias do & NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997”. In: GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, L. (org.). Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/Southern Educational Foundation, 2000.
- NASCIMENTO, Angela Sabino. O Batuque de Umbigada de São Benedito: Festa e Espaço Negro no Município de Rio Claro/SP. Monografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP de Rio Claro, 2005.

- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.
- NUNES, Edson de Oliveira. “Tipos de Capitalismo, Instituições e Ação Social: Notas para uma Sociologia Política do Brasil Contemporâneo”. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v.28, n.3, 1985.
- PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. *Poder Local e Representação Política: Negros e Imigrantes no Interior Paulista (Um estudo sobre o Município de Rio Claro-SP)*. Dissertação, Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- REIS, Fábio Wanderley. “Participación, Movilización e Influencia Política: ‘Neo-Coronelismo’ en Brasil”. *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*. v.2, n.1, 1971.
- REX, John. *Race Relations in Sociological Theories*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1983.
- RODRIGUES, Tatiane Consentino. “Educação e Diversidade”. Apostila do Programa São Paulo: Educando pela Diferença para a Igualdade. Governo do Estado de São Paulo / Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB UFSCar, 2004.
- SANT’ANA, José Roberto. *Ocultos e Excluídos: Ensaio sobre a História de Rio Claro no Século XIX* (exemplar não publicado do Arquivo Público Municipal), 2002.
- SILVA, Joselina da. *Renascença, Lugar de Negros no Plural. Construções Identitárias em um Clube Social de Negros no Rio de Janeiro*. Dissertação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.
- _____. “A União dos Homens de Cor: aspectos do Movimento Negro dos anos 40 e 50”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25, n.2, 2003.
- _____. “Elites negras organizadas no Rio de Janeiro: os Movimentos Sociais no Projeto UNESCO”. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Territórios Negros em Campinas: o Caso Vila Rica*. Dissertação, UNESP-FCLAr, 1992.
- _____. “Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*. n.117, 2002.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- TAGUIEFF, Pierre-André. *La Force du Préjugé: Essai sur le Racisme et ses Doubles*. Paris: Gallimard, 1987.
- _____. *Les Fins de l’Antiracisme*. Paris: Editions Michalon, 1995.

- TARROW, Sidney. *Struggling to Reform: Social Movements and Policy Change during Cycles of Protest*. Ithaca, N.Y.: Western Societies Program, Cornell University, 1983.
- TENÓRIO, Valquíria Pereira. *Uma Interpretação do Baile do Carmo: Memória, Sociabilidade e Identidade étnico-racial em Araraquara*. Dissertação, UNESP Campus Araraquara, 2005.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Política e Relações Raciais: os Negros e as Eleições Paulistas de 1982*. São Paulo: Antropologia 10 - FFLCH/USP, 1986.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- WALTON, John. *Discipline, Method, and Community Power: a Note on the Sociology of Knowledge*. *American Sociological Review*. XXXI, 5, 1966.